CELSO FURTADO: REFORMA, POLÍTICA E IDEOLOGIA

(1950-1964)

ROSA MARIA VIEIRA

Rosa Maria Vieira

Celso Furtado

Reforma, política e ideologia

(1950-1964)

Rosa Maria Vieira

Celso Furtado

Reforma, política e ideologia

(1950-1964)

Santo André
2019

Aos meus pais, Antonio Joaquim (in memoriam)
e Emília; à minha irmã, Maria Rosa; à minha filha, Marília

Agradecimentos

Este livro é uma versão modificada da minha tese de doutoramento em História Social realizada no Programa de História da PUC de São Paulo, em 2003, sob a orientação da professora Estefânia Canguçu Fraga. A ela sou muito grata, pela dedicação e paciência com que me ensinou o ofício de historiadora. Mas, além dela, contei com a ajuda inestimável de outras pessoas, a quem também sou devedora.

Sou especialmente grata ao professor Celso Furtado, que, generosamente, cedeu-me tempo e atenção, recebendo-me em sua casa para uma entrevista e, posteriormente, dispondo-se a revisá-la. E também à banca, composta pelos professores Maria de Lourdes Janotti, Antônio Rago Filho, José Márcio Rego e Afrânio Catani, pelas sugestões.

Durante este trabalho, pude beneficiar-me do carinho e da convivência acolhedora de minha querida amiga Cida. Sou também devedora de meu amigo Ricardo Antunes e de meus colegas da PUC e da FGV de São Paulo, interlocutores indispensáveis. Entre eles, Mário Lima, José Geraldo, Maria Rita Loureiro, Antônio Valverde, Ana Cristina e, especialmente, Beth, que me socorreu todas as vezes que precisei.

Meus alunos foram "cobaias" e cúmplices deste trabalho e, alguns, no processo, tornaram-se amigos. Faço referência à Yara, ao Javier, ao Nico, ao Thales, ao Gabriel, à Renata e ao Luís. A eles meus agradecimentos sinceros.

Contei também com a ajuda da Inês, para a transcrição das fitas, e com minha irmã, Meire, para revisar os originais. A elas sou muito grata pela dedicação.

Minha filha Marília, que nem sempre teve a mãe a seu lado, aprendeu a "fechar a porta" e esperar que os serões de leitura e redação terminassem. Ela me incentivou e ensinou-me o exercício da paciência e do amor à vida.

Finalmente, minha memória afetiva registra o gesto de minha mãe presenteando-me com livros na infância e a descoberta da história do Brasil nas aulas do professor Joel Rufino (ou Pedro Ivo, como se dava a conhecer) em um curso preparatório ao vestibular, nos idos de 1967, que mudou os rumos da minha vida. Cada um, a seu modo e com importância diversa, colocou-me em contato com a leitura e com o desafio do conhecimento. Sou-lhes profundamente agradecida por isso.

Finalmente, agradeço ao financiamento de diferentes partes da pesquisa, que serviu de base para a minha tese, pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Sem isso, a elaboração deste trabalho não teria sido possível.

Sumário

PARTE III
CELSO FURTADO: O PROJETO DE CONSTRUÇÃO CAPITALISTA DO NORDESTE

Apresentação

Reforma, política e ideologia em Furtado

Mais um livro sobre Celso Furtado? Talvez não seja este, propriamente, o caso.

Muito se publicou sobre Furtado e sua obra, tanto aqui, quanto no exterior. Contudo, este livro – editado às vésperas do centenário de nascimento do economista –, além de ter como virtudes clareza e elegância nas formulações, o que o torna palatável até para os não iniciados no assunto, guarda uma especifcidade que o faz singular e original. Tais características resultam do fato da autora se valer dos recursos de análise do historiador para o tratamento de um objeto, até então, praticamente circunscrito ao universo dos debates econômicos e, também, por demonstrar que a produção teórica de Celso Furtado, acerca do subdesenvolvimento em geral e do brasileiro em particular, não se remete unicamente às tradições cepalina e keynesiana.

Rosa Maria Vieira analisa as formulações teóricas e, sobretudo, os fundamentos político-ideológicos presentes nas obras que Celso Furtado produziu entre 1950 e 1964, período de formação como teórico do subdesenvolvimento, de militância como intelectual público e economista engajado no processo de formulação de um capitalismo autônomo no Brasil. Como afirma a autora, "o campo das ideias constitui matéria, por excelência, deste trabalho, uma vez que a investigação dos fundamentos do discurso teórico de Furtado, a explicitação dos eixos temáticos essenciais de seu ideário e a revelação da estrutura conceitual que informa e sustenta suas concepções de história, de Estado e de planejamento são momentos essenciais desta pesquisa".

O livro se divide em três grandes partes, além da introdução e das considerações finais.

Na primeira parte, chama atenção o modo como Viera, partindo de veredas outrora abertas por Francisco de Oliveira, põe em evidência o fato do ideário desenvolvimentista e as concepções furtadianas sobre o Brasil decorrerem também do pensamento nacional, formulado a partir dos anos 1930, e que alimentou projetos de modernização do país. Desta forma, Furtado, com o seu *Formação Econômica do Brasil*, torna-se, parafraseando-se Oliveira e Antonio Candido, um dos demiurgos do Brasil – mas um demiurgo singular, pois suas formulações resultam das interpretações dos demais artífices da modernidade brasileira.

Assim, segundo a autora, além de absorver formulações de Capistrano de Abreu, de Roberto Simonsen, de Sérgio Buarque de Holanda e de dialogar de forma crítica com os clássicos do autoritarismo, Furtado incorpora de forma privilegiada Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre. É como se a autora nos permitisse surpreender o economista paraibano nos bastidores de sua construção teórica.

Na segunda parte do livro, a autora discute o lugar do Estado na promoção do desenvolvimento. Para tanto, além de tratar da construção mestiça, conservadora e, por fim, industrial do Brasil, a autora coloca em primeiro plano aspectos teóricos relativos à regulação capitalista e à política de desenvolvimento econômico da periferia, sublinhando, de forma sofisticada, uma questão enfatizada por Furtado em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento,* em que, a certa altura, afrma que "é indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela".

Na terceira e última parte, "Celso Furtado: o projeto de construção capitalista do Nordeste", o objeto de análise é a dualidade doméstica, o ponto para onde confluem as concepções desenvolvimentistas de Furtado, agora no plano regional, quando o Nordeste é tratado como periferia da economia brasileira. Neste momento, o criador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) dá vazão a seu projeto de modernização capitalista, com vistas a superar o profundo atraso e a desarmar o barril de pólvora dos confitos sociais, antepondo reforma à revolução. Nesta época, segundo a autora, Furtado pela primeira e única vez, conciliará os papéis de administrador público, de estrategista e de teórico do desenvolvimento, tendo o Brasil

como foco exclusivo de estudo e atuação, combinando, com excepcional intensidade, teoria e prática.

As considerações finais deste trabalho são particularmente dignas de atenção. Aí, no ponto de chegada da análise, a autora oferece a chave para compreensão do projeto de desenvolvimento nacional furtadiano. Ademais, nesse momento, Vieira argumenta que não obstante sua generosidade, criatividade e argúcia, o nacionalismo desenvolvimentista de Furtado "girava em falso" em virtude da inexistência de um compromisso histórico da burguesia brasileira com um projeto de nação, o que dá às formulações deste autor uma inequívoca dimensão utópica.

Por fim, é quase desnecessário reiterar o quão oportuno é revisitar e discutir as formulações teóricas de Furtado e as possibilidades delas resultantes nos tempos correntes. Tempos marcados pela intolerância pelo aprofundamento das desigualdades e pela fragilização da institucionalidade democrática.

São Paulo, maio de 2019.

Gabriel Almeida Antunes Rossini
Professor Adjunto dos Bacharelados em Ciências e Humanidades (BC&H) e em Ciências Econômicas (BCE) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos em Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS-UFABC).
Atual coordenador do BCE-UFABC.

Apresentação

Reforma, política e ideologia em Furtado

Mais um livro sobre Celso Furtado? Talvez não seja este, propriamente, o caso.

Muito se publicou sobre Furtado e sua obra, tanto aqui, quanto no exterior. Contudo, este livro – editado pela Editora UFABC às vésperas do centenário de nascimento do economista –, além de ter como virtudes clareza e elegância nas formulações, o que o torna palatável até para os não iniciados no assunto, guarda uma especificidade que o faz singular e original. Tais características resultam do fato da autora se valer dos recursos de análise do historiador para o tratamento de um objeto, até então, praticamente circunscrito ao universo dos debates econômicos e, também, por demonstrar que a produção teórica de Celso Furtado, acerca do subdesenvolvimento em geral e do brasileiro em particular, não se remete unicamente às tradições cepalina e keynesiana

Rosa Maria Vieira analisa as formulações teóricas e, sobretudo, os princípios político-ideológicos presentes na obra que Celso Furtado produziu entre 1950 e 1964, período de sua formação como teórico do subdesenvolvimento, de militância como intelectual público e de economista engajado no processo de formulação de um capitalismo autônomo no Brasil. Como afirma a autora, "o campo das ideias constitui a matéria, por excelência, deste trabalho, uma vez que a investigação dos fundamentos do discurso teórico de Furtado, a explicitação dos eixos temáticos essenciais de seu ideário e a revelação da estrutura conceitual que informa e sustenta suas concepções de história, de Estado e de planejamento são momentos essenciais desta pesquisa".

O livro se divide em três grandes partes, além da introdução e das considerações finais.

Na primeira parte, chama atenção o modo como Rosa Maria Viera, partindo de veredas outrora abertas por Francisco de Oliveira, põe em evidência o fato do ideário desenvolvimentista furtadiano e suas concepções sobre o Brasil decorrerem também do pensamento nacional, formulado a partir dos anos 1930, e que alimentou os projetos de modernização do país. Desta forma, Furtado, com o seu *Formação Econômica do Brasil*, torna-se, parafraseando Antonio Candido e Francisco de Oliveira, um dos demiurgos do Brasil – mas um demiurgo singular, pois as suas formulações também resultam das interpretações dos demais artífices da modernidade brasileira.

Assim, segundo a autora, além de absorver formulações de Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen, Sérgio Buarque de Holanda e de dialogar de forma crítica com os clássicos do autoritarismo, Furtado incorpora de forma privilegiada Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre. É como se a autora nos permitisse surpreender o surpreendente economista do desenvolvimento e do subdesenvolvimento nos bastidores de sua construção teórica.

A segunda parte do livro, "Celso Furtado: política e razão - o lugar do Estado no desenvolvimento", discute o lugar do Estado no desenvolvimento. Para tanto, além de tratar da construção mestiça, conservadora e industrial do Brasil, a autora coloca em primeiro plano aspectos teóricos relativos à regulação do capitalismo, à política do desenvolvimento econômico da periferia, sublinhando, de forma sofisticada, uma questão enfatizada por Furtado em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento,* onde, a certa altura, afirma que "é indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela".

Na terceira e última parte do livro, "Celso Furtado: o projeto de construção capitalista do Nordeste", o objeto de análise é a dualidade doméstica, o ponto para onde confluem as concepções desenvolvimentistas de Furtado, agora no plano regional. O Nordeste é tratado como periferia da economia brasileira. Aqui, o economista dará vazão a seu projeto de desenvolvimento e de modernização capitalista, com vistas a superar o profundo atraso e a desarmar o barril de pólvora dos conflitos sociais, antepondo reforma à revolução. Nesta época, segundo a autora, Furtado, pela primeira e única vez, conciliará os papéis de administrador

público, de estrategista e de teórico do desenvolvimento, tendo o Brasil como foco exclusivo de estudo e atuação, combinando teoria e prática com excepcional intensidade.

As considerações finais deste trabalho são particularmente dignas de atenção. Aí, no ponto de chegada da análise, a autora oferece a chave para compreensão do projeto de desenvolvimento nacional furtadiano. Ademais, nesse momento, Vieira argumenta que não obstante sua generosidade, criatividade e argúcia, o nacionalismo desenvolvimentista de Furtado "girava em falso" em virtude da inexistência de um compromisso histórico da burguesia brasileira com um projeto de nação, o que dá às formulações deste autor uma certa dimensão utópica.

Por fim, é quase desnecessário reiterar o quão oportuno é revisitar e discutir as formulações teóricas de Celso Furtado e as possibilidades delas resultantes nos tempos correntes. Tempos marcados pela intolerância, pelo aprofundamento de nossas desigualdades e pela fragilização do ideário de modernidade.

São Paulo, maio de 2019.

Gabriel A. A. Rossini
Professor Adjunto dos Bacharelados de Ciências e Humanidades
e Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC.
Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégico em Democracia,
Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS-UFABC).

Introdução

Este livro tem como proposta a análise das formulações teóricas de Celso Furtado e, sobretudo, o exame das concepções político-ideológicas que sustentam seu projeto de desenvolvimento nacional. O campo das ideias constitui a matéria, por excelência, deste trabalho, uma vez que a investigação dos fundamentos do discurso teórico de Celso Furtado, a explicitação dos eixos temáticos essenciais de seu ideário e a revelação da estrutura conceitual que informa e sustenta suas concepções de história, de Estado e de planejamento são momentos essenciais desta pesquisa.

A escolha desse caminho de investigação, no entanto, não implica o desconhecimento dos movimentos da realidade histórica que fornecem o chão social de origem dessas formulações. Focar a análise no campo das representações não significa ignorar que elas sejam produzidas por um agente social que intervém no processo de construção social e é por ele determinado. Por isso, tem-se como pressuposto que o ideário de Celso Furtado só poderá revelar-se à análise caso se leve em consideração o lugar por ele ocupado nos confrontos sociais e políticos no Brasil das décadas de 1950 e 1960, e o seu posicionamento ante determinados grupos. Nessa abordagem, suas formulações teóricas ganham as dimensões de um fenômeno ideológico, ou seja, podem ser entendidas como um instrumento ideal que permite às classes, ou frações de classe, tomar consciência de seus interesses e se engajarem nas lutas sociais. Em outras palavras, às elaborações teóricas desenvolvimentistas de Furtado pode-se atribuir um claro conteúdo ideológico, à medida que, através delas,

ele intervém na cena histórica brasileira para oferecer uma alternativa ao processo de modernização capitalista industrial em curso no país.

O desafio desta pesquisa está em, valendo-se dos recursos de análise do historiador, apropriar-se de matéria praticamente circunscrita ao universo dos debates da teoria econômica e investigar o caráter ideológico da proposta de desenvolvimento que preside às reflexões teóricas de Celso Furtado e que se nutre das contraditórias determinações da realidade brasileira. Trata-se de apreender, nas formulações doutrinárias desse intelectual, profundamente inserido no debate teórico e nas lutas de seu tempo, os aspectos fundamentais do diálogo entre a teoria e a história. Assim, acredita-se que, ao final do processo de exame das representações desenvolvimentistas de Furtado, terão aflorado, também, alguns elementos históricos que compõem a dimensão singular do capitalismo no Brasil.

Uma questão relevante percorre este trabalho, conferindo unidade à investigação: a ideia da insuficiência das análises que remetem a produção teórica de Celso Furtado unicamente à tradição da Cepal. Assim, algumas perguntas abriram o caminho e deram rumo a esta pesquisa: a referência às raízes cepalinas e keynesianas bastaria para compreender plenamente o ideário desenvolvimentista de Furtado, sua visão do Brasil e o papel relevante que destina à atuação do Estado no seu projeto capitalista nacional? Seria possível explicar sua formulação doutrinária tratando-a unicamente como um produto do movimento intelectual animado por Raúl Prebisch, no segundo pós-guerra? Ou haveria outras determinações na teoria de Furtado, cujas raízes estariam fincadas no pensamento brasileiro, mais precisamente na onda de renovação intelectual inaugurada a partir da década de 1930?

Como se verá nas páginas seguintes, a pesquisa procurou, para além das reconhecidas determinações cepalino-keynesianas, investigar os possíveis vínculos entre a obra de Furtado e uma vigorosa tradição do pensamento social brasileiro que, no pós-30, demonstrou grande poder criativo, particularmente, quando enlaçada a projetos de construção nacional, e "redescobriu" o país em novas bases teóricas. E isso porque o Brasil, nos anos 30, ao iniciar o lento e contraditório trânsito para a modernidade capitalista, instigou sua *intelligentsia* a tratar a questão nacional de modo a superar as abordagens raciais e deterministas dominantes no pensamento brasileiro desde o final do século XIX. As elites intelectuais confrontaram-se com a necessidade de atualizar as ba-

ses teóricas da discussão da problemática nacional, já que as doutrinas deterministas – alicerces intelectuais dos debates nas décadas precedentes – revelavam-se insuficientes ante as novas exigências ideológicas dos movimentos da história, que recolocavam a acumulação do capital em bases urbano-industriais.

Na verdade, a agitação social e a crise econômico-política dos anos 30 (precedidas pela intensa movimentação cultural da década anterior), que puseram em xeque a tradicional dominação oligárquica e as formas de acumulação sustentadas pela agricultura exportadora, configuravam um "presente problemático", cujas raízes – nossa "formação nacional" – deveriam ser investigadas pela *intelligentsia* brasileira. Nesse processo, os recursos da análise social precedente foram questionados, abrindo-se espaço à renovação das ciências sociais no Brasil. As concepções deterministas, que combinavam o darwinismo social com o evolucionismo monogenista e que se valiam de modelos raciais para explicar a hierarquia e as diferenças sociais, cederam passo às exigências do novo tempo. O historicismo alemão, o culturalismo de Franz Boas, a sociologia de Max Weber e o marxismo passaram a informar, em novas bases, o pensamento social no país. Foi, aliás, esse sopro de radicalismo intelectual o responsável por algumas obras essenciais que, nas palavras de Candido, "descobriram" o Brasil para os brasileiros, nos idos de 1930 – *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre; *Formação do Brasil contemporâneo,* de Caio Prado Júnior; e o *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 9-11).

Sob o influxo das novas linhas de interpretação da realidade, a questão das raças cedeu espaço às análises sociológicas de corte histórico-social (Sérgio Buarque de Holanda buscando nas raízes ibéricas a "mentalidade brasileira", que resistia à racionalização modernizadora; Gilberto Freyre dando configuração culturalista ao "patriarcalismo" da civilização açucareira nordestina), à investigação das bases materiais da sociedade, que sinalizava para a historicidade do fato econômico. Alguns intelectuais, como Caio Prado Júnior, elegeram as classes em conflito como categorias explicativas da formação social brasileira; outros tantos, em vertente teórica diversa (Roberto Simonsen, por exemplo), procuraram os "substratos materiais" da história do país, revolvendo uma expressiva massa de dados econômicos empíricos. Seja como for, no contexto dessa ampla renovação teórica, surgiu um conjunto significativo de

formulações a propósito da nacionalidade brasileira, que deu as bases intelectuais para alguns projetos de modernização, em resposta ao desafio de atualizar o país perante os novos movimentos do capital. Assim, aos poucos, não apenas amplos estudos sociológicos e historiográficos vieram à luz, como também as análises econômicas, trazidas para a linha de frente do pensamento brasileiro, ganharam legalidade teórica e acadêmica no Brasil.

Nesse quadro de inovação teórica, levada a cabo por intelectuais engajados e que reformularam profundamente as bases do pensamento social brasileiro, uma parcela significativa dos pensadores nacionais fez dos projetos de modernização do país o ponto central de suas obras. Na dialética das relações entre consciência teórica e exigências da realidade histórica, um tema se impôs a essa *intelligentsia:* o da reforma do Estado brasileiro, com vistas a combater sua disfuncionalidade e a implementar a racionalização de seus mecanismos – o que, para muitos, acabou se traduzindo numa desconfiança ante o jogo político parlamentar (sempre encarado como espaço privilegiado de ação das elites tradicionais), num apelo ao reforço do Executivo e à atuação das elites "técnicas".

Mesmo sob o risco de formulações generalizadoras, pode-se dizer que setores significativos da intelectualidade brasileira, no pós-30, compartilharam alguns temas comuns: a preocupação com a análise científica da realidade nacional, contraposta à ótica "bacharelesca" anterior; o sentido de urgência das tarefas de reorganização política do país; a crítica ao descompasso entre as instituições políticas e a realidade brasileira ("Brasil legal" *versus* "Brasil real"); o problema da formação da nacionalidade e, daí, a ênfase nas ideias de unidade política, territorial e espiritual; as concepções de Estado orgânico, forjador do povo-nação; a necessidade de qualificação de novas elites dirigentes, em conformidade com paradigmas técnicos e científicos. E, no centro, articulando todas essas concepções, a ideia da modernização – a conquista de estágios mais avançados de riqueza material, de instituições sociais e políticas e de cultura.

Distanciando-se do caminho usualmente percorrido pelas análises do pensamento de Celso Furtado, esta pesquisa procurou investigar a influência e o possível "diálogo" entre sua obra e a tradição teórica que, no pós-30, renovou o pensamento social e deu suporte ideológico à reordenação capitalista no Brasil. Tendo por assente a influência mo-

deladora da corrente cepalino-keynesiana e a importância de Mannheim e de Weber na composição do ideário de Furtado, a análise dirigiu o foco para o pensamento social brasileiro, comprometido com a ideia de construção nacional e, particularmente, para o conjunto doutrinário de alguns pensadores – Azevedo Amaral e Oliveira Viana, especificamente – que, a seu tempo, preconizaram a intervenção do Estado e a ação das elites com vistas à modernização do país. Atrás disso, algumas hipóteses intimamente relacionadas: a de que Celso Furtado, que praticamente não reconhece ou declara influências teóricas nacionais, é tributário da tradição intelectual que, a um só tempo, revolucionou o pensamento social no Brasil e atualizou, em novas bases, a leitura da nação; a de que a defesa de um Estado interventor nos moldes keynesianos e a discussão do papel do intelectual e das elites, segundo as concepções de Mannheim, tenham se acomodado ao substrato de uma influente tradição anterior da teoria social brasileira.

É indispensável, entretanto, não confundir esse procedimento com qualquer tentativa de assimilar, simplesmente, o ideário de Furtado às concepções da "modernização conservadora" do pós-30. Fazê-lo seria desconhecer as determinações histórico-sociais do momento em que foi construído seu projeto nacional ou, então, imaginar que os "pensadores autoritários" e Celso Furtado compartilham as mesmas bases teóricas e expressam o mesmo arranjo na dinâmica das classes no Brasil. É evidente que não se pode ignorar a originalidade do pensamento de Furtado e o que ele representa, em termos de ruptura com as formulações modernizadoras precedentes, ou mesmo desconhecer a dimensão social generosa de algumas de suas proposições que, sem dúvida, não integravam os projetos dos ideólogos "autoritários". O que se buscou, neste trabalho, foi o desafio de tecer as tramas de uma análise que, ao mesmo tempo, pusesse em destaque a importância da influência de uma tradição teórica nacional precedente e reafirmasse a especificidade do discurso e do projeto ideológico de Celso Furtado.

Cabem, agora, referências às motivações que impulsionaram este trabalho. Remotamente, encontra-se o interesse da pesquisadora pelo ideário que sustentou ideologicamente a industrialização brasileira. Isso levou-a a aproximar-se do pensamento de Roberto Simonsen, a mais expressiva liderança burguesa da primeira fase da era getulista. O encontro materializou-se numa pesquisa que teve por objeto de

investigação a trajetória de Simonsen como o principal ideólogo da industrialização nacional, especialmente no período do Estado Novo (VIEIRA, 1987). A análise de suas formulações – que transgrediam a ideologia liberal e propunham o desenvolvimento, via indústria, a partir da planificação da economia e da intervenção do Estado – revelaram-no um "cepalino *avant la lettre*", cujas proposições prenunciavam o movimento que, tanto no Brasil como na América Latina, tornaria o Terceiro Mundo o desafio para os teóricos do desenvolvimento. Sabe-se que as formulações e propostas de Roberto Simonsen tiveram que esperar o início da década de 1950 para se beneficiarem teoricamente de um discurso econômico mais elaborado e conceitualmente refinado. Foi a partir desse período que o pensamento da Cepal – que dava expressão teórica aos interesses da burguesia industrial da América Latina – difundiu-se no Brasil através da ação intelectual criadora de Celso Furtado.

A presente pesquisa representa, pois, em larga medida, a continuidade desse trabalho anterior e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da importância essencial de Celso Furtado para o pensamento econômico, cuja obra, sem dúvida, pode ser vista como o ponto de partida para aquilo que alguns chamaram de economia política brasileira (MANTEGA, 1989). Furtado foi o intelectual brasileiro responsável por um corpo teórico original, construído na busca da especificidade histórica da periferia do capitalismo. Depois dele, que levou adiante as formulações de Raúl Prebisch e da Cepal, o subdesenvolvimento não pôde mais ser visto como uma etapa necessária pela qual os países desenvolvidos passaram um dia, mas como o resultado perverso da expansão capitalista, como uma formação histórica particular que, deixada ao livre jogo das forças de mercado, reproduziria o atraso sempre em escala crescente, aprofundando a exclusão social, a concentração de renda e a subordinação aos centros hegemônicos.

O ofício de historiador, no entanto, impõe a indagação por outras motivações, que escapam às razões imediatamente palpáveis. Nesse sentido, o recurso a Benjamin (1991, p. 161) pode ser de grande valia:

> A história é objeto de uma construção, que tem lugar não no tempo homogêneo e vazio, mas no repleno de atualidade. Assim, para Robespierre, Roma Antiga era um passado carregado de atualidade e que ele destacava do

> contínuo da história. A Revolução Francesa entendia-se como uma Roma retornada. Citava a Roma Antiga como a moda cita uma roupagem pretérita. A moda tem um faro para o atual, mesmo que este se mova na selva do outrora. Ela é o salto tigrino no passado.

A referência a Walter Benjamin serve aqui para lembrar que o historiador está, inelutavelmente, enredado pelo *tempo*. Faz do tempo sua matéria de trabalho e pesquisa e, como todos os homens, está preso a seu tempo presente, sofrendo dele as inevitáveis injunções. Entre outras tantas implicações, isso faz com que ele acabe indagando o passado com os olhos no presente, perscrutando-o conforme as necessidades de sua contemporaneidade, pois, como afirmava Febvre, "é em função da vida que ele interroga a morte" (1985).

Mas a que propósito servem, aqui, essas digressões?

Sem dúvida, elas dizem respeito a algumas questões que o momento atual coloca aos pensadores sociais no Brasil, em particular, e na América Latina, como um todo. Ou seja, os problemas suscitados pelas formas contemporâneas da produção capitalista e pelo formato da inserção nacional e latino-americana no "mundo globalizado".

Viveu-se, nas duas últimas décadas do século XX, num cenário intelectual em que predominou a ideia do mercado como o organizador essencial da sociabilidade humana e sinalizador do "fim da história". Consideradas obsoletas as fronteiras nacionais, louvaram-se as vantagens da livre circulação internacional dos capitais, da abertura comercial irrestrita (obviamente, para a periferia) e da livre concorrência como fator único de eficiência e progresso. E, sobretudo, empreendeu-se a "satanização" do Estado, cuja única função aceitável passou a ser a de gerenciador da moeda e das taxas de câmbio, e guardião das condições favoráveis à atração do capital financeiro internacional. No Brasil, como na maior parte do mundo, viveu-se sob a égide do "pensamento único" na economia – a ofensiva teórico-ideológica que, ante a crise capitalista de longa duração, prescreveu conhecido receituário: plena abertura comercial, privatização do patrimônio público, pesados ajustes fiscais e monetários, liberalização dos movimentos do capital e desmonte do Estado.

Tornou-se moeda corrente, entre amplos segmentos intelectuais na América Latina e no Brasil, em particular, a ideia de uma completa im-

potência ante a movimentação avassaladora do capital financeiro internacional. Daí, a cáustica observação de Batista Jr. (1998, p. 11), no final do século passado:

> A ideologia da "globalização" funciona (...) como conveniente cortina de fumaça. Os governos têm-se servido da "globalização" para isentar- se de responsabilidade por tudo de negativo que acontece na economia, transferindo-a para o âmbito das forças supranacionais fora do seu controle. Se aumenta o desemprego, por exemplo, logo aparece quem se disponha a atribuir o fenômeno à "globalização". Se empresas nacionais são absorvidas por grupos estrangeiros, a explicação é imediata: são as exigências da competição de uma economia "globalizada". Se o país aparece como vulnerável a turbulências financeiras externas, a culpa é da instabilidade dos mercados financeiros "globais". (...) É desculpa para tudo e desfruta, além disso, da imortal popularidade de explicações que economizam esforço de reflexão.

Os efeitos desse processo sobre o pensamento econômico e social brasileiro foram devastadores. A reflexão econômica no país tornou-se refém das discussões das políticas econômicas do dia a dia. Praticamente, toda a energia intelectual criativa da maior parte dos economistas voltou-se para as discussões sobre os níveis das taxas de câmbio, inflação, déficit público e graus de abertura da economia. Como resultado disso (fato largamente apontado por alguns), entre as principais contribuições teóricas das duas últimas décadas, encontra-se, tão somente, a formulação do conceito de "inflação inercial" (Francisco Lopes, Lara Resende e Pérsio Arida). Sem dúvida, muito pouco para uma área do pensamento nacional que produziu formulações teóricas bastante amplas e originais.

Sabemos hoje, com a perspectiva que a história nos dá, que Furtado, em seu tempo, abriu caminho a uma linha de pensamento econômico que ocupou um espaço significativo no contexto da produção teórica nacional, gerando frutos vigorosos e alimentando polêmicas intelectuais até a década 1970, quando começou a se retrair. Obviamente, não se pode responsabilizar apenas a hegemonia do consenso neoliberal, imposta a partir dos anos 80, pelo depauperamento da teoria econômica no Brasil. Como lembra Goldenstein, em *Repensando a dependência,* os anos da ditadura militar e o sucesso do projeto econômico capitalista subordinado e excludente, posto em funcionamento desde os anos

JK, foram, aos poucos, criando um clima intelectual em que algumas categorias de análise, tais como *subdesenvolvimento, periferia, imperialismo, dependência,* deixaram, aos poucos, de ser utilizadas para explicar a realidade brasileira (1994, p. 17).

O crescimento econômico do início dos anos 70, alimentado pelo maciço ingresso de capitais externos, que ficou conhecido como "Milagre Brasileiro", arrefeceu a discussão sobre as profundas contradições da organização capitalista no Brasil e da sua interação subordinada com o capitalismo internacional. Pode-se dizer que o debate econômico circunscreveu-se à questão das desigualdades da distribuição de renda geradas pelo "modelo econômico" da ditadura – à direita, postulando o crescimento do "bolo" antes de dividi-lo; à esquerda, denunciando o modelo concentrador e, não poucas vezes, dirigindo suas críticas ao "Estado autoritário" (ibid., p. 18). Na verdade, as altas taxas de crescimento econômico, a partir da associação com os capitais forâneos, pareciam confirmar a tese que, em meados dos anos 60, apostou na possibilidade da combinação de desenvolvimento e dependência na América Latina (CARDOSO; FALETTO, 1981).

Mesmo havendo a retomada episódica de alguns temas estruturais (dívida externa, II PND), o que se viu, pela década de 1980 afora, foi o predomínio inconteste de questões que, de imediato, mais afligiam o país: inflação e crises cambiais. Isso fez com que, cada vez mais, a problemática econômica adquirisse os contornos da discussão das políticas anti-inflacionárias. O debate, circunscrito ao teor dos "pacotes econômicos" então postos em prática, afastou-se das questões mais abrangentes ou "estruturais". O lugar do Brasil na economia capitalista mundial, os problemas do país subdesenvolvido, de industrialização retardatária e subordinada, foram relegados a um segundo plano.

Sabe-se que o final dos anos 80 trouxe de volta ao debate as questões estruturais, mais amplas. No entanto, elas ressurgiram sob a ótica das formulações neoliberais. Nesse momento, ganhava corpo um novo consenso em termos de política econômica para a América Latina: o *Consenso de Washington.* Segundo essa ótica, os problemas dos países subdesenvolvidos seriam solucionados a partir de um conjunto básico de medidas, entre as quais: disciplina fiscal e orçamentária, corte nos programas sociais, abertura dos mercados nacionais aos fluxos do comércio e do capital financeiro internacional, privatização das empresas públicas

para o pagamento das dívidas do Estado (ibid., p. 20). "Flexibilização" dos direitos no mundo do trabalho e recuo do Estado das áreas estratégicas da economia eram, também, elementos integrantes do receituário.

No entanto, a crise de larga duração, os ajustes nas formas de acumulação e de regulação do capitalismo mundial e suas dolorosas manifestações, sobretudo na periferia, desmentindo o "fim da história", e o êxito inconteste do mercado como modelador da sociabilidade humana, trouxeram à luz as profundas contradições geradas pelas formas capitalistas contemporâneas e pela inserção do Brasil (e da América Latina) no mundo globalizado. Confrontado com a instabilidade crescente dos mercados financeiros globais, com a concentração gigantesca dos capitais, com o desemprego, com as baixas taxas de crescimento econômico e com a reprodução a níveis insustentáveis da miséria e da exclusão social, o pensamento econômico brasileiro encontrou-se frente a frente com uma realidade que exigia algo mais do que respostas circunscritas aos movimentos de conjuntura. Questões estruturais, silenciadas por mais de duas décadas, começaram a demandar reflexão e a cobrar respostas do pensamento econômico brasileiro, que, com raras exceções, deu mostras de estar desarmado perante os novos desafios.

A esta altura, pode-se voltar àquilo que, originalmente, provocou estas digressões. Ou seja, a indagação sobre os motivos mais profundos, subjacentes ao interesse pela pesquisa do pensamento de Celso Furtado, que nos últimos tempos, aliás, tornou-se objeto de inúmeros estudos. Talvez essa seja uma pergunta que, com propriedade, também possa ser estendida às motivações que levaram muitos pesquisadores contemporâneos a perscrutar o passado do pensamento social brasileiro e analisar um conjunto de teóricos que fizeram da questão nacional o centro de suas reflexões – Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nestor Duarte, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, entre outros.

Há um dado positivo nesse processo, se nele se enxergar a presença de um movimento embrionário que, ao realizar a prospecção do pensamento social brasileiro, tenta reatar os fios de uma construção intelectual interrompida, que tinha a questão nacional como eixo das preocupações. Positivo, é claro, se por isso não se entender uma indefensável retomada de análises teóricas e projetos de desenvolvimento que o tempo, definitivamente, superou. De qualquer forma, tem-se pela frente o desafio da reanimação de um debate teórico capaz de recolocar a história e as gran-

des questões nacionais,[1] outra vez, em discussão, levando-se em consideração a realidade capitalista contemporânea e dando a elas um encaminhamento numa perspectiva efetivamente popular. Provavelmente, tal como o deus Janus (uma imagem cara a Celso Furtado), que, simbolizando a História, tanto olha para frente como para trás, muitos historiadores, economistas e cientistas sociais estão hoje vasculhando o passado do pensamento brasileiro, movidos pela premência de responder à demanda social por uma reflexão sobre o estado de coisas, no mundo dos homens e das ideias no Brasil, e sobre as perspectivas de futuro; muitos deles dando-se conta, talvez, dos descaminhos de uma geração de intelectuais que, desenraizada e alheia às necessidades essenciais da maioria dos brasileiros e latino-americanos, postulou uma modernização a qualquer preço.

Decerto, a fragilidade teórica e a perda da força criativa não se manifestam exclusivamente no pensamento econômico brasileiro contemporâneo. Elas são, infelizmente, largamente compartilhadas por outros setores da produção intelectual no país, no campo das ciências humanas. E, certamente, a renúncia às preocupações e ao compromisso de transcender a forma capitalista excludente e subordinada na qual o Brasil e a América-Latina estão mergulhados desde as remotas origens coloniais tem algo a ver com tudo isso.

O leitor que conheça a obra de Celso Furtado deverá, neste trabalho, estranhar algumas ausências: os textos dos anos 70 e aquilo que foi produzido na década de 1980. Aliás, excetuando-se alguns artigos e várias entrevistas para publicações especializadas e a grande imprensa, desse período figuram apenas uns poucos ensaios e sua trilogia autobiográfica. Na verdade, os objetivos desta pesquisa fizeram com que o foco analítico estivesse direcionado, prioritariamente, para o que Furtado produziu até meados dos anos 60, que, aliás, reconhecidamente, constitui sua fase de maior dinamismo e criatividade intelectual. Obviamente, não deve se entender que os textos das décadas posteriores tenham sido ignorados. Eles apenas não compuseram o campo imediato da análise. Da mesma forma, não se vão aqui encontrar análises ou referências ao Plano Trienal, elaborado por Furtado no período em que esteve à frente do

[1] Entre estes trabalhos cabe destacar: Cepêda (1998); Dantas (1999), Guimarães (1999), Sampaio Jr. (1999), Kalvan (2000).

Ministério Extraordinário do Planejamento, durante o governo Goulart. A proposta e os caminhos desta pesquisa fizeram com que a análise da prática reformadora de Furtado incidisse sobre o Nordeste, dados o significado ideológico, a importância política e a duração da sua experiência à frente da Sudene.

Para este trabalho, foram tomados como fonte de pesquisa os textos produzidos até 1966, que incluem material de caráter diverso: discursos, livros de análise histórico-econômica, tese para concurso acadêmico, ensaios, artigos publicados em revistas especializadas, ao que foram acrescentadas algumas entrevistas. É importante observar que, dada a existência de uma quantidade expressiva de depoimentos – alguns publicados, outros apenas registrados, como no CPDOC/FGV – e o caráter da investigação (voltada essencialmente à análise da produção teórica), hesitou-se em recorrer a uma entrevista pessoal com Furtado. No entanto, a elaboração da segunda parte da pesquisa, que trata das suas concepções políticas e de sua formação intelectual, tornou evidente a necessidade de um contato direto, para que fossem esclarecidos alguns caminhos de sua formação teórica, certas leituras e, principalmente, possíveis influências intelectuais não declaradas, que ficaram à sombra nos seus relatos autobiográficos. Assim, em agosto de 2001, no Rio de Janeiro, foi realizada uma entrevista com Celso Furtado, o qual, com generosidade e notável memória, deu importantes esclarecimentos a respeito dos seus anos de formação e de suas primeiras vivências intelectuais. As informações obtidas foram incorporadas ao texto da pesquisa e a transcrição do depoimento foi anexada ao final do livro.

Organizado em três partes, este trabalho traz, na primeira, "História e projeto nacional", o exame do sentido da história na obra de Celso Furtado e a investigação das articulações existentes entre sua produção historiográfica e sua proposta de desenvolvimento nacional. Aqui, o ponto central da análise é sua obra mais conhecida - *Formação Econômica do Brasil*.

Na segunda parte, "Política e razão: o lugar do Estado no desenvolvimento", examina-se a concepção de planejamento, o lugar do Estado e o papel das elites e dos intelectuais no projeto nacionalista de Furtado. O eixo da análise é a investigação das influências do pensamento social brasileiro das décadas de 1930 e 1940 sobre sua formulação teórica e do possível diálogo entre Furtado e os pensadores precedentes, envolvidos em projetos de modernização do país.

Na terceira e última parte, "O projeto de construção capitalista do Nordeste", analisam-se o lugar e o papel do Nordeste no ideário desenvolvimentista de Celso Furtado. Concebida como ponto de confluência dos temas gerais tratados anteriormente, essa parte tem como foco as relações entre o projeto nacional e a questão regional. Procura-se aí analisar o modo como suas concepções de história, Estado, planejamento e ação política se entrelaçam nas leituras sobre o Nordeste e nos planos de desenvolvimento regional da Sudene. Momento privilegiado, sua atuação na Sudene corresponde ao período em que, como teórico e homem público, Celso Furtado teve o Brasil pela primeira vez como palco de atuação exclusiva. Envolvido em embates que, no Nordeste, colocavam frente a frente os grupos que travarão a batalha final pelo controle do país em abril de 1964, Furtado foi forçado a explicitar, com uma clareza inesperada, suas convicções políticas e as motivações ideológicas que o mobilizavam como reformador social.

Por último, as considerações finais enfeixam as conclusões a que se chegou durante a pesquisa e apresentam, em linhas gerais, os fundamentos políticos e ideológicos que deram sustentação ao projeto nacionalista de desenvolvimento e às concepções teóricas de Furtado; as determinações e a função social de seu pensamento no Brasil dos anos 50 e 60, quando estavam sendo definidos os caminhos da organização capitalista industrial.

PARTE 1

CELSO FURTADO: HISTÓRIA E PROJETO NACIONAL

Tive muito cedo a intuição de que não é possível ser cientista social sem uma visão de conjunto dos processos, que é dada pela História. Apaixonei-me por esse tema, foi meu primeiro campo de estudo. Pensava em ser historiador. *A Formação Econômica do Brasil* revela essa vocação inicial. (...)

Para explicar essa realidade cruel, havia que voltar-se para a história, para as estruturas sociais e a inércia das forças políticas e sua incapacidade de formular um projeto nacional. E foi aprofundando a perspectiva histórica que comecei a perceber as peculiaridades da economia brasileira.

(Celso Furtado, *O longo amanhecer*, 1999)

1

Projeto nacional: o historiador e o lugar da história

> (...) o que anima vivamente o historiador a trabalhar o passado é nele encontrar a matéria viva e incandescente que permite manipular experiências e elementos históricos, para moldar o futuro da Nação. O passado, então, aparece como o despertar da consciência da Nação e da nacionalidade para um certo tipo de Nação. Sua identidade ou diferenças com outras nações nascerão do passado reconstituído.
>
> (ODÁLIA, 1997)

Quatro décadas depois de ter publicado seu trabalho mais conhecido, *Formação econômica do Brasil,* Celso Furtado lembrava em um artigo que

> A corrente do pensamento econômico que domina os grandes centros acadêmicos ignora a especificidade do subdesenvolvimento, pretendendo englobar todas as situações históricas de aumento persistente de produtividade em um só modelo explicativo. É a obsessão do *monoeconomics* a que se referiu Hirschman, o "falso universalismo" de que já falava Prebisch em 1949. Segundo essa doutrina, existe um só modelo de industrialização nas economias de mercado, o qual se desdobra em fases temporais. Mas a realidade é cabeçuda e nem sempre é possível escamoteá-la.[2]

---

[2] A primeira edição data de janeiro de 1959. O livro, segundo o autor, foi redigido entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, período em que permaneceu no King's College, na Universidade de Cambridge (Inglaterra), fazendo estudos de pós-graduação (FURTADO, 1985, p. 204-205; 1997, p. 11-12).

Depois de retomar as principais teses da teoria do subdesenvolvimento de inspiração prebischiana e analisar a especificidade e os desajustes do processo espontâneo de industrialização periférica (substituição de importações), Furtado encerra o texto afirmando que (1992, p. 15-19)

> O subdesenvolvimento, como o deus Janus, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa.

Essas afirmações bem podem ser tomadas como uma síntese representativa de sua longa trajetória intelectual. Aí se encontra a ideia de uma teoria original que desse conta da especificidade da periferia subdesenvolvida - "impasse histórico" que, deixado ao livre jogo das forças de mercado, aprofundaria a perversidade da exclusão, levando à "catástrofe social". Aí está, também, a preocupação com a história, a um só tempo elemento conformador do atraso periférico e instrumento teórico capaz de propiciar o conhecimento consistente da realidade e orientar a superação do subdesenvolvimento através do "planejamento democrático".

A preocupação com a história levou Furtado a produzir vários trabalhos cuja temática era o processo histórico-econômico brasileiro e latino-americano. E, dentre eles, o mais significativo foi, sem dúvida, *Formação econômica do Brasil* - ensaio de análise histórico-econômica da trajetória do Brasil da colonização ao período da industrialização por substituição de importações - considerado por muitos um clássico do moderno pensamento brasileiro (OLIVEIRA, 1983; BIELCHOWSKY, 1989; MANTEGA, 1989; IGLÉSIAS, 1981; MALLORQUIN, 1993). Tal foi a influência dessa obra sobre gerações de cientistas sociais no Brasil, que Oliveira chegou a afirmar que, graças a ele, Furtado tornou-se um dos "demiurgos do Brasil" (1983, p. 13):

> Esta obra tem uma imensa significação na história brasileira. Coloca-se, seguramente, ao lado de Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire, Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda e Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, de Caio Prado Jr. - obras que explicaram o Brasil aos brasileiros. A obra de Furtado, no entanto, vai mais além: não porque seja teoricamente superior, senão porque foi escrita *in actione*. Enquanto as anteriores explica-

> ram e "construíram" o país do passado, a de Furtado explicava e "construía" o Brasil dos seus dias: era contemporânea de sua própria "construção". Nenhuma obra teve a importância ideológica de Formação Econômica do Brasil em nossa recente história social.[3]

Essa incursão pela história pode, sem dúvida, ser vista como um dos traços distintivos, conformadores da originalidade teórica de Furtado e que faz dele caso único entre os economistas brasileiros. Particularidade que ele mesmo ressalta em suas obras autobiográficas. Em seu *Auto-retrato intelectual*,[4] por exemplo, refere-se à importância decisiva de sua descoberta da "busca de um sentido para a história" como "uma atividade intelectual perfeitamente válida", da "ideia de que as formas sociais são históricas, (que) portanto podem ser superadas", o que lhe "permitia ver o mundo com outros olhos". Graças à história, a economia deixaria de ser, segundo suas palavras, "uma ciência menor, para gente sem imaginação", "jogos de espírito pueris", como se referia aos malabarismos retóricos do professor que, na Universidade do Brasil, procurava lhe "transmitir a ideia da utilidade marginal". Relembrando ainda os primeiros tempos da formação universitária, destaca o papel que as leituras de Pirenne, Sombart e outros historiadores das origens do capitalismo, e de Antonio Sérgio, sobre a história portuguesa, exerceram na descoberta da importância dos estudos da "Economia para melhor compreender a história". Através do enfoque histórico pôde chegar à economia com "uma visão globalizante, macroeconômica". Dessa forma, a economia passaria a ser, no seu entender, apenas um instrumental a permitir, "com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade. (...) Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico" (ibid., p. 33-36).

---

3 Ricardo Bielchowsky lembra em artigo que *"Formação econômica do Brasil"*, de Celso Furtado, continua sendo, 30 anos após seu lançamento, a mais famosa e divulgada obra da literatura econômica brasileira, editada em nada menos de dez idiomas e um quarto de milhão de exemplares" (1989, p. 38).

4 Escrito em março de 1972, para um número comemorativo do *International Social Journal,* v. XXV, n. 1-2, foi publicado em português, pela primeira vez, em 1983, sob o título de Auto-retrato intelectual, na coletânea organizada por Francisco de Oliveira. Foi republicado, posteriormente, em 1997, com novo título, As aventuras de um economista brasileiro, na *Obra autobiográfica* (OLIVEIRA, 1983; FURTADO, 1997b).

Em *Fantasia organizada,* de sua trilogia memorialística, Furtado, rememorando suas preocupações teóricas iniciais, afirma que seu propósito era "encontrar fórmulas metodológicas que permitissem conjugar os recursos da História e da análise". Lembra, também, que

> Não se tratava, (...), de "explicar" a História, deslizando para formas de reducionismo em que havia caído Marx e tantos outros pensadores do século XIX. O que tinha em vista era iluminar áreas pouco visíveis, aumentar a percepção da História fazendo apelo aos recursos das Ciências Sociais, particularmente da Economia. As relações entre a ocupação do espaço, o intercâmbio externo, a diferenciação das estruturas produtivas internas e a evolução da produtividade poderiam ser detectadas como tendências para cada período do qual tivéssemos uma visão global dada pela História.

E, referindo-se especificamente à realidade brasileira, o grande objeto de suas preocupações, concluía

> Em casos simples, como o da civilização do açúcar no Nordeste brasileiro, era possível construir um modelo de tipo macroeconômico que projetasse luz sobre a lógica de sua expansão e declínio. Com base nesse enfoque metodológico comecei *a repensar a História do Brasil, ao mesmo tempo que ia reformulando minha visão do processo de desenvolvimento.* (1985, p. 167-168 - grifos meus)

"Repensar a História do Brasil" ao mesmo tempo "que ia reformulando (...) a visão do processo de desenvolvimento". O destaque a essas duas frases se explica por abrirem caminho para uma instigante perspectiva de análise. Refiro-me à investigação do lugar da história na teoria de Celso Furtado e as relações com seu projeto de desenvolvimento para o Brasil. Mas não se entenda por isso trilhar o caminho das já conhecidas formulações sobre o significado que, para a abordagem econômica estruturalista, teve a inovação analítica representada pela leitura histórica de Furtado (BIELCHOWSKY, 1988 e 1989; MANTEGA, 1984; MALLORQUIN, 1993; OLIVEIRA, 1983 E 1983; SUZIGAN, 1986). O que se vai tratar é da análise dos contornos, dados por ele, a uma concepção de história do Brasil amparada num projeto de desenvolvimento nacional. O objetivo é investigar como esse projeto modelou a leitura histórica do passado brasileiro, tendo em vista as conveniências de um

plano de construção da nacionalidade. Em outras palavras, trata-se da hipótese de que Furtado valeu-se da história para esquadrinhar o passado, tirando das sombras dos acontecimentos pretéritos as determinantes do nosso subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, os elementos que, inevitavelmente, apontavam para a edificação da nacionalidade autônoma, em conformidade com sua proposta desenvolvimentista.

Essas questões têm como pressuposto a ideia da função ideológica da leitura historiográfica e do papel do historiador na produção dessa ideologia, ou seja, conceber a história de modo a harmonizá-la com as necessidades de um projeto social, pois, como bem lembra Nilo Odália, a história pode vir a "ser o espelho em que os homens de uma comunidade devem se olhar e se reconhecer". Essa questão fica particularmente evidenciada quando esse projeto social se destina à implementação de um dado tipo de organização nacional, pois a representação da nacionalidade almejada é, em geral, uma construção que,

> [...] aparece como o resultado de relações sociais, que permanecem aquém e além das condições reais dos indivíduos, acima dos interesses de classes e grupos sociais que formam a comunidade. Nenhuma hierarquia social, nenhuma diferenciação de classe, nenhuma discriminação quanto à cor, quanto ao saber, quanto à riqueza parece estar à raiz do que chamamos de Nação. (...) O pacto de solidariedade social que se realiza dentro de uma comunidade, que se pretende nacional, não é, porém, fruto de um tácito consenso; seria mais próximo da realidade dizer que o falso consenso em que nos vemos enredados decorre de uma ideologia, de fundamentos históricos, em que as diferenciações, as hierarquizações sociais que determinam efetivamente as opções feitas são sistematicamente reduzidas e esquecidas. (1997, p. 36)

O "pacto de solidariedade social" que viabiliza a Nação acabaria sendo, na verdade, uma imposição da classe ou de frações da classe dominante que detêm a hegemonia e que, por isso, podem fazer de seu projeto particular um projeto geral, de "sua ideia" de Nação, "a ideia" de Nação. A representação particularizada só poderá ganhar legitimidade no momento em que seus valores forem apresentados como universais ou "neutros". A ideologia terá cumprido sua função quando os membros dos diferentes segmentos sociais virem esses valores, não apenas

como legítimos, mas também como seus. E, nesse processo, o historiador pode vir a ser chamado para cumprir uma função ideológica essencial: "homogeneizar o passado para que as peculiaridades sejam traços distintos de um povo e não no interior de um povo". A memória e o passado poderão, assim, ser relidos e reconstituídos "em razão do interesse maior já definido, a Nação" (ibid., p. 37).

Os pressupostos dessas formulações remetem, em certa medida, a algumas questões: *"O que fabrica o historiador quando 'faz história'? Em que trabalha? Que produz?"* ao buscar *"as leis silenciosas que circunscrevem o espaço da operação histórica"?* Ou seja, a definição do estatuto do pensamento histórico pelo lugar social de sua produção ou, ainda, a compreensão da historiografia como um testemunho participante de época, preocupada em descobrir e recortar o passado segundo perspectivas e motivações particulares (CERTAU, 1995, p. 17-18).

Nessas indicações talvez se encontre a chave para a análise do lugar da história na obra de Furtado, o caminho para se compreender suas preocupações em construir um "esboço do processo histórico de formação da economia brasileira", como entendia ser sua *Formação econômica do Brasil*; seu declarado propósito de "descortinar uma perspectiva o mais possível ampla", para "captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos" do país; e, finalmente, a função prática desse conhecimento, qual seja, "a aplicação dessas teorias [econômicas] aos processos históricos subjacentes à realidade na qual [se] vive", com a finalidade de nela atuar de modo a transformá-la (FURTADO, 1964, p. 10).

Dos economistas brasileiros de sua geração e mesmo daquelas imediatamente posteriores, envolvidos num projeto capitalista de desenvolvimento,[5] Furtado foi o único a delinear um vasto painel histórico de

[5] A referência ao envolvimento com um projeto capitalista de desenvolvimento nacional e à condição de economista permite deixar Caio Prado Júnior à margem dessas considerações. Compondo a "geração dos anos 30" e fazendo parte da tríade clássica da historiografia brasileira contemporânea, ao lado de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, pensador e militante, construiu uma análise marxiana da formação social brasileira, revolucionando a escrita da história no Brasil e levando, segundo palavras de Carlos Guilherme Mota, "a luta de classes, como categoria analítica [para] nossa historiografia". Seus trabalhos mais importantes antecederam de muito os de Furtado - *Evolução política do Brasil,* 1933; *Formação do Brasil contemporâneo,* 1942; *História econômica do Brasil,* 1945 – e, de igual modo, foram construídos à margem da vida acadêmica institucional (NOVAIS, 1986, p. 13; MOTA, 1977).

evolução da economia brasileira – da colonização à fase da instalação industrial substitutiva das importações – com o propósito de demonstrar a peculiaridade histórica de um país subdesenvolvido, diversa da trajetória das nações industrializadas centrais. Fica claro seu intento de colocar em evidência, a partir da análise da processualidade histórica brasileira, o desenvolvimento dos países atrasados – tendo como base a industrialização planejada, a integração regional, o mercado interno e a ampla participação do Estado nesse processo – como um problema específico, a demandar um esforço teórico absolutamente original.

A originalidade de Furtado, no entanto, não fez dele um caso único no pensamento e na tradição historiográfica brasileira. Muitos o antecederam, investidos da missão de resgatar do passado os elementos que pudessem orientar a consecução de um projeto nacional, em conformidade com um segmento social específico, e oferecer o argumento histórico legitimador da ideia de nação. São referências, entre tantos outros, Varnhagem, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Paulo Prado, Oliveira Viana, que vasculharam a experiência histórica brasileira em busca dos elementos peculiares da nossa geografia e do nosso cadinho étnico-racial que teriam possibilitado o surgimento de uma nação moderna nos trópicos.[6]

No entanto, apesar da proximidade temática, da larga divulgação e anterioridade temporal, Celso Furtado em momento algum faz referências às formulações de Caio Prado Júnior. Diversidade teórico-metodológica, projetos excludentes poderiam, talvez, explicar o silêncio ou, quem sabe, o mudo diálogo com o grande historiador contemporâneo. Alguns autores, como José Márcio Rego, chegaram, inclusive, a se dedicar à investigação do "silêncio" de Furtado com relação à obra de Caio Prado Júnior (REGO, 2001, p. 185-197). Em uma entrevista, realizada em 1992, Furtado faz uma rara referência ao assunto: "Com o Caio Prado, é um pouco diferente, porque eu tinha lido Formação do Brasil contemporâneo e tinha percebido as enormes limitações do Caio do ponto de vista econômico. Quando é história, era interessante, mas não original. Agora, quando entrava em economia, era rígido, o marxismo dele o imobilizava para pensar por conta própria. Eu percebi isto e quando escrevi o meu livro, não o citei. Depois, muita gente me disse que era um absurdo não ter citado, e ele mesmo ficou magoado. Mas também não citei o Gilberto. Agora, isso tem outra explicação: eu não quis fazer uma bibliografia exaustiva". *Folha de S. Paulo,* 19-7-1992.

[6] Em seu livro *As formas do mesmo,* Nilo Odália observa que "É sobre a estrutura racial, que dissimula uma realidade de estrutura de classes, que vão convergir todos os esforços de interpretação da nossa história de parte significativa dos intelectuais brasileiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX, demonstrando de maneira eloquente que, em primeiro lugar, uma opção de sociedade já havia sido feita, tendo como paradigma a sociedade europeia e, em segundo que essa opção era também uma forma de integração a essa sociedade. Integração que demandava uma metamorfose dos elementos espúrios da estrutura racial, índios e negros, pelo remédio da fusão ou miscigenação racial" (1997, p. 19).

Em relação a essa historiografia brasileira que começou a ser escrita no final do século XIX, a partir do processo de emancipação política da América portuguesa, e que nasceu "comprometida definitivamente com a questão nacional",[7] Celso Furtado representa, a um só tempo, continuidade e ruptura. E isso porque, se, por um lado, herda a tradição de buscar numa história fundante, de caráter ensaístico, as premissas de um inevitável projeto nacional, por outro, descarta o viés étnico-racial, o determinismo geoclimático de seus antecessores remotos, além do tratamento predominantemente político e culturalista dado à questão nacional. Do significado e da importância dessa ruptura, que abriu caminho à leitura macroeconômica da processualidade histórica no Brasil, Celso Furtado parece ter clara consciência, como demonstra numa de suas entrevistas:

> (...) eu fui chegando à conclusão de que havia qualquer coisa de errado com o Brasil. Era fácil demais seguir a linha que era aceita, indicada pelos que estudavam o Brasil na época. O próprio Euclides da Cunha e Oliveira Viana eram fascinados pela sociologia do século XIX, que valorizava o padrão das etnias, das raças. Eugênio Gudin, por exemplo, era o maior economista do Brasil. Tinha seguidores, representava internacionalmente o país e iria ser um dia ministro da Fazenda. Ele partia do princípio de que o Brasil tinha inferioridades naturais, principalmente por seu clima e sua raça. Pronto, estava tudo explicado. Ora, eu me revoltei contra isso. Eu já tivera uma influência de Gilberto Freyre, que nos abriu a visão da sociologia moderna americana, com a teoria da cultura, com Franz Boas. No fundo, era um sistema de cultura que era inferior, que criava essa situação. Não era o clima, nem a raça.[8]

---

[7] "História e historiografia, ação e pensamento, Estado nacional e suas subsequentes representações são componentes de um mesmo momento pleno de historicidade", o momento de construção nacional pós-independência. A historiografia brasileira cumpriria, assim, papel semelhante à literatura brasileira do século XIX, nas palavras de Antonio Candido, "fruto de condições históricas - quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como elemento de autoconsciência, nos povos velhos ou novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando as suas formas de organização política" (JANOTTI, 1998, p. 122).

[8] Entrevista: Celso Furtado: decifrando o Brasil. *Democracia Viva,* n. 1 (nov.), p. 59, 1997.

Não se imagine, no entanto, encontrar na obra de Furtado um debate com os antecessores, dos quais se distingue ideologicamente e se afasta no plano da formulação teórica. Nada mais estranho à composição textual e analítica de Furtado do que o tom polêmico, a crítica aberta, o enfrentamento intelectual explícito. O "estilo Furtado" foi, aliás, percebido por Francisco de Oliveira como uma preocupação de garantir a dimensão "científica" do discurso, como "resultado de um esforço civilizatório, sua contribuição para superar, no Brasil, a discussão estéril e bacharelesca, opiniática" ou, ainda, "o menoscabo por uma produção que, aos olhos de um economista recém-fascinado pela produção anglo-saxã, cujas formas da retórica têm outra sintaxe e outro léxico, tinha tudo para parecer não científica e até anticientífica" (1997, p. 47-48). Existe, obviamente, um certo diálogo com os que o antecederam na tarefa de resgatar, na história, os fios da tessitura de um projeto de construção nacional. Podemos percebê-lo, sem dúvida, mas não enxergá-lo de pronto, pois, como se verá mais adiante, ele é sutil, chegando a ser quase invisível.

Como seus predecessores, Celso Furtado viu-se à frente de um processo histórico de longa duração no Brasil, no que tange à construção da nacionalidade, e que na década de 1950 ainda não havia sido completado em muitos aspectos. No seu caso, a articulação historiografia/projeto nacional não cuidava da edificação de uma nação civilizada, branca e europeia nos trópicos ou da missão de preservar a unidade territorial, tarefas impostas como desafios às elites logo após o processo de independência, no século XIX. Tratava-se, isto sim, de explicar o atraso brasileiro no contexto capitalista global, de propor planos de desenvolvimento industrial autônomo e de pensar a unidade territorial nos termos da integração econômica regional. Nação/desenvolvimento industrial era, portanto, a identidade a ser forjada. Como historiador e ideólogo desse processo, caberá a Celso Furtado construir uma consciência nacional desenvolvimentista, cujos alicerces deveriam ser buscados nas profundezas da história, revolvidas pela ação diligente do intelectual amparado pela ciência, sustentado pela razão advinda da consciência da missão reformadora e investido, como historiador, "na função de guia e controlador das idas e vindas em direção ao passado e ao futuro" (ODÁLIA, 1997, p. 49).

É dessa ampla perspectiva, de claras dimensões políticas e ideológicas – o contexto de um projeto nacional que envolve, ao mesmo tempo, uma necessária construção do conhecimento histórico –, que se pode

entender a importância e o significado de *Formação econômica do Brasil* no ideário de Celso Furtado e no pensamento social brasileiro. Nos próximos capítulos, vai-se tratar da genealogia dessa obra, buscando-se suas origens e suas motivações determinantes. Como se verá, entre outros, o recurso à análise textual, quase em termos de uma exegese, será a via utilizada para garantir a fidelidade às formulações e aos caminhos teóricos seguidos por Furtado.

2

Formação econômica do Brasil: a construção de uma história fundante

> (...) numa história fundante, o que realmente interessa é o que ela pode oferecer, enquanto fonte inspiradora, um projeto político, a ser desenvolvido por uma prática política a ele adequada. A verdade histórica, enquanto tal, só é procurada na medida mesma em que, por ser verdadeira, ou pretensamente verdadeira, pode nos desvendar o caminho da realidade futura, prevista ou que se pretende modelar, consciente ou inconscientemente.
>
> (ODÁLIA, 1997)

2.1 UMA DÉCADA DE MATURAÇÃO

Redigido na Inglaterra entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, durante o período em que Celso Furtado permaneceu em Cambridge, *Formação econômica do Brasil* foi editado, depois de alguns percalços, em janeiro de 1959. Sua gestação, no entanto, demandou bem mais do que os parcos três meses de redação. As preocupações do autor com o "vasto afresco" da formação da economia brasileira datavam já de quase uma década, pois, como lembra o próprio Furtado em um depoimento, "Após dez anos de trabalho, eu estava realmente senhor do assunto. Foi quando escrevi a[9] *Formação econômica do Brasil,* reflexão séria sobre as

[9] No primeiro volume de sua trilogia autobiográfica, Celso Furtado rememora os incidentes curiosos que envolveram a publicação de *Formação econômica do Brasil* (FURTADO, 1985, p. 222-223).

formas sociais e o processo histórico, e as circunstâncias internacionais em que se deu a colonização".[10, 11] De fato, bem antes de sua experiência cepalina, ainda durante o doutorado em economia política em Paris, Celso Furtado dedicou-se ao estudo da economia colonial brasileira no período do açúcar (FURTADO, 1985; LOVE, 1998).

L'Économie Coloniale Brésilienne (XVI et XVII Siècles) (tese doutoral defendida em 1948, na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, sob orientação de Maurice Byé,[12] ainda que sem a presença de análises econômicas formais, traçava um paralelo entre a economia colonial açucareira do Nordeste e a das Antilhas Francesas (Guadalupe, Martinica, etc.). Partindo da constatação das diferenças entre as formas de povoamento iniciais do Nordeste e das Antilhas – empresas açucareiras, investimentos de capitais fixos e mão de obra escrava no Brasil português e colonização de povoamento, com pequena produção de alimentos, nas colônias francesas –, Celso Furtado chama a atenção para o fato de a introdução da cana-de-açúcar nas ilhas, acompanhada do trabalho escravo e do latifúndio, ter provocado o desaparecimento do sistema da pequena propriedade. Segundo suas palavras, esse estudo comparativo o teria ajudado "a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro" e sua "visão internacional da formação econômica brasileira começou com este exercício" (FURTADO, 1985, p. 28).

Não se imagine, no entanto, uma linha direta, um *continuum,* entre a tese doutoral e os ensaios de história econômica que, na década de 1950, culminaram no *Formação econômica do Brasil.* Entre o estudo inicial e os trabalhos posteriores, há uma inflexão decisiva na carreira intelectual de Furtado: sua vinculação teórica e prática à Cepal. Entre

---

[10] Entrevista para a *Revista Econômica do Nordeste*, 1997, p. 376.

[11] Defendida em 1º de junho de 1948, na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, a tese somente foi publicada meio século depois, numa versão em língua portuguesa feita por Celso Furtado (FURTADO, 2001).

[12] Maurice Byé, economista francês e discípulo de François Perroux, lecionou na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro no início da década de 1940. Byé e Perroux – que também deu aulas no Brasil, na Universidade de São Paulo, em meados da década de 1930 – antecederam Raul Prebisch em termos de influência na formação econômica de Furtado. Foi seguindo conselhos de Byé que Furtado inscreveu-se na Universidade de Paris para, sob sua orientação, elaborar a tese de doutorado em economia política. Na segunda parte deste trabalho, discutem-se os termos da influência de Perroux sobre Furtado (FURTADO, 1985, p. 18-19 e 28; LOVE, 1998, p. 360-361).

o interesse inicial pela história econômica, a análise comparativa entre a economia colonial brasileira e a antilhana, e a elaboração do *Formação econômica* estão a longa permanência na diretoria da Divisão de Desenvolvimento da Cepal (1948-57), a estreita convivência com Raúl Prebisch e seu keynesianismo, o contato com a teorização do subdesenvolvimento em seu nascedouro e o intenso envolvimento com a análise econômica que buscava as razões do atraso dos países latino-americanos. Entre a tese doutoral e seu livro mais famoso há um espaço em que categorias de análise de extração cepalina, tais como *relações centro-periferia*, *deterioração dos termos de troca*, *heterogeneidade estrutural periférica, tendência ao desemprego* e *desequilíbrios estruturais* passaram a informar sua visão de mundo e sua consciência reformadora. Esse foi o tempo em que Furtado pôde gestar as linhas de seu projeto capitalista de desenvolvimento autônomo para o Brasil, ancorado no mercado interno, na industrialização planejada e no papel ativo do Estado, e tecer a teorização do subdesenvolvimento que, no início dos anos 60, será apresentado como um produto da expansão capitalista e não, meramente, um estágio pelo qual passaram, um dia, todas as nações desenvolvidas. Em síntese, entre o ponto de partida - a tese doutoral - e o de chegada - *Formação econômica do Brasil* - há a conformação de uma consciência desenvolvimentista, sob a égide das proposições da Cepal, e a gestação de um projeto nacional industrialista, que passaram a cobrar uma legalidade histórica. E esse papel, sem dúvida, caberá ao *Formação econômica do Brasil.*

Logo depois de traduzir e divulgar, no Brasil, o famoso "Manifesto da Cepal", de Raul Prebisch (1950),[13] Celso Furtado publica, em março de 1950, um artigo na *Revista Brasileira de Economia* - Características Gerais da Economia Brasileira - que, sem dúvida, pode ser apontado como o primeiro ensaio a trazer, em gérmen, algumas das ideias essenciais desenvolvidas no *Formação econômica do Brasil*: a lenta formação do mercado interno, a dualidade estrutural da economia brasileira, o mecanismo de socialização das perdas e a concentração da renda.

Denotando influência das análises de Prebisch quanto à dinâmica das relações *centro-periferia* e aos efeitos das oscilações cíclicas para os países agroexportadores, Furtado caracteriza a economia brasileira como uma

[13] Consultar, a respeito, Colistete (2001).

economia de tipo colonial (em contraposição às economias industriais) vulnerável aos mecanismos responsáveis pela "persistente piora na relação de trocas", pela "elevação não menos persistente da taxa cambial" e pela "inflação crônica do meio circulante, motivada em grande parte por déficits orçamentários" (1950, p. 7). Note-se que já nesse primeiro texto Furtado evidencia certa originalidade, diferenciando-se de Prebisch ao escolher uma categoria carregada de historicidade (economia colonial), em lugar de um conceito marcado por uma indelével dimensão sincrônica (economia periférica).[14] Seu objetivo é chamar a atenção para a perda histórica do poder de compra dos produtos primários e, principalmente, para os mecanismos perversos de transferência dos prejuízos internos dos setores exportadores para as massas consumidoras de produtos importados. Nascia aqui aquela que será uma das formulações centrais de sua teoria - *o mecanismo de socialização das perdas*. Não deverá ser outro o sentido destas afirmações (ibid., p. 8):

> A economia de tipo colonial que prevaleceu no país até 1914 e que somente a partir da década passada vem sofrendo transformações substanciais, se baseia na exportação de uns poucos produtos primários e na importação de grande número de artigos de consumo, sobretudo manufaturas leves, como tecidos e alimentos semielaborados. Esse tipo de estrutura econômica facilita a transferência - através do mecanismo do câmbio - da perda resultante da piora na relação de troca, que se exerce secularmente, e das baixas bruscas dos preços dos produtos primários por ocasião das crises, dos reduzidos grupos exportadores para as amplas massas importadoras.

[14] A partir de 1956, Furtado não mais trabalhará com *economia colonial* como elemento conceitual de análise. Ao publicar, no México, o livro *Uma economia dependente* - uma versão sintética, com pequenas modificações formais, de seu primeiro livro *A economia brasileira,* de 1954 -, passará a usar expressões tais como "economia primário-dependente" (p. 29) ou "economia dependente exportadora" (p. 34), em lugar de "economia colonial", preservando, entretanto, no plano do significado, a dimensão histórico-conceitual sugerida pela categoria de análise anterior (FURTADO, 1956). Na análise do que chamou de "mecanismo de socialização das perdas", Celso Furtado estabelece relação entre a queda nas exportações e as modificações nas taxas de câmbio e na pauta das importações. Em períodos de retração no mercado exportador, grupos cafeeiros, exercendo o papel hegemônico que detinham desde o final do século XIX, pressionam o governo brasileiro para desvalorizar a moeda, promovendo alterações cambiais. Esse mecanismo faz com que a queda dos preços do café, em moeda forte internacional, seja compensada pela maior quantidade de mil-réis que recebem os fazendeiros, cuja renda e poder de compra mantem-se no plano interno. As perdas são, assim, repassadas às massas consumidoras nacionais, dependentes dos produtos importados, pelos quais passam a pagar preços mais altos.

Sua análise volta-se, então, para os traços que considera típicos da economia brasileira, para, a partir daí, apreender a especificidade do processo de industrialização de um país de extração colonial.

Segundo Furtado, a economia colonial se caracterizaria, essencialmente, pela "tendência à concentração de renda nas fases de prosperidade e à socialização das perdas nas fases de depressão", além da "lentidão na formação do mercado interno" (ibid., p. 11). As razões desse processo deveriam ser buscadas na estrutura do mercado de força de trabalho que, ao longo da história, foi se constituindo de modo a garantir uma oferta de mão de obra continuamente elástica, uma vez que, "no Brasil cada ciclo de cultura substituiu outro em decadência, do qual se deslocava a mão de obra na proporção que se fazia necessária" e "para a cultura do café, cujo ritmo de expansão foi mais intenso, deu começo à imigração em massa de mão de obra europeia, dirigida pelos próprios empresários" (ibid., p. 11).

Sem dúvida, Furtado evidencia aqui a influência de Prebisch, quanto à análise dos efeitos dos movimentos cíclicos para os países de capitalismo periférico.[15] No entanto, diversamente do economista argentino, sua atenção volta-se, sobretudo, para a procura das determinantes históricas desse processo, para os efeitos dos ciclos entre os diversos grupos sociais e suas consequências para o mercado interno.

[15] Segundo as análises clássicas da teoria Prebisch-Cepal, a deterioração dos termos de intercâmbio dos países subdesenvolvidos, no comércio internacional, ocorre em função das flutuações cíclicas do capitalismo. Durante as fases de expansão e crescimento da economia, os preços dos produtos primários chegam a aumentar mais do que os preços dos artigos industriais, caindo, porém, com mais intensidade nas fases de declínio do ciclo. Essa queda é tão acentuada que os preços das exportações primárias perdem, na fase de depressão, muito mais do que havia sido ganho na etapa de expansão do ciclo. Segundo Octávio Rodriguez, em seu livro *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*, "Esse comportamento dos preços e a tendência que dele deriva são influenciados pela maior capacidade da força de trabalho dos países centrais para conseguir aumentos de salários ou evitar sua compressão – (...) que se deve à sua maior escassez relativa e à sua melhor organização sindical. Em igual sentido, atuam as vantagens com que contam os empresários dos países industriais para proteger o nível de seus lucros em comparação com os empresários da periferia, não apenas porque estes operam de forma mais atomizada, mas, sobretudo, porque a produção que realizam ocupa as primeiras etapas do processo produtivo. A demanda dos bens primários da periferia é derivada e dependente de bens finais das economias do centro, de tal modo que os empresários desse tipo de economia se encontram numa posição que lhes possibilita, nos minguantes ciclícos, pressionar aqueles que os precedem na cadeia da produção, até que a queda dos preços monetários dos bens primários que adquirem (...) lhes permita restabelecer condições satisfatórias de rentabilidade" (1981, p. 41-42).

As transformações da economia colonial, Furtado vai buscá- las no quadro dos desequilíbrios e transtornos que afetam o Brasil ao final do século XIX (ibid., p. 13):

> a) depressão profunda e duradoura dos preços dos produtos primários: o preço ouro do café se reduziu em mais de 50% entre 1890 e 1899; b) elevação inusitada da taxa cambial, perdendo a unidade monetária brasileira cerca de 60% de seu valor externo, em 10 anos; c) grande expansão do meio circulante: de 211 para 780 milhões de cruzeiros, entre 1889 e 1897; d) inflação de crédito e especulação de títulos sem precedentes: entre 1890 e 1891 são autorizadas a funcionar 200 novas empresas, inclusive 37 bancos, com capital global de 3 mil milhões de cruzeiros - 4 vezes o capital de todas as sociedades existentes ao término do decênio anterior.

Segundo ele, abrem-se, nesse cenário histórico adverso, as condições para a criação do primeiro núcleo industrial no país, porém muito mais como "um recurso de sobrevivência que um mecanismo de expansão".

O que se vê, a partir de agora, é a primeira manifestação do que ficou conhecida como a teoria do processo de industrialização por substituição de importações: a via particular para a industrialização da periferia do capitalismo, processo específico dos países subdesenvolvidos latino-americanos, cuja teorização é, sem dúvida, a mais importante contribuição intelectual de Furtado (ibid., p. 13-14):

> 1) O processo de contínua depreciação da moeda nacional teria como consequência a formação de uma barreira contra a introdução no país de uma parte crescente das importações, fazendo imperativa a fabricação dentro do país de certos artigos indispensáveis à subsistência da população.
> 2) Ainda que se processasse apenas em extensão o crescimento da economia nacional, o grande desenvolvimento da cultura do café, à base de mão de obra livre, em fins do século passado, acelerou a formação de um mercado interno de baixo poder de compra unitário, mas bastante amplo.
> 3) O baixo custo da mão de obra e as facilidades de obtenção de certas matérias-primas farão surgir, dirigidas por estrangeiros e com capitais alienígenas, algumas indústrias leves destinadas à elaboração de matérias-primas e alimentos destinados aos mercados externos. É o caso dos frigoríficos.

> 4) Os elevados arrancéis aduaneiros - fonte principal dos réditos públicos - a mão de obra barata e outros fatores, induzirão progressivamente algumas indústrias estrangeiras a instalar no país oficinas destinadas a realizar etapas finais do processo de manufatura.

Segundo Furtado, essas indústrias teriam sido a primeira atividade econômica de grande vulto desenvolvida em função do mercado interno brasileiro.

Não se deve entender, no entanto, a partir do que antes foi dito, que essas transformações seriam explicadas tão somente pelo jogo das forças internas. Para Furtado, a crise de 1929 desempenhou papel fundamental nas mudanças verificadas na economia brasileira a partir dos anos 30, a ponto de ser considerada um momento de inflexão, o término de uma fase evolutiva. No entanto, adverte, "não que [a economia brasileira] tenha então passado de colonial a industrial, e sim porque tendo atingido o ponto máximo de expansão dentro de uma determinada estrutura, viu-se na impossibilidade de continuar a expandir-se dentro dessa estrutura. Até então o setor colonial havia absorvido direta ou indiretamente (...) a massa das inversões" (ibid., p. 23). A indústria havia surgido como uma alternativa ao país, que vivia a contradição de ter o seu poder de compra externo deteriorado e o padrão de vida da população em crescimento constante. A necessidade de reduzir as importações de manufaturas, em razão do baixo desempenho nas exportações, teria dado o impulso decisivo à produção nacional.

Paripassu à construção de seu projeto de desenvolvimento, Furtado procurou forjar a identidade nação-indústria. E a primeira manifestação dessa sua estratégia pode ser identificada já no texto de 1950. Nas análises sobre os efeitos do desenvolvimento industrial no Brasil, Furtado lembra, a certa altura, o caráter cíclico da economia brasileira, que, entre outras consequências, teria propiciado a "amplas regiões do país permanecerem povoadas, constituindo núcleos econômicos mais ou menos independentes". Fundamentais para a política de dominação metropolitana, durante a fase colonial, esses "núcleos permanecerão autônomos depois da independência: antes ligados a seus mercados compradores e provedores europeus, que uns aos outros". O risco de desintegração nacional, alimentado pela dispersão e pelo isolamento da economia, pôde

ser evitado no século XIX pela "continuidade do poder real e a estabilidade social decorrente do regime de escravidão", mas não efetivamente conjurado, pois faltava "um vínculo interior econômico, que ligasse solidamente suas diversas partes". Exemplos eloquentes dessa ameaça, as "numerosas revoluções, cuja cadeia se prolongou até 1932", assombraram a nação com o espectro separatista (ibid., p. 31-32). A identidade nação-indústria pode ser, então, surpreendida no momento em que, no texto, a análise destaca a função integradora da industrialização, capaz de unir o país em um só mercado, fundindo as diversas regiões agrícolas, conectadas com o exterior, mas irremediavelmente isoladas umas das outras. Para Furtado, o "Brasil, ao entrar em sua nova fase de desenvolvimento econômico, não só encerrava seu ciclo colonial, mas ainda fundia todos os 'ciclos' anteriores em uma unidade econômica integrada, e concluía o processo histórico de sua formação nacional" (ibid., p. 31).

Alguns anos depois, em 1954, quando presidia o Grupo Misto de Estudos Econômicos, criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e pela Cepal (BNDE/Cepal), Celso Furtado publica seu primeiro livro, *A economia brasileira (Contribuição à análise do seu desenvolvimento)*.[16] Trata-se de um conjunto de ensaios em que analisa as categorias fundamentais do processo histórico do crescimento econômico, a unidade colonial exportadora escravocrata, a passagem para uma nova dinâmica da economia colonial dominada

[16] Em sua trilogia memorialística, Celso Furtado lembra que a publicação de *A economia brasileira* não foi bem recebida na Cepal. Em suas declarações encontram-se críticas à posição de Prebisch no período, considerada "demasiado alinhada à ortodoxia local, dando excessiva ênfase ao problema da estabilidade, como se esta pudesse ser isolada para tratamento especial", e ao crescimento de um grupo, dentro da Cepal, que lutava para modificar a orientação da instituição. Refere-se, particularmente, ao período em que Raul Prebisch, mesmo à frente da Cepal, passou a colaborar com a junta militar argentina, responsável pela deposição de Perón. Confrontado com um quadro de intensa pressão inflacionária e crise aguda da economia argentina, Prebisch recomenda medidas ortodoxas para enfrentar os problemas, levando para dentro da Cepal o debate entre monetaristas e estruturalistas. Segundo Furtado, Prebisch, "ao invés de partir do reconhecimento da nova realidade social, em que a classe trabalhadora ocupava um amplo espaço, o novo discurso dava a entender que as conquistas sociais eram a causa dos males que acabrunhavam o país, que o combate à inflação passava pela restauração do antigo padrão de distribuição de renda". Como consequência desse processo, a direção da Cepal publicou um conjunto de normas para regulamentar a publicação dos trabalhos pessoais de seus membros. Dois anos depois, após ter presidido um grupo de trabalho sobre a situação econômica do México, Celso Furtado retirou-se da Cepal (FURTADO, 1985, p. 182). Ver, também, Mallorquin (1995, p. 8), e o depoimento de Celso Furtado à autora, em Anexo.

pelo café, a crise desse sistema de produção, que possibilitou a transição para a indústria, e esboça, ainda, uma formulação teórica sobre o subdesenvolvimento.

Nesse trabalho, pode-se enxergar mais nitidamente o que será, alguns anos depois, o *Formação econômica,* pois, como bem observa Bielschowsky, "*Formação econômica do Brasil* corresponde ao *Economia brasileira* destituído desses capítulos mais abstratos, modificado em algumas partes e acrescido de alguns capítulos" (1989, p. 41). Sem dúvida, as formulações mais importantes, correspondentes à economia de transição para o trabalho assalariado, ao colapso da economia cafeeira e à sua passagem para a industrialização já se encontram integralmente elaborados em *A economia brasileira* (cap. III e IV),[17] o que justifica a ideia de se analisar este livro em busca de elementos que permitam esclarecer alguns dos caminhos teóricos trilhados por Furtado e cujas pistas se apagaram no texto definitivo.

Logo às primeiras páginas do prefácio, a marca da originalidade: para além dos dados quantificáveis e dos grandes números, o desafio de trabalhar com os fenômenos complexos que constituem o processo da vida social; a preocupação de Furtado com os contornos da totalidade, definidos pela história. Não pode ser outro o entendimento de sua afirmação: "Depois de haver, durante anos, manuseado dados concretos relativos a todos os aspectos da economia brasileira, propusemo-nos a abandonar por uns momentos esse maremagno de estatísticas, e tentar ver o processo em seu conjunto" (FURTADO, 1954, p. 14). Encontra-se aí, também, um dos raros momentos em que Furtado permite manter, à vista dos leitores, os andaimes de sua construção analítica ou, em outras palavras, a explicitação do método.

Trabalhando com a construção de modelos, de largo sabor weberiano, Furtado realiza recortes no passado histórico brasileiro, de

[17] Reeditar ensaios com pequenas mudanças, em diversas publicações, foi uma prática largamente utilizada por Furtado. Atestam isso, por exemplo, *Uma economia dependente* (1956), que reproduz, com ligeiras variações formais, os capítulos II, III e IV de *A economia brasileira*, ou, ainda, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), que traz o capítulo "Formação Teórica do Problema do Crescimento Econômico", também contido, originalmente, em *A economia brasileira.* Além de Ricardo Bielchowsky, outros comentadores chamaram a atenção para esse traço da personalidade intelectual de Furtado, dedicando-se à análise das variações textuais entre as diversas publicações. Refiro-me, particularmente, a José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves, autor do prefácio da edição de 1983 de *Teoria e política do desenvolvimento econômico,* e a Carlos Mallorquin (GONÇALVES, 1983; MALLORQUIN, 1993).

modo a privilegiar momentos determinados e construir, a partir de escolhas significativas, uma periodização singular, capaz de iluminar o lento processo de constituição histórica do subdesenvolvimento no Brasil – os períodos colonial escravocrata e colonial com base no trabalho assalariado, a etapa de rápidas transformações após a Grande Depressão de 29 e, finalmente, a fase de profundos desequilíbrios introduzidos no sistema econômico, a partir da crise do setor colonial. Trata-se, segundo suas palavras, de uma proposta de análise sustentada pela (ibid., p. 14-15)

> (...) reconstituição da realidade através da caracterização de uma série de pontos estratégicos. Não nos interessa reproduzir aquilo que sucedeu em um dado momento histórico senão como elemento subsidiário que esclarece a forma como funcionava o sistema. É o mecanismo mesmo desse sistema que nos preocupa. Como se forma o fluxo de renda em cada um dos sistemas econômicos que se sucederam no território do país, isto é, como se agregam os fatores produtivos para criar essa massa de bens e serviços que é o lastro da vida social. Como é distribuída e utilizada essa massa de bens e serviços e que conexões existem entre o processo de utilização e aquele da produção. Dessa forma reconstituímos em abstrato as linhas básicas dos distintos sistemas econômicos brasileiros e, observando o seu funcionamento, tentamos comprovar as possibilidades reais de expansão de cada um deles.

Na formatação do quadro teórico de referência, com o qual a realidade é confrontada, o eixo básico é o conceito de economia colonial, que, como se sabe, não sobreviverá além dessa publicação, substituído nos trabalhos seguintes por variantes tais como economia dependente exportadora e economia subdesenvolvida, que, no entanto, preservarão muito do sentido original. Pode-se especular sobre o caráter dessa mudança, apenas formal segundo se entende aqui, pois Furtado não a discutiu ou justificou. Não será, entretanto, de todo arbitrário ponderar que, no intuito de consolidar uma construção teórica original, a serviço da análise de fenômenos históricos específicos – o subdesenvolvimento capitalista periférico –, coubesse também a preocupação com uma terminologia capaz de veicular a inovação analítica de um modo mais preciso.

Mas, o que entendia Furtado por economia colonial? Desvinculado de toda e qualquer referência ao estritamente político, o conceito identifica, especificamente, um sistema econômico carente de dinamismo interno – "que não pode crescer senão por indução do crescimento de um outro sistema, melhor ainda, aquele que não é capaz de criar o seu próprio impulso de crescimento" – e completamente subordinado à dinâmica dos mercados internacionais – "a produção em uma economia colonial só chega a completar-se economicamente quando a mercadoria produzida é exportada". Dado esse quadro, as possibilidades de transformação rumo a um novo sistema ou mesmo à atrofia do então existente só ocorreriam quando estivessem esgotadas as potencialidades de crescimento a partir da dinâmica dos mercados externos (ibid., p. 15). O que se insinua aqui é a ideia de construção do nacional – tido o colonial como referência antitética – como algo que, ultrapassada a concepção estritamente política de soberania do Estado, tem como ponto vital a interiorização da dinâmica do processo econômico, cujo pressuposto é o surgimento de um amplo e sólido mercado interno. Isso permite entender por que Furtado, preocupado em distinguir as raízes do subdesenvolvimento no país, reserva em suas análises um lugar estratégico à economia de subsistência e destaca, enfaticamente, os fatores de estagnação dos diversos sistemas econômicos que se sucederam ao longo da história do Brasil como impedimentos estruturais à constituição de um mercado interno e obstáculos à distribuição de renda no país.

No *Economia brasileira* podem ser surpreendidas, ainda, as primeiras formulações teóricas a respeito do subdesenvolvimento e dos mecanismos internos de funcionamento das áreas capitalistas periféricas, que alicerçam a construção da leitura da história econômica do Brasil. Afastando-se da visão sincrônica de Prebisch, focada primordialmente nos mecanismos do grande comércio internacional, responsáveis pela deterioração dos termos de troca dos países periféricos, Furtado direciona sua análise para as formas assumidas pela ocupação do continente americano pelos europeus, procurando aí as razões históricas do atraso. E, embora se possa flagrar aqui seu interesse pela conformação heterogênea das economias subdesenvolvidas - setores exportadores dinâmicos convivendo, lado a lado, com estruturas arcaicas, voltadas para a subsistência -, percebe-se que sua leitura priorizará a inexistência do mercado interno como o signo, por excelência, do atraso capitalista estrutural e periférico.

Distinta da colonização comercial – na qual "a colônia era um simples entreposto para facilitar a penetração do comércio" –, a colonização da era industrial está ligada às necessidades de matérias-primas das áreas industriais, implicando "exportações de capital e técnica e a utilização dos fatores locais constituídos pelos recursos naturais e humanos", e, dependendo das condições, também a exportação de força de trabalho. A preexistência de população ou de uma economia local faz com que surja "uma segunda economia" e tenha "início um processo de absorção da preexistente", que terá graus diversos de intensidade, dependentes da propagação dos estímulos externos. Nasce aqui um dos elementos conformadores do subdesenvolvimento, segundo a leitura tipicamente cepalina de Furtado: a heterogeneidade econômica estruturalmente constituída pela coexistência de um setor moderno, ligado aos mercados exteriores, com uma vasta área de produção para subsistência, além de toda a sorte de entraves ao desenvolvimento do mercado interno, elemento dinamizador, por excelência, do desenvolvimento autônomo (ibid., p. 51-52).

Não se deve esperar, no entanto, que haja tendência ao crescimento do núcleo dinâmico, de modo a absorver a economia estacionária, pois, "a colonização nem sempre dá início a um processo continuado de desenvolvimento". E a razão disso é a condição específica da dinâmica colonial, já que "o núcleo criado pela imigração de capital e técnica não apresenta as mesmas características de uma economia industrial autônoma" (ibid., p. 55). Celso Furtado refere-se aqui à dinâmica histórica que, subordinando as áreas periféricas à região metropolitana, faz com que as melhorias técnicas e os decorrentes aumentos de produtividade nas empresas coloniais não sejam incorporados à "renda nacional" da colônia mas, sim, da metrópole. Desse modo, o "aumento da produtividade no núcleo industrial de natureza colonial não é, portanto, necessariamente, um elemento dinâmico tendente a absorver a economia estacionária preexistente" (ibid., p. 56).

A especificidade da dinâmica colonial – o caráter dependente e subordinado de sua configuração histórica – revela-se, igualmente, ao modelar o processo de formação de capital e o custo relativo dos fatores. Discutindo a orientação das inversões de capital, Furtado mostra que as possibilidades de investimentos se restringem ao setor exportador ou, em alguns casos, à colocação de capitais no exterior. Segundo suas palavras (ibid., p. 62),

> O empresário colonial tem um campo de ação muito mais limitado. Devendo inverter no setor exportador, ele terá que escolher entre alguns produtos primários. Ocorre, ademais, que ele tem contra si a dinâmica da procura destes produtos primários. Quase sem exceção, essa procura é pouco elástica em função dos aumentos de renda nos países importadores. Podem aumentar bastante os gastos dos consumidores norte-americanos sem que a procura de açúcar e banana apresente alterações sensíveis. Em condições como essas, compreende-se que o empresário colonial recorra ao mercado de capital da metrópole para aplicar seus lucros. Dessa forma, a economia colonial perde todo impulso de crescimento.

Com isso, Furtado pretende demonstrar que a formação de capitais na economia colonial periférica não segue de modo autônomo seus impulsos internos e que os estímulos aos investimentos não expressam os movimentos e perspectivas de gastos realizados dentro da economia. Dependente da dinâmica externa, a economia colonial encontra sérios obstáculos a um crescimento contínuo, sustentado, tão somente, pela expansão das exportações de bens primários, de procura inelástica nos mercados mundiais. Nesse aspecto, a economia colonial não seria, propriamente, um sistema econômico, mas parte subordinada, dependente de um sistema mais amplo.

O passo seguinte é a análise dos mecanismos econômicos da economia colonial escravocrata brasileira, dos séculos XVI e XVII, segundo a ótica da leitura de Furtado do capitalismo periférico, ou seja, a inexistência do mercado interno como elemento dinâmico da economia. Segundo ele, a colonização do Brasil baseou-se na agricultura tropical do açúcar, tendo a grande unidade produtora escravista como eixo dinâmico. E nessa estrutura (ibid., p. 72),

> Todos os fatores de produção eram de propriedade do empresário, e a remuneração dos mesmos poderia ser considerada como gastos fixos. Sendo assim, as oscilações nos preços de venda e mesmo na escala de produção afetavam apenas a remuneração do empresário, isto é, a massa de lucros. Numa economia desse tipo inexiste, como expressão econômica, o mercado interno.

Tomada a economia industrial como ponto de referência, Furtado analisa os efeitos dos investimentos na economia colonial escravocrata.

Enquanto, na primeira, "a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma", pois "a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores", na segunda, os investimentos aumentam "o ativo do empresário", sem, no entanto, criar "um fluxo de renda monetária". De forma semelhante comportavam-se os gastos de consumo, pois, se uma parte significativa deles era realizada no exterior através de importação de bens de consumo, uma outra "consistia na utilização da força de trabalho escravo na prestação de serviços pessoais. Neste último caso, o escravo se comportava como um bem durável". E sua conclusão, afinal, é a de que, sendo "a totalidade dos fatores de produção (...) propriedade do empresário, a renda monetária criada no processo produtivo revertia no todo às mãos desse empresário" (ibid., p. 74-75).

Todas essas colocações têm um objetivo claro: evidenciar a impossibilidade de crescimento, entendido como transformação da estrutura econômica colonial. O que Celso Furtado tem em mente é demonstrar que, enquanto houvesse uma expansão da procura do açúcar no mercado internacional, além de uma oferta interna elástica de mão de obra e terras, a economia colonial poderia se expandir sem, no entanto, modificar-se estruturalmente, pois não existia qualquer "possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo desse lugar a um processo de desenvolvimento de autopropulsão". E isso porque a estrutura colonial não abria espaço à inversão dos lucros em "obras reprodutíveis ligadas ao mercado interno", uma vez que a "procura monetária interna se limitava aos gastos da classe proprietária, gastos esses que eram expedidos no exterior, seja diretamente através da importação de bens de consumo seja indiretamente mediante a importação de força de trabalho para prestar serviços pessoais" (ibid., p. 78).

2.2 *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*, HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA E OS ANOS 30: UMA QUESTÃO DE RAÍZES

Viu-se, anteriormente, que, até meados dos anos 50, Celso Furtado acomodou em sua bagagem intelectual o doutorado na França sobre a economia colonial açucareira; a experiência como integrante da primeira equipe de economistas que, sob liderança de Prebisch, construiu a Cepal

e transformou o capitalismo periférico em objeto de reflexão teórica; a publicação de artigos e de um livro no qual a temática do subdesenvolvimento, tendo o processo brasileiro como referência central, começou a ganhar corpo. Restava ainda por vir a experiência dos seminários no King's College, em Cambrigde, o "santuário keynesiano", para onde Furtado, depois de licenciar-se da Cepal, dirigiu-se, ao final de 1957, para um estágio de alguns meses. Lá entraria em contato direto com os discípulos de Keynes e com os debates teóricos a respeito do desenvolvimento e dos problemas de distribuição de renda, de modo a reciclar seu keynesianismo, originalmente absorvido na Cepal.[18]

Formação econômica do Brasil sintetiza toda essa trajetória: o ponto de chegada de um caminho percorrido durante uma década e em cujas extremidades estão, de um lado, a transformação de uma sensibilidade para a história em um instrumento intelectual de compreensão de processos econômicos e de fundamentação ideológica para um projeto nacional, e, de outro, a vivência acadêmica internacional dos debates que atualizaram as categorias keynesianas de abordagem dos problemas de desenvolvimento.[19] E, de permeio, a experiência como membro da equipe

---

[18] "No King's College, em pleno santuário keynesiano, Furtado pôde mergulhar nas grandes questões teóricas da dinâmica econômica, num momento de particular fertilidade dos célebres membros daquela comunidade acadêmica. Lá estavam todos os principais discípulos, colaboradores, interlocutores e mesmo antagonistas de Keynes, como Kaldor, Joan Robinson, Meade, Kahn, Pierro Sraffa, Garegnani, Pigou, ruminando as grandes questões da teoria econômica. Kaldor desenvolvia um modelo keynesiano de crescimento, dando uma certa ênfase às questões de distribuição de renda, que seriam bastante valorizadas na obra de Furtado, enquanto Sraffa tentava, em *Produção de mercadorias por meio de mercadorias,* equacionar um dos maiores enigmas da teoria econômica contemporânea, qual seja, determinar um padrão invariável de valor por meio do instrumental neo-ricardiano" (MANTEGA, 1989, p. 34). Ver, também, depoimento de Furtado à autora, em Anexo.

[19] Em *Fantasia organizada*, Celso Furtado lembra o convite de Kaldor, no México, para o estágio de um ano em Cambridge, o seu interesse pelo campo da teoria da distribuição e, particularmente, seus objetivos na temporada no King's College. No documento encaminhado à Fundação Rockefeller, com um pedido de bolsa, afirmava: "Meu principal objetivo é trabalhar no campo da dinâmica econômica, com especial referência à teoria do subdesenvolvimento. Isto implica reconsiderar os enfoques clássico, neoclássico e keynesiano da teoria da produção, da distribuição da renda e do comércio internacional e um esforço suplementar para observar os resultados das pesquisas recentes, particularmente as que se referem à construção de modelos dinâmicos" (p. 197). Em outra passagem refere-se aos seus primeiros contatos acadêmicos com as formulações de Kaldor: "Foi numa das sessões do seminário de Sraffa, que tinha lugar na antiga Marshall Library, que foi apresentado pela primeira vez o "modelo de crescimento econômico" de Kaldor. Aí se introduz uma "função de progresso tecnológico" que relacio-

de Prebisch na Cepal, na fase mais promissora da instituição, quando foram lançadas as bases para a teorização do subdesenvolvimento e para o projeto de defesa institucional de industrialização da América Latina.

Como nasceu o *Formação econômica do Brasill* em *Fantasia organizada,* Celso Furtado dedica um capítulo especial e parte de um outro às circunstâncias que envolveram a elaboração do livro. Nos fatos que sua memória seleciona e oferece como experiência vivida, encontra-se, curiosamente, a presença do acaso e dos incidentes do destino. O imprevisto, o acontecimento fortuito, que rondou a publicação do livro, teria igualmente presidido seu nascimento, pois, segundo suas palavras (1985, p. 204-205):

> Ao sair do Rio, um editor insistira comigo em republicar *A economia brasileira,* cuja primeira edição fora financiada por mim mesmo e tivera escassa circulação. Neguei autorização, pois considerava o livro uma obra de circunstância, reunião de coisas heterogêneas; mas prometi que consideraria a hipótese de reescrevê-lo, destacando a parte sobre o Brasil para publicação autônoma. O avião da Panair em que viajei para Londres teve um acidente ao baixar em Recife, onde fazia escala, obrigando-me a permanecer dois dias nessa cidade. Perambulando pelas ruas para rever os locais que frequentava quando era aluno do Ginásio de Pernambuco, entrei na velha livraria Imperatriz. Entre os livros que adquiri estava uma reedição recente de *História econômica do Brasil* de Roberto Simonsen, que havia lido dez anos antes. Folheando esse livro e detendo-me na massa de informação quantitativa que contém sobre o período colonial, veio-me a ideia de tentar a elaboração de um modelo de economia do açúcar a meados do século.
>
> Foi dessa ideia que surgiu a *Formação econômica do Brasil*, redigida entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958 nas "sobras de tempo" que ia furtando ao festival do debate teórico. O método era o mesmo, que utilizara em trabalhos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica; extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História.

na a taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador com a taxa de crescimento da produtividade da mão de obra. Esse modelo permitia introduzir a distribuição da renda, como elemento exógeno, em sua dinâmica. O impacto foi considerável, tanto sobre discípulos, como em adversários e rivais, e não havia ninguém em Cambridge que não se incluísse em uma dessas categorias" (FURTADO, 1985, p. 203).

Existe aqui uma sugestiva indicação de um caminho para análise, que faz jus a algumas tendências contemporâneas da historiografia, que trazem a subjetividade do agente individual para o campo da história, atribuindo-lhe legalidade teórico-analítica.[20] Refiro-me à possibilidade de trabalhar com o *sentido das escolhas* que a memória de Celso Furtado faz do passado, com o significado que o inesperado e o fortuito ganham nas lembranças desse sujeito histórico, que pautou sua vida como intelectual e planejador racional, como cético admirador do positivismo, pelo menos nos primórdios de sua formação. Fica aberto, inclusive, o caminho para a compreensão do papel que ele próprio desempenhou na construção da aura de intelectual nacionalista e reformador que o cerca contemporaneamente, e que pode ser notado, sobretudo, em sua autobiografia. Nela evidencia-se a consciência, *a posteriori,* da importância de sua atividade política e ideológica; do lugar de destaque ocupado por *Formação econômica do Brasil* no contexto de sua obra e de seu projeto desenvolvimentista, e do papel por ele desempenhado na interpretação do Brasil contemporâneo.

No entanto, o fio que se pretende puxar é outro: aquele que articula a trama das primitivas influências e das interlocuções do pensamento de Celso Furtado com o amplo movimento intelectual que, gestado no Brasil a partir dos anos 30, impregnou profundamente a ciência social e a historiografia nacionais. O que se quer investigar é a dimensão da importância de tal produção para suas concepções e que bem pode constituir um substrato essencial, algo como uma base de sustentação para suas conhecidíssimas formulações cepalino-keynesianas. Influências e interlocuções não consideradas, em geral, pelos inúmeros analistas e comentadores da obra de Furtado, que as veem quase única e tão somente no contexto do ideário latino-americano desenvolvimentista da Cepal (MANTEGA, 1989; MALLORQUIN, 1993; BIELSCHOWSKY, 1989; SUZIGAN, 1986). Se esta é, obviamente, uma determinação reconhecidamente essencial, não há, no entanto, motivo para não indagar por raízes que, muito mais profundamente, possam prendê-la a certas tradições do pensamento social brasileiro da década de 1930. E, nesse sentido, é bastante sugestiva a seleção feita pela memória de Celso Furtado, que, ao privilegiar o livro de Roberto Simonsen, fornece uma pista muito importante do rumo para onde a análise pode, por ora, prosseguir.

---

[20] A propósito, ver Le Goff (1996).

> Como é sabido, a iniciativa de articular uma história econômica do Brasil não foi primazia de Furtado. Muitas décadas antes, ainda na Primeira República, em 1923, tem-se notícia da publicação, no Rio de Janeiro, do livro *Pontos de partida para a história econômica do Brasil,* de João Lemos Brito. Provavelmente, a primeira tentativa de sistematização geral da trajetória histórico-econômica do país.

O pioneirismo da iniciativa não escapa ao próprio autor que, no Prefácio à primeira edição, observa que (BRITO, 1923),

> Se a história do Brasil ainda está por escrever na sua parte mais atraente e mais fácil, a dos acontecimentos políticos, apesar dos notabilíssimos ensaios dos Capistrano e dos Rocha Pombo, dos Vieira Fazenda e João Ribeiro, dos Araripe e Teodoro Sampaio, dos Varnhagen e barão de Studart, dos Melo Moraes e Felisbelo Freire, dos Pereira da Silva e tantos outros historiadores antigos e modernos, a econômica estava pedindo, e continua a pedir, o seu historiador paciente, arguto e que tenha por si as garantias imprescindíveis da tranquilidade de espírito, sem a qual todo o esforço acabará disperso e fragmentado.[21]

Da obra projetada para três volumes (Colônia, Império e República), apenas o primeiro chegou a ser publicado. Abarcando o largo período que vai do século XV – onde são analisadas as "causas da despreocupação de Portugal pela sorte da lavoura no Brasil colonial" – ao século XIX – em que o foco "são as relações econômicas entre Brasil e Portugal em 1822" –, o trabalho tinha um claro propósito: demonstrar que a destinação agrária do país poderia ser desentranhada de suas raízes históricas mais profundas. O que se percebe é que a continuidade da tradição não se limita, apenas, ao propósito de reafirmar o agrarismo das elites conservadoras. O caráter ensaístico do livro, a quase completa ausência de dados quantitativos, de estatísticas e de fontes primárias, o pequeno apreço pelas análises do processo de produção e circulação, o viés étnico-racial, as formulações impressionistas e a retórica bacharelesca, vinculam-no, sem dúvida, ainda, ao perfil historiográfico, então

[21] "Duas Palavras" (da primeira edição). Não consta o número da página. Na transcrição deste texto, fiz a atualização ortográfica.

hegemônico, alimentado pelo Instituto Histórico Geográfico Nacional. O que se pode perceber é que a preocupação pioneira com a história econômica não consegue ser acompanhada, ainda, por uma inovação efetiva, seja na construção teórica, seja nos explicitados propósitos. A viabilização da novidade terá que aguardar alguns movimentos decisivos da formação social brasileira, a partir da terceira década do século XX.[22]

Como se verá a seguir, os historiadores nacionais não serão os primeiros a empreender uma sistematização geral e inovadora da história econômica do Brasil, amparada em farta documentação primária, dados quantitativos, índices estatísticos, e a buscar o sentido das formas da produção econômica e os vínculos entre as flutuações econômicas mundiais e as ondulações cíclicas da economia nacional.[23] As produções pioneiras dessa natureza terão que ser procuradas fora do país.

Em 1928, surge em Lisboa o livro do historiador português João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico - esboços de história*. Esse trabalho, que, segundo suas palavras, obedece "ao conceito materialista, não único, mas certamente indispensável para a compreensão da história", não tem o Brasil como foco central, pois seu objetivo é "esboçar as correntes econômicas" que dominam a história de Portugal, uma vez que não é "sem interesse indagar por que preço pagou as suas glórias, e quais os efeitos delas nas condições gerais do país" (1978, p. 7). No entanto, ao tratar, em amplo painel, da organização da história econômica portuguesa, de suas origens, no século XIII – "A Monarquia Agrária" –, ao período da decadência e da hegemonia inglesa, no século XIX – "No signo de Methuen" –, seu autor se detém, longamente, na estruturação econômica da colônia na América portuguesa.

Para se ter uma ideia da abordagem realizada por Azevedo, encontram-se nos estudos sobre o descobrimento da rota marítima para a Índia, durante o expansionismo da Casa de Avis, referências ao "ciclo

---

[22] A respeito da produção historiográfica no Brasil, na área da história econômica, consultar Rodrigues (1978, p. 168-169), que traz um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema.

[23] Essas observações dizem respeito a formulações que tinham como propósito uma caracterização global da história econômica brasileira. Análises pontuais, circunscritas a alguns aspectos ou setores da economia, notadamente o das finanças e o açucareiro, são abundantes na historiografia brasileira desde o final do século XIX. Nela se destacam os trabalhos de Castro Carreira, Amaro Cavalcanti, Leopoldo Bulhões, Pandiá Calógeras, Capistrano de Abreu, Vítor Viana, Afonso d'E. Taunay, entre outros (RODRIGUES, 1978, p. 167-169).

da pimenta" – "de todos os produtos buscados, [o] mais abundante e de maior consumo" e, portanto, o mais precioso para o mercantilismo[24] português –, ao que se segue, logo após, o "primeiro ciclo do oiro", alimentado pelas descobertas nas costas da África. Aliás, esta, também, uma experiência de curta duração, uma vez que já na segunda década do século XVI apresentava evidentes sinais de esgotamento.[25]

O foco da análise passa a incidir, prioritariamente, sobre a organização econômica da América portuguesa quando Azevedo se dedica à passagem da fase extrativista para a da organização da produção colonial. Aí encontra-se, sob o título "O império do açúcar", um minucioso estudo sobre "o ciclo do açúcar": as razões da escolha do produto como sustentáculo da colonização no Brasil, as condições do tráfico de escravos africanos, a estruturação e o funcionamento dos engenhos e sua associação com o tabaco. De igual modo, no capítulo "Idade de oiro e diamantes" está a caracterização do "ciclo mineiro" – a descoberta e exploração das jazidas, os efeitos da intensa emigração para a região das minas, a exploração do trabalho escravo e o sistema fiscal opressivo imposto pela coroa portuguesa.

De modo sumário, o que se flagra aqui, em primeira formulação sistemática, é a ideia dos ciclos na economia colonial, que fez fortuna na caracterização da história econômica do Brasil, balizando muitas análises da formação econômica nacional, notadamente as de Roberto Simonsen, de Caio Prado Júnior e, no caso que nos interessa especificamente, de Celso Furtado.

Algum tempo depois, em 1935, é publicado o livro de John F. Normano, professor de Economia da Universidade de Harvard - *Brazil:*

---

[24] "'Das cousas da Índia em que mais se põem os olhos' dizia no *Soldado Prático* ao seu interlocutor o vice-rei. 'Lume dos olhos de Portugal', lhe chamava Gaspar Correia. E na opinião comum, que por seu turno o *Soldado Prático* enunciava, a pimenta tinha sido o móvel único da descoberta. (...) Não se podia com mais clareza afirmar o intuito dos que tinham planeado e executado o empreendimento. No êxito proveitoso participava a nação inteira. Assim se creu, nos baixos como no cimo da escala social, e em um sonho de riquezas fáceis e prosperidade nunca vistas, dos pobres lavradores aos bem providos donatários, toda gente no país se enlevou" (AZEVEDO, 1978, p. 119).

[25] "Importa ponderar que, fossem embora muito abundantes as jazidas, a extracção pelos selvagens, por métodos primitivos, e sem continuidade no trabalho, tinha de ser forçosamente de curta duração. Os tesouros que haviam de engrandecer a monarquia na Europa o Oriente os consumiu. Bem se pode dizer que a joia de ourivesaria dos Jerónimos foi tudo que deles se aproveitou" (ibid., p. 172-173).

A Study of Economic Types –, redigido três anos antes, e que, em 1938, ganhou uma tradução em português, um novo título - *Evolução econômica do Brasil* – e uma edição patrocinada pela Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos (NORMANO, 1975, p. 19-21).[26] Esse trabalho segue por rota diversa da percorrida por Azevedo, a começar pelo próprio objeto de pesquisa, "um estudo do 'típico' na história econômica do Brasil", "uma história não de fatos, mas de tipos e de tendências". Além de ter, especificamente, a história econômica do país como foco de análise, o texto dilata, com larga abrangência, sua temporalidade, de modo a apresentar um panorama "da vida isolada de uma colônia remota às ondulações das modernas economias e políticas mundiais – da dependência colonial ao nacionalismo econômico", ou seja, o amplo período que vai da colônia aos anos 30 do século XX (ibid., p. 14).

Além do amplo recurso a textos consagrados da historiografia nacional,[27] Normano inova pela construção de uma história econômica global, pela abundante utilização de índices estatísticos, pelo enfoque quantitativo e pela intensa utilização de fontes primárias – estatísticas econômicas e relatórios de ministérios públicos, recenseamentos oficiais e dados obtidos na imprensa periódica. Elas servirão para alimentar modelos históricos, criados com a finalidade de articular aspectos sociopolíticos e culturais com o processo econômico e comprovar o vínculo entre os movimentos da economia brasileira e as flutuações do capitalismo mundial. Daí, resultam, a um só tempo, uma concepção cíclica da processualidade econômica do Brasil e uma visão de sua dependência ante os mecanismos do mercado mundial, como pode se observar no texto a seguir (ibid., p. 14):

---

[26] "Brasilianista" *avant la lettre*, Normano antecipa, em plena era da Grande Depressão, uma prática que se fixará anos depois: a ação de operosos e dedicados *scholars* norte-americanos, estimulados pelo Departamento de Estado dos EUA e apoiados por grandes universidades, empenhados em investigar a história e as particularidades da vida social dos países latino-americanos. Nesse caso específico, Normano refere-se ao estímulo do "Dr. Herbert Feis, do Departamento de Estado dos EE.UU., como um dos primeiros que frisou a necessidade desta investigação" e à "assistência que a direção do Harvard Bureau for Economic Research in Latin America" lhe proporcionou (ibid., p. 16).

[27] Pandiá Calógeras, Alcindo Guanabara, Amaro Cavalcanti, Alberto Torres, Paulo Prado, Joaquim Nabuco, Oliveira Viana, Capistrano de Abreu, Alfredo Ellis Júnior, von Martius, Brito Lemos são alguns dos autores presentes na extensa bibliografia arrolada por Normano.

> A fronteira econômica ainda se move, pois as reservas territoriais (políticas) do Brasil estão longe de serem esgotadas. A facilidade com que a expansão extensiva foi levada a efeito contrabalançou a expansão intensiva, conduzida a um "Raubwirtschaft", e a uma perpétua mudança dos produtos principais. Açúcar, ouro, algodão, borracha e café - formando um caleidoscópio das variações dos produtos principais e, muitas vezes, dos tipos econômicos humanos correspondentes, fazendo progredir diferentes estados e diversas classes sociais, preparando o fundamento econômico para suas aspirações e realizações políticas. Mas o mercado mundial e os seus preços permanecem o árbitro todo poderoso de seus conflitos; e esta dependência do mercado mundial é o fator determinante de sua economia.

Amparado na ideia de "deslocamento de fronteiras", conceito absorvido de F. J. Turner, historiador norte-americano do começo do século, Normano cria tipos econômicos humanos genéricos, de discutível valor explicativo, para dar conta do processo de expansão e da diversidade interna das atividades econômicas do Brasil. Surgem, assim, as figuras emblemáticas, verdadeiros arquétipos, do bandeirante, do fazendeiro, do paulista, do sertanejo e do estrangeiro, que denotam um certo matiz *schumpteriano* (ibid., p. 69-89). Mas se essas formulações não deixam rastros na produção da historiografia econômica elaborada no país posteriormente, o mesmo não se pode dizer da sua concepção de ciclos econômicos, que se sucedem ao sabor das injeções do mercado mundial e que desvelam a extrema dependência do país e a sua fragilidade como parceiro dos grandes centros capitalistas. Dela se valerá amplamente o pensamento social brasileiro, nas décadas seguintes (ibid., p. 60):

> A história da economia brasileira é uma série de "recordes" sensacionais caracterizada por uma sequência de flutuações que espantam. Ela constitui, na verdade, a história do aparecimento e desaparecimento por assim dizer de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia a sua existência. A sua característica principal é a permanente mudança das condições dos produtos que poderemos chamar de "produtos-reis". Açúcar, cacau, ouro, fumo, borracha, café – cada um desses produtos tem o seu lugar na história do país e foram, cada um no seu tempo, o "eixo" da economia nacional (ou estadual), dando ao Brasil uma supremacia mundial temporária (ibid., p. 36).

> Quando os mercados mundiais criam nova necessidade de um produto, que o Brasil já produziu, o país responde a essa procura com um febril aumento de produção. Mas trata-se de uma economia frágil, "Raubwirtschaft", um aumento de quantidade e não de qualidade. Os altos preços desses períodos de primeiro aparecimento de novos produtos estimulam-no a produzir mais, mas não a produzir mais barato. Os proventos são oriundos da quantidade e não devidos a melhores métodos de produção.

Além dessa problemática, o tratamento das finanças públicas absorvem-no longamente, uma vez que quase metade do livro é dedicada a digressões sobre o orçamento, a política fiscal do Império e a experiência republicana do Encilhamento; à análise de bancos e moedas; ao estudo da política financeira de Rui Barbosa, contraposta à de Joaquim Murtinho. Mas, se, por um lado, com tais preocupações, aproxima-se de uma tradição que, desde o fim do século XIX, trata as questões econômicas nacionais quase exclusivamente em termos de política monetária e cambial,[28] por outro, mais uma vez pioneiro, antecipa formulações que marcarão intensamente o debate intelectual dos próximos anos: o caráter "dualista" da formação social brasileira. É assim que se podem entender suas palavras a propósito de um "Brasil econômico", pequeno e "relativamente desenvolvido", que sustenta um "vasto Brasil político" atrasado; peso financeiro mal suportado, uma vez que

> [...] a população da costa e do interior próximo tinha que cobrir as despesas do país imenso e escassamente povoado. A pequena parte desenvolvida do país tinha e tem de prover os recursos financeiros para a parte não desenvolvida. O Brasil econômico, ainda não industrializado, arca com a despesa de possuir colônias no Amazonas, Mato Grosso, Goiás, e outros Estados que não puderam ser povoados nem desenvolvidos, mas tiveram de ser suportados.

[28] Uma rápida observação de alguns títulos da área econômica, publicados entre o final do século XIX e início do XX, corroboram essas observações: Carreira (1889), Cavalcanti (1893), Calógeras (1910), Viana (1926). Dados completos sobre publicações do gênero, consultar Rodrigues (1978, p. 168-169).

E, apesar de considerar um evidente exagero comparar o Brasil "a um trem de vinte e um vagões puxados por uma locomotiva, que seria o Estado de São Paulo", lembra que a substituição deste Estado pelo "Brasil econômico" poderá tornar a comparação verdadeira. Obviamente, não lhe escapa, também, o "espectro da secessão", já que o "desenvolvimento diverso dos Estados e sua diferente participação na vida fiscal da federação tornaram-se uma fonte permanente de desorganização política, insatisfação local e dificuldades financeiras" (ibid., p. 114).

Seguindo a trilha aberta pelos trabalhos de Azevedo e Normano, surge no Brasil, a partir da década de 1930, uma significativa produção de historiografia econômica: Roberto Simonsen publica, em 1937, *História econômica do Brasil (1500/1820)* e, logo a seguir, *A evolução industrial do Brasil*, em 1939; Caio Prado Júnior, depois do ensaio sobre a *Evolução política do Brasil,* publicado em 1933, lança o *Formação do Brasil contemporâneo,* em 1942, e a *História econômica do Brasil* (1945). Outros livros, de menor expressão, também são editados nesse período: Alfredo Ellis Júnior produz, em 1937, *A evolução econômica paulista e suas causas;* Afonso Arinos de Mello Franco, edita, em 1938, a *Síntese da história econômica do Brasil* e, em 1944, o *Desenvolvimento da civilização material do Brasil;* José Jobim publica, em 1941, a *História das indústrias no Brasil.*

Como explicar a fertilidade dessa linha editorial? O interesse ampliado pela produção material que trouxe a processualidade econômica para a linha de frente da historiografia brasileira?

Para alguns, como Antonio Candido, a produção intelectual desse período – representada paradigmaticamente pelas publicações de *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil contemporâneo,* de Caio Prado Júnior –, "parecia exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo", e diante da qual a teoria consagrada pela tradição antecedente "parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais". No lugar da elaboração ensaística precedente, sustentada por categorias "banhadas em certa aura qualitativa", alguns novos estudos que, abrindo caminho a uma historiografia econômica nacional, preocupavam-se com "o desnudamento operoso dos substratos materiais", com exposições fatuais "visando a convencer pela massa do dado e do argumento" (CANDIDO, 1999, p. 9-11).

Com argumentação semelhante, Carlos Guilherme Mota afirma que a crise e o movimento de 30 trazem o "redescobrimento do Brasil" e novas "linhas de interpretação da realidade" que desautorizam a "Historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (fundado em 1838)". Assim, a análise das relações sociais "a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico" e a emergência das classes como categorias explicativas da formação brasileira, com os trabalhos na vertente marxista de Caio Prado Júnior, colocaram "em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante" (MOTA, 1977, p. 28).

O que se percebe é que o Brasil dos anos 30, que aos poucos passa a viver sob o signo de uma modernidade contraditória, instiga a *intelligentsia* nacional e pede um novo tratamento, para além das abordagens étnico-raciais dominantes. As elites intelectuais são levadas a atualizar a discussão da problemática nacional, já que as doutrinas racistas – alicerces teóricos dos debates nas décadas precedentes e cujos fundamentos remontam ao Império[29] – revelam-se então insuficientes ante as exigências ideológicas de um movimento histórico que atualiza, em bases industriais, o processo de modernização capitalista do país. A grande crise econômica da terceira década, a agitação social, a cisão oligárquica, a escassa representatividade política dos novos extratos sociais, a intensa movimentação cultural (de que o modernismo é boa expressão) configuram um "presente problemático", cujas raízes – "a formação nacional" – devem ser investigadas. E, nesse processo, os recursos da análise social do período são questionados, abrindo-se espaço à renovação das ciências sociais no Brasil.[30] Marilena Chauí, num ensaio sobre o pensamento conservador, sintetiza os grandes temas que, à direita ou à esquerda, mobilizam os intelectuais da geração pós-30:

[29] Em O *espetáculo das raças*, Schwarcz observa que "É possível dizer (...) que os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil. Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos arranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça" (1995, p. 65). Ver, também, Odália (1997). Na segunda parte do presente trabalho, as questões que envolvem historiografia, questão nacional e as primeiras décadas do século XX serão objeto de tratamento sistemático.

[30] Sobre a movimentação intelectual no imediato pós-30, consultar Medeiros (1978), Ianni (1989), Bastos (1989), Pécaut (1990), Chauí e Franco (1978), Chauí (1978).

> (...) 1) a "descoberta" do Brasil real pela *intelligentsia,* que passa a combater o Brasil legal, formal e irreal; consequentemente, 2) o nacionalismo como afirmação do Brasil real; e a 3) a ideia de que a análise científica (o cientificismo) é instrumento para conhecer essa realidade (a fundação da Escola de Sociologia e Política em São Paulo; da SEP, futuramente AIB, também em São Paulo; do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro; a fundação da Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1934, etc. atestam o fenômeno); 4) a necessidade de criar elites pensantes e dirigentes para salvar ou mesmo para criar a Nação por meio do Estado; 5) a modernização econômica e social do país, entendida ora como industrialização, ora como agrarismo racional. (1986, p. 27-28)

Nesse contexto, em 1937, é publicada a primeira grande obra da historiografia econômica brasileira, *História econômica do Brasil,* de Roberto Simonsen – na verdade, a reunião de um conjunto de conferências preparadas para um curso, até então inédito na academia, de História da Economia Nacional, ministrado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, de abril a novembro de 1936.[31] As preocupações em não se restringir "a sistematizações doutrinárias ou a conceitos metodológicos", mas ser "objetiv[o], realist[a], examinando os fatos econômicos, tais como se apresentaram na formação do Brasil, comentando-os ou comparando-os com os que se processaram concomitantemente

[31] A Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESPSP) foi criada em 1933, logo após a fracassada Rebelião Constitucionalista de 1932, contra o governo Vargas. Surgiu dentro da mesma proposta que presidiu, um ano depois (1934), a criação da Universidade de São Paulo. Ou seja, um programa de reforma política a partir da formação de novas elites. Segundo Simonsen, era projeto da ESPSP divulgar "noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante de que São Paulo era, e é, a vítima principal" (SIMONSEN, 1957, p. 19).
Ao lado de lideranças políticas e empresariais paulistas, Simonsen esteve intensamente envolvido na criação da Escola, presidida pelo espírito de racionalidade e cientificismo que marcou a renovação das ciências sociais no período. Mas o líder industrial participou também da fundação do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), em 1928, que na era Vargas transformou-se na Fiesp, sob sua liderança. Mais expressivo ideólogo da corrente industrialista da década de 40, Simonsen defendia a industrialização nacional, apoiada na ação planificadora e protecionista do Estado, capaz de colocar o mercado interno a salvo da concorrência estrangeira. Ficou famosa, nos anos 40, sua polêmica com Eugênio Gudin que, defendendo os grandes interesses agroexportadores, professava um liberalismo econômico irrestrito (VIEIRA, 1987, capítulo I).

em outros povos, esforçando[se], à luz das realidades econômicas, por saber dos 'porquês' dos acontecimentos verificados" (SIMONSEN, 1969, p. 20-21), dão a dimensão do clima intelectual que preside à organização do curso e do livro, que valorizava a objetividade quantitativa e documental, seguindo a linha de tendência dos trabalhos que, na época, pretendiam fazer frente à historiografia de talhe tradicional. Isso, aliás, não passou despercebido de Afrânio Peixoto que, na nota introdutória, refere-se à descoberta de um Brasil que os "velhos olhos" não podiam ver, mas que os "olhos novos" de Simonsen foram capazes de perceber, ou seja,

> (...) na História do Brasil a infraestrutura decisiva e fundamental, de nossas historietas mal contadas, político-administrativas, que se esboçam, tabelioamente, nos compêndios, sem explicação. Não quisemos ver o fato econômico irredutível, imprescindível, não compreendemos nada... Deciframos hieróglifos sem chave... Poesia. Ficção. Agora, com a chave, é que vem a interpretação exata... (ibid., p. 12)

As citações eruditas de Antonil, Martius, Gandavo, Saint Hilaire, Mary Grahan; o recurso aos trabalhos de Pandiá Calógeras, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Vítor Viana, Rocha Pombo, Oliveira Viana, Alcântara Machado, Taunay, Alfredo Ellis Júnior, João Ribeiro, Pedro Calmon; as consultas aos textos de Paulo Prado e Gilberto Freyre, evidenciam a familiaridade com os cronistas, com a historiografia nacional consagrada e o benefício do contato com a nova produção intelectual, de início dos anos 30. No entanto, as inovações essenciais ficavam por conta do tratamento desse material; do recurso às formulações de economistas clássicos, como Baptiste Say, Adam Smith ou teóricos contemporâneos da história econômica como Werner Sombart, como forma de embasar as análises e, ao mesmo tempo, conferir estatuto teórico e respeitabilidade intelectual ao trabalho; e da larga utilização de índices estatísticos, de quadros de demonstração quantitativa, de dados e censos oficiais, de tabelas de preços relativos e fluxos econômicos.

O plano da obra é familiar. Seguindo de perto o *Épocas de Portugal econômico,* de João Lúcio de Azevedo, a que recorre, aliás, continuamente ao longo de todo livro, Roberto Simonsen estrutura seu trabalho em 15 capítulos (acompanhados de vários anexos: tabelas, gráficos e quadros

demonstrativos), que cobrem do século XV europeu e mercantilista à fase imediatamente anterior à independência da colônia portuguesa, no início do século XIX.[32] Sua concepção é a de uma história econômica linear que, no Brasil, "se processa através da formação evolutiva de um organismo social em ambiente inteiramente novo" e é modelada ao sabor dos sucessivos ciclos econômicos. Adaptando as formulações do historiador português, já que agora a angulação é brasileira, Simonsen refere-se, inicialmente, ao ciclo do pau-brasil, madeira corante de alto valor, que a colonização, como empreendimento econômico, logo substituiu pelo açúcar, uma vez esgotadas as matas e comprovada a impossibilidade de o extrativismo prender o homem a terra. Logo a seguir, veio o ciclo do açúcar que, associado à pecuária e ao tabaco, enraizou e expandiu o povoamento e introduziu o trabalho escravo, até ser, por sua vez, também, substituído pela mineração, no século XVIII.

Conhecida também é a ideia do "deslocamento de fronteiras", de que Simonsen lança mão para explicar o bandeirismo e o papel de São Paulo na formação da unidade econômica brasileira. O conceito de "*moving frontier*",[33] já utilizado no trabalho de Normano, é o que lhe permite falar de "nossa fronteira flutuante" – estabelecida no Brasil "com precedência de mais de um século" em relação à dos colonos norte-americanos – quando trata da expansão territorial levada a cabo pela "iniciativa paulista".

O caráter mercantil do movimento colonizador português não escapa, também, à observação de Simonsen, que, com isso, acaba por tomar partido numa polêmica que aquecerá o debate na historiografia econômica brasileira pelas próximas décadas. Ao analisar o sistema de capitanias hereditárias, afirma que "não é o feudalismo que caracteriza

---

[32] Segundo Simonsen, "Lúcio de Azevedo, em suas *Épocas de Portugal econômico*, mostra ciclos sucessivos em que gravitou, daí por diante, a economia portuguesa. O ciclo do açúcar, em que Portugal pôde tomar novo alento, baseado na produção brasileira que, no século XVII, dominou o mundo; o ciclo do ouro e dos diamantes no século XVIII, em que o Brasil produziu tanto quanto o ouro dos demais países, nos dois séculos precedentes; a reação nacionalista de Pombal, e, finalmente, as atribulações provindas das guerras napoleônicas que por tanto tempo desorganizaram o velho Portugal. Essas fases serão examinadas em conjunto com as etapas correspondentes da economia brasileira" (1969, p. 41).

[33] Simonsen afirma que "Turner, em sua História da América, criou o conceito do *moving frontier,* a fronteira flutuante, que os colonos americanos transportavam continuamente de Este a Oeste, até atingir o Pacífico, integrando sempre novos territórios à atividade norte-americana em um movimento contínuo, que só terminou nos fins do século XIX" (ibid., p. 238).

o sistema das donatárias, mas sim a inversão capitalista que ele traduz" (ibid., p. 37). Por identificar capitalismo com a existência de mercados e a busca de lucro, não lhe parece (ibid., p. 81-82)

> (...) razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal do sistema das donatárias [pois] todos procuravam a nova terra em busca de fortuna; todos visavam a melhorar sua situação econômica. O fito do lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil. (...) Em boa parte, quem para aqui vinha era com o ânimo de voltar enriquecido. Quem tivesse capital podia pleitear a exploração da terra. Os donatários não eram mais do que exploradores em grande escala. As concessões dadas pelo Rei a esses homens eram o meio de os estimular, facilitando o empreendimento.[34]

É quase consenso, no entanto, entre os que analisaram o sentido e o impacto da renovação intelectual no Brasil dos anos 30, que o grande "choque revelador"[35] foi a publicação, em 1933, do *Evolução política do Brasil,* de Caio Prado Júnior – pequeno livro que é a primeira tentativa de síntese marxista da história brasileira; a busca pioneira do desnudamento das contraditórias relações de classe que deram os contornos de nossa

[34] É interessante observar que as colocações de Roberto Simonsen não padecem das pequenas ambiguidades ainda presentes no trabalho pioneiro de Caio Prado Júnior - *Evolução política do Brasil,* de 1933 —, que, como sabemos, foi o primeiro historiador brasileiro, da área econômica, a sinalizar não apenas o caráter mercantil do empreendimento colonial, mas também o papel que ele desempenhou no processo de acumulação primitiva de capital. Referindo-se à expansão portuguesa, Caio Prado Júnior (1969) lembra que "o surto marítimo que enche sua história do séc. XV (...) fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição" (p.13); para, alguns parágrafos à frente, afirmar que "O regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal. Não gozavam os donatários de nenhum direito direto sobre a terra, vedando-lhes mesmo expressamente os forais a posse de mais de dez léguas (alguns dezesseis) de terra". E concluir que "este ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil" (p. 15).

[35] A expressão é de Antonio Candido, para quem o livro de Caio Prado Júnior, "Trazendo para a linha de frente os informantes coloniais de mentalidade econômica mais sólida e prática, dava o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo. Nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa — como "feudalismo" ou "família patriarcal", mas o desnudamento operoso dos substratos materiais" (1999, p. 11).

processualidade histórica. Segundo Carlos Guilherme Mota, esse é "o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica" (1980, p. 29).

Evolução política apresentava-se como "um simples ensaio", "a síntese da evolução política do Brasil" e não "a sua história completa". Ressalvando apenas a figura de Oliveira Viana – "o primeiro, e o único até agora, a tentar uma análise sistemática e séria da nossa constituição econômica e social no passado" –, Caio Prado Júnior critica "os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras - [que] esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior" (PRADO Jr., 1969, p. 9).

E como resultado desse esforço crítico, apresenta um ensaio de interpretação da história do Brasil, da Colônia ao fim do Império, no século XIX, que dá voz aos excluídos, buscando o sentido de classe das manifestações de rua no Rio de Janeiro, durante a abdicação do Imperador, em 1831, das rebeliões do período regencial e do movimento praieiro.

Esse livro de Caio Prado Júnior traz, ainda embrionárias, as questões essenciais de sua obra historiográfica: o sentido da colonização, o caráter da identidade nacional brasileira e a procura das possibilidades de mudança revolucionária inscritas em nossa realidade histórica. Mas, do conjunto, o que salta à vista é a novidade quanto à interpretação do período colonial. O eixo estruturador é a discussão do sentido do empreendimento, desde logo burguês mercantil:

> Não era e não podia o pequeno reino lusitano ser uma potência colonizadora à feição da antiga Grécia. O surto marítimo que enche sua história do séc. XV não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fôra apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição. (ibid., p. 13)

Não tão evidente aqui como o será em *Formação do Brasil contemporâneo,* de 1942, a inovação da abordagem deve ser creditada, sobretudo, aos seus esforços de inserir o período colonial num contexto mais amplo e funcional, da perspectiva do capitalismo emergente. Isso não passa despercebido dos comentadores, notadamente Fernando Novais, seu herdeiro intelectual na historiografia econômica contemporânea, para quem o "sentido da colonização", como "categoria analítica básica, é apreendido através da inserção do objeto (colonização europeia na América) num todo maior, ou seja, os mecanismos comerciais da expansão marítima europeia" (1986, p. 19).

Ao associar a empreitada colonial à ação de uma burguesia "sedenta de lucro", movida por uma "desmedida ambição" e ligar o processo colonial ao contexto de uma acumulação mercantil, Caio Prado Júnior abre caminho, também, à formulação de uma polaridade que se tornará clássica na historiografia econômica brasileira: colônia de exploração e colônia de povoamento (nos termos de Leroy-Beaulieu, *De la Colonisation Chez les Peuples Modernes*).[36] Desenvolvidas no *Formação do Brasil contemporâneo* e no *História econômica do Brasil*, essas categorias vão lhe permitir distinguir a trajetória diversa seguida pela colonização nas "zonas temperadas" da América do Norte (as possessões do norte, nas 13 colônias inglesas) e nas "zonas tropicais" e "subtropicais" do continente americano. Nas primeiras, o povoamento e a ocupação tomarão outro rumo, "um caráter apartado dos objetivos comerciais, até então dominantes neste gênero de empreitada", pois para lá se dirigem colonos que querem "construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas". Procuram "refazer nela sua existência ameaçada". Disso resultará "uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá semelhanças pronunciadas às do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele" (PRADO Jr., 1971, p. 27). Essas colônias não conhecerão o latifúndio e a escravidão; não terão um caráter extrovertido, subordinado à dinâmica dos mercados europeus. A

[36] Em outra dimensão, que não cabe tratar aqui, dados os objetivos circunscritos deste trabalho, essa identidade entre colonização e empreendimento burguês mercantil abre caminho a uma polêmica que marca de modo essencial o lugar de Caio Prado Júnior na esquerda brasileira. Ao enfatizar a natureza capitalista da agricultura e a inexistência de um feudalismo no Brasil, Prado Júnior entra em confronto com as teses da III Internacional e do PCB sobre a reforma agrária e o caráter da revolução brasileira. Ver, principalmente, *A revolução brasileira,* 1966.

pequena propriedade, o trabalho livre e o mercado interno aí propiciarão as bases para um desenvolvimento autônomo que, a partir do início do século XIX, se tornará autônomo.

Na análise da colônia na América portuguesa, de 1933, Caio Prado Júnior prende-se à constituição do grande latifúndio, às barreiras para a pequena propriedade agrária e à estruturação das classes na sociedade colonial – "o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária [descrita]". Quanto à atividade econômica, restringe-se à organização da atividade açucareira. O estudo de outros produtos, no contexto dos ciclos econômicos, terá que esperar o *Formação econômica*. Aí, sim, a sucessão cíclica da especialização produtiva, a que seus antecessores muito se referiram, aparecerá associada de forma inextricável ao sentido da colonização e ao papel desempenhado pela economia colonial no contexto da divisão internacional do trabalho, que assim ganharão o significado amplo de que antes se falou. Esse é, sem dúvida, o sentido a ser atribuído à sua afirmação de que:

> (...) se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira [contemporânea], que se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. (ibid., p. 31-32)

O que se deve indagar é a função que a categoria "sentido da colonização" ocupa nas análises de Caio Prado Júnior. Não é a colônia, propriamente dita, que lhe interessa. A ela se refere, tão somente, para buscar as bases do século XIX imperial, onde estariam inscritas as raízes do Brasil contemporâneo. Essa é a grande questão. O objeto maior de suas preocupações. E aqui está, também, como já observou Nilo Odália, outro dos

elementos inovadores de sua produção intelectual, isto é, o rompimento com a historiografia tradicional brasileira, que procurava os fundamentos de nossa nacionalidade, apenas e tão somente, no passado colonial (ODÁLIA, 1989, p. 112). O diálogo essencial era, até então, aquele que se estabelecia entre colônia e nação. Com Caio Prado Júnior, é importante ressaltar, as bases nacionais passaram ser buscadas no século XIX: período da primeira modernização capitalista conservadora que manteve intocado o grande latifúndio; a dependência ante as flutuações dos mercados externos; a produção para fora, incapaz de atender às necessidades internas; a posição subordinada no contexto do capitalismo global, que prendia o país a conjunturas nas quais não tinha qualquer ingerência.

Enraíza-se aqui o nacionalismo que fornecerá as tramas da intervenção teórico-ideológica de Caio Prado Júnior, notadamente a partir dos anos 50, em que a questão nacional passa a ser colocada em termos da autonomia ante o sistema econômico e financeiro internacional e de organização de uma produção interna capaz de satisfazer as necessidades do país nacionalmente integrado.[37] E isso porque, ao contrário da historiografia tradicional que o antecede, Caio Prado Júnior já tratava, nos anos 30, a nação como uma entidade constituída, que precisava se firmar economicamente ante os interesses econômicos dos países hegemônicos. Para ele, não pairava dúvida quanto à existência de uma nação brasileira e também não se tratava mais de (PÉCAUT, 1990, p. 99)

> (...) buscar seus sinais no "caráter" ou no "temperamento" da população e nem apelar ao Estado para forjar a sociedade. A nação estava ali constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional.

Com o que foi exposto até aqui, pretendeu-se avançar além do que, tradicionalmente, fazem as análises sobre a produção intelectual de Celso Furtado, em especial sobre o *Formação econômica do Brasil*. Todas, acertadamente, costumam indicar os vínculos teóricos com o pensamento cepalino, com as formulações de Raúl Prebisch, seu

[37] Consultar, a respeito, Prado Jr. (1969).

envolvimento com o nacionalismo planificador e militante dos anos 50 e 60, sua leitura keynesiana da processualidade econômica brasileira. No entanto, fazem tábula rasa de um conjunto de elaborações teóricas, produto do amplo movimento de renovação do pensamento brasileiro, na década 1930, que colocou na ordem do dia a questão nacional, discutida em termos de um Brasil moderno, urbano e industrial. E, como se viu, fazendo parte desse processo de renovação intelectual, surgiu, também, uma historiografia econômica que pôs sob nova angulação o tratamento do período colonial e deslocou para o século XIX a procura das raízes do Brasil contemporâneo. A questão nacional, que tinha como ponto de partida a existência da nação como algo já dado, passou a ser discutida em termos de soberania econômica, cujo pressuposto era o rompimento com a condição de mero parceiro agrário, dependente das grandes nações capitalistas e submetido às flutuações bruscas do mercado – tantas vezes indicadas pela leitura da história econômica do país, numa perspectiva cíclica. Nesse período, também começou a ganhar corpo a ideia de integração nacional, nos moldes de um mercado interno constituído, o qual a produção nacional de mercadorias deveria aos poucos privilegiar. E até mesmo o conhecido debate econômico precedente – o dilema industrialização ou destinação agrária do país – atualizou-se, colocando a questão dos rumos da política econômica do país em termos de sobrevivência da nação soberana.

Quando sua memória, no trabalho de reconstrução da gênese do livro *Formação econômica do Brasil,* seleciona enfaticamente o livro *História econômica do Brasil (1500/1820),* de Roberto Simonsen, Celso Furtado não está apenas dando os créditos a uma influência fertilizadora. Na realidade, está se remetendo a raízes intelectuais mais profundas, de que sua obra é, certamente, tributária. Ou seja, à rica tradição do pensamento brasileiro que, nos anos 30, ao mesmo tempo que "redescobriu" o Brasil, projetando sua modernidade contraditória, empreendeu a constituição das modernas ciências sociais no país. E desse amplo e renovado movimento intelectual, tanto Celso Furtado quanto seus contemporâneos podem ser considerados herdeiros inequívocos, seja quanto à teoria, seja quanto à ação. São tênues as pistas deixadas pelo trabalho de Simonsen no livro *Formação econômica do Brasil,* como se verá a seguir. Mais evidentes, apesar de nunca reconhecidas, são as contri-

buições de Caio Prado Júnior.[38] De qualquer modo, os indícios da presença do pensamento social brasileiro, particularmente dos anos 30, na obra de Furtado são suficientes fortes para autorizar a identificação de algumas influências essenciais, verdadeiros alicerces sobre os quais o keynesianismo e o estruturalismo cepalino se assentaram, permitindo uma formulação nova e originalíssima.

Por fim, é preciso que fique mais uma vez reafirmado que não se desconhecem aqui as particularidades teórico-ideológicas da geração intelectual de Celso Furtado. Que não se perdeu a dimensão específica de um conjunto de condições históricas que, ao longo da década de 1950, propiciou o surgimento de um ideário desenvolvimentista na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular – ideologia de desenvolvimento nacional que mobilizou parcela significativa de intelectuais, políticos e chefes de Estado latino-americanos em torno de instituições como a Cepal, no Chile, ou o Iseb, no Brasil. Em outros termos, uma situação propiciada pela arrancada industrial de alguns países como Chile, México, Argentina e Brasil, com a decorrente subversão dos princípios tradicionais da divisão internacional do trabalho, e que colocou em pauta de discussão o "subdesenvolvimento" capitalista, cuja legalidade teórica foi construída por Hans Singer, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal e, particularmente, Raul Prebisch. Nesse período, propostas de planejamento econômico com diretrizes nacionalistas e industrializantes passaram a fazer parte da componente ideológica de importantes setores das elites intelectuais latino-americanas, identificadas com o capital industrial e que começaram a enxergar no predomínio da agroexportação e na posição de parceiros subordinados nas relações econômicas internacionais os motivos do atraso e da miséria e, sobretudo, os obstáculos ao desenvolvimento capitalista autônomo.

Em síntese, o que se quer lembrar é que Celso Furtado, antes de ser um dos mais importantes teóricos da Cepal, é um intelectual brasileiro herdeiro e continuador do movimento de intensa renovação do pensa-

[38] Em artigo recente, Tamás Szmrecsányi, discute a "omissão quase total de referências à 'bibliografia histórica brasileira'" no *Formação econômica do Brasil.* Procurando as bases bibliográficas dessa obra em trabalhos anteriores de Celso Furtado, chega à tese de doutorado, defendida em Paris, em 1948. Nela encontra uma *"bibliographie choisie"* que, na parte correspondente à bibliografia histórica brasileira, conta, entre outros, com *História econômica do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo,* de Caio Prado Júnior (1999).

mento social que, a partir da década de 1930, "redescobriu" o Brasil em termos de teoria e projeto nacional. Ignorar essas determinações nacionais é fechar uma dimensão essencial para o entendimento das razões do vigor explicativo e a força de convencimento de suas análises. Não é por acaso que se chega a afirmar que, depois de *Formação econômica do Brasil,* passou-se a pensar a história econômica do país em "termos furtadianos": nessa obra encontram-se, juntos, a força do moderno pensamento social brasileiro, nascido com os ares de 30, e o vigor da descoberta teórica do subdesenvolvimento.

3

Formação econômica do Brasil: A reconstrução histórica do subdesenvolvimento

> A preocupação central consistiu em descortinar uma perspectiva o mais possível ampla. Na opinião do autor, sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos.
>
> (FURTADO, 1964)

Formação econômica do Brasil foi organizado em 36 capítulos, agrupados em cinco partes, que cobrem a história econômica do país do século XVI ao século XX. Nas quatro primeiras, ocupa-se dos fundamentos econômicos da colonização, das economias escravistas de agricultura tropical (o ciclo açucareiro) e de mineração; da transição para o trabalho assalariado, no século XIX, com o café. Aqui, nas primeira e segunda partes, a obra parece ter se beneficiado da pesquisa anteriormente realizada no doutorado, na Universidade de Paris, uma vez que, em descompasso com as partes subsequentes, mais discretas quanto às citações bibliográficas, a riqueza de referências aí encontradas denuncia as origens acadêmicas que presidiram sua formulação original. No quinto e último segmento, Celso Furtado dedica-se à análise da transição da economia agroexportadora sustentada pelo café para um sistema industrial, reservando o último capítulo às projeções econômicas para a década de 1960. Como o autor mesmo observa na introdução do livro, aqui, "seguiu de

perto o texto de análise apresentada em trabalho anterior *(A economia brasileira,* 1954)" (FURTADO, 1964, p. 9-10).

O reconhecimento da coerência interna da obra, resultado da estrutura construída por Celso Furtado, não impede de enxergá-la com outro formato, qual seja, distinguindo dois grandes blocos, diferenciados em razão das diversidades de abordagem e de propósitos. Assim, uma leitura que tenha como referência o diálogo entre história e projeto nacional, tal como anteriormente sugerido, permite afirmar que *Formação econômica do Brasil* foi concebido tendo em vista um duplo aspecto. Em primeiro lugar, como uma análise da particularidade do processo de industrialização na periferia subdesenvolvida do capitalismo; e, em segundo, como uma reconstrução do passado colonial e do século XIX brasileiros, com o propósito de buscar nas raízes profundas da história os entraves ao desenvolvimento industrial, as condições de emergência da nação subdesenvolvida. Em outros termos, pode-se compreender a composição interna do livro tendo em vista o objetivo de demonstrar que a evolução histórica e o crescimento dos países subdesenvolvidos são essencialmente distintos daqueles das nações centrais, o que, por sua vez, confere legitimidade às ideias de que tanto a reforma das estruturas econômicas periféricas seria diversa da das desenvolvidas quanto o esforço de teorização desse processo seria, necessariamente, original. Assim, não será[39] *uma arbitrariedade afirmar que Formação econômica do Brasil é um livro a ser lido "de trás para frente" ou, melhor dizendo, que sua construção assim deve ser entendida.*

Pode-se, então, afirmar que, tendo como ponto de partida a constatação do subdesenvolvimento brasileiro – caracterizado pela heterogeneidade estrutural, pela industrialização problemática e por profunda vulnerabilidade ante os mercados mundiais –, Furtado perscrutou o passado, buscando na originalidade de nossa constituição histórica as bases

[39] Bielchowsky empreendeu, com muita propriedade, uma releitura da disposição interna do *Formação econômica do Brasil.* Segundo ele, até os 10 primeiros capítulos da 4ª parte, Furtado dedicou-se "à análise da formação da estrutura subdesenvolvida brasileira", e nos subsequentes à "análise da problemática de crescimento que ocorrerá nessa estrutura específica, na fase áurea da expansão cafeeira e na fase de transição para a economia industrial". Bielchowsky ressaltou, entre outros aspectos, o "enfoque 'keynesiano-estruturalista' da obra" e a preocupação de Furtado, nos capítulos iniciais do livro, "de comprovar que a evolução histórica da economia brasileira conduziu à formação de uma estrutura econômica subdesenvolvida" (1989, p. 50).

do atraso. E isso com o propósito, a um só tempo teórico e ideológico, de demonstrar que o subdesenvolvimento não era um estágio pelo qual as nações adiantadas passaram um dia, mas um produto da expansão capitalista que, deixado ao sabor do livre jogo das forças de mercado, perpetuar-se-ia de modo perverso.

Coerente com essa sugestão de leitura da obra, a investigação deve principiar pela última parte – aquela em que é feita a análise da "economia de transição para um sistema industrial (século XX)". Nessa unidade, a preocupação de Celso Furtado é demonstrar, como economista, a peculiaridade do processo de industrialização brasileira, levado a cabo em uma estrutura econômica atrasada e os desequilíbrios estruturais daí decorrentes. Nesse segmento do livro, o seu keynesianismo de raiz cepalina faz com que a abordagem tenha como foco privilegiado os "mecanismos de expansão dos níveis internos de renda". Nele encontraremos também a exata medida da novidade representada por sua abordagem, a dimensão da originalidade de sua grande contribuição para o pensamento brasileiro dos anos 50 – *a ideia da industrialização por substituição de importações como a via característica da modernização capitalista dos países de extração colonial.*

Seguindo trilha anteriormente aberta em *A economia brasileira,* Celso Furtado principia pela análise dos efeitos do "aumento da importância relativa do setor assalariado" no Brasil, o acontecimento mais importante "ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX", uma vez que o novo sistema, empregado na produção cafeeira, "apresenta diferenças profundas com respeito à antiga economia" (ibid., p. 178). E, entre elas, a que é crucial: a propagação do fluxo de renda criado pelas exportações.

Para fins explicativos, divide a renda em dois grupos: "renda dos assalariados e renda dos proprietários", salientando o comportamento diferente de cada um deles no que diz respeito aos rendimentos – "Os assalariados transformam a totalidade, ou quase totalidade, de sua renda em gastos de consumo. A classe proprietária, cujo nível de consumo é muito superior, retém parte de sua renda para aumentar seu capital, fonte dessa mesma renda". A partir daí, o que faz é demonstrar como os salários aumentam a procura de artigos internos de consumo, cuja produção pode se expandir facilmente, "dada a existência de mão de obra e terras subtilizadas". É isso que lhe permite afirmar que "A massa de salá-

rios pagos no setor exportador vem a ser (...) o núcleo de uma economia de mercado interno" (ibid., p. 179). Ou seja, a partir do momento em que o fluxo de renda gerado nas exportações se propaga pela economia, propiciando a produção e a venda de alimentos, roupas, serviços, etc., está dada a possibilidade de formação de renda nas mãos de pequenos produtores e comerciantes.

A questão dos níveis internos de renda, notadamente a dos baixos salários, ocupa um lugar estratégico na teoria da industrialização dos países periféricos. Daí a necessidade de se acompanhar, *pari passu,* a articulação conceitual e explicativa dessa problemática no caso brasileiro. Segundo suas formulações, a partir de fins do século XIX, observa-se um aumento geral da produtividade do sistema econômico no Brasil. E isso ocorre porque as atividades ligadas ao mercado interno passam a absorver também a mão de obra do setor de subsistência – acontecimento anteriormente restrito à expansão do setor de exportações. No entanto, Furtado salienta que isso não significa uma elevação dos salários reais, dada "a existência de uma reserva de mão de obra dentro do país, reforçada pelo forte fluxo imigratório". Assim, sua conclusão é que a relativa elevação do salário médio, observada no Brasil do período, apenas "refletia o aumento de produtividade que se ia alcançando através da simples transferência de mão de obra da economia estacionária de subsistência" (ibid., p. 189).

Quais seriam as implicações, para a economia brasileira, da existência de uma pressão para baixo sobre os salários reais, advinda do excedente de mão de obra alocado no setor de subsistência? Celso Furtado trabalha essa questão em dois níveis, que, entrelaçados, lhe permitirão caracterizar, a um só tempo, os mecanismos específicos de ajustes das economias dependentes às contrações cíclicas do capitalismo e abrir caminho às explicações do processo de industrialização por substituição de importações.

Num primeiro momento, sua formulação servirá para demonstrar como as "melhoras de produtividade obtidas dentro da própria economia exportadora" (os benefícios da elevação dos preços de exportação) eram integralmente retidas pelo cafeicultor, já que "nenhuma pressão se formava dentro do sistema que o obrigasse a transferi-las total ou parcialmente para os assalariados" (ibid., p. 189). O que, por sua vez, também criava espaço para o aumento da produção extensiva do café (com

aplicação mínima de capital por área ocupada), dado que, no Brasil, a terra, assim como a força de trabalho, apresentava elasticidade na oferta. Com isso, abria-se o caminho para uma superprodução estrutural no setor, o que, aliado ao fato de a grande produção cafeeira ocorrer praticamente nas fronteiras de um só país, trará importantes desdobramentos para a economia brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Num segundo momento, Celso Furtado associará a questão dos baixos salários à problemática da deterioração dos termos de intercâmbio, seguindo a forma originalmente proposta por Raúl Prebisch. Ou seja, os efeitos de uma oferta elástica de mão de obra e de um frágil movimento sindical dos trabalhadores sobre as relações internacionais de comércio dos países subdesenvolvidos. Segundo as formulações prebischianas, se os salários absorvessem algo do aumento da rentabilidade do setor exportador, durante as altas cíclicas, haveria maior capacidade de defesa do país contra a queda dos preços dos seus produtos primários e a consequente deterioração dos termos de intercâmbio. Isso porque, podendo os salários oferecer maior resistência à compressão do que os lucros, haveria meios de se evitar a tendência secular à deterioração nas relações de troca dos produtos primários das áreas periféricas.

Municiado dessas formulações, Furtado poderá voltar-se para a análise do que considera o mecanismo específico de ajuste das economias subdesenvolvidas ante as crises cíclicas do capitalismo: a "socialização das perdas". Segundo ele, na economia dependente, agroexportadora, "a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardava nenhuma semelhança com as ações e reações que se processavam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação que sucediam a crise" (ibid., p. 195). Nas nações subdesenvolvidas, e entre elas o Brasil, como os efeitos recessivos recaíam sobre os lucros, os empresários conseguiam transferir a pressão cíclica para os demais setores da sociedade através do mecanismo de depreciação cambial, pois, conforme suas palavras,

> Ao reduzirem-se os preços dos produtos exportados – no caso o café – tendia a baixar bruscamente o poder aquisitivo externo da moeda nacional. Essa baixa se processava mesmo antes que se materializasse o

> desequilíbrio, pois a simples previsão de que viria tal desequilíbrio era suficiente para que tivesse início uma corrida contra o valor externo da moeda. Dessa forma, encareciam bruscamente todos os produtos importados, reduzindo-se automaticamente sua procura dentro do país. Assim, sem necessitar de liquidar reservas, que aliás não possuía, a economia lograva corrigir o desequilíbrio externo. Por um lado, cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados, elevando os preços destes, e por outro estabelecia-se uma espécie de taxa sobre a exportação de capitais, fazendo pagar mais àqueles que desejassem reverter fundos para o exterior.
>
> A redução do valor externo da moeda significava, demais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores (ibid., p. 192-193).

Ao que acrescentava, ainda:

> O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros (ibid., p. 194).

Com essas observações, Celso Furtado pretendia chamar a atenção para o acirramento de uma tendência característica da economia brasileira: a concentração de renda. Pois, assim como as vantagens comerciais, alcançadas na alta cíclica, eram retidas pelos cafeicultores, dada a existência de terra e mão de obra excedentes, nos períodos de declínio, o mecanismo de reajuste cambial, que corrigia o desequilíbrio externo, transferia os prejuízos para a massa consumidora. Desse modo, o processo de concentração de renda, da fase de prosperidade, não era compensado na etapa de contração econômica.

Além do recurso à desvalorização cambial, depois de algum tempo, o setor cafeeiro passou a dispor de um outro mecanismo básico de proteção quando sobreveio a crise de superprodução, ao final do século XIX: a política de valorização do café, com o propósito de suavizar os efeitos depressivos sobre os preços do produto e cujas bases foram definidas pelo

Convênio de Taubaté, em 1906.[40] No entanto, segundo Furtado, essa política de defesa da rentabilidade do setor cafeeiro trazia consigo não a solução para os problemas do café, mas a potencialização perversa do problema:

> Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta, e criava um problema maior para o futuro. (...) Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave (ibid., p. 208-209).

Munido desses novos elementos, Furtado poderá, então, formular sua análise a respeito das consequências da crise de 1929 sobre a economia cafeeira e dos efeitos dos mecanismos de defesa, acionados pelo Estado brasileiro, que colocaram em marcha, involuntariamente, o processo de industrialização nacional. Surgirá aqui uma explicação engenhosa para o nascimento da indústria no Brasil, com base no modelo cepalino-keynesiano, que articulará a grande lavoura exportadora à indústria, de modo absolutamente original, num processo que ele chamará de industrialização por substituição de importações.

A crise de 1929 encontrou o setor cafeeiro já bastante debilitado por uma superprodução sem precedentes[41] – uma situação de desequilíbrio estrutural entre a oferta e procura –, agravada pela impossibilidade de se

[40] Segundo Furtado, essa política consistia no seguinte: "a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e procura do café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações" (1964, p. 207).

[41] De acordo com Furtado, "A produção do café, em razão dos fortes estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-1929 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida" (ibid., p. 209-210).

"obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas" (ibid., p. 215). O Estado brasileiro, então, colocou em ação uma série de mecanismos, de modo que os níveis de produção e de renda do setor cafeeiro não fossem profundamente afetados. Combinou-se, por um lado, o instrumento tradicional de defesa, ou seja, a manipulação da taxa cambial,[42] que garantia que a maior parte das perdas fossem transferidas para a coletividade através da alta de preços dos importados e, de outro, uma política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira.

> Mas não bastava retirar do mercado parte da produção do café. Era perfeitamente óbvio que esse excedente de produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo que se pudesse considerar como razoável. A produção prevista para os dez anos seguintes excedia, com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores. A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender (ibid., p. 218).

O viés keynesiano fez com que Furtado visse, como consequências fundamentais desse duplo mecanismo de defesa da renda do setor cafeeiro, a manutenção do nível de emprego na economia exportadora do café e, indiretamente, nos setores produtivos ligados ao mercado interno. Assim, o Estado, ao evitar uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, teria reduzido, ao mesmo tempo, os efeitos do multiplicador do desemprego sobre os demais setores da economia.[43] Comparando os EUA e o Brasil no período da Grande Depressão, Celso Furtado lembrará, por exemplo, que

---

[42] Para Furtado, "A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda. Essa queda trouxe, evidentemente, um grande alívio ao setor cafeeiro da economia. A baixa do preço internacional do café havia alcançado 60 por cento. A alta da taxa cambial chegou a representar uma depreciação de 40 por cento" (ibid., p. 216).

[43] Literalmente, "ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto. É fácil compreender a enorme redução

> A diferença está em que nos Estados Unidos a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse de destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é o que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes (ibid., p. 222).

A sua conclusão será a de que a política de defesa do café, no Brasil dos anos 30, foi, na verdade, um "programa de fomento da renda nacional", a prática inconsciente de "uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados" (ibid., p. 222).

Com esses elementos, Furtado chega à sua análise clássica[44] sobre a transição da economia primário-exportadora a industrial no Brasil, cuja arrancada teria se dado nos anos 30. Para tanto, sua explicação repousa sobre a ideia de que a manutenção dos níveis de renda e da procura interna, acompanhada pela queda no valor das exportações e a forte desvalorização cambial, com a consequente redução brusca no coeficiente de importações (reduzido de 14% para 8% da renda territorial bruta), teria levado à grande expansão da oferta interna substitutiva das importações, tornadas proibitivas pela queda da capacidade para importar. E com isso fora obtido algo inédito na estrutura produtiva nacional: o deslocamento do centro dinâmico da agricultura de exportação para as atividades ligadas ao mercado interno ou, conforme suas palavras, "a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital" (ibid., p. 227).

Combinando-se a manutenção do elevado nível da procura interna com a sua contenção nas fronteiras nacionais, as atividades de mercado

---

da renda do agricultor, que teria significado o abandono nas árvores de parte da produção, digamos de 1/3 dessa produção, que foi aproximadamente o que destruiu entre 1931 e 1939" (ibid., p. 220).

[44] A análise de Furtado será criticada, principalmente, por Peláez, que, numa dimensão ortodoxa, contesta sua argumentação central. As críticas dizem respeito, principalmente, à questão da importância dos créditos públicos no financiamento da política de defesa do café. As teses de Peláez abriram viva polêmica teórica na qual se envolveram, em defesa de Furtado, alguns economistas como Fishlow, Silber e Wilson Cano. Veja Cano (1998, p. 162-172) e Peláez (1968).

interno puderam não só manter, mas até mesmo aumentar a sua taxa de rentabilidade. E tudo isso porque, ao lado do aproveitamento da capacidade ociosa de algumas indústrias, já em funcionamento no país, e da existência de um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, pôde-se importar, a preços reduzidos, equipamentos obsoletos dos países em crise. Essa industrialização, como Furtado procurou demonstrar, acelerou-se após a Segunda Guerra Mundial, estimulada pela política de câmbio fixo, acoplada a um controle seletivo das importações que, a partir de 1947, passaram a privilegiar bens de capital e matérias-primas industriais.

Na busca do que era particular ao processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, em geral, e do Brasil, especificamente, Furtado não se limita à teorização da tipicidade da transição periférica – a industrialização por substituição de importações. Indo mais além, procura demonstrar que essa especificidade genética determinará, também, uma processualidade única, distinta da ocorrida nos países capitalistas centrais. Para ele, o ponto de chegada do largo processo de transformação da grande lavoura exportadora, dentro de uma sociedade atrasada e pouco diversificada, será uma *industrialização problemática,* com tendência estrutural aos desequilíbrios externos da balança de pagamentos e às fortes pressões inflacionárias.

As razões desses desequilíbrios, ocasionados pela forma singular assumida pelo capitalismo no Brasil, deveriam ser buscadas, em última instância, no processo histórico de formação nacional, enraizado no século XIX e, mais remotamente, nos tempos coloniais. E não terá outro propósito a reconstituição histórica da dinâmica econômica brasileira, empreendida por Furtado nos 29 capítulos que compõem as quatro partes iniciais do *Formação econômica do Brasil.*

A interpretação dada por Furtado para os primeiros séculos da formação econômica colonial deixa evidentes os fundamentos teóricos que sustentam sua leitura da história do Brasil. Ou seja, de uma parte, uma concepção de subdesenvolvimento de inspiração prebischiana – formação social economicamente marcada pela heterogeneidade estrutural, produto da convivência entre largos setores arcaicos (economia de subsistência), de baixa produtividade, e empresas capitalistas exportadoras, que não se vinculam ao setor arcaico à medida que "a massa de lucros por [ele] gerados não se integra na economia local" – e, de outra, as formulações econômicas de matriz keynesiana. Fiel a esse itinerário analítico, Furtado vasculha o pas-

sado à procura dos momentos históricos cruciais de constituição dos obstáculos à geração do mercado interno, dos entraves à formação e expansão da renda e à diversificação da economia brasileira, capazes de propiciar um processo endógeno de acumulação e desenvolvimento autônomo.[45]

Na análise da "economia escravista de agricultura tropical" e da "economia escravista mineira", foca sua investigação nos aspectos que dizem respeito à capitalização, ao fluxo de renda e ao crescimento da área de subsistência, a partir dos ciclos de expansão e regressão econômica, atribuindo lugar central à agricultura açucareira nordestina no processo histórico de constituição do subdesenvolvimento brasileiro, a partir da formação do que chama de "complexo econômico nordestino". O que, diga-se de passagem, coloca em evidência um dos traços característicos da construção analítica de Celso Furtado: a tematização da questão regional nordestina tendo como referência a discussão da problemática do desenvolvimento nacional. Mas essa questão deverá esperar tratamento conveniente, em outro momento e lugar (cf. Parte III - O projeto de construção capitalista do Nordeste)

Furtado principia pela constatação do rápido desenvolvimento da indústria açucareira nordestina: "malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes" (1964, p. 55) –, responsável pela base econômica da ocupação colonial. Sistema de produção eficiente e densamente capitalizado,[46] o açúcar apresenta uma alta rentabilidade exportadora, capaz de gerar sig-

---

[45] Analisando o *Formação econômica do Brasil,* Bielchowsky chama a atenção para um "artifício expositivo" largamente utilizado por Furtado na discussão a propósito da gênese do subdesenvolvimento no Brasil: o "confronto com o desenvolvimento norte-americano". Esse recurso apareceria em diferentes momentos: "como parte integrante da análise sobre os fundamentos econômicos da ocupação territorial" e no confronto entre as condições das "economias norte-americana e brasileira à época de suas independências". De modo sumário, segundo Furtado, teriam contribuído para o desenvolvimento norte-americano "o estímulo à expansão da produção doméstica", "a formação de uma corrente de capitais advindos da Inglaterra", "a posição 'de vanguarda' que a economia norte-americana logrou ocupar na própria revolução industrial europeia, através da exportação de algodão". Já no Brasil, conspiraram contra o desenvolvimento, "além da ausência de mercado interno, de base técnica e empresarial e de uma classe de dirigentes dinâmica, [a falta de] estímulos externos básicos" (1989, p. 42-44).

[46] Furtado refere-se às dimensões consideráveis dos capitais investidos na colônia, já no século inicial de ocupação da terra. "Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos - ao final do século XVI - e um valor médio de 15 000 libras esterlinas por engenho, o monte total dos capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resulta aproximar-se de 1 800 000 libras" (1964, p. 57).

nificativos índices de renda líquida.[47] Isso, no entanto, não assegura desenvolvimento econômico à colônia, uma vez que a renda gerada se encontra largamente concentrada nas mãos dos proprietários de engenho:

> Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5%) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. (...) [Mas], os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de 3% da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90% da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana (ibid., p. 58-59).

Dessa enorme massa de renda – que "estaria, num ano favorável, por cima de um milhão de libras, ao iniciar-se o século XVII" –, pouco fica na colônia. Parte considerável migra para o exterior, seja para a aquisição de bens de consumo importados - principalmente artigos de luxo –, seja para remuneração de empresários "não residentes".

Questionando as possibilidades de expansão e desenvolvimento dessa economia, Furtado empreende, então, uma análise dos mecanismos internos do sistema, isto é, do "processo de acumulação, formação e utilização da renda" na colônia. E sua conclusão é a de que o fluxo de renda monetária, no interior do sistema escravista colonial, é insignificante, uma vez que, pertencendo todos os fatores de produção aos senhores de engenho, esse fluxo acaba se resumindo, no geral, "a simples operações contábeis, reais ou virtuais".[48] Nessa medida, o sistema até poderia crescer, em condições

[47] "O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60% desse monte, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população europeia não seria superior a 30 000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica" (ibid., p. 58).

[48] Deixando de lado suas conhecidas resistências às polêmicas teóricas, Furtado, em uma rápida passagem, posiciona-se quanto à discussão da natureza da economia colonial, recusando a ideia de um feudalismo nas terras brasileiras do século XVI e inclinando-se pelo sentido mercantil da empresa colonizadora. "A natureza puramente contábil do fluxo de renda, dentro do setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo

de oferta externa de escravos e abundância de terras, sem que nada disso acarretasse qualquer modificação estrutural no sistema econômico. O que lhe permite concluir que "Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão" (ibid., p. 68).

Além do exame desses obstáculos estruturais ao fluxo de renda e às transformações internas, Furtado chama a atenção para a forma singular como a economia escravista colonial reagia às crises econômicas. Do mesmo modo que a expansão da produção exportadora não possibilitava alterações na estrutura do sistema econômico, os retrocessos tampouco ocasionavam modificações estruturais pois,

> Se se enfraquecia [a procura externa], tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora, praticamente a constituíam os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário. Sempre havia vantagem em utilizar a capacidade plenamente. Contudo, se se reduziam os preços abaixo de certo nível, o empresário não poderia enfrentar os gastos de reposição de sua força de trabalho e de seu equipamento importado. Em tal caso, a unidade tendia a perder capacidade. Essa redução da capacidade teria, entretanto, de ser um processo muito lento (...). A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar sua estrutura (ibid., p. 69).

---

semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho (...). Ora, a unidade escravista (...) pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos *in natura* em uma e outra. Mas ainda aqui existe um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos dos fatores são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquele que se faz no ato de compra deste. O pagamento corrente ao escravo seria o simples gasto na manutenção que, como o dispêndio com a manutenção de uma máquina, pode ficar implícito na contabilidade, sem que por isso perca sua natureza monetária" (1964, p. 66).

São formulações como essas que possibilitam a Furtado explicar por que o complexo açucareiro nordestino pôde resistir por mais de três séculos às depressões do mercado, mergulhado em profunda letargia, para se recuperar, sempre sem alterações estruturais, a cada solicitação do mercado externo.

Além do sistema escravista de produção do açúcar, a análise da pecuária, entendida como projeção da economia açucareira, ocupa um papel fundamental no esquema explicativo das condições histórico-genéticas do subdesenvolvimento. Formando com os engenhos de açúcar o que Furtado chamou de "complexo econômico nordestino", a criação de gado desenvolve-se, no Nordeste, de forma a atender às necessidades locais – das poucas a serem supridas internamente – de carne e animais de transporte e tração. É ela que, depois de rápida convivência com os engenhos litorâneos, desloca-se para o interior, em busca de terras menos valorizadas, dando início à ocupação territorial extensiva. Ao contrário da atividade açucareira, a pecuária apresenta pequena rentabilidade, que "seguramente não excederia 5% do valor da exportação de açúcar", caracterizando-se por baixos índices de produtividade, ínfima comercialização, níveis insignificantes de renda monetária, restringindo-se, no geral, à subsistência da população. Note-se que a esse último aspecto – a importância do setor de subsistência na pecuária –, Furtado atribuirá papel de destaque na análise do processo de transformações da economia nordestina, a partir de sua decadência e da constituição do padrão subdesenvolvido da economia brasileira.

Segundo Furtado, as "formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – no[49] lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira" (ibid., p. 78). Ao reduzir-se o estímulo externo, a eco-

[49] De acordo com Furtado, "A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração de terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições de procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro" (ibid., p. 74).

nomia açucareira entra em progressiva letargia, cujo ponto extremo fora atingido em meados do século XVIII, com significativo declínio da renda real. Nesse momento, a pecuária ganha maior importância relativa no *complexo econômico nordestino,* à medida que é capaz de absorver o excedente de população livre – produto de um aumento vegetativo – que, crescentemente, é "atraída pela fronteira móvel do interior criatório". Importante notar que, em situação de abundância de terras, a pecuária apresentava amplas condições de receber essa população, pois aí a oferta de alimentos, em nível de subsistência, era bastante elástica a curto prazo.

Qual a consequência desse processo para o *complexo econômico nordestino*? Sem dúvida, um retrocesso econômico, pois o declínio do açúcar, acompanhado pelo crescimento vegetativo da população, aumentou de modo significativo a importância do setor menos rentável e de mais escassa produtividade no Nordeste. Além do que, "como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência" (ibid., p. 81). Ou seja, a partir do século XVIII, a expansão da economia nordestina ocorreu num contexto de intensa retração produtiva, refletindo, única e tão somente, o crescimento do setor de subsistência.

> Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização (...). A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos (ibid, p. 82).

Igual propósito – *busca dos elementos histórico-genéticos do subdesenvolvimento brasileiro* – e os mesmos procedimentos – *a investigação dos aspectos ligados à capitalização do setor de exportação, do fluxo de renda gerada no polo dinâmico, da*

regressão econômica e expansão das áreas de subsistência – utilizados no estudo do complexo econômico nordestino servirão a Celso Furtado na análise da economia escravista mineira, do século XVIII, e da gestação do setor cafeeiro, no século XIX.

A economia mineira, segundo Furtado, foi capaz de abrir um novo ciclo migratório para o Brasil, atraindo vagas de imigrantes de "pequenas posses", em número capaz de decuplicar a população colonial. Pela primeira vez, na colônia, os "escravos em nenhum momento chegam a constituir a maioria da população" e "as possibilidades que tinha um homem livre com iniciativa eram maiores". Diversa, também, em relação à economia açucareira, foi a natureza do vínculo da empresa mineradora com a terra, uma vez que o "capital fixo era reduzido, pois a vida de uma lavra era sempre algo incerto. A empresa estava organizada de forma a poder deslocar-se em tempo relativamente curto. Por outro lado, a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis" (ibid. p. 94).

A combinação, por um lado, da incerteza e mobilidade e, por outro, da alta lucratividade e especialização da empresa mineira, criando dificuldades naturais no abastecimento de alimentos e transportes, abria possibilidades para um mercado interno em proporções tais que a economia açucareira não fora capaz de criar – fato largamente testemunhado pelo desenvolvimento e dinamismo da pecuária sulina, bem mais significativos do que a nordestina.[50] Somava-se a isso, também, uma menor concentração da renda (era maior a proporção de homens livres nas minas) e uma população reunida em áreas urbanas e semiurbanas. Celso Furtado procura, então, demonstrar que, apesar de essas circunstâncias tornarem a economia mineradora propícia às atividades ligadas ao mercado interno, "o desenvolvimento endógeno (...) da região mineira foi praticamente nulo" (ibid., p. 98).

A ideia de uma menor concentração de renda na área mineira cria, sem dúvida, alguns embaraços para o esquema analítico de Furtado. A solução encontrada para explicar as limitações ao fluxo de renda e ao

[50] Diz Celso Furtado que a "pecuária, que encontrara no sul um *habitat* excepcionalmente favorável para desenvolver-se (...) passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira. O gado do sul, cujos preços haviam permanecido sempre a níveis extremamente baixos, comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança, em ocasiões, preços excepcionalmente altos" (ibid., p. 94-95).

seu efeito multiplicador para as atividades internas será, então, combinar, de um lado, a ideia de que a mineração absorvia todos os recursos disponíveis na fase inicial e, de outro, a do desenvolvimento insuficiente das manufaturas na colônia, não tanto em função dos decretos metropolitanos, que proibiam essas atividades, mas bem mais em razão da "própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável". O pressuposto é de que a "primeira condição para que o Brasil tivesse algum desenvolvimento manufatureiro, na segunda metade do século XVIII, teria de ser o próprio desenvolvimento manufatureiro de Portugal" (ibid., p. 99). A inexistência desse setor em Portugal, reduzido à condição de nação dependente do capitalismo inglês, teria inviabilizado a transferência, para a colônia, de técnicas desconhecidas pelos imigrantes.

Construção bem mais convincente, porém, será a análise da expansão da área de subsistência a partir da regressão econômica da atividade mineira. Furtado repete, aqui, os recursos anteriormente utilizados para explicar a formação do *complexo econômico nordestino,* na fase de decadência do açúcar. A combinação do caráter predatório, cíclico, da mineração com a inexistência de atividades alternativas de produção fazem com que a economia escravista mineira entre em um rápido processo de involução, revertendo às atividades de subsistência.

> Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica – à exceção de alguma agricultura de subsistência –, era natural que, com o declínio do ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão de obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório. (...) Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência (ibid., p. 104).

Poucas décadas foram suficientes para que a economia escravista mineira, altamente produtiva, se desarticulasse, levando consigo os núcleos urbanos, dispersando sua população por áreas isoladas. A lenta expansão demográfica do período foi acolhida por atividades de subsistência, de

ínfimos níveis de produtividade e economia monetária atrofiada. Assim, durante três quartos de século, a economia conviveu com a estagnação e a decadência: situação que só seria revertida quando a colônia novamente se reintegrasse às rotas do comércio mundial, oferecendo ao mercado externo algum produto primário de larga procura, pois:

> Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional. Desenvolvimento com base no mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança um determinado grau de complexidade que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica. (...) Tampouco seria possível contar com um influxo de capitais forâneos em uma economia estagnada. Os poucos empréstimos externos, contraídos na primeira metade do século, tiveram objetivos improdutivos e, como consequência agravaram enormemente a precária situação fiscal (ibid., p. 134).

Descartadas as possibilidades representadas pelas exportações tradicionais – açúcar, algodão, fumo, couro, arroz e cacau – de larga concorrência mundial ou de possibilidades restritas de comercialização, a saída possível, dada a situação do Brasil, seria encontrar "produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra"- único fator de produção abundante. Capitais praticamente inexistiam e a mão de obra – "um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos" – permanecia imobilizada na produção açucareira ou nos serviços domésticos.

A solução aparecerá, lá pela metade do século XIX, ao transformar-se o café em produto de exportação. Segundo Furtado, nada mais adequado às condições brasileiras, uma vez que seu grau de capitalização era muito mais baixo do que o do açúcar, suas necessidades monetárias de reposição de equipamentos bem menores – a maior parte do equipamento era de fabricação local – e larga, apenas, a utilização do fator terra. Enfim,

> Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial: concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária ex-

> pansão subsequente; estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira. Restava por resolver o problema da mão de obra (ibid., p. 140).

Fica evidente, pelo que foi dito, que o desafio central no ciclo do café, segundo Furtado, era aumentar a oferta de força de trabalho para a grande lavoura. A imigração europeia, organizada inicialmente pela camada dirigente cafeeira, seria a solução encontrada para o problema. Mas, como bem observou Bielchowsky, em seu trabalho sobre *Formação econômica do Brasil,* a questão do recurso ao imigrante europeu, à medida que sinalizava de forma evidente uma escassez de mão de obra no país, poderia comprometer um dos pilares da teorização de Furtado sobre o subdesenvolvimento brasileiro: a tese da existência de uma ampla economia de subsistência, que abrigava amplos contingentes populacionais (1989, p. 48). Para resolver essa questão, Furtado constrói, ao lado da análise do significado da introdução do trabalho livre na agricultura nacional, um painel significativo das condições sociais que, segundo seus termos, permitiram a constituição, no século XIX, das bases de uma economia caracterizada pelo dualismo, pela inexpressiva diversificação e pela baixa produtividade ou, em outras palavras, subdesenvolvida.

Com efeito, segundo Furtado, na segunda metade do século XIX, qualquer empreendimento no Brasil esbarraria, forçosamente, na "inelasticidade da oferta de trabalho", pois, se, por um lado, a massa de escravos talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos – o que indicava uma elevada taxa de mortalidade entre os negros cativos[51] –, por outro, a ampla economia de subsistência que se espalhava do norte ao extremo sul do país, absorvendo significativo contingente de homens livres, encontrava-se amplamente dispersa. Desse modo, o recrutamento da força de trabalho livre, absorvida na subsistência, seria tarefa que, além de grandes recursos, exigiria a cooperação dos grandes proprietários rurais.

Para elucidar as condições que impediam uma equação interna para o problema da mão de obra na cafeicultura, Furtado recorre às intrin-

[51] De acordo com Furtado, "o primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade" (1964, p. 141).

cadas relações sociais e políticas que atavam a pequena unidade de subsistência ao grande latifúndio. Segundo ele (1964, p. 145-146),

> Dentro da economia de subsistência, cada indivíduo, ou unidade familiar, devia encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A "roça" era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. Ao nível da roça, o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região.

Nesses termos, tornava-se impensável a cooperação dos grandes proprietários de terra no processo de recrutamento da força de trabalho nacional, dispersa por amplas parcelas do território. Fazê-lo seria comprometer "todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político". Isso explicaria, por exemplo, a atitude hostil de setores dos grupos dominantes à transferência interna de mão de obra, da qual seria nítida expressão a resistência ao translado de população do Ceará para o Sul, com financiamento público, durante o governo de Campos Sales.

O "problema da mão de obra" no ciclo da cafeicultura, obviamente, impôs a discussão do trabalho escravo, melhor dizendo, do destino dos negros cativos após a abolição. E, como se verá, logo mais, o tratamento dado a essa questão seguirá os mesmos padrões de referência teóricos que nortearam, até aqui, a leitura do processo histórico de Furtado.

Assim como a permanente expansão do setor de subsistência não criou uma oferta adequada de mão de obra, a abolição da escravatura também não equacionou o problema da força de trabalho necessária à produção cafeeira, além de não propiciar a estruturação de um moderno mercado capitalista de trabalho.

No caso do Nordeste, a escassez relativa de terras, combinada à reduzida demanda de mão de obra nos engenhos estagnados, foi

determinante para o destino do trabalhador liberto. Estando as terras férteis ocupadas em quase sua totalidade pela cana-de-açúcar, o ex-escravo, que tampouco encontraria espaço nas regiões urbanas – onde já pesava um excedente de população –, não poderia ser absorvido pela economia de subsistência, pois para "o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semiáridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente" (ibid., p. 164). Essas "barreiras" restringiram, portanto, a movimentação dos antigos escravos da região açucareira, que nada podiam fazer além de se deslocarem de um engenho a outro. A consequência, bastante previsível, foi a fixação dos libertos nos engenhos em troca de salário vil, o que não permitiu uma redistribuição significativa de renda, eternizando-se, assim, as restrições à constituição do mercado interno.

No caso da região cafeeira no Centro-Sul (áreas pioneiras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de parte de São Paulo), a abundância relativa de terras fez com que a situação fosse outra. Coincidindo a abolição com a marcha do café para o planalto paulista e com a entrada de imigrantes, os antigos escravos acabaram se refugiando na economia de subsistência. Aqueles que, no entanto, permaneceram na região cafeeira puderam se aproveitar de salários relativamente elevados, em função da procura de força de trabalho. No entanto, a "redistribuição da renda em favor da mão de obra" não teve efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho, já que o liberto tendia a diminuir as suas horas de trabalho (bid, p. 166-167)

> Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços sociais mais amplos da escravidão. O homem forjado dentro deste sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza lhe é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas "necessidades". Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades - que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo - determina de imediato uma forte preferência pelo ócio.

Assim colocada, a abolição da escravatura, segundo Furtado, não teve efeitos significativos em termos da reorganização do sistema produtivo e da distribuição interna de renda. Ao contrário, reforçou o setor de subsistência e a baixa produtividade, ambos com papéis fundamentais na determinação do caráter subdesenvolvido da economia brasileira.

Nos capítulos seguintes, em que Furtado analisa o fluxo de renda na economia de trabalho assalariado, a tendência ao desequilíbrio externo e as questões da defesa do nível de emprego e da concentração da renda, não só a concepção de subdesenvolvimento norteadora de sua leitura da história do Brasil, ganham contornos de ampla visibilidade. Aí também são apresentadas as condições da expansão da grande lavoura cafeeira e os mecanismos específicos de valorização do produto e defesa dos níveis de renda do setor ("a socialização das perdas"), que lhe permitirão construir sua teoria da transição para economia industrial nos moldes da substituição de importações, tal como anteriormente analisado.

Em outros termos, ganham contornos finais seus propósitos de demonstrar, através da evolução peculiar da economia no Brasil, da colônia ao século XIX – processo que, ao longo do tempo, reiterou os mecanismos cerceadores do fluxo interno de renda e da constituição de um mercado interno capaz de alimentar o desenvolvimento –, que o subdesenvolvimento é um produto histórico, resultado da expansão do capitalismo, e não simplesmente um estágio antecedente ao desenvolvimento. Buscando na história as bases de nosso atraso, Celso Furtado procurou, a um só tempo, legitimidade para seu projeto nacional, de reforma das estruturas subdesenvolvidas, e para seu esforço de teorizar a transição capitalista na periferia.

Pelo que até aqui foi exposto, pode-se afirmar que Celso Furtado, ideólogo do desenvolvimento industrial independente, dos anos 50 e início de 60, comprometido com a construção de uma consciência nacional desenvolvimentista, exerceu uma das atribuições ideológicas possíveis do ofício de historiador: buscar nas profundezas da história as determinações pretéritas e as justificativas de um projeto de nação. Nesse sentido, *Formação econômica do Brasil* alinha-se a uma vasta tradição brasileira de construção teórica da história nacional que recorreu largamente à reconstrução da memória e do passado com vistas a um projeto de viabilizar a nação em conformidade com a ótica e os interesses de segmentos sociais dominantes. Assim, como outros tantos pensadores brasileiros

que, desde meados do século XIX, estiveram envolvidos com a construção nacional, Celso Furtado assume, na década de 1950, o papel do intelectual engajado, que revolve o passado para buscar a legitimidade histórica para seu projeto de desenvolvimento capitalista autônomo.

Teórico influente, formado na escola de pensamento latino-americana da Cepal, Furtado traz nas suas raízes a herança da rica tradição do pensamento brasileiro que, nos anos 30, "redescobriu" o Brasil e projetou sua modernidade urbana e industrial, além de, ao mesmo tempo, empreender a constituição das ciências sociais no país. Nesse aspecto, pode- se afirmar, sem qualquer dúvida, que Celso Furtado é um cepalino keynesiano, porém, antes disso, um pensador brasileiro herdeiro do sopro de renovação do pensamento nacional que acompanhou e idealizou as mudanças do processo de acumulação capitalista no país, como se procura demonstrar nos capítulos que se seguem.

PARTE 2

CELSO FURTADO: POLÍTICA E RAZÃO - O LUGAR DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO

A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros.

(Celso Furtado, *A pré-revolução Brasileira*)

Em síntese, o trabalho de reconstrução estrutural requerido para superar o subdesenvolvimento baseia-se numa racionalidade mais abrangente do que a dos mercados, e a ela só se tem acesso pelo planejamento.

(Celso Furtado, "Entre inconformismo e reformismo",
Estudos Avançados, 4(8))

[O Estado] esteve por trás da construção do Brasil. Hoje passou a dominar a ideia de que o Estado é um trambolho. Mas, sem o Estado, o que fica? O Mercado. E qual é a lei do mercado? É a lei do mais forte, a dos mais poderosos, a do grande capital.

(Celso Furtado, O longo amanhecer)

4

Um “auto-retrato intelectual”

> Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, diria que ele reúne em si noventa por cento de malabarista e dez por cento de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa, quando já não nasce sem caráter, é de nove em dez. Se escapa à regra será implacavelmente perseguido (...)
>
> (Celso Furtado, “Auto-retrato intelectual”)

Em 1972, no exílio e já integrado ao mundo acadêmico europeu, Celso Furtado elaborou um “Auto-retrato intelectual” para ser publicado no *International Social Sciencies Journal.* No testemunho de sua trajetória pessoal, chama a atenção, particularmente, a estratégia argumentativa articulada em torno de uma dada concepção de *intelectual*, cujos fundamentos podem, inicialmente, ser localizados nas proposições cepalinas. Isto é, a do intelectual reformador, munido de razão e ciência, com o papel de intervir na história através do planejamento, concebido como *técnica social* capaz de “elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis” (FURTADO, 1983, p. 35). Como se percebe, uma formulação convergente com a temática central, já bastante conhecida, da teoria do desenvolvimento da Cepal, qual seja, a ideia de que, deixado ao livre jogo das forças do mercado, o mundo capitalista periférico jamais romperia as barreiras do subdesenvolvimento, dada a impossibilidade histórica da industrialização autônoma e desenvolvimento espontâneo das áreas atrasadas.

Neste texto, como se verá a seguir, *razão* e *ciência* fazem parceria com a ideia de *neutralidade,* ao sabor de certa inspiração positivista. Assim, do mesmo modo que no discurso da Cepal, o conceito de *nação* cumpre a função de obliterar a estratificação social e as estratégias de classe em jogo no projeto capitalista de desenvolvimento da periferia, o princípio da neutralidade do arsenal teórico, de que lança mão o intelectual reformador, presta-se à construção ideológica do pensador acima das classes, instrumento esclarecido do progresso, dotado de racionalidade científica e engajado na luta contra as forças do atraso e da estagnação.[52, 53]

Para reconstruir os caminhos de sua formação, Celso Furtado toma, significativamente, como ponto de partida, imagens dramáticas do Nordeste brasileiro, de modo a compor um retrato de atraso e de subdesenvolvimento (1983, p. 30):

> O Nordeste brasileiro onde nasci e vivi até aos vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que se estende pelos séculos dezesseis e dezessete, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país. (...) No século XIX se acelera o declínio relativo e, finalmente, no século atual a região seria transformada em simples área dependente, produtora de matérias-primas para as indústrias instaladas no sul

52 A propósito das teses cepalinas, consultar Rodriguez (1981), Cardoso (1993), Bielschowsky (1999).

53 No "Auto-retrato intelectual", Celso Furtado vale-se de uma série de argumentos que confluem para colocar em evidência a neutralidade dos princípios científicos que orientam sua vocação reformista, comprometida com o progresso, aqui tomado como sinônimo de desenvolvimento industrial. Isso corresponde ao que, em termos de retórica, se chama "interação por convergência", recurso que tem a finalidade de aumentar o valor de convencimento das formulações discursivas. Os diversos argumentos sinalizadores da isenção e da racionalidade científica como elementos capazes de assegurar a eficiência transformadora da realidade reforçam-se mutuamente, porém não de modo explícito. A passagem entre as diversas proposições é muito sutil, como se a articulação dos argumentos fosse casual. A eficiência desse procedimento aumenta com o emprego da chamada "linguagem de convicção", ou seja, afirmações que não são transmitidas como sentimentos arbitrários, hipóteses ou conjecturas subjetivas do autor. As proposições são apresentadas como resultado de conclusões baseadas em premissas incontestáveis (BIANCHI; SALVIANO Jr., 1996). Costumeiramente, o emprego da terceira pessoa do singular reforça essa intenção, pois confere distanciamento e neutralidade ao texto. Celso Furtado, embora utilizando-se da primeira pessoa do singular, consegue esse efeito referindo-se a si próprio unicamente na dimensão de homem público. As informações de sua vida privada que, circunstancialmente, emergem ao longo da narrativa, são apenas as que interessam ao desvelamento de suas virtudes públicas, de modo a pôr em evidência uma biografia de caráter exemplar no trato da *respublica* e da construção do saber científico (VIEIRA, 2001).

> do país. Na minha infância, no sertão, a família ampliada constituía o quadro básico de formação do indivíduo. A "política" absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias. Mas essa atividade política só remotamente estava ligada ao que ocorria no país: ela consistia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram frequentes. As histórias de violências, referidas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a minha infância. Essas violências referiam-se mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à *western*.

Na construção desse quadro, as histórias de poder, violência e arbitrariedade têm como cenário adequado uma natureza hostil, que castiga com a seca, pois no sertão (ibid., p. 31)

> (...) a vinda da chuva é incerta e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da *fatalidade* (...) As histórias dessas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam o meu espírito na primeira infância.

Nessas imagens do Nordeste, onde sociedade e natureza conspiram contra o homem, compondo um ambiente de brutalidade e fatalismo, Furtado vai buscar as determinações remotas, estruturadoras de sua personalidade e conformadoras de seu comportamento na ação política e na atividade intelectual, que ele chama de *ideias-força* (ibid., p. 32):

> A primeira destas ideias é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a predominar no mundo dos homens. A segunda, é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira, é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva.

A vocação intelectual reformadora – pois é disso que se fala – precisa, no entanto, de um enquadramento teórico que, cientificamente, modele a insurgência contra o fatalismo. Assim, a memória de Celso Furtado recompõe e dá coerência aos caminhos de sua formação intelectual, cujas origens se localizariam na adolescência, sob o influxo da movimentação intelectual do Brasil no pós-30.

O núcleo original de influências, reconstituído por Furtado, seria composto por três correntes principais: a *positivista* — "A primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior assume a forma de *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso me impregnou como evidente"; a *marxista* - "como subproduto do meu interesse pela História. (...) Na sociedade estratificada e parada no tempo em que vivia, a ideia de que as formas sociais são *históricas*, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos. (...) Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo, desembocava sobre uma responsabilidade moral"; a *sociologia americana,* com a qual Celso Furtado entrara em contato "através do livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*", que "não somente permitia ver muitas coisas com olhos novos, mas também nos *atualizava*, isto é, nos punha ao dia com o que se pensava[54] no mundo intelectual em que se estava criando o conhecimento" (ibid., p. 33).

Convicção reformadora, isenção científica e formação teórica cosmopolita. Essa tríade persistirá em múltiplas recombinações e, de modo especial, orientará a narrativa quando Celso Furtado se referir ao processo de sua formação como economista. Nesse momento tratar-se-á, sobretudo, de demarcar as diferenças entre sua formação estruturalista e o campo neoclássico: a orientação multidisciplinar de cientista social, o recurso à história para o esquadrinhamento das questões econômicas e a defesa da intervenção do Estado para o controle das forças cegas do mercado, de modo a colocá-las a serviço do desenvolvimento do capitalismo periférico. Ou, em outras palavras, as possibilidades de reforma do mundo subdesenvolvido abertas pelas formulações histórico-estruturalistas.

---

[54] Pouquíssimos pensadores nacionais são claramente reconhecidos como influências intelectuais por Celso Furtado. No entanto, saem das sombras, em depoimentos e na obra memorialista, Roberto Simonsen ("sem a obra de Roberto Simonsen eu nunca teria escrito o *Formação econômica do Brasil*"), pelo aporte de dados e material empírico reunidos no *História econômica do Brasil,* de Gilberto Freyre. Mesmo discordando profundamente da visão de mundo conservadora de Freyre e de sua interpretação do Nordeste e do Brasil – nunca é demais lembrar que Furtado e Freyre confrontaram-se politicamente nos tempos da Sudene –, Furtado reconhece a dívida do pensamento social brasileiro para com o autor de *Casa Grande & Senzala:* "[Gilberto Freyre] ajudou-me a pensar a sociedade brasileira, libertando--nos do enfoque racista que até então dominava o pensamento brasileiro". Depoimento de Celso Furtado à autora (Anexo).

Para sua visão totalizadora dos fatos econômicos, Celso Furtado dá como explicação a descoberta tardia da Economia quando, aos 26 anos, sua "forma de ver o mundo, no fundamental", já se encontrava definida. Assim, "a Economia não chegaria a ser (...) mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico*" (ibid., p. 36). Aqui, o Marx da teorização econômica não exercerá a alegada influência que teria tido o da teoria da história,[55] pois, conforme suas palavras, "a leitura de *O Capital* ocorreu quando os meus conhecimentos de Economia clássica (na versão ricardiana) já eram avançados e quando a moderna macroeconomia (na versão keynesiana) já se havia imposto" (ibid., p. 37).

A influência de Keynes[56] foi decisiva para a rejeição do "mito estacionário" e da visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, presentes nas formulações dos clássicos e neoclássicos, e para a concepção de que as decisões econômicas pressupunham um exercício de poder político, pois, segundo Furtado (ibid., p. 37),

> (...) na economia capitalista os centros de decisão mais importantes desse sistema estão no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização das decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um

[55] É intrigante saber como Celso Furtado concilia sua adesão à ruptura entre ciência e ideologia com as alegadas influências marxistas em seu pensamento. O que se verifica é uma espécie de "leitura seletiva" de Marx, de modo a possibilitar uma acomodação com os pressupostos positivistas e reformadores. A teoria da história é expurgada das referências à luta de classes e seus desdobramentos, substituídos por uma genérica alusão ao fazer humano no processo histórico-social. A fragmentação do princípio de totalidade permite, ainda, que a concepção de história e as formulações econômicas e políticas de Marx sejam apartadas em módulos estanques, de forma que o recurso a uma delas não implique adesão à outra, abrindo as possibilidades de uma composição teoricamente eclética.

[56] Segundo Celso Furtado, a aproximação sistemática com o pensamento de Keynes deu-se na Cepal, por influência de Raul Prebisch, que, em 1947, inclusive, redigiu o conhecido *Introducción a Keynes*. Como muitos analistas do pensamento econômico cepalino e furtadiano já indicaram, a influência keynesiana sobre as teses do desenvolvimento periférico foram cruciais, tanto no que diz respeito à autonomia e ao lugar decisivo da demanda no processo econômico geral, como ao papel do Estado na economia. O período em que Furtado esteve em Cambridge, nos anos 50, em contato com Kaldor, Joan Robinson e Piero Sraffa, atualizou, em larga medida, essa influência que, além do projeto de desenvolvimento nacional, modelou sua leitura da história econômica do Brasil ("Tenho a impressão de que Cambridge me permitiu conferir certas coisas, dar maior precisão à minha linguagem, ser mais rigoroso na análise econômica"). Depoimento de Celso Furtado à autora (Anexo).

> capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural.

Nesse quadro, porém, ainda falta uma peça essencial, que dará significado às suas proposições reformadoras: a influência decisiva de Karl Mannheim.[57] No "Auto-retrato intelectual", o reconhecimento dessa influência parece cumprir dupla função: desloca o influxo de Marx, quanto à problemática da ação humana em sociedade, para um plano mais remoto, e, ao mesmo tempo, abre caminho para uma justificativa teórica do planejamento econômico em termos compatíveis com o jogo democrático e com a reprodução capitalista. A sociologia do conhecimento de Mannheim é apresentada como "uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história" e como ponto de partida para seu interesse pelas ciências sociais. Porém, adverte que "não se tratava de ler os livros de Ciências Sociais e sim de buscar neles meios para atuar" de modo racional, a partir de um planejamento adequado. Essa seria a lição primordial do livro *Man and Society in Age of Reconstruction,* de Mannheim, que, segundo Celso Furtado, o aproximou do planejamento como técnica social e nele fixara "a ideia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a História"[58] (ibid., p. 34-35).

O peso da influência de Mannheim potencializa o do positivismo, com ele compondo um quadro de integração e complementaridade,

---

[57] Celso Furtado entrou em contato com a obra de Karl Mannheim já nos anos iniciais de formação, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, a partir das publicações da Fondo de Cultura do México, distribuídas no Rio de Janeiro, em versão espanhola. Além do *Man and Society in Age of Reconstruction,* refere-se, também à leitura de *Ideologia e utopia,* como obra que sedimentou suas convicções reformadoras. Nas palavras de Furtado "Mannheim foi fundamental. Ele me iluminou, me tirou do tecnicismo. Pude perceber que há valores, que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia. Há que estar iluminado por valores, para ser democrático. Mannheim me ensinou a ver a sociedade como um sistema de valores, antes de tudo. Depoimento à autora (Anexo).

[58] Segundo Foracchi, a planificação democrática, nos moldes pensados por Mannheim, tinha por finalidade "refinar e dirigir tendências sociais já existentes (...) tendo em vista a reintegração e continuidade do sistema social. O planejamento democrático, entendido como processo e como alternativa racional de ação modificadora, concretiza essas condições. Enquanto processo decorrente da atual configuração histórico-social é o elemento dinâmico de preservação da ordem social. Diríamos até, com algum exagero, ser ele o último recurso de preservação da atual ordem social porque a coordena em suas tendências mais peculiares" (1982, p. 25).

pois, como lembra Furtado a certa altura da narrativa, para o positivismo, "grande parte do que concerne ao comportamento dos homens, individual e socialmente, pode ser objeto de conhecimento científico não distinto do que temos do mundo exterior ao homem". Reiterando, então, sua anuência ao positivismo, anteriormente enunciada, reconhece o princípio da "ruptura epistemológica entre o conhecimento científico e o conhecimento ideológico", que, segundo suas palavras, "sempre [lhe] pareceu clara". Assim, o postulado da ciência neutra alimentaria a convicção reformadora do planejador isento, que, imbuído da razão técnica, pode não apenas identificar as aspirações nacionais (acima dos interesses particulares de classes), mas também criar as condições para que o progresso e o desenvolvimento se viabilizem na periferia do capitalismo. Sem dúvida, o que se vislumbra, aqui, é o recurso à noção de *intelligentsia*,[59] de Mannheim: um grupo intelectual relativamente descomprometido, que resume os interesses que permeiam a vida social e, para além dos particularismos, pode ser o responsável pelo processo de racionalização, livre dos constrangimentos de classe, e o portador dos anseios coletivos.[60] Ou, de acordo com a visão de Furtado, o técnico social ou o planificador capaz de uma intervenção racionalizadora nas esferas irracionais da vida em sociedade.[61]

---

[59] Para o conceito de *intelligentsia* em Mannheim, consultar Foracchi (1982, p. 104-105).

[60] Na formulação de Mannheim, "A única preocupação comum desse estrato é o processo intelectual: o esforço contínuo de avaliar, diagnosticar e prognosticar, descobrir alternativas quando aparecem, compreender e localizar os diferentes pontos de vista antes de rejeitá-los ou assimilá-los" (1974, p. 138).

[61] *Planejamento, democracia e racionalização* do espaço social são preocupações que acompanham Furtado desde os tempos de formação, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde, muito cedo, inclinou-se para os estudos de administração. Data dessa fase (1944-1947) a publicação de dois artigos, na *Revista do Serviço Público* – "Notas sobre a administração de pessoal do Governo Federal Americano" e "Teoria da estrutura em organização" –, que tinham como eixo a problemática da racionalidade e da organização aplicadas à administração do espaço público. E, também, de um terceiro – "Trajetória da democracia na América" –, na *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*, onde a questão em pauta eram as possibilidades de uma administração pública ser eficiente e democrática no contexto de uma sociedade industrial de massas, como era o caso da norte-americana. Montesquieu, Rousseau e Tocqueville dão o suporte intelectual para que Celso Furtado discuta as bases da democracia americana; Max Weber serve como fundamento para a investigação das condições de emergência, funcionamento e das implicações da burocracia moderna, e Karl Mannheim para a especulação quanto às possibilidades de se garantir a democracia pelos mecanismos de controle social. Como se vê, inauguravam-se aqui par-

Dessa leitura do "Auto-retrato Intelectual" emergem, portanto, elementos que colocam em evidência não só as influências intelectuais decisivas sobre Celso Furtado mas, sobretudo, a construção ideológica do intelectual reformador. De igual modo, revela-se também uma proposição que o acompanha em sua longa trajetória: a neutralidade científica no conhecimento da realidade social, para além dos interesses particulares de classe, abriria caminho a modos racionais de gerenciamento dos negócios públicos, à possibilidade de gestão científica da sociedade, para a qual, por suposto, nenhum agente puramente político teria a qualificação suficiente por não deter o saber técnico competente. Em última instância, nos termos do projeto global de Furtado, a ideia de que a conquista do desenvolvimento implicaria, necessariamente, a submissão da política à técnica racional e, no limite, a despolitização do espaço social.

Pretende-se, a partir de agora, ampliar a análise dessas formulações, investigando o lugar e a função do Estado no pensamento de Celso Furtado, entendendo por isso a discussão de suas concepções de planejamento, de seu posicionamento ante o jogo político-democrático e, particularmente, de sua visão quanto ao papel das elites e dos intelectuais no processo de desenvolvimento nacional. Para tanto, caberia esquadrinhar, na sua produção teórica dos anos 50 e 60, a declarada influência keynesiana, o influxo da revolução cepalino-prebischiana no contexto do desenvolvimentismo latino-americano do segundo pós-guerra, além de examinar o sentido da incorporação dos princípios do planejamento democrático de Mannheim.

Permanecer, no entanto, nesse universo de intenções seria, quase que tão somente, andar sobre as pegadas que o próprio autor deixou nos caminhos de reconstrução de sua trajetória intelectual ou permanecer nas trilhas já largamente percorridas por muitos de seus analistas. A pretensão de desvelar as ideias de Furtado quanto ao lugar do Estado no seu projeto desenvolvimentista deve levar a análise a outras dimensões, que permitam vislumbrar possíveis interlocuções, heranças ou até mesmo influências não explicitamente referidas. Em outros termos, trata-se de ultrapassar formulações que veem a obra e o projeto de Celso Furtado

---

cerias intelectuais que acompanharão Furtado em sua trajetória, fornecendo os substratos teóricos às suas proposições de reforma e planejamento (GUIMARÃES, 1999, p. 21-31; Depoimento à autora, Anexo).

tão somente no contexto da "revolução cepalina" (BIELSCHOWSKY, 1988; MANTEGA, 1984; IGLÉSIAS, 1981; MALLORQUIN, 1993; SAMPAIO Jr., 1999), deixando à sombra aspectos essenciais de sua protoformação intelectual ou fazendo *tábula rasa* de larga tradição do pensamento nacional e do movimento de ideias que deram nascimento às ciências sociais no Brasil e sustentação ideológica a projetos de modernização capitalista do país, particularmente, a partir da década de 1930. Além disso, cuida-se também, aqui, de dar continuidade ao espírito que animou o capítulo anterior, que, ao discutir o lugar da história no projeto intelectual de Celso Furtado, situou sua obra no contexto de uma tradição historiográfica nacional que, sob o ângulo da economia, arquitetou leituras do processo histórico brasileiro alimentadas por projetos de construção da nacionalidade.

Em síntese, a temática de fundo que sustenta este capítulo é a preocupação de colocar as formulações de Celso Furtado em diálogo com o amplo movimento doutrinário que, nas três primeiras décadas do século XX, idealizou a modernização capitalista do país. Ou seja, discute-se a ideia de que as concepções teóricas de Furtado foram desenvolvidas num tempo histórico em que um expressivo conjunto de ideólogos, responsável por interpretações decisivas sobre o Brasil e pelo desenvolvimento das ciências sociais no país, fazia parte de um passado intelectual recente e decisivo para o pensamento social brasileiro; de que sua atuação político-ideológica teve como palco uma realidade nacional (cujos fundamentos foram lançados ao final dos anos 20) que trazia pendentes, ainda nas décadas de 1950 e 1960, o atraso, a desigualdade regional, a questão agrária, a viabilização da indústria, a dependência externa, que tanto inquietaram os pensadores que o antecederam. Nessa medida, Celso Furtado poderia ser entendido não só como interlocutor de uma influente tradição intelectual, mas também como herdeiro de uma temática, persistentemente reiterada pelo pensamento social brasileiro: *a questão nacional* ou, em outras palavras, os dilemas que envolviam a construção do Brasil como nação moderna.[62]

[62] Referindo-se ao quadro intelectual nacional, Octávio Ianni observa que "Sob diversos aspectos, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições de modernização da sociedade nacional. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, se aproximem dos padrões estabelecidos

Essas indicações sugerem, portanto, uma necessária problematização das bases teóricas e das influências intelectuais que moldaram o pensamento e o projeto nacionalista de Celso Furtado. Ou seja, a notória e reconhecida matriz cepalino-keynesiana de suas formulações, quanto ao papel do Estado no processo de desenvolvimento nacional, esgotaria o entendimento de suas propostas intervencionistas? A influência de Mannheim, no que diz respeito à racionalização da *res publica* e ao papel da *intelligentsia* no processo de modernização, bastaria para explicar, do ponto de vista teórico, a "desconfiança" de Furtado ante o imponderável jogo político parlamentar, tantas vezes criticado como panaceia liberal nos seus escritos do pré-64? É aí que, tão somente, devem ser buscadas as raízes de sua concepção de que a luta política deveria, em nome da racionalidade, ceder espaço à ação de elites munidas de um saber científico competente? O antiliberalismo que anima sua rejeição ao mercado, como única força adequada para a organização da sociabilidade humana deveria ser entendido como produto exclusivo da ordem mundial capitalista, de regulação keynesiana e de compromisso social-democrata, do segundo pós-guerra?

O que se propõe, em suma, é um tratamento diverso das leituras usuais de economistas e historiadores econômicos – quase os únicos, até muito recentemente, interessados em desvendar os meandros da teoria e do projeto desenvolvimentista de Celso Furtado –, que, no geral, se mantiveram restritas à análise da conformação do campo econômico na obra de Furtado, do viés cepalino-estruturalista em suas formulações ou de sua leitura keynesiana da história brasileira. Essas análises não revolveram (afinal, não se propuseram a isso) as raízes nacionais do pensamento de Furtado e, no geral, projetaram-no, tão somente, como resultado da revolução cepalino-keynesiana que varreu a América Latina nos anos 50. Em suma, esquivaram-se da investigação dos possíveis ecos de uma influente produção teórica que, em busca da particularidade da formação social brasileira e procurando projetar a modernização do Brasil, especialmente a partir de

pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Segundo, no sentido de conhecer, valorizar e exorcizar as peculiaridades da formação social brasileira, tais como os séculos de escravismo, a diversidade racial, a mestiçagem, o trópico, o lusitanismo, o europeísmo, etc." (1992, p. 47).

30, abriu um espaço a propostas de atuação do Estado e das elites alçados, por vezes, à condição de demiurgos da nacionalidade.

Antes de se avançar nessa direção, entretanto, é fundamental que sejam lembradas as primeiras sugestões para nova abordagem do pensamento de Furtado. Elas apareceram, pela primeira vez, em 1997, no trabalho de Francisco de Oliveira, "Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro". Nesse ensaio, sua indicação é a de que "o diálogo que Celso Furtado trava intelectualmente, para construir sua interpretação do Estado na economia e na sociedade brasileiras, é com o pensamento de direita brasileiro que dominou o cenário intelectual até o final da década de 30, isto é, com os chamados autores do pensamento autoritário brasileiro, sobretudo, (...), com Alberto Torres e Oliveira Vianna". E isso porque, talvez, entre outras as razões, "os autoritários da República Velha - mas que projetaram suas influências até sobre o Estado Novo de Vargas - dispunham de uma *interpretação* do Brasil", que se sustentava "por uma antropologia e sociologia da formação da sociedade brasileira, pelo estabelecimento das articulações entre esta sociedade, suas representações, formas de regime político, coroadas por reflexões (...) sobre o Estado" (OLIVEIRA, 1997, p. 5-7).

Segundo Francisco de Oliveira, a propriedade de se buscar o "diálogo inconsútil" entre os "clássicos do autoritarismo brasileiro" e Celso Furtado fundava-se no destaque dado à questão do Estado e seu papel numa economia capitalista periférica, e às possibilidades de uma ação racional na política. No entanto, apesar de os reformadores (e entre eles o próprio Furtado), no geral, muitas vezes se mostrarem seduzidos por algumas ideias "autoritárias" – "de que políticos e a política atrapalham a racionalidade das decisões e das implementações de natureza técnica" (ibid., p. 14) –, isso, obviamente, não permitia estabelecer filiações indevidas entre os conservadores e Celso Furtado, pois, além de sua opção democrática, que não estava presente nos "ideólogos autoritários", estes últimos inclinavam-se, no mais das vezes, para um agrarismo anti-industrialista, contrário, portanto, à proposta de intervenção estatal com vistas a acelerar a industrialização que animava o projeto de Furtado. Por fim, pode-se dizer que, significativamente, o ensaio pioneiro de Francisco de Oliveira serve, sobretudo, para reafirmar uma de suas principais características intelectuais, pois, pensador fecundo e provocativo, esse

sociólogo sempre abriu novos caminhos para a análise do processo histórico-econômico brasileiro.[63]

O que se tem pela frente, a partir de agora, é o exame da possível interlocução entre o pensamento de Celso Furtado e a tradição teórica antiliberal que, nos anos 30, sustentou ideologicamente a reordenação capitalista em curso no Brasil e deu continuidade ao tema da construção nacional, presente nos horizontes da intelectualidade brasileira desde o final do século XIX. Assim, tendo-se por assente a matriz cepalino-keynesiana e a importância de Mannheim na composição do ideário intervencionista e reformador de Furtado, a análise direcionará o foco para o conjunto doutrinário elaborado por alguns pensadores nacionais que preconizavam um espaço privilegiado para a ação estatal e a intervenção das elites intelectuais.[64] Com isso, pretende-se indicar que, possivelmente, a defesa de um Estado interventor nos moldes keynesianos ou a discussão do papel

[63] Algumas pesquisas acadêmicas deram continuidade às sugestões pioneiras de Francisco de Oliveira. Vera Alves Cepêda, por exemplo, escreveu *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático,* uma notável dissertação de mestrado, na área de Ciência Política (USP), em 1998. Nela, essencialmente, a autora indaga as razões do alcance explicativo e da hegemonia das interpretações de Celso Furtado, alçadas à condição de paradigma intelectual, nos anos 60. Entre elas, estariam a "sua filiação ao passado recente do pensamento social brasileiro, principalmente na discussão sobre a história da formação brasileira"; a retomada, "em novas bases" da questão industrial, ainda pendente nos anos 50, e a atualização teórico-metodológica em termos dos novos paradigmas teóricos do período. Outra pesquisa significativa - diga-se, de passagem, orientada por Francisco de Oliveira -, foi a tese de doutoramento de Maria Eugênia Guimarães: *Celso Furtado: a utopia da razão - Um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento* (1945-1964), defendida no departamento de Sociologia (USP), em 1999. Tem como proposta central investigar a construção do conceito de subdesenvolvimento na obra de Furtado, tendo como vetores "a utopia da Razão, a autorreflexão e a crítica do capitalismo periférico pelo instrumental macroeconômico que lhe possibilitou dissolver a teoria do Estado autoritário".
É na segunda parte do trabalho ("As ciências sociais, a experiência de tempo histórico e o Estado desenvolvimentista"), que a autora refere-se à produção do pensamento social brasileiro do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, com o intuito de discutir a problemática da identidade nacional, a ideia de progresso e a questão do Estado no Brasil. Com base nesses elementos, analisa a redefinição do projeto social, o conceito de modernização na era desenvolvimentista, apresentando, nesse contexto, a teoria de Furtado como legitimadora de uma nova representação do Estado, da sociedade e de um projeto inédito para o Brasil.

[64] As referências serão, sobretudo a Oliveira Viana, em *Populações meridionais do Brasil* (1920), *Instituições políticas brasileiras* (1949) e *Problemas de política objetiva* (1930); Azevedo Amaral, em *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) e *O Brasil na crise atual* (1934). A respeito, consultar, Bastos (1989), Mota (1980), Pécault (1990), Silva (1998), Bastos e Morais (1993), Rago (1993), Medeiros (1978), Bresciani (2002), Piva (2000).

do intelectual e das elites, segundo as concepções mannheimianas de *intelligentsia,* tenham se acomodado ao substrato de uma ampla e influente tradição antiliberal do pensamento social brasileiro; que sua "vontade nacional reformadora", voltada para a refundação republicana do país, nos anos 50 e 60 (GUIMARÃES, 2000, p. 15), revelem-no um herdeiro do "fascínio da questão nacional", que, antes dele, havia absorvido não só os "autoritários" das duas primeiras décadas do século XX, como também aqueles que, nos anos 30, revolucionaram as ciências sociais no Brasil, ou seja, a tríade com a qual, nas palavras de Antonio Candido, gerações de intelectuais brasileiros, "aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado": Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. (1995, p. 9).

Esse procedimento, obviamente, não deve ser entendido como uma tentativa de simplesmente assimilar o ideário de Furtado às concepções de modernização conservadora que o precederam ou, simplesmente, colocá-lo no rol dos reformadores "autoritários", em razão do seu apreço pela racionalização do espaço social, pela supremacia técnica do planejamento e pelo olhar suspeitoso que lança em direção ao jogo político e parlamentar, especialmente no imediato pré-64. Fazê-lo significaria desconhecer as determinações históricas particulares do momento em que foi construído seu projeto de desenvolvimento nacional; imaginar que conservadores dos anos 30 e 40 e Furtado compartilhem as mesmas bases teóricas e expressem o mesmo arranjo social no interior da dinâmica das classes no Brasil; que se possa ignorar a originalidade no pensamento de Furtado e o que ele representa em termos de ruptura com as formulações modernizadoras precedentes e, além disto, recusar a inegável generosidade social de suas proposições, de democratizar as bases econômicas e sociais do país, que, sem dúvida, não alimentava os projetos dos ideólogos da "modernização conservadora".

Trata-se, na realidade, do desafio de tecer as tramas de uma análise que, ao mesmo tempo, ponha em destaque a importância de uma tradição teórica anterior - a fantasmagoria de um ideário, de cujos temas, faturas do passado colonial (atraso econômico, concentração fundiária, exclusão social, desigualdades regionais, inclusão subordinada na ordem capitalista mundial, etc.), o país ainda não se livrara plenamente nos anos 50 e 60 —, e reafirme a especificidade e o novo no discurso teórico e no projeto ideológico de Celso Furtado.

5

O fascínio da questão nacional

> A estrutura da sociedade brasileira foi violentamente alterada pela Abolição da escravidão (...). Com o nivelamento legal das raças desapareceu a última e já bastante frágil linha de defesa do europeísmo no Brasil (...). Temos que recear uma degeneração dos valores ocidentais sob a influência corrosiva das correntes não europeias.
>
> (AMARAL, *O Brasil na crise atual*)

> A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele peleja que, quando vitoriosa, lhe dá realidade e lhe assegura a execução.
>
> (VIANA apud MEDEIROS, 1978, p. 193)

5.1 RAÇA E NAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL MESTIÇO

Uma das marcas identificadoras do pensamento social no Brasil é, sem dúvida, o precoce e intenso envolvimento de seus intelectuais com a problemática da construção nacional. Desde meados do século XIX, conhecimento e ação política formaram tal amálgama que, para boa parte dos pensadores brasileiros, "não havia ação que não supusesse o acesso ao 'real', nem conhecimento independente de uma prática que auxiliasse a evolução a gerar suas virtualidades" (PÉCAUT, 1990, p. 6). Assim, no Brasil, as ciências sociais constituíram-se, em larga medida, a partir do discurso que o país fez sobre si mesmo, indicando também a posição reivindicada pelos intelectuais no arranjo nacional. E entre estes, não poucos, ao proclamarem o conhecimento das leis que presidiriam a

história e os movimentos do real, deixaram-se tentar pela possibilidade de organizar a sociedade "pelo alto". Num movimento contraditório, muitos apregoaram a razão como arma contra as limitações da ordem natural vigente na sociedade brasileira, lembrando, ao mesmo tempo, a existência dos imperativos naturais da realidade social que deveriam limitar e nortear as ações políticas reformadoras.

Ao final do século XIX, sob o impacto da abolição da escravatura e da Monarquia, e da emergência da República e do trabalho livre, a questão em pauta eram as possibilidades de se construir uma nação civilizada nos trópicos – a europeização do Brasil, o branqueamento de sua população. A miscigenação tornou-se o tema central para as elites intelectuais, filtrando-se a leitura da problemática nacional pelo viés da raça. Alimentados por vasta literatura determinista, importada dos centros europeus, pensadores brasileiros debateram-se com o dilema de conciliar os modelos teóricos evolucionistas, que apontavam a inevitabilidade do progresso e da civilização, e as teses racistas, que alertavam para os riscos das misturas raciais, geradoras da degeneração do indivíduo e da sociedade.[65, 66]

No centro dessas concepções, a ideia de que o Brasil ainda vivia no século XVIII, em virtude da pesada herança histórica carregada de anacronismo colonial, da multiplicidade étnica e da miscigenação, da constatação do quanto o país estava atrasado em relação às nações capitalistas mais avançadas. Assim, intelectuais como Tavares Bastos, Sílvio

[65] No seu livro *Ladrilhadores e semeadores*, Piva aponta uma articulação, no geral contraditória, entre razão e determinismo – "entre criação intelectual" e a "força das tendências naturais" – na intelectualidade brasileira, no início do século XX. "Num lado, o da razão, estaria a necessidade de se contrariar, corrigir, por defeituoso e incapacitador, o quadro estudado para nele fecundar o futuro (...). No outro, o do determinismo, estaria a descoberta da força e do respeito que merecem as tendências intrínsecas da realidade, às quais se deveriam dar forma, rédeas e curso - subsumidas que estavam pela inadequação dos modelos e elites - para a obtenção dos estágios civilizatórios almejados (...)" (2000, p. 73).

[66] Como lembra Schwarcz, em *O espetáculo das raças,* "Incômoda era a situação desses grupos intelectuais, que oscilavam entre a adoção de modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações; entre a exaltação de uma "modernidade nacional" e a verificação de que o país, como tal, era inviável. "Devia ser difícil abrir mão da crítica externa e de uma certa internalização desse tipo de visão estrangeira a respeito do Brasil, como um país aberrante (...). Afinal, em um momento em que se redescobria a nação, aborígenes, africanos e mestiços passavam a ser entendidos como obstáculos para que o país atingisse o esplendor da civilização, como uma barreira para a formação de uma verdadeira identidade nacional (...)" (1993, p. 240).

Romero, Tobias Barreto, José Veríssimo e também Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entre outros, pareciam tomados pela sensação de descompasso com o tempo e pela aguda percepção das extraordinárias diferenças econômicas, políticas e culturais entre o país mestiço, recém-saído da escravidão, e os grandes centros europeus.

> A cada novo estágio que se alcança, nova é a dimensão da melhoria a ser feita, dado que as conquistas dos países centrais voltam a tornar as nossas diminutas, relativa e absolutamente. É como uma tirania do atraso, tangendo mentes e ações à obtenção de melhores condições de vida, tecnologias mais aperfeiçoadas, maior produção econômica e cultural mais sofisticada. Isso existe também nos países centrais, mas lá o atraso absoluto não é detectável como indiscutível nem pode se forjar uma ideia de atraso relativo com grande noção de defasagem. Além do mais, a situação concreta de atraso nos países como o Brasil tem de fato, mais do que uma sensação, um elemento tardio (...). (PIVA, 2000, p. 59)

Os intelectuais brasileiros, céticos ante as promessas redentoras da Abolição e da República, tiveram que dar conta das causas do atraso e das flagrantes diferenças sociais no país e o fizeram explicando as desigualdades internas e o descompasso da nação ante o mundo civilizado pelo prisma racial. Assim, no Brasil, a partir do final do século XIX, ganharam espaço diversas modalidades do pensamento determinista com a função de dar fundamentos à rígida hierarquização social do país a partir das diferenças raciais.[67] O atraso nacional e a impossibilidade de se atingirem níveis superiores de civilização passaram a ser explicados com base na perversa conjugação de "ambiente desfavorável" (os trópicos) e de "raças inferiores" (índios e negros) impedidas de atingir a perfectibilidade humana, condenadas que estavam à degeneração no ambiente

[67] Segundo Schwarcz, "Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de "imperialismo interno", o país passava de objeto a sujeito de explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores e ex-escravos - "classes perigosas" a partir de então - nas palavras de Sílvio Romero transformavam-se em "objetos de sciencia". Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades" (1993, p. 28).

tropical. Nesses termos, o que se pode afirmar é que positivismo, evolucionismo, naturalismo e darwinismo social combinaram-se para dar o sustento teórico[68] à "geração de 1870", envolvida com a busca dos fundamentos da nacionalidade brasileira, em oposição à herança colonial ibérica (VENTURA, 1988).

A rigor, o debate intelectual do século XIX, sob o prisma da concepção positivista de ciência e na perspectiva da construção da nacionalidade brasileira, vai se concentrar nas escolas de medicina e nas faculdades de direito, que, no Nordeste e no Sudeste do país, disputavam a hegemonia intelectual e o predomínio científico. Cabia aos bacharéis constituir elites dirigentes para a nação e formular um código legal unificado, racional e cientificamente modelado, adequado à realidade do Brasil e que permitisse a firme condução do país. Aos médicos tocavam os cuidados de diagnosticar e curar os males nacionais através de projetos de saneamento e de higienização do espaço social. Enfim, numa formulação sumária, essas instituições tinham, sobretudo, como propósitos fundadores criar um corpo de intelectuais – uma elite desvinculada dos padrões coloniais metropolitanos –, fornecer quadros para a direção política do Brasil e gerar as bases doutrinárias que dessem sustentação à nacionalidade.

Sem dúvida, na conformação do pensamento social e na constituição do campo das ciências sociais no Brasil, as escolas de Direito ocuparam um espaço privilegiado, notadamente a Faculdade de Direito do Recife, de onde saíram as primeiras análises "científicas", de teor racial, com feição evolucionista e darwinista social, sobre a formação nacional brasileira.[69] Distantes da metafísica e acreditando-se apartados do subjetivismo, esses intelectuais viam-se construindo não apenas teorias inovadoras,

---

[68] A antropogeografia de Ratzel; a antropossociologia de Gobineau, Lapouge e Ammon; a psicofisiologia de Rito, Sergi, Lange e James; a psicologia coletiva de Le Bon e Tarde; a sociologia de Le Play e da Escola de Ciência Social, de Tourville, Demolins, Poignard, entre outros, servirão de apoio às leituras da realidade social brasileira, até as duas primeiras décadas do século XX (MEDEIROS, 1978, p. 203).

[69] São conhecidas as diferenças que separam as duas grandes escolas de Direito (São Paulo e Recife), no Brasil, no século XIX. Enquanto o corte teórico científico e determinista da Escola do Recife permitiu a formação de doutrinadores e "homens de ciência", comprometidos com a antropologia física, com a frenologia, com as doutrinas raciais e com o direito criminal; a escola do Largo de São Francisco (São Paulo) enfatizou o direito civil, a perspectiva filosófica e o "liberalismo político conservador" (tão adequado aos interesses das oligarquias paulistas), distanciando-se das ciências biológicas e formando uma elite política, "burocratas do Estado", comprometida com a direção política nacional. É importante notar, entretanto, que "em São

mas também uma nação, compartilhando a sensação de que a "ciência tudo pode" e de que havia uma missão a ser cumprida (Schwarcz, 1993, p. 150). Segundo alguns analistas, a Escola do Recife foi responsável pela introdução da "modernidade cultural" no Brasil, na medida em que impôs uma leitura secular, laica e cientificista ao Direito, rompendo com o discurso religioso e metafísico, até então operante. O que, afinal, no contexto brasileiro, representava um importante instrumento progressivo de combate à pesada herança colonial ibérica e católica.[70]

Tobias Barreto, Laurindo Leão, Euclides da Cunha, por exemplo, são alguns dos intelectuais ligados direta ou indiretamente ao que se convencionou chamar de "Escola do Recife", muito mais no sentido de uma escola de pensamento do que no de uma instituição *stricto sensu.* Mas será Sílvio Romero, certamente, a expressão modelar dessa escola, com sua pretensão de submeter a realidade nacional ao crivo da investigação científica, sob o compromisso de dar forma às aspirações da nacionalidade.

Sob influência de Huxley, Comte, Buckle, Darwin, Spencer, Haeckel, Büchner, Vogt, Romero buscou a saída para os problemas do Brasil em termos da integração do país na civilização americano-europeia e do brasileiro no desenvolvimento racial da humanidade e da construção de uma homogeneidade nacional a partir da mestiçagem (Leite, 1969, p. 183-184).

No seu livro *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro,* Sílvio Romero apresenta os traços que, segundo ele, davam feição singular ao povo brasileiro (1881, p. 185),

> O brasileiro ficou quase um retrato do português. A natureza, como agente de transformação, pouco há feito para alterá-lo, tendo a lutar contra a estreiteza do tempo e a civilização europeia. O caboclo [índio], tipo quase perdido, que se vai esvaecendo cada vez mais, mui fracamente contribuiu também nesse sentido. O africano, rebelde aos progressos intelectuais tem alterado, sem vantagem, nossa fisionomia pretérita. Do consórcio, pois, de

---

Paulo um liberalismo de fachada, cartão de visita para questões de cunho oficial, convivia com um discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades. A teoria racial cumpria o papel, quando utilizada, de deixar claro como para esses juristas falar em democracia não significava discorrer sobre a noção de cidadania" (SCHWARCZ, 1995, p. 186).

[70] A propósito, ver Cruz Costa (1967), Candido (1978), Moraes Filho (1985).

> velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas "o mais belo país do mundo". É necessário buscar na *história* as condições de sua cultura, de sua civilização.

Com isso, Romero lembrava que a história do Brasil deveria ser compreendida, não como a história dos portugueses no ultramar americano, a história dos índios ou a dos negros, mas como uma história forjada por um novo tipo – uma "sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia" –, produto do português, do índio, do meio físico-natural e da imigração estrangeira. Estava aberto, portanto, o caminho à conclusão de que, para ele, a identidade brasileira fora construída com base na mestiçagem: o mestiço nacional era o "produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; (...) a forma nova de nossa diferenciação nacional"; o resultado final de uma raça em constituição, a nossa *particularidade,* pois "o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro" (ROMERO, in ABDALA Jr., 2001).

Quanto ao destino dessa "sub-raça mestiça", nem sempre Romero é coerente, pois se, por vezes, parece crer na originalidade de uma raça futura, com o paulatino branqueamento do povo, em outras ocasiões defende a necessidade da imigração europeia para compensar a degeneração provocada pelo clima. Apesar de admitir que "o progressivo desaparecimento do indígena se deve a "pestes e guerras" e o do negro aos "trabalhos forçados"", Romero afirma, igualmente, que "na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração europeia, tem sido, e tende ainda a sê-lo, a branca" (ibid., p. 187).

A questão racial, que dava fundamento ao conjunto doutrinário de Sílvio Romero, apresentava-se vinculada a múltiplas instâncias, entre as quais a política. Sua defesa do unitarismo político-administrativo, em detrimento do federalismo, por exemplo, sustentava-se no "modelo antropológico da mestiçagem", uma vez que, a "ideia de unidade política, espiritual e étnica do país não poderia correr um risco que considerava introjetado em nosso povo: o caráter ibero-americano, sempre propí-

cio ao desmembramento como ocorreu na América hispânica". Romero rejeitava o que chamou de "mania de se copiar os norte-americanos" ou, em suas palavras, "a ideia de federação [que] se assenta[va] em dois falsos pressupostos: a crença errônea de nos convir o que convém aos anglo-americanos e a falsa teoria de supor que para lá nos levam as lições da história" (ABDALA Jr., 2001, p. 207-208). O futuro do Brasil só estaria garantido com a unidade nacional e com um sistema político baseado na realidade e sustentado nas aspirações nacionais mestiças.

Seja com Silvio Romero, seja com outros intelectuais (de público reconhecimento ou não), a Escola do Recife atribuiu-se e levou à frente, até o início do século XX, o papel de formar "doutrinadores" e "homens de ciência", de produzir conhecimento moldado pelos novos paradigmas científico-positivistas e, sobretudo, de elaborar um projeto para a nação ("mestiçagem uniformizadora") e modelar juristas (guardiães da racionalidade) à altura do desafio civilizatório e modernizador no Brasil.

5.2 ESTADO E NAÇÃO: A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Em seu artigo, "Viagem ao olho do furacão", Oliveira, afirma que a "Primeira República, ou a República Velha, vai assistir a uma verdadeira explosão do tema do Estado", assunto que os intelectuais do Império praticamente desconheceram, absorvidos que estavam com as propostas de "branqueamento" da nação.

> Todo um enorme movimento (...), com a influência do positivismo, sobretudo de corte constantino, entre militares e civis, num espectro que ia de militares de caserna e engenheiros militares a bacharéis - inevitavelmente -, incluindo até sanitaristas, a questão do saneamento das cidades e da vacina com Oswaldo Cruz, a questão do serviço militar obrigatório ou voluntário com Olavo Bilac, os próprios militares como primeiros presidentes e o Exército como força política ostensiva desde a deposição do imperador, a questão da defesa do café, a questão das obras contra as secas no Norte Agrário (...), sobretudo com a presidência Epitácio Pessoa, tudo isso contribuiu, de forma absolutamente nova, para colocar o tema do Estado no primeiro lugar da agenda pública da discussão. (1997, p. 9)

Na realidade, enquanto, no fim do século XIX, a questão nacional estava centrada nas possibilidades de se construir um país mestiço e civilizado nos trópicos, tendo por viés a problemática racial, na década de 20 e adentrando pelos anos 30, o pensamento social brasileiro deslocou a pauta de discussão, dando relevo à problemática da modernização nacional, que passou a ter como referência a questão do Estado. O viés racial não desapareceu. Refinou-se, cedeu espaço às formulações que, sustentadas teoricamente pela sociologia, buscaram a "realidade nacional" preocupadas em superar a dissociação entre o "país legal" e o "país real", para que o Brasil alcançasse sua verdadeira identidade nacional.

Importante ressaltar, também que, por essa época alguns intelectuais em sintonia com os novos tempos, que anunciavam reformulações significativas no processo de organização capitalista no país, iniciaram um acerto de contas com as tradições teóricas precedentes, inaugurando explicações abrangentes, interpretações gerais do processo histórico e social brasileiro, perscrutando as possibilidades e os impedimentos para a superação do atraso, da exclusão social e do descompasso do país perante os centros mundiais avançados. E eles o fizeram rompendo com o determinismo racial e ambiental, com o evolucionismo, com a historiografia das elites produzida nos Institutos Histórico-Geográficos. Propunham, principalmente, novos parâmetros teóricos para o entendimento da questão nacional: o culturalismo antropológico americano, a sociologia compreensiva alemã, a dialética materialista e a luta de classes da tradição marxista. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior são os teóricos que expressam de modo paradigmático essas rupturas. No entanto, é importante lembrar que os generosos frutos intelectuais desses "demiurgos" precisarão de um bom tempo para amadurecer e se reproduzirem amplamente no pensamento social brasileiro. No Brasil, a cena intelectual estará ocupada, ainda por mais de uma década, pelos herdeiros da "geração de 1870", pelos teóricos da "modernização conservadora", partidários do Estado forte e adeptos da teoria das elites, que deram sustentação ideológica ao Estado e às reformas político-econômicas do pós-30.

A primeira metade da década de 1920 encontrou o Brasil às voltas com intensas mudanças e agudas contradições, que culminaram naquilo que se convencionou chamar de Revolução de 30 e que definiram os caminhos da objetivação capitalista no país. A Grande Depressão de 1929

marcou o ápice de uma crise longamente anunciada, colocando às claras a falência do modelo primário-exportador, primordialmente sustentado pela lavoura cafeeira, e abrindo caminho ao que Furtado chamaria, quase três décadas depois, de "industrialização por substituição de importações". Como observa Oliveira (1977, p. 34),

> A quebra do monolitismo oligárquico é condição necessária para a Revolução, mas no seu rastro, terminando por impor-se, serão os novos interesses burgueses, será a nova forma de produção do valor, serão as novas condições de reposição do pressuposto fundamental - do lucro, em última instância - que darão a pauta desde a metade da década de trinta, quando se reorienta principalmente a intermediação comercial e financeira que de *externa* passa para *interna,* depois de demonstrada *in extremis* a inviabilidade de permanência da economia agro-exportadora e de suas relações internacionais com a crise de 1929 e a política de destruição dos excedentes de café. Nesse processo, o Estado vai jogar um papel fundamental no financiamento da acumulação de capital e na regulação das relações entre o *novo capital* e o *novo trabalho* e, agora, na subordinação dos interesses da oligarquia aos interesses da acumulação industrial.

Nesse curso, obviamente, entrou em colapso o pacto entre as oligarquias, que garantiu o funcionamento do federalismo, do liberalismo institucional e da hegemonia paulista durante toda a I República. Na verdade, nem o Estado liberal-conservador e nem a construção administrativa e institucional oligárquica mostraram-se em condições de fazer frente à crise econômica, à realidade urbana crescentemente complexa e aos novos atores sociais, que entraram em cena cobrando espaços e direitos na vida política e social brasileira – a classe operária, os setores médios urbanos que fugiam da esfera de influência das oligarquias agrárias, a jovem oficialidade do exército. O país experimentou algo como uma "aceleração da história", a que a intensa agitação cultural do período deu expressão (LORENZO; COSTA, 1997, p. 8).

No espaço de poucas décadas, uma nova geração de intelectuais brasileiros, sob o impacto da decepção com as instituições republicanas liberais e da crise que abalou a ordem oligárquica-exportadora, viu-se confrontada com a responsabilidade de construir um "Brasil Moderno" ou, em outros termos, de reatualizar a questão nacional, que antes

mobilizara a "geração de 1870". O que estava em jogo já não era a edificação de um país mestiço e civilizado. Tratava-se da construção de uma identidade nacional moderna, que expressasse as necessidades de um modo industrial de produzir mercadorias e de suas correspondentes instituições políticas, uma vez que ao Estado caberiam, agora, novos papéis, implementadores da ordem urbano-capitalista.[71]

O desenvolvimento dessa linha de reflexão requer, no entanto, certa cautela. E isso porque o referir-se tão amplamente a uma "nova geração de intelectuais brasileiros" coloca em pauta o problema das generalizações, que escondem as particularidades teórico-ideológicas e os conteúdos específicos das obras dos diferentes autores que, nesse período, deixaram suas marcas no pensamento social no país. Entretanto, dado o caráter deste trabalho, dispensa-se aqui a discussão dessas particularidades, largamente acentuadas por pesquisadores que tiveram a produção intelectual dos anos 20 e 30 como objeto de análise.[72] O pressuposto é o da legitimidade da indicação de algumas linhas gerais predominantes em amplas manifestações do pensamento brasileiro das primeiras décadas do século XX sem incidir em larga impropriedade.

Para boa parte da intelectualidade da década de 1920, embora existisse uma "identidade nacional latente", ela não era suficiente para que se con-

---

[71] O Estado brasileiro desempenhou largas funções no processo de transformações capitalistas, no pós-30, para assegurar o predomínio da produção de base urbano-industrial. Além da regulamentação das relações entre capital e trabalho, através da legislação trabalhista, o Estado atuou na "fixação de preços, na distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos extratos sociais ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, possa se reproduzir. (...) o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. (...) Regulando o preço do trabalho (...), investindo em infraestrutura, impondo confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera, continuamente, transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema" (OLIVEIRA, 1972, p. 13-24).

[72] Nesse sentido, tem-se como referência, por exemplo, o trabalho de Piva *(Ladrilhadores e semeadores),* que cuidou de estabelecer as diferenças essenciais entre Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte, chamando a atenção para as armadilhas das generalizações (2000, Primeira Parte, cap. 1 e 2). Ver também LORENZO; COSTA (1997).

siderasse o povo brasileiro politicamente constituído. Isso só aconteceria quando fossem estabelecidas instituições políticas adequadas às peculiaridades histórico-culturais do Brasil.[73] E essas instituições não seriam, por certo, as republicanas liberais, implantadas ao final do século XIX, segundo seus críticos, com a ilusão de se atingir a modernidade através da importação de soluções estrangeiras. (Re)Organizar a nação e sua vida político-administrativa era uma tarefa para as elites intelectuais, porque, entre outras coisas, a criação da nacionalidade era "um fato indissoluvelmente cultural e político", uma vez que "forjar um povo também [era] traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade" (PÉCAUT, 1990, p. 14-15).

Fugir ao dito artificialismo das soluções políticas "exóticas" pressupunha a aproximação com as raízes nacionais, ou seja, a busca da particularidade que fazia do Brasil uma realidade peculiar, irredutível. Daí a recorrente preocupação nacionalista daqueles anos com a identidade do país, com a rejeição aos estrangeirismos e com a análise crítica das instituições liberais importadas, a que muito poucos intelectuais escaparam no período. "Organizar a nação" e "forjar um povo" foram temas comuns a várias correntes ideológicas e a movimentos políticos das décadas de 1920 e 1930, que colocaram em relevo a opção nacional, modeladora do projeto modernista daquela geração. Paradigmática, nesse sentido, a afirmação de Mário de Andrade, de que o brasileiro tinha que se "abrasileirar", uma vez que não havia "Civilização", mas "civilizações", de modo a, com isso, rejeitar o mimetismo cultural (PIVA, 2000, p. 40).

Obviamente, era muito amplo e variado o espectro político e ideológico da intelectualidade que, naquela época, assumiu a função demiúrgica no Brasil. Isso não impede, no entanto, que seja observada uma certa

---

[73] Um movimento contraditório caracterizou a nova geração de intelectuais brasileiros, notadamente os círculos comprometidos com o Modernismo, em que um sentimento elitista-aristocrático alimentou a busca das raízes culturais brasileiras - a nossa particularidade —, a ida ao encontro da cultura popular. Entre os modernistas, ainda que houvesse "uma pretensão de rever o racismo e de criticar a retórica do academicismo, permanecem um culto à erudição e um sentimento de ser parte da elite tal qual eram cultivados nos salões aristocráticos". Assim, o movimento modernista seria um claro exemplo de "como uma intelectualidade viajada, apoiada por uma aristocracia ilustrada, vai ao encontro do povo como se este fosse um objeto exótico, quase uma massa à qual é preciso dar forma, flertando à distância, sem estabelecer relações de maior proximidade". Nesses termos, os modernistas, marcados pela concepção cultural elitista e pelo projeto de construção de uma cultura nacional, "foram ao povo" buscando "nas manifestações populares, uma matéria-prima pura e dotada de autenticidade, à qual caberia dar forma final mediante um trabalho de síntese eminentemente intelectual" (LAHUERTA, 1997, p. 97).

confluência geral quanto à rejeição ao liberalismo político, à democracia representativa formal e quanto à adesão ao fortalecimento do Estado. Sob a justificativa da preeminência do "imperativo nacional", parte significativa desses intelectuais convergiu na aceitação da hierarquia social existente, na defesa da reorganização do país com base na consolidação do poder central e na superação dos particularismos que ameaçavam a unidade nacional. Confluiu, igualmente, na proposta de substituição das elites tradicionais e, sobretudo, na ideia de que não havia outro caminho para o progresso senão a atuação racionalizadora de novas elites, intelectuais armados com conhecimento científico, capazes de revelar as autênticas raízes nacionais[74, 75] e, por isso, em condições de dar forma adequada ao Estado e à nação, além de fornecer quadros capazes de implementar as modificações necessárias (PÉCAUT, 1990, p. 15; PIVA, 2000, p. 64). Pode-se, assim, dizer que dois grandes temas se entrelaçaram no ideário da geração intelectual que, nos anos 20, descobriu, a um

[74] O primeiro passo para encontrar a forma adequada de construção sólida da unidade nacional era um "método que proporcionasse uma 'avaliação objetiva' da 'realidade nacional', método que só poderia encontrar apoio seguro nos pressupostos das ciências, na neutralidade proporcionada ao analista da sociedade pela rigorosa observação científica das determinações geográficas e sociais, peculiares à 'história' de cada país, e, em decorrência das tendências inscritas como possibilidades em cada sociedade. Sem dúvida, as diversas vertentes de análise cientificista encontraram amplo campo de demonstração dessa especificidade dos países menos estruturados nas heranças deixadas pela colonização e na ruptura do internacionalismo operário. As 'irredutíveis realidades nacionais' tornaram-se aceitas, tanto nos meios políticos conservadores e mesmo reacionários, como entre os teóricos do movimento operário" (BRESCIANI, 2002, p. 105).

[75] A Teoria das Elites surgiu e se desenvolveu, a partir do século XIX, como uma reação às ideias democráticas e socialistas. Em que pese a diversidade de suas manifestações, tinha como argumento central a ideia de que, em qualquer sociedade, de qualquer tempo, existia uma elite que, por competência, talento natural e recursos se destacava e controlava o poder, dirigindo a maioria. "Esta era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper. Pelo contrário, o que a adoção do sufrágio universal e a crença nos princípios sobre os quais se apoiava - os da igualdade entre os homens e da soberania popular - produziam era a legitimação do mando da minoria, cujos desígnios passavam a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas maiorias".

Os teóricos do elitismo – Gustave Le Bon, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto – "estavam na contracorrente da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica à ideia de igualdade. Para eles, a democracia, (...), não apenas era uma metafísica, uma abstração sem base real, mas também operava como uma forma de legitimar o poder, este sim real, de uma minoria". A descrença e mesmo a hostilidade em relação à democracia política, no século XIX, tinham o apoio das "teorias científicas, médicas e psicológicas, que atribuíam às forças irracionais um grande peso no comportamento humano" (GRYNSZPAN, 1999, p. 12,18-20).

só tempo, sua vocação nacionalista-reformadora e seu lugar no processo de construção do Brasil moderno: o antiliberalismo e o tema das elites.

A crítica à conformação liberal das instituições políticas da I República – e poucos foram os que, no período, deixaram de apontar a degeneração política do projeto republicano – tinha como pressuposto a ideia da inadequação do liberalismo à particularidade brasileira, à sua heterogênea e complexa mistura de raças e grupos sociais. A recusa ao artificialismo das soluções liberais consubstanciou-se, principalmente, nas denúncias dos "equívocos " atribuídos à Constituição de 1891, uma vez que, (BRESCIANI, 2002, p. 103)

> (...) o acesso ao voto para uma população ignorante e incapaz de exercer conscientemente seu direito à cidadania tivera como resultado a manipulação astuciosa dos "coronéis" e seus asseclas políticos; a ausência de "opinião popular" militante, segura de sua força e de seus direitos, consequência de nossa condição anterior colonial e da ausência de "organização das fontes de opinião", fizera das manifestações de cunho político uma farsa.

Para esses críticos da ordem liberal oligárquica, a unidade nacional estava comprometida, seja pelo tamanho do país, pela ocupação geográfica dispersiva, pelos interesses econômicos particularistas; seja pela composição heterogênea da população ou pela "cegueira das elites políticas, que, em sua ânsia de dar ao país leis semelhantes às das grandes nações civilizadas, não perceberam sua total inadequação às nossas necessidades" (ibid., p. 103). O Estado forte seria a solução para unificar o Brasil[76] - vítima da "ação nociva das toxinas do espírito de clã no nosso organismo político administrativo" —, a força capaz de pôr fim à "democracia dos coronéis" (VIANA apud MEDEIROS, 1978, p. 169). Em *Populações meridionais do Brasil,* Oliveira Vianna concebia esse Estado centralizado

---

[76] Pensando a reforma e o fortalecimento do Estado, Oliveira Vianna afirmava que o "Problema [era] como se vê, de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar ao nosso agregado nacional, massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter... Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um Governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontrastável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal" (MEDEIROS, 1978, p. 168).

e forte como o "órgão supremo de uma grande missão nacional", o agente e o promotor do projeto nacional, à medida que o povo brasileiro não tinha "o sentimento da hierarquia e da autoridade (...) o respeito subconsciente da lei". Cabia, assim, ao poder público "realizar pela ação racional do Estado o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade, os instintos vicerais de obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama o 'Poder moral da ideia de Estado (...)'" (ibid., p. 168-169).

As referências ao descompasso das elites tradicionais ante a realidade brasileira e a incapacidade política das massas populares para o exercício da democracia representativa expõem um dos elementos mais importantes de sustentação do projeto político de significativa parte dessa intelectualidade, cuja atuação adentrou a década de 1930: a defesa da substituição das antigas elites, despreparadas, omissas, "inautênticas", por outras, qualificadas pelo pensamento científico, especialmente pela sociologia, capazes de se desincumbir da missão de "civilizar por cima".

Analistas do pensamento social brasileiro das décadas de 1920 e 1930 atribuem à geração intelectual desse período a pretensão de institucionalizar a sociologia como instrumento de análise científica da realidade, caminho para o conhecimento autêntico do Brasil - "a sociologia como meio de solucionar as questões da sociedade, de indicar a ordem a ela apropriada" - em contrapartida "ao modo não científico" de compreender a realidade. Daí a concepção da sociologia como uma disciplina dotada de "objetivismo tecnocrático", "imune e acima das negociações, dos demagogismos, das intrigas e diletantismos" da cultura dos bacharéis, o que, no fundo, revelava não apenas a suspeição, mas a própria "condenação da política". Era como se existisse "uma lei objetiva na política ('boa administração')", que indicava a meta a ser atingida (a modernização), e que não pode ser determinada ou alcançada por nenhuma das partes da sociedade: classe social, partido ou mesmo região (PIVA, 2000, p. 77).

A concepção elitista e a ideia de remodelação do Estado em bases racionais implicavam a noção da política como competência, na concepção de que a arte de governar estava relacionada com a posse de conhecimentos científicos adequados à gestão pública. Ou, em outras palavras, a ideia de que os fundamentos para a legitimidade do poder deveriam ser dados pelo conhecimento científico do meio político e social. Isso expli-

caria o cuidado com a formação das elites intelectuais e dirigentes, em conformidade com paradigmas técnicos e científicos, diversos da formação bacharelesca da Primeira República[77] – de que a fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade Federal, no Rio de Janeiro, três anos depois, são claros exemplos –, como também a divulgação da Sociologia como ciência do social, com condições de fornecer os instrumentos racionais de análise da realidade brasileira (BASTOS, 1989, p. 335). Não por acaso, datam dos anos 30 a institucionalização das ciências sociais no país, com o surgimento da Sociedade de Sociologia, em 1934, bem como o início do movimento editorial e da divulgação científica dos trabalhos dessa área (GUIMARÃES, 1999, p. 123).

Ante esse quadro geral convém, agora, atentar para algumas formulações específicas de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Não se pretende, obviamente, discutir as concepções desses ideólogos: nem a apresentação do recorte sumário de suas ideias torna isso possível, nem esse é o propósito específico deste trabalho. O que se tem em mente é apenas uma indicação mais formalizada do conteúdo doutrinário desses pensadores no amplo painel do pensamento social brasileiro do final dos anos 20 e da década de 1930. A escolha desses ideólogos não é, por certo, uma arbitrariedade, pois, se o primeiro autor é largamente reconhecido pelos inúmeros estudiosos do pensamento nacional, que o consideram, no geral, o mais importante "pensador autoritário" do país (BASTOS, 1993), o segundo destaca-se entre os teóricos da modernização conservadora, em razão do caráter inovador, do ponto de vista doutrinário, de seu projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil.

[77] Daniel Pécaut chama a atenção para o modo como o elitismo sensibilizava, especialmente, os liberais paulistas. Para tanto, cita uma pesquisa sobre o ensino público, realizada por Fernando de Azevedo, sob encomenda do jornal *O Estado de S. Paulo,* em 1926. Na conclusão, entre outras coisas, a ideia que a democracia se sustentava, sobretudo, na "seleção dos melhores": "A democracia consiste, praticamente, não no 'governo do povo pelo povo', o que, em última análise, é uma ficção, mas no governo por elementos 'diretamente' tomados do povo e preparados pela educação. Não há salvação para a democracia senão na escolha e pela escolha das capacidades. O problema da educação sobreleva, por isso, em alcance social e político, a todos os outros problemas, numa república decidida a entregar seu governo a uma 'aristocracia de capacidades'" (PÉCAUT, 1989, p. 30).

Vianna[78] constrói sua obra a partir da crítica às estruturas políticas e sociais da República, que são responsabilizadas pelo atraso e pela desordem nacionais. Em suas análises, privilegia a organização e a atuação do Estado, atribuindo-lhes dimensões civilizadoras, já que se apoia no pressuposto de uma sociedade civil brasileira fraca e incapaz. Para ele, a modernização é identificada com a construção da unidade nacional e do poder central forte, capaz de garantir a unidade e o desenvolvimento.

Na medida em que o projeto de Oliveira Vianna é construir o Estado Nacional como via de acesso à civilização, suas críticas concentram-se na descentralização política, no federalismo da Primeira Constituição Republicana (1891) e nos poderes das oligarquias regionais, uma vez que, em seu ideário, atraso e desordem estão intimamente associados à democracia e ao liberalismo clássico. Segundo ele, o "idealismo utópico" – composto de três aspectos centrais: parlamentarismo, federalismo/descentralização e racionalismo liberal – não se prestava às peculiaridades naturais do Brasil. A Constituição de 1891, por exemplo, era o resultado direto e equivocado desse idealismo, pois tinha sido elaborada como se os brasileiros fossem saxônicos, como se tivessem as qualidades desses povos e não os males da estrutura e da mentalidade nacionais, que incapacitavam para a democracia liberal.

Segundo Vianna, o povo brasileiro carregava um determinismo negativo, ou seja, a ausência de um sentido da "coisa pública", que impedia que o Estado, no sentido pleno, surgisse naturalmente, como entre os anglo-saxônicos, decorrendo daí a anarquia social na qual o Brasil vivia mergulhado. Era a partir desse determinismo negativo que se impunha a necessidade de criar um Estado centralizador, a efetiva ordem pública. Ao lado do "determinismo negativo" havia, porém, o "positivo": a índole do povo brasileiro, favorável à criação do Estado forte e centralizado, que, entre outras, teria a função de educar esse povo para a nacionalidade e para o sentimento público. O resultado de um processo de modernização, levado à frente por esse Estado forte, seria a constituição de uma sociedade assentada em valores comunitários, em organizações coletivas.

[78] As formulações a propósito do projeto político de Oliveira Vianna têm como referência os seguintes trabalhos: Piva (2000, cap. IV), Medeiros (1978, p. 155-277), Bastos (1993, p. 131-181), Vieira (1976).

Como se vê, na formulação das propostas de reformas institucionais do Estado, Oliveira Vianna defendia a construção da unidade política, a continuidade administrativa e a supremacia da autoridade central, uma vez que a organização estável da liberdade civil só seria possível mediante a estruturação da autoridade do poder central. Nessa medida, o Executivo e o Judiciário deveriam ser reforçados, em detrimento do Legislativo. Ao Executivo, que concentraria o aparato técnico e administrativo, caberia elaborar e propor as leis, ficando com o Parlamento apenas a incumbência de votá-las. Sob qualquer outro arranjo, a unidade política estaria comprometida, pois, em lugar do sentimento nacional, poderia ocorrer apenas a manifestação de interesses regionais.

Outro aspecto significativo nas propostas de modernização de Oliveira Vianna era a formação de Conselhos Técnicos e Econômicos capazes de implementar políticas públicas afinadas com as necessidades da realidade. Eram organizações no âmbito do governo central, capazes de expressar os interesses coletivos, de superar a inoperância política do Legislativo e de possibilitar a centralização das decisões, cujos conteúdos seriam definidos por especialistas dos diferentes setores produtivos. A proposta de formação dos corpos técnicos é o momento em que o tema das elites ganha substância no pensamento de Vianna, pois é a partir deles que propõe a defesa da instauração de uma "política objetiva". Segundo Vianna, nas condições da sociedade moderna, tornava-se patente a incapacidade técnica das elites partidárias de realizarem a obra da administração e do governo, cabendo à competência técnica sobrepor-se à incompetência parlamentar.

De modo sumário, o projeto de Oliveira Vianna previa, sobretudo, a despolitização das ações de governo como condição ideal de racionalidade. Essas ações deveriam pautar-se pelas decisões técnicas, de modo a evitar os riscos de um desvirtuamento das decisões de Estado, no contexto dos debates políticos e dos jogos partidários. As formulações políticas fundamentais deveriam ficar a cargo dos detentores do saber racional: elites tecnicamente preparadas, capazes de responder às exigências do desenvolvimento de uma nação moderna.

Entre os pensadores da década de 1930, Azevedo Amaral[79] é o único que, além do tema das elites e da reforma política do Estado, preocupa-

[79] As colocações a propósito de Azevedo Amaral têm como referência Rago (1993, p. 49-59, 157-166, 183-195), Silva (1998, p. 142-144, 154-160) e Medeiros (1978, p. 54-60,69-89).

va-se também com a modernização em termos econômicos, trazendo o tema da indústria para a linha de frente da reflexão teórico-ideológica. Ideólogo do Estado Novo getulista, Azevedo Amaral, em seu livro *Estado autoritário e a realidade nacional* (1938), defendia uma proposta de modernização que tinha na indústria o seu eixo. A industrialização, nos seus termos, seria a fase adiantada do "determinismo econômico" brasileiro, a fonte da riqueza, da soberania nacional, da diversificação técnico-produtiva e, também, da geração de uma estrutura social complexa, à semelhança das nações mais desenvolvidas.

O atraso brasileiro – caracterizado, segundo Azevedo Amaral, pelo agrarismo, pela profunda dependência econômica do país em relação aos centros estrangeiros e pelas instituições políticas artificiais (os arranjos liberais que predominavam no país desde o Império) – só poderia ser superado através de um conjunto de medidas que contemplassem, a um só tempo, a constituição de um "Estado Autoritário" e o desenvolvimento de uma industrialização dirigida.

O processo de industrialização nacional, que não poderia prescindir dos capitais externos, demandava a existência de um Estado forte, centralizado e autoritário: a única força capaz de promover a coesão nacional e forjar instituições que impulsionassem a indústria. Segundo Amaral, apesar da força do determinismo econômico, a industrialização no Brasil, além dos riscos de reveses naturais, só muito lentamente poderia viabilizar-se. Por isso, impunha-se a criação de instituições estatais que acelerassem a evolução natural da economia no país.

A industrialização brasileira, surgida de modo "natural" e "empírico", não poderia prescindir, para seu pleno desenvolvimento, de uma política econômica diretora. Assim, tomando como referência o New Deal norte-americano, pelo qual se entusiasmara - "O 'New Deal' destaca-se (...) no mundo contemporâneo como a mais completa e audaciosa experiência planificadora até hoje tentada dentro das configurações do regime capitalista" -, Azevedo Amaral propõe uma planificação da economia, a ser levada à frente por um órgão coordenador capaz de atuar em todos os setores econômicos e sociais, de forma a garantir o êxito do planejamento (apud Silva, 1998, p. 142).

Para Azevedo Amaral, a defesa de uma planificação econômica do Brasil não apresentava nenhuma incompatibilidade com a vigência do capitalismo, uma vez que o planejamento era uma técnica politicamente

neutra, independente das configurações peculiares de qualquer organização econômica ou regime político. Além disto, a atuação do Estado, no caso brasileiro, limitar-se-ia às atividades que estavam fora do alcance do capital privado e à criação da infraestrutura, indispensável à indústria. Fiel ao ideário corporativista que, a exemplo de Oliveira Viana, muito o influenciou, Amaral afirmava que o modo desejável de planificação era aquele realizado através da cooperação entre o Estado e os órgãos representativos da iniciativa privada.

Do mesmo modo que em Oliveira Vianna, no pensamento de Azevedo Amaral o tema das elites enunciava-se em íntima associação com a atividade reformadora do Estado. Segundo ele, a intervenção estatal planificadora não poderia ficar ao sabor das contendas políticas parlamentares: pressupunha, além do processo de centralização política e da superação da frouxidão das instituições liberais, a existência de uma elite possuidora de qualidades superiores de análise e previsão, capaz de introduzir novos instrumentos, criar aparatos políticos em condições de fazer a realidade nacional superar etapas e rumar em direção aos estágios mais avançados da organização econômica.

5.3 DESENVOLVIMENTO E NAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL INDUSTRIAL

Como já anteriormente indicado, no pós-30, especialmente durante o Estado Novo, a sociedade brasileira sofreu profundas transformações, que possibilitaram a passagem do padrão de acumulação capitalista de base agroexportadora para o de preeminência urbano-industrial e de realização interna. Nas décadas seguintes, as contradições características de um capitalismo subdesenvolvido e de extração colonial evoluíram de tal modo que, nos anos 50, os limites e os impasses do desenvolvimento industrial periférico ganharam grande visibilidade, colocando na ordem do dia o debate sobre os rumos do capitalismo no país.

Foi por essa época que o pensamento social brasileiro reformulou significativamente sua pauta de discussão, forçando alterações na agenda da questão nacional, deslocando temáticas anteriores e modificando as formas intelectuais do debate, que passaram a incorporar a ciência econômica como forma de intelecção da realidade, além de incluirem, com destaque,

um componente particularmente polêmico: o papel do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento do país. Não se tratava mais de postular a viabilidade do Brasil como nação civilizada ou projetar a modernização conservadora a ser realizada sob a batuta das elites dotadas de racionalidade científica e à procura da conformação de um Estado forte, que pudesse capitanear esse processo. O que estava em jogo, agora, eram os caminhos da objetivação do capitalismo, o lugar dos capitais externos e da indústria no país, a situação do Brasil no concerto geral das nações. Com base nesses elementos e sob a ótica da análise econômica, a questão nacional atualizou-se, pondo em relevo a problemática do subdesenvolvimento e as possibilidades de sua superação. Pode-se mesmo dizer que, nesse período, essa discussão institucionalizou-se, com a criação de agências encarregadas da formulação teórico-ideológica do desenvolvimento nacional, de que foi claro exemplo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ligado ao Ministério da Educação e Cultura.[80]

Foi nesse contexto de redimensionamento da questão nacional, seja do ponto de vista do projeto (o desenvolvimento pela via da industrialização), seja do ponto de vista da forma intelectual de indagação da realidade (o pensamento econômico brasileiro), que Celso Furtado modelou, a um só tempo, uma proposta de desenvolvimento autônomo para o país e uma teoria original de interpretação do capitalismo brasileiro, tornando o subdesenvolvimento a pedra de toque do debate político e do pensamento social no Brasil. Aliás, num tributo à verdade, cabe a afirmação de que a obra de Celso Furtado tornou-se a referência paradigmática para o pensamento desenvolvimentista. E isso foi possível, entre outras razões, porque não apenas deu entendimento à nossa peculiar transição para a economia industrial e às suas contradições (explicando-as em termos da industrialização por substituição de importações), mas, também, à própria lógica do atraso brasileiro (a dinâmica do subdesenvolvimento), que passava a ser analisada nos termos de um destino comum aos países da periferia capitalista, compartilhado pelas nações latino-americanas e por, praticamente, todo antigo mundo colonial.

Furtado construiu a explicação do Brasil subdesenvolvido no momento em que os economistas se tornavam atores políticos no cenário nacio-

[80] Sobre o ISEB e seu papel essencial nos debates da questão nacional, nos anos 50 e 60, consultar Toledo (1978), Schwartzman (1981), Chauí e Franco (1978).

nal e suas análises macroeconômicas, relevantes, o que lhes permitiu transformarem-se em uma nova elite técnica dirigente, especialmente à medida que o Estado brasileiro, mais e mais, ampliava seus compromissos com a promoção do desenvolvimento capitalista. Segundo Loureiro, no Brasil, "o campo dos economistas" como elites dirigentes formou-se no bojo das transformações capitalista do pós-30, quando "a informação técnica que se transformou em recurso político foi o conhecimento econômico" e, "em suas dimensões tanto teóricas, quanto instrumentais", foi objeto de controvérsias teóricas e disputas entre diferentes vertentes do pensamento econômico. O surgimento dos economistas como fração das elites brasileiras não se deu somente no espaço acadêmico das escolas de economia, mas, principalmente, em órgãos estatais e instituições de pesquisa aplicada. Agências governamentais, como os conselhos técnicos criados no Estado Novo, os grupos de trabalho do governo JK, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e o BNDE, por exemplo, foram "espaço privilegiado de decisão apropriado pelos técnicos", funcionando "como escolas práticas de formação econômica diferenciada para engenheiros, advogados e outros altos funcionários que se envolviam com as atividades de regulamentação e controle de diversos setores econômicos e com as tarefas de planejamento do desenvolvimento industrial". No Brasil, os primeiros cursos superiores de economia foram criados a partir da década de 1940: "Antes disso, o ensino de economia restringiu-se a algumas poucas disciplinas destinadas à formação de cultura geral nos cursos de direito e engenharia, e ainda a uma das dimensões ou desdobramentos do ensino comercial profissionalizante" (LOUREIRO, 1997a, p. 24, 32-33).

É importante lembrar que o "espaço social dos técnicos e economistas" estruturou-se, desde o início, alimentado por polêmicas teóricas e confrontos ideológicos, de que é exemplo a conhecida "controvérsia sobre o planejamento econômico", no início de 1940, entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, a propósito da intervenção estatal na economia. Já na década de 1950, o debate econômico transformou-se no confronto sistemático entre monetaristas e estruturalistas, a partir das disputas entre o grupo da Cepal (da qual Celso Furtado era maior expressão) e o Instituto Brasileiro de Economia da FGV do Rio de Janeiro. Revistas especializadas *(Digesto Econômico, Revista Brasileira de Economia, Conjuntura Econômica, Revista Econômica Brasileira),* entidades (Clube dos Economistas) e órgãos da grande imprensa (colunas de economia de Eugênio Gudin

no *Correio da Manhã,* n' *O Globo)* veiculavam as divergências teóricas entre os economistas de formação neoclássica e os adeptos da heterodoxia estruturalista que, diga-se de passagem, tinham menos vínculos orgânicos e institucionalizados que seus adversários (ibid., p. 44-46).

Quando Furtado elaborou sua formulação sobre o Brasil subdesenvolvido, o fez atualizando a problemática nacional com base nas novas correntes do pensamento econômico mundial, representadas pelo keynesianismo, e, sobretudo, pela teorização do desenvolvimento periférico, cuja máxima expressão foi, sem dúvida, a teoria Prebisch-Cepal. É importante lembrar que o uso da palavra "atualização" não é aqui mera casualidade, tendo-se em conta o roteiro de análise antes referido, qual seja, o de se discutirem as dimensões de continuidade e de ruptura que o pensamento e o projeto nacional de Celso Furtado possam conter. Em outras palavras, a ideia já enunciada de que, apesar das inovações e das singularidades, tanto em termos de projeto de país, de formulação intelectual, como de concepção da questão democrática, a obra de Furtado possa ter dialogado ou mesmo se mantido no campo de uma larga tradição do pensamento social brasileiro que, desde o início do século passado, se debateu com a problemática nacional irresoluta, com o tema das elites, com a ideia do Estado demiurgo, com a premência da atualização modernizadora do país, enfim, com a proposição das "reformas pelo alto", como temáticas dominantes (CEPÊDA, 1998, p. 31-32-45).

É por demais sabido que, no Brasil, a questão nacional, desde as suas origens, foi formulada em uma dimensão antiliberal, que ao longo da história republicana, inclusive a mais recente, assumiu feições antidemocráticas.[81] Marcam a formação social brasileira as transições históricas cruciais

[81] A partir de final dos anos 60 e, principalmente, meados dos 70, no Brasil, uma série de trabalhos, no campo do marxismo, nas áreas da crítica literária, da sociologia, da filosofia, da economia e da história vieram à luz com a finalidade de discutir as condições particulares de realização do capitalismo no país, empreitada, diga-se de passagem, pioneiramente encetada por Caio Prado Júnior duas décadas antes. Em que pese a diversidade teórica no tratamento da questão, esses trabalhos confluíram no reconhecimento da inexistência de uma transição burguesa clássica no país, de não se ter observado aqui uma revolução que representasse uma ruptura efetiva com o passado agrário-colonial e nem existência de uma burguesia efetivamente comprometida com a "civilização e modernidade". Assim sendo, a modernização capitalista nacional não conheceu rupturas, configurando-se uma situação em que o historicamente novo pagou alto preço ao velho, entendido como a permanência do latifúndio agroexportador, o domínio autocrático dos proprietários e a inexistência dos processos democráticos de incor-

realizadas a partir de pactos entre as elites, arranjos pelo alto, sem rupturas políticas efetivas e sempre excludentes com relação às massas.[82] Definem nosso processo de construção nacional o antiliberalismo e a intervenção demiúrgica do Estado, palco da intermediação de antigos e novos interesses dos grupos dominantes, que se hipertrofiou continuamente; o Estado agigantado de caráter híbrido representando, ao mesmo tempo, as forças de mudança e conservação, espaço das conciliações contínuas, sem que nele os interesses populares tenham efetiva representação; o Estado que "não pôde se tornar completamente moderno e autenticamente republicano, nem deixar de se submeter a práticas e concepções fortemente vinculadas ao tradicional privatismo das elites" (Nogueira, 1998, p. 13).

Como já indicado, o que se pretende é entender o projeto de Celso Furtado para o Brasil, particularmente o espaço dedicado ao Estado e à atuação das elites técnicas (concebidas no sentido mannheiminiano de *intelligentsia),* tendo em vista o modo como se movimenta, como teórico e ideólogo do desenvolvimento industrial, no campo das determinações contraditórias do velho e do novo na formação social brasileira; de investigar em que termos as condições particulares da modernização capitalista, isenta

---

poração das massas. Um quadro interno cuja dinâmica no contexto do capitalismo global se completa em termos da subordinação estrutural aos centros hegemônicos, ou seja, a submissão imperialista. Nessas condições, a modernização capitalista brasileira seria "ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro unificador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação de vastos contingentes populacionais" (CHASIN, apud RAGO, 1999, p. 627).

Entre os trabalhos que pioneiramente trataram da questão podem ser citados, por exemplo, Coutinho (1967), Oliveira (1975), Fernandes (1975), Chasin (1999), Cardoso de Mello (1991). Entre esses trabalhos, destaca-se o de Chasin, que, preocupado com uma dimensão diferenciada no tratamento da particularidade do capitalismo no Brasil, cria uma nova categoria de análise explicativa para a transição no Brasil: a "via colonial" (CHASIN, 1991, cap. IV).

[82] Na formulação pioneira de Coutinho, "No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o "cidadão" e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas 'pelo alto', através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva" (COUTINHO, 1967, p. 142).

das rupturas definitivas, ecoam em sua proposta de "refundação republicana" do Brasil, nos anos 50 e 60; de verificar, tendo em conta esses aspectos, como dialoga com os movimentos do capitalismo no plano nacional e internacional, com a questão democrática e com o pensamento econômico, redimensionados, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Nessa medida, justifica-se uma incursão na história econômica do período em que Furtado compôs sua obra e atuou como reformador social.

Um Brasil industrial: Vargas e JK

Durante o segundo governo Vargas (1950-1954), o padrão de acumulação capitalista no Brasil sofreu alterações em relação aos anos 30. Tentando sustentar-se no aumento do setor de bens de produção, a economia industrial procurou um equilíbrio no crescimento, tendo em vista também a expansão dos bens de consumo não duráveis e duráveis. Em outros termos, buscou-se um desenvolvimento industrial que apresentasse uma complementaridade dinâmica entre os Departamentos I, II e III da economia[83, 84], segundo a concepção kaleckiana. Ante a debilidade da burguesia nacional, o Estado brasileiro, que há muito vinha incorporando aparelhos de regulação econômica e práticas intervencionistas com a finalidade de estimular a produção fabril,[85] desempenhou um papel crucial

---

[83] Tendo como ponto de partida a formulação original de Marx, quanto às relações entre os departamentos produtores de bens de produção e o de bens de consumo, o economista polonês Michal Kalecki refere-se ao Departamento I, produtor de bens capital; ao Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, ou seja, de bens de consumo não duráveis; ao Departamento III, produtor de bens de consumo para capitalistas, isto é, o de bens de consumo duráveis.

[84] Nas análises da industrialização brasileira, é consenso que o Estado, tal como se configura na 1â Era Vargas, teve papel relevante na viabilização do capitalismo no país. Admite-se, correntemente, que a constituição do aparelho econômico do Estado, centralizado e nacionalmente articulado entre 1930 e 1945, deu sustentação a políticas econômicas que tinham por base um projeto de desenvolvimento da indústria.

[85] Como bem observa Draibe, na "etapa crucial de constituição do 'capitalismo industrial' e do Estado capitalista no Brasil, condensam-se, simultaneamente, num curto período histórico, as múltiplas faces de um processo de organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial" (1985, p. 82). Presente desde o início dos anos 30, a ideia de desenvolvimento industrial começou a se materializar, efetivamente, durante o Estado Novo. Mesmo que, ainda, não se possa falar em planejamento econômico, são "ações governamentais industrializantes" que dão origem a conselhos e departamentos de Estado, tais como: o Conselho Nacional de Petróleo,

nesse processo, haja vista, entre outras iniciativas, o financiamento da acumulação de capital que, nos idos de 50, baseou-se (Oliveira, 1977, p. 79),

> (...) em primeiro lugar, na manutenção da política cambial e de sua filha primogênita, que era a política de confisco cambial, tentando utilizar o mecanismo de transferência de excedentes do setor agroexportador para o setor industrial; em segundo lugar, na nacionalização dos setores básicos do Departamento I, mais propriamente nos setores de bens intermediários; essa nacionalização realizava o processo do financiamento interno no Departamento I, enquanto a política cambial realizava o processo do financiamento interno e externo nos dois Departamentos. Era claramente posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento. O terceiro ponto de sustentação do padrão de acumulação residia numa contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada pela função que se assinalava às empresas do Estado: produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados. (...) a estratégia da expansão industrial fundava-se na premissa de que a acumulação do setor privado da economia seria potenciada pela transferência de parte do excedente via preços subsidiados dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, propiciada pelo próprio aumento da produtividade do trabalho no setor de bens de produção, o que implicava o virtual barateamento do capital constante do setor privado da indústria.

Obviamente, não foram poucos os obstáculos enfrentados nesse processo, a começar pelas fontes externas de financiamento, dependentes das exportações agrícolas e das melhorias nos "termos de intercâmbio". No início da década de 1950, o comum foram os resultados adversos. Pelo lado das fontes internas, as contradições foram ainda mais agudas, uma vez que o financiamento baseava-se na apropriação, pelos setores industriais, dos excedentes gerados na agroexportação. Os problemas

---

a Comissão de Defesa da Economia Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Conselho Nacional de Ferrovias, a Comissão do Vale do Rio Doce, a Usina de Volta Redonda, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), criados entre 1938 e 1945.

A propósito do papel do Estado no processo de industrialização brasileira, consultar, entre outros, Fonseca (1989), Sola (1998), Diniz (1978), Ianni (1971).

avolumaram-se exatamente aí: realizar a transferência dos excedentes produzidos pelo café para a área industrial e, ao mesmo tempo, garantir a rentabilidade do setor agrícola exportador, pois este era o único a proporcionar as divisas necessárias ao suprimento dos bens de capital e dos insumos importados. Como era de se esperar, com todos esses entraves, o padrão de acumulação do segundo governo Vargas, dependente do crescimento do departamento de bens de capital, não pôde se concretizar, inviabilizando-se, de modo a dar origem à crise que ganhou, como se sabe, os contornos finais de uma tragédia política.

O período seguinte, a que se convencionou chamar "anos JK", mudou substancialmente o caráter da acumulação da fase anterior, tendo por base o Plano de Metas.[86] O novo ciclo capitalista – os "50 anos em 5" - iria sustentar-se, sobretudo, na expansão do Departamento III da economia, especialmente na grande indústria automobilística. Mas, para que isso se viabilizasse, um sério obstáculo precisaria ser contornado: o Departamento I, apenas esboçado no período Vargas, era incipiente e incapaz de atender ao dinamismo do setor de bens de produção duráveis (D III). A saída seria o apelo aos capitais externos de risco ou aos investimentos diretos. Importante lembrar que a isso serviria, sobretudo, a Instrução 113 da Sumoc,[87] largamente usada por

[86] O Plano de Metas foi, nos anos 50, o principal instrumento de mudança do padrão capitalista de acumulação industrial no Brasil. Sustentado nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto Cepal-BNDE, do qual Celso Furtado foi um dos membros integrantes, e implementado pelo Conselho do Desenvolvimento, o Plano de Metas contemplava os setores de energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Valendo-se do conceito de "pontos de germinação, cujos princípios (...) tinham como fundamento a identificação de setores que, uma vez adequadamente estimulados, poderiam apresentar capacidade de crescimento, e atendendo à necessidade de ampliação de setores de infraestrutura básica, notadamente nas áreas de energia e transportes, previamente apontados como pontos de estrangulamento, o Conselho do Desenvolvimento elaborou um conjunto de 30 objetivos específicos, distribuídos segundo cinco setores, denominado Programa de Metas. Contando com metas quantitativas, determinadas tanto com base no detalhamento de projetos específicos, tais como geração de energia elétrica e transporte ferroviário, quanto em projetos ainda em estudo, como no caso da siderurgia; com uma listagem de prioridades para a expansão de áreas tais como mecânica pesada, metais não ferrosos e materiais elétricos; ainda com a formulação de incentivos a serem dados à iniciativa privada para que se atingissem os objetivos propostos, que vieram a se transformar em projetos específicos, como nos casos das indústrias automobilísticas e naval (...)". Faro (1991, p. 56). Sobre Plano de Metas, consultar Lafer (1987), Benevides (1976, cap.V).

[87] Em janeiro de 1955, no governo de Café Filho, o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, implementou uma significativa mudança na política cambial, que servirá, depois, largamente aos

Juscelino na atração de capitais estrangeiros para a indústria automobilística, a construção naval – além de outros setores de produção de bens duráveis e equipamentos –, a indústria química e farmacêutica, com vistas a solucionar, a curto prazo, os problemas de carência de capitais de investimento.[88]

Tendo em vista esse quadro, pode-se afirmar, de modo sumário, que o esforço de implantação do capitalismo industrial no Brasil, a partir de meados dos anos 50,[89] por não encontrar o amparo de uma acumulação prévia e significativa de capitais, exigiu a atuação concentrada de dois conhecidos atores da cena econômica brasileira, aos quais, mais uma vez, se destinariam papéis que, nos países de capitalismo avançado, no geral, cabiam às burguesias nacionais. Fala-se aqui dos capitais estrangeiros e do Estado.

Sabe-se, há muito, que os capitais externos sempre ocuparam lugar de destaque na expansão capitalista no Brasil, envolvendo-se, por exemplo, desde o século XIX, com a grande lavoura de exportação de café. Na década de 1950, continuaram a exercer funções estratégicas na economia nacional, porém com novas atribuições, alterando-se qualitativamente suas formas de participação. Se, no final do Império e na I República, os capitais estrangeiros dirigiram-se para os setores de serviços urbanos

---

propósitos do Plano de Metas. A instrução 113 da Sumoc, autorizava a Cacex a "emitir licenças de importação de equipamentos para indústria. Esses equipamentos entrariam no país sem cobertura cambial, isto é, sem o pagamento de divisas e sem onerar o balanço de pagamentos brasileiro, já que contavam com o capital investido nas empresas. Dessa forma, um investidor estrangeiro podia trazer para o Brasil equipamentos para formar uma nova empresa ou ampliar uma já existente. A conversão do capital representado pelos equipamentos importados era feita pela taxa livre de câmbio, o que equivalia a uma quantidade maior em cruzeiros e constituía, portanto, um claro subsídio ao capital estrangeiro" (LEOPOLDI, 1991, p. 80).

[88] "No período 1955-61 entraram no país, como investimentos através da Instrução 113, US$ 511 milhões. Desse capital, 43% provinham dos Estados Unidos e 44,5% de países da Europa, o que evidencia bem a competitividade entre os campos americano e europeu na busca de novos mercados. Os investimentos em indústrias de base corresponderam a 74%, enquanto para as indústrias leves ele foi de 26%" (ibid., p. 90). Ver também Oliveira (1977, p. 85).

[89] É importante salientar que quando se estabelece a diferenciação entre o governo Vargas e o período JK, particularmente no que tange ao nacionalismo e ao redimensionamento das condições de subordinação do capitalismo brasileiro, tem-se em conta as contradições do "nacionalismo possível" de Vargas. Na realidade, Getúlio Vargas nunca deixou de atribuir aos capitais estrangeiros um papel fundamental no desenvolvimento econômico do Brasil. Tanto em sua concepção, como na da burguesia industrial brasileira, os capitais externos poderiam ser coadjuvantes do desenvolvimento nacional, devendo ser aceitos e mesmo atraídos para os ramos industriais em que não competissem com interesses das indústrias locais (FONSECA, 1989, p. 408-413).

(energia elétrica, bancos e transportes), de infraestrutura para a economia agrária (ferrovias, portos) e de comercialização exterior dos produtos primários, a partir de meados do século XX passaram a ser aplicados nas áreas onde a acumulação capitalista mostrara-se incapaz de sustentar o crescimento industrial: tecnologia, máquinas e equipamentos.

O mesmo pode-se dizer com respeito ao Estado. Desde a Era Vargas, foram-lhe reservadas funções essenciais no processo de reprodução capitalista, particularmente nos setores que escapavam aos interesses ou às possibilidades do capital estrangeiro e da burguesia nacional. Assumindo tarefas básicas na acumulação, o Estado tornou-se produtor de mercadorias e prestador de serviços, responsabilizando-se tanto pela infraestrutura energética, pelos transportes, como pelos insumos básicos. No período JK, o Estado, cuja participação passou de 25% para 37%, garantiu "o aço, o combustível, o minério de ferro, a soda cáustica e a matéria-prima para a indústria química. Forneceu o crédito industrial, avalizou empréstimos externos e subsidiou de variadas maneiras o câmbio, para fazer dele instrumento de proteção industrial e de atração de investimentos" (LEOPOLDI, 1991, p. 90). Além de empresário, financiador do desenvolvimento, atuou, sobretudo, na formulação de políticas econômicas e na inserção do país no jogo das grandes potências hegemônicas, reformulando as bases da subordinação capitalista no âmbito da economia internacional.

É indispensável observar que um padrão de acumulação capitalista dessa natureza traz em si sérias contradições, que, a médio prazo, tendem a se mostrar incontornáveis. De fato, no Brasil, o estrangulamento desse modelo industrial não tardou a ocorrer, colocando em movimento um ciclo de instabilidade econômico-social que, como se sabe, culminou no Golpe Militar de 1964. Essa política econômica, que tinha por base um pesado endividamento externo, conviveu com um balanço de pagamentos permanentemente deficitário, seja pelo desempenho insuficiente das exportações nacionais, seja pela evasão de divisas (remessas de lucros, serviço da dívida, etc.). Mas a situação tornou-se efetivamente explosiva quando a isso juntou-se um processo inflacionário que, previsto para 13,4% ao ano, atingiu patamares médios de 22,6%. E isso porque, como se sabe,

> Nem o Plano de Metas, nem a construção de Brasília (ambos empreendimentos de curto prazo e de alto custo) previram formas de captação de recursos para seu financiamento. Essa incerteza com relação às fontes de

> financiamento esteve presente durante todo o governo JK. Juscelino e os coordenadores do Plano de Metas julgavam ser possível a captação de boa parte do financiamento através de empréstimos públicos externos, combinados com investimentos privados de risco. Estes últimos efetivamente vieram, mas o vulto dos investimentos era muito alto, exigindo grande envolvimento do Estado como agente financiador. A conjuntura política não viabilizava a aprovação de uma reforma tributária no Congresso. E o Banco do Brasil resistia a diminuir sua participação na concessão do crédito à agricultura e à indústria. Em face destes constrangimentos, o governo encaminhou-se para o financiamento inflacionário do Plano de Metas: aprofundou o déficit público. A situação inflacionária manteve-se relativamente sob controle até 1958, e se elevou em 1959 e 1960, causando greves e incerteza econômica. (ibid., p. 91)

Pelo exposto, pode-se ver que o projeto de desenvolvimento de JK sustentava-se, basicamente, em dois pilares: de um lado, no recurso aos empréstimos de bancos estrangeiros e aos capitais de risco e, de outro, no financiamento estatal, garantido pelo aumento do déficit público e pela política monetária frouxa. Na realidade, Juscelino assumiu os riscos de um crescimento econômico com inflação, a despeito das pressões do FMI por estabilidade monetária e equilíbrio nas contas externas (ibid., p. 93). Seu "otimismo desenvolvimentista" tinha fincado as bases da acumulação industrial brasileira nas areias movediças da oferta externa de capitais e da expansão monetária nacional.

Mesmo considerando-se indispensável a análise do papel das forças sociais internas para a compreensão do modo como o capitalismo se objetivou no Brasil, não se pode ignorar a determinação essencial, para esse processo, das alterações no sistema econômico internacional, no segundo pós-guerra, já que não se reconhece, aqui, nem como mero recurso lógico de análise, a possibilidade de "capitalismo em um só país". Nesse sentido, há que se constatar que o desenvolvimento do setor de produção de bens de consumo duráveis, com base nos capitais estrangeiros, no país, teve como pressuposto uma situação particular no plano internacional, a partir de 1945, a "Era de Ouro" do capitalismo.

Nessa época, verificou-se uma alteração significativa na divisão internacional do trabalho, a partir de uma nova relação entre o mercado mundial de capitais e os países do Terceiro Mundo: a industrialização

das economias periféricas tornou-se uma nova frente para investimentos lucrativos e para a reprodução ampliada de capital dos países hegemônicos. Com isso, os vínculos capitalistas entre o Centro e a Periferia modificaram-se expressivamente. A dinâmica prevalecente desde século XIX, entre produtores de matérias-primas e de bens manufaturados, foi substituída por uma nova relação – a estabelecida entre os produtores de manufaturas de consumo e os de bens de produção, também exportadores de capitais.

6

O capitalismo regulado e a descoberta da periferia

> A multiplicação dos empreendimentos governamentais não representa um preconceito político ou um desfavor à iniciativa privada. Ao contrário, vem ampará-la. As inversões básicas não podem esperar. Se os particulares não as fazem, ao menos em tempo útil, cabe ao Estado fazê-lo.
>
> (Getúlio Vargas/1953 apud FONSECA, 1989, p. 368)

> A rigor, o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, ou melhor, é uma das formas que historicamente assumiu a difusão técnica. O fato de que as estruturas que o conformam se hajam reproduzido no correr de anos não nos autoriza a prever sua permanência futura.
>
> (Celso Furtado, *Brasil: a construção interrompida*)

6.1 A "ERA DE OURO"

O mundo capitalista central conheceu, após a Segunda Guerra, um período de excepcional desenvolvimento e otimismo econômico, a que muitos economistas chamaram de "Era de Ouro" (HOBSBAWM, 1994, p. 253). Alimentado pelo processo de reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, devastados pelo conflito mundial, e pela atração das nações recém-descolonizadas para a rede internacionalizada das relações capitalistas, o sistema conviveu com altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego, aumento dos salários reais e a transformação dos trabalhadores em "consumidores afluentes" de uma produção industrial de massa. E tudo isso sob a hegemonia econômico-financeira e militar dos EUA, que, após os acordos internacionais de Bretton Woods (1944),

vincularam o desenvolvimento econômico mundial à sua política fiscal e monetária e à atuação de suas grandes corporações nos mercados de capitais e mercadorias. Na década de 1950, os americanos controlavam cerca de 60% dos capitais do mundo desenvolvido e eram responsáveis pela mesma porcentagem em termos de produção, situação que, diga-se de passagem, manteve-se, aproximadamente, até a década de 1970, quando essas cifras se situaram em torno de 50% (ibid., p. 270).

> O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos químicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial - o Meio Oeste dos EUA, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Iocoama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infraestrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos. (HARVEY, 1998, p. 125)

Essa excepcional fase de expansão da economia capitalista, nos países centrais, teve como pressuposto um reordenamento do contrato social entre os agentes fundamentais do processo de reprodução capitalista: o grande capital corporativo, a classe trabalhadora e o Estado, ou seja, os principais atores envolvidos no que ficou conhecido, nos termos da Escola da Regulação, como compromisso fordista-keynesiano. No tenso equilíbrio entre as três forças, coube às grandes corporações os investimentos maciços de capital fixo, a atualização tecnológica, a economia

de escala e a produção em massa de produtos padronizados nas linhas de montagem. Além, evidentemente, das inovações administrativas, em busca de uma maior racionalidade corporativa, com vistas a assegurar crescimento sustentado e ganhos substanciais de capital.

O significativo aumento da classe operária e sua concentração nas grandes indústrias representava um desafio para a ordem capitalista, à medida que a acumulação, nos moldes projetados pelo capital, poderia ser colocada em xeque pelos movimentos dos trabalhadores, a menos que os setores radicais, à esquerda, do movimento sindical fossem neutralizados. Em que pesem as diferenças expressivas entre os países capitalistas desenvolvidos e a resistência histórica da classe operária, a tendência geral foi a de um controle da massa operária pelos grandes sindicatos, tendo em vista benefícios sociais e ganhos de salário, em troca da cooperação com o sistema fordista e com as metas corporativas de produtividade.[90, 91]

Nesse processo, cabia ao Estado a implementação de políticas anticíclicas que assegurassem níveis estáveis de demanda, compatíveis com os altos investimentos de capital na produção fordista. No geral, essas políticas tendiam a três modalidades essenciais. A primeira delas eram os investimentos em obras públicas que, além da infraestrutura necessária ao sistema produtivo, garantiam as taxas de pleno emprego; a outra eram as aplicações na área social, nos gastos com assistência de saúde, educação, previdência e seguridade social; a terceira, a participação do Estado nas negociações dos acordos de salários e direitos trabalhistas, realizando uma mediação entre as grandes corporações e os sindicatos de massa. Em que pesem as diferenças nacionais, quanto às formas de intervenção do Estado, particularmente do que diz respeito às políticas

---

[90] A propósito da Escola da Regulação, na França, consultar Aglietta (1979), Boyer (1990) e Lipietz (1988).

[91] Segundo David Harvey, a derrota dos setores radicais do movimento operário-sindical, após a Segundo Guerra, prepararam as condições para o controle e os compromissos sociais que deram sustentação ao fordismo, nos anos 50 e 60. Ainda que se reconheça que, na maioria dos casos, tratou-se mais de "adaptações superficiais" e não de "reformulação total" das atitudes operárias ante a linha de montagem e as técnicas tayloristas, particularmente na Grã-Bretanha e na Alemanha Ocidental, nos Estados Unidos "os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa do Meio Oeste e do Nordeste, [que] preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (...)

sociais e trabalhistas,[92] é importante frisar que elas garantiram, nos países capitalistas centrais, durante quase três décadas, estabilidade no crescimento econômico e melhorias nos padrões de vida das massas trabalhadoras, e isso graças à combinação de *medidas keynesianas,* de políticas de bem-estar social e de controle das relações de salário.

Esse capitalismo reformado, de economia mista, que incorporou grandes quantidades de trabalhadores aos sindicatos, ao mundo da proteção social e aos mercados de consumo de massa e que teve como pressuposto político uma significativa ampliação do papel regulador do Estado, representou, na realidade, a culminância de tendências postas em movimento desde os anos 30 e que redundaram, sobretudo, em significativas mudanças no plano das concepções econômicas.

A Grande Depressão de 1929 desmentiu, com excepcional virulência, o princípio liberal da regulação automática dos mercados, de que toda oferta gera, em moto contínuo, sua própria demanda.[93] Entre 1929 e 1931, a produção industrial americana, por exemplo, caiu cerca de um terço, arrastando consigo outros setores da economia, cujos produtos tiveram seus preços em queda livre. A prostração econômica, cujo centro sísmico foram os Estados Unidos, atingiu todo o mundo capitalista, penalizando com extraordinária violência tanto os países de capitalismo

---

sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social", direitos que sempre estiveram associados à colaboração com o processo fordista (HARVEY, 1998, p. 128).

[92] As formas de intervenção estatal foram muito diversificadas, nos países capitalistas centrais – Europa Ocidental, EUA e Japão. "Diferenças qualitativas e quantitativas semelhantes podem ser encontradas no padrão dos gastos públicos, da organização dos sistemas de bem-estar social (...) e no grau de envolvimento ativo do Estado, em oposição ao envolvimento tácito nas decisões econômicas. Padrões de descontentamento trabalhista, de organização de fábrica e de ativismo sindical também variaram consideravelmente de Estado para Estado. Mas o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas – gaullista, na França, trabalhista na Grã-Bretanha, democrata-cristão na Alemanha Ocidental, etc. – criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida (...) (ibid., p. 130).

[93] Esta referência diz respeito à Lei de Say ou Lei dos Mercados, segundo a qual a produção capitalista, em condições de plena liberdade, geraria sua própria demanda, impossibilitando a superprodução. Essa formulação, que tem por base o princípio de equilíbrio econômico, sustentou as concepções econômicas neoclássicas no final do século XIX, e foi proposta, originalmente, por Jean-Baptiste Say (1803), economista clássico francês, também responsável pela formulação da teoria dos três fatores de produção - terra, trabalho e capital (SANDRONI, 1999, p. 545).

avançado quanto as áreas produtoras e exportadoras de produtos primários, configurando o que se pôde chamar de depressão global. Mas a consequência mais dramática e visível desse processo foi o desemprego em escala sem precedentes na história do capitalismo: entre 1932 e 1933 (pior período da Depressão), "22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego" (HOBSBAWM, 1994, p. 97).

A recuperação dos níveis de emprego passou a ser uma das preocupações fundamentais dos economistas nesse período. Os liberais, concebendo a grande crise como um fenômeno conjuntural e acreditando de modo absoluto na capacidade das forças de mercado de expandirem a produção e a oferta de postos de trabalho, tinham a oferecer, como solução, os recursos monetaristas de flexibilização de preços e salários. Mas suas análises e seus mecanismos de política econômica mostraram-se impotentes ante o desemprego involuntário, desafiando o pensamento econômico e abrindo caminho a leituras heterodoxas dos ciclos capitalistas e a propostas macroeconômicas de regulação e planejamento. O centro dessas formulações era, principalmente, Cambridge (Inglaterra), onde John Maynard Keynes, Richard F. Khan, Joan Robinson, James E. Meade e Dennis H. Robertson reviam os postulados do pensamento clássico e neoclássico, especialmente as concepções de Alfred Marshall e Arthur Pigou, dando origem ao que veio a ser conhecida, posteriormente, como *revolução keynesiana* (SZMRECSÁNYI, 1984, p. 16).

Embora não tenha sido o resultado de formulações isoladas de um único economista, a *revolução keynesiana* sempre esteve inegavelmente associada ao autor de *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda* (1936), cuja obra sintetizava os fundamentos da nova doutrina econômica. Em *Teoria Geral,* Keynes apresentava uma concepção inovadora da demanda agregada, vinculando-a ao nível de emprego e de renda dos consumidores (assalariados, em sua maioria) e ao efeito multiplicador de novos investimentos.

Segundo Keynes, as razões do desemprego crônico deviam ser buscadas no modo como as economias industriais geravam sua riqueza, pois nelas ocorria um persistente problema de ajuste, que o jogo espontâneo do mercado era incapaz de corrigir: os investimentos nem sempre cresciam em conformidade ao aumento da renda e da

poupança no sistema econômico. Assim, havia sempre um momento em que, apesar da poupança continuar crescendo, as taxas de juros não caíam num patamar adequado para que os investimentos absorvessem completamente a poupança disponível, ficando comprometidos o crescimento do nível de emprego, a renda da população e, com isso, a demanda agregada. E, na medida em que a demanda deixava de crescer, os investimentos diminuíam ainda mais, forçando um equilíbrio econômico num patamar inferior ao da atividade anterior (ibid., p. 17). Em síntese, para Keynes, o desemprego e a estagnação tinham origem no insuficiente investimento da poupança e, como a poupança podia ser entendida como parte da produção não consumida, a insuficiência de investimentos significava também insuficiência de demanda (PREBISCH, 1991, p. 19).

> Se a demanda efetiva se mostra deficiente, não só o desperdício de recursos causa no público um escândalo intolerável, como também o empreendedor individual que tenta pô-los em ação joga um jogo com cartas marcadas contra si. O jogo de que participa contém muitos zeros, de modo que os jogadores *em conjunto* acabarão perdendo se tiverem bastante energia e confiança para jogar todas as cartas. O crescimento da riqueza mundial tem sido menor, até agora, que o volume agregado das poupanças individuais, e a diferença corresponde às perdas sofridas por aqueles cuja coragem e iniciativa não foram suplementadas por uma habilidade excepcional ou por uma sorte fora do comum (KEYNES, 1982, p. 289-290).

Concepções como essas, obviamente, abriam caminho para propostas intervencionistas de aumento deliberado dos investimentos, de modo que a demanda pudesse absorver toda a oferta e garantir o pleno emprego das forças produtivas da economia. Nesse sentido, Keynes propunha uma maior intervenção do Estado na economia, seja através de medidas monetaristas, de controle dos meios de pagamentos e das taxas de juros, seja através de obras públicas, que podiam ter o mesmo efeito multiplicador da renda e do emprego dos investimentos capitalistas privados. Com isso, colocava-se em xeque o princípio do livre jogo das forças econômicas como meio de potencializar a produção, sem, no entanto, perder de vista "o exercício da iniciativa e responsabilidade privadas", pois "enquanto a ampliação

das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, [Keynes], ao contrário, [a defendia] como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual" (ibid., p. 289).

Foi assim que, no contexto da Grande Depressão e no cenário da economia de guerra e de posterior reconstrução, o pensamento keynesiano tornou-se hegemônico. E essa hegemonia pode ser compreendida em termos da funcionalidade de alguns de seus pressupostos, tais como os da ideia da irracionalidade dos agentes de produção isolados e da existência das crises periódicas do capitalismo, do postulado do Estado de regulação, a quem cabia equilibrar os fluxos de investimentos e consumo pondo em movimento políticas anticíclicas. Ao contrário do Estado liberal, o keynesiano propunha-se regular a renda disponível no plano nacional e garantir o poder de compra e a realização do lucro, responsabilizando-se pela manutenção do ritmo de crescimento e de estabilidade da economia. O lugar do Estado mínimo, preocupado com o equilíbrio das contas públicas, seria, agora, ocupado pelo Estado interventor, que organizava seu orçamento segundo as necessidades de promover a acumulação, gastando mais do que arrecadava, assumindo funções ativas na economia, estimulando o crescimento através de despesas públicas e déficits orçamentários.

Nos anos 30, o capitalismo precisou ser salvo de si mesmo e Keynes contribui decisivamente para isso, enfrentando o desafio de, no plano teórico, demonstrar a inoperância da "mão invisível" na alocação ótima de renda, do emprego, do investimento e no controle dos abalos sistêmicos periódicos da economia capitalista. Parceiro indispensável do capital, o Estado teria agora como principal missão "calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade (...) assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos, ainda mais considerando-se que, provavelmente, as flutuações na estimativa do mercado dos diversos tipos de capital (...) serão demasiado grandes para que se possa compensá-las por meio de mudanças viáveis na taxa de juros" (ibid., p. 135).

6.2 CAPITALISMO PERIFÉRICO: NOVO OBJETO DE REFLEXÃO TEÓRICA

Em seu livro *A construção do Terceiro Mundo,* Joseph Love lembra que (1998, p. 22-23),

> "Atraso econômico", o termo-padrão usado antes de 1945, foi suplantado na era do pós-guerra, por "subdesenvolvimento", embora acadêmicos de primeira linha do período do pós-guerra, como Alexander Gerschenkron e Paul Baran, ainda preferissem o termo mais antigo. Um outro, Hla Myint, pensava que o termo "atrasado" descrevia com precisão os povos das áreas subdesenvolvidas e que "subdesenvolvido" deveria ser reservado para os recursos naturais. "Subdesenvolvido", como termo para caracterizar as economias e sociedades da Ásia, África e América Latina, mais tarde cedeu lugar a substitutos mais eufemísticos – "tradicional", "menos desenvolvidos" e "em desenvolvimento" –, o último dos quais parecia implicar que o problema era passível de se autossolucionar.

A polêmica semântica a que Love se refere traduz, na realidade, um dos mais importantes desafios intelectuais com que o pensamento econômico se viu às voltas após a Segunda Guerra Mundial: o tratamento teórico das diferenças abissais entre as nações capitalistas hegemônicas e os países asiáticos, africanos e latino-americanos (ex-colônias, em sua maioria) que, tomado o mundo capitalista Ocidental como referência, apresentavam estruturas sociais arcaicas, baixas taxas de crescimento econômico, desemprego, desequilíbrios persistentes em seus balanços de pagamento, "trocas desiguais" no comércio internacional.

O processo de descolonização, no século passado – fortemente ligado à emergência de novas potências (Alemanha, Japão, EUA) e à crise da hegemonia inglesa, que se desdobraram nas duas guerras mundiais –, logo desmentiu a convicção da maioria dos jovens Estados nacionais, de que com a independência política viria a solução para a miséria e o atraso (LACOSTE, 1970, p. 94). As ex-colônias, tornadas nações independentes, passaram a enfrentar a realidade de um profundo descompasso econômico ante as áreas metropolitanas industrializadas, cuja explicação não poderia mais ser dada, simplesmente, em termos da dominação política. Maior ainda seria a desilusão de alguns países da América Latina (Brasil,

Argentina, México), independentes há muito, para os quais nem mesmo o início da industrialização, com base em bens de consumo, representou o esperado crescimento estável e constante, capaz de aproximar esses novos Estados dos patamares de desenvolvimento e riqueza do mundo central. Assim, a década de 1940, em especial, viu nações e "povos que constitu[ía]m a parte mais pobre, mais deserdada e também a mais populosa da humanidade tomar consciência da sua sorte e afirmar com uma força cada vez maior a sua vontade de ascender a um nível de vida mais elevado e a determinação de se beneficiar, também eles, com a cultura moderna e com as possibilidades de bem-estar e de saber que oferecem a ciência e a técnica contemporâneas" (BETTELHEIM, 1973, p. 51).

Para alguns teóricos, entre os fatores desse processo estava o nacionalismo exacerbado das décadas iniciais do século XX, que teria impulsionado ideologicamente a luta pelo desenvolvimento dos países mais atrasados. Além disto, os resultados da Revolução Russa de 1917 também pareciam mostrar a essas nações que havia a possibilidade de alcançar graus significativos de progresso, mesmo partindo-se dos níveis mais inferiores do desenvolvimento econômico. No entanto, decisivas para a tomada de consciência das condições do subdesenvolvimento foram, sobretudo, as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão, porque colocaram em relevo a extrema vulnerabilidade das economias periféricas, dependentes das divisas obtidas com a exportação de produtos primários e cujas variações na demanda internacional provocavam gravíssimos transtornos econômicos. Francisco Zamora, por exemplo, avalia que "uma baixa de 0,01 de dólar no preço do estanho significava para a Bolívia uma perda de 600 a 700 mil dólares em sua renda nacional" e que "por cada centavo que baixa o cobre no mercado de Nova York, o erário chileno perde quatro milhões de dólares" (1973, p. 192 e 194).

Seja como for, na primeira metade do século XX, a discussão da questão colonial deslocou-se, crescentemente, da instância política para as esferas econômicas e financeiras; o progresso econômico passou a fazer parte da pauta das lutas políticas das novas elites dirigentes das áreas periféricas, para as quais, na maioria das vezes, o desenvolvimento se identificava com a industrialização. Um processo que, aliás, no mais das vezes, significava a necessidade de obter recursos externos para modernizar o equipamento econômico, conseguir um produto social superior ao consumo corrente, otimizar a poupança interna para convertê-la em

capital e impulsionar o crescimento da economia através da ação planejada de organismos públicos, até que ela chegasse ao estágio autônomo. Na realidade, essas questões, de inegáveis dimensões imediatas, práticas e materiais, representavam, para o pensamento econômico dominante, a demanda por uma teorização a respeito das especificidades do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema.

Nesse contexto, alguns intelectuais, fora do campo marxista e confrontados com a ortodoxia liberal do pensamento econômico clássico e neoclássico, voltaram-se para a análise do atraso e das possibilidades de desenvolvimento das nações pobres, construindo categorias explicativas e forjando teorias que refletissem, no campo intelectual, as formas particulares de funcionamento das economias atrasadas. O ponto de partida foi dado por alguns economistas da Europa central ou centro-oriental,[94] que se tornariam os teóricos do desenvolvimento: Paul Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Nicholas Kaldor, Michal Kalecki, Ragnar Nurkse e, também, Gunnar Myrdal, todos tributários do legado de Schumpeter, que, por sua vez, desde o começo do século, já havia desafiado os fundamentos do pensamento neoclássico, calcados na noção de equilíbrio, e lançado as bases de uma teoria do desenvolvimento capitalista.[95]

Myrdal, por exemplo, inaugurou uma perspectiva de abordagem estrutural dos problemas da exclusão econômica e social ocupando-se da situação de vida da população negra norte-americana para, posteriormente, desenvolver a teoria do "princípio da causação circular cumulativa", valendo-se, para tanto, principalmente, da análise das condições econômicas das comunidades camponesas asiáticas.[96] Em síntese, sua

---

[94] Joseph Love chama a atenção para a Europa Centro-Oriental, nas primeiras décadas do século XX, como uma das primeiras regiões do mundo contemporâneo onde se teorizou sobre o problema do atraso econômico. Segundo ele, a "Europa Centro-Oriental, o cinturão de países novos ou expandidos que vai do Báltico ao Egeu, foi o foco empírico original dos homens que, na década de 40, deram os primeiros passos em direção à criação da subdisciplina do desenvolvimento econômico". Longe de um mero acaso, essa região teria fomentado os estudos iniciais sobre o desenvolvimento dos países capitalistas atrasados em função de suas enormes disparidades econômicas, pois congregava áreas de larga atividade industrial e regiões agrícolas de extração semifeudal, configurando um dos pontos mais heterogêneos da Europa (1998, p. 30).

[95] A propósito das teses sobre desenvolvimento econômico, consultar Schumpeter (1985, capítulo II).

[96] Trata-se do livro *Asian Drama: An Inquiry Into the Poverty* (Londres, MacMillan, 1974). Ver a respeito Cardoso (1995, p. 46).

tese central era a de que, dadas as condições estruturais de atraso das nações periféricas – explicável, principalmente, por fatores não econômicos, decorrentes de formas políticas tradicionais, que a análise econômica convencional ignorava, e que representavam elementos fundamentais na causação circular dos processos cumulativos adversos –, o subdesenvolvimento não poderia ser superado, simplesmente, a partir da livre movimentação das forças de mercado, pois esse jogo sempre se definiria em favor dos países capitalistas hegemônicos.

Com tais formulações, Myrdal abria um espaço privilegiado, na análise econômica, para os aspectos políticos do processo de desenvolvimento das áreas periféricas, pondo em destaque a necessidade de ações políticas e sociais afirmativas, que alterassem as tendências depressivas naturais das economias subdesenvolvidas de mercado. Em outros termos, segundo o economista sueco, a superação do subdesenvolvimento tinha como pressuposto o estabelecimento de um Estado Nacional moderno, dotado de certa perspectiva intervencionista, que substituísse as estruturas arcaicas tradicionais, voltando-se, sobretudo às políticas de integração nacional. Para ele, a periferia não havia conseguido escapar do círculo de ferro do atraso porque, em grande parte, "foram fracos os esforços que ali se fizeram para instituir políticas de integração nacional, enquanto, ao contrário, os países ricos lograram processo econômico estável, mediante a execução rigorosa dessas medidas políticas" (MYRDAL apud MANTEGA, 1984, p. 54).

Myrdal, ao teorizar sobre a "causação circular cumulativa", tinha, na realidade, conferido maior elaboração teórica e agregado inéditos aportes políticos à tese do "círculo vicioso da pobreza", que Ragnar Nurkse vinha elaborando desde o final da década de 1930, tendo em vista a análise dos problemas de escassez de capital dos países periféricos, que, no seu entendimento, era um dos elementos explicativos essenciais do subdesenvolvimento[97].

97Ao final dos anos 40 e início dos 50, um grupo de economistas estrangeiros esteve no Rio de Janeiro participando de uma série de conferências organizadas pela *Revista Brasileira de Economia:* Habeler (1947), Singer (1950), Viner (1951) e também Nurkse (1951), que, contrariando o tom ortodoxo predominante, realizou seis palestras a propósito da "Formação de Capitais nos Países Subdesenvolvidos". Publicadas pela revista, em seu n.° 4 (dezembro de 1951), as teses de Nurkse foram objeto de análise e contestação de Celso Furtado, em artigo publicado na mesma revista, em setembro de 1952, sob o título "Formação de capital e de-

Segundo Nurkse, as regiões subdesenvolvidas, comparativamente aos países adiantados, estavam insuficientemente equipadas de capital em relação à sua população e aos seus recursos naturais (1951, p. 10). Eram nações com baixo nível de renda, que consumiam praticamente tudo na satisfação de suas necessidades essenciais. Daí a decorrência de poupança praticamente inexistente para investimentos, que, por sua vez, se traduzia em pequena acumulação e insignificante nível de renda. Mantida a escassez de capital, o desenvolvimento tecnológico não atingia patamares que permitissem o aumento da produtividade e a elevação da renda, o que resultava numa poupança inexpressiva, instituindo-se, com isso, o "círculo vicioso da pobreza", que condenava a periferia ao moto contínuo do atraso e da exclusão.

Nas palavras de Nurkse, nos países atrasados (ibid., p. 18)

> (...) o incentivo para o uso do capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado; o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, a qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado - e, assim, o círculo está completo. As relações recíprocas que acabamos de notar operam através de uma conexão circular entre os principais fatores da situação. Nessa *conexão circular* reconhecemos o círculo vicioso da estagnação econômica ou, pelo menos, um dos seus exemplos. Um país é pobre porque é pobre; e isto é tudo.

Mas como escapar do círculo de ferro do atraso e da pobreza?

Para Nurkse, a teoria da estagnação deveria, necessariamente, estar acompanhada de uma teoria do desenvolvimento que apontasse as forças capazes de romper o "equilíbrio estagnante". Na busca de respostas, recorre a Schumpeter, em seu *Teoria do desenvolvimento econômico.* Tomando

---

senvolvimento econômico". Em síntese, Furtado discordava do enfoque dado por Nurkse à problemática dos países subdesenvolvidos, de modo a concebê-los como economias estagnadas, presas ao "círculo vicioso da miséria", ignorando o contexto histórico em que se inseriam. Sem discordar radicalmente do conjunto das formulações de Nurkse, Furtado, no entanto, lembrava que o ritmo do desenvolvimento dependia da produtividade do capital e do esforço de acumulação que, por sua vez, variavam no tempo e no espaço. Daí, a imposição, no plano teórico, da análise dos processos econômicos em sua historicidade (FURTADO, 1952, p. 7-35 e 1985, p. 149-151).

essa obra mais como a teorização do crescimento do que dos ciclos econômicos e indicando a necessidade de sua adequação à realidade subdesenvolvida, Nurkse propõe "ondas" de investimentos industriais simultâneos, de forma que cada empreendimento garantisse mercado para outro, fazendo com que o impulso inicial se alastrasse de forma sustentada para a economia como um todo, garantindo-se, com isso, efeitos multiplicadores de um certo sabor keynesiano.[98]

Essas prescrições colocavam em relevo algumas questões cruciais para o Terceiro Mundo, tais como os agentes das transformações da realidade subdesenvolvida ou o que fazer para que as poupanças voluntárias (produtos do aumento de renda) ou mesmo as forçadas (resultados da tributação pública) não fossem encaradas apenas como adiamentos temporários do consumo supérfluo, ou investimento suntuário dos extratos mais ricos da população. Para Nurkse, a livre movimentação das forças de mercado não seria suficiente para que se rompesse o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Assim, embora sem o apelo a um receituário estatal intervencionista, como o que se observará posteriormente no pensamento desenvolvimentista latino-americano, Nurkse acabará insinuando novas dimensões para atuação do Estado nas economias periféricas, além de abrir caminho para uma outra discussão, que servirá de clivagem no debate das políticas de desenvolvimento dos anos 50, na América Latina, ou seja, o papel do capital estrangeiro nas economias atrasadas.

Segundo ele, os aumentos de renda nas regiões periféricas deveriam ser concentrados e canalizados para os investimentos produtivos através do Estado, pois, apesar de a iniciativa privada ser essencial, sempre "al-

[98] As "ondas" de industrialização simultânea cumpririam, tal qual a formulação de Schumpeter, o papel do "empresário inovador", cujos seguidores propagavam suas inovações pelo conjunto do sistema, pondo em prática (por imitação, na origem) inéditas combinações de fatores produtivos, lançando novas mercadorias e ampliando as esferas dinâmicas da economia. Segundo Nurkse "uma onda de investimentos de capital em muitas indústrias simultaneamente, pode ser bem-sucedida, ao passo que a aplicação de capital por qualquer inversor individual, em qualquer indústria isolada, pode ser bloqueada, ou desencorajada pelas limitações existentes no mercado em conjunto. Onde qualquer empreendimento isolado pode ser fatalmente impraticável e não lucrativo, um grande número de indivíduos diferentes pode ser bem-sucedido porque todos se apoiarão mutuamente, no sentido de que o pessoal empregado em determinado empreendimento, trabalhando com equipamento melhor e mais abundante, assegurará um mercado ampliado para os produtos dos novos empreendimentos nessas outras indústrias" (NURKSE, 1951, p. 20).

guma forma de poupança coletiva, tornada obrigatória pelo Estado, é provavelmente indispensável para a mobilização dos potenciais de poupança implícitos no desemprego disfarçado" nos países subdesenvolvidos. Assim, mesmo sabendo-se "perfeitamente possível deixar a função do investimento em mãos particulares", caberia ao Estado "a função de economizar", pois, no mais das vezes, esta teria que "ser executada de um modo compulsório". Para Nurkse, mesmo nos países de economia capitalista, o Estado evidenciava "uma tendência para assumir um maior grau de orientação consciente do processo de formação de capitais" e "a escolha entre o consumo e a poupança nacional est[á] se tornando cada vez mais uma decisão estatal" (ibid., p. 88 e 148).

Nas conferências de 1951, realizadas no Rio de Janeiro, Nurkse deixou claro, também, que a ordem internacional não estava organizada num espaço econômico homogêneo, de que era clara expressão a tendência à deterioração dos preços dos produtos primários ante os artigos dos países industrializados, demonstrada, por exemplo, pelos indicadores empíricos divulgados pela própria ONU nos anos de 1946 e 1947 (CARDOSO, 1995, p. 39; MORAES, 1995, p. 29). Na base dessas colocações estava, certamente, a percepção dos limites da teoria das vantagens comparativas, que, numa perspectiva liberal, afirmava, desde o século XIX, a difusão mundial espontânea do progresso econômico e tecnológico, conforme os arranjos convencionais da divisão internacional do trabalho. É o que se pode deduzir de sua observação de que "Se vivêssemos sob um governo mundial, transferências automáticas, das partes mais ricas para as mais pobres do mundo, ocorreriam naturalmente através do mecanismo fiscal. Porém não temos governo mundial". Daí a necessária imposição de "considerações políticas" nos processos internacionais de transferência de recursos e capitais, pois, numa perspectiva realista, "dificilmente poderemos esperar que venha a existir um mecanismo puro, permanente, automático e apolítico de transferências internacionais de renda. Tais transferências, na medida em que possam ocorrer, serão inevitavelmente baseadas, em parte, no terreno movediço dos expedientes políticos" (NURKSE, 1951, p. 68).

Tratando das fontes externas da formação dos capitais no mundo periférico, Nurkse refere-se, principalmente, aos investimentos diretos de empresas americanas, subordinadas ao princípio do lucro e dos cálculos empresariais. Esses capitais, segundo ele, apresentavam as vantagens

do emprego produtivo, da difusão de tecnologia e métodos modernos de administração, e do fato de estarem livres das rígidas exigências de juros e amortizações dos empréstimos internacionais. Porém, efeitos negativos também acompanhavam esses investimentos, pois os capitais estrangeiros buscavam, quase sempre, os setores voltados à produção e exportação destinada aos países industriais, sendo muito pouco empregados em manufaturas para os mercados internos. As indicações de Nurkse, seguindo as teses de Hans Singer, vão no sentido de que os investimentos privados externos (ibid., p. 118),

> (...) não fizeram muito no sentido de difundir o desenvolvimento industrial pelas economias internas dos países agrícolas, mas se concentraram, antes, na produção primária destinada à exportação para países adiantados. Os investimentos estrangeiros, em vez de desenvolverem as economias dos países agrícolas, serviram para enrijar e fortalecer o sistema sob o qual esses países se especializaram na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para exportação. Os investimentos estrangeiros, de acordo com este ponto de vista, têm tendido a promover um padrão de especialização baseado num esquema estático de vantagens comparativas no comércio internacional.

Numa percepção moderada (ou realista), Nurkse ressalta que esses investimentos estrangeiros "não devem ser desprezados", pois, para os países subdesenvolvidos, no período, muitas vezes faltavam até mesmo esses capitais. No entanto, havia que se acautelar com relação a pelo menos três problemas: esses investimentos, no geral, não se dirigiam para a expansão dos mercados internos; podiam vir em volume insuficiente para a expansão das exportações; os fluxos de investimentos externos, caso acompanhados por "relaxamento dos esforços de poupança interna", não possibilitariam alterações significativas na taxa de formação dos capitais nos países periféricos (ibid., p. 124).

Raúl Prebisch e a Cepal: teorização do desenvolvimento periférico

Tendo-se por base o que até agora foi visto, pode-se afirmar que, no final dos anos 40, o mundo capitalista, que sobrevivera à grande Depressão de 29, às duas guerras e assistira à transformação de suas colônias em nações livres e pobres, defrontava-se agora com a busca de um

lugar ao sol pelos países periféricos e com o questionamento das possibilidades de superação do subdesenvolvimento dentro dos princípios do livre mercado e das regras do comércio internacional ditadas pela divisão internacional do trabalho do século XIX. Afinal, até os próprios organismos internacionais, criados pelas grandes potências, apontavam, através de seus índices empíricos, a drenagem dos excedentes econômicos dos países periféricos para as áreas hegemônicas. Assim, o pensamento econômico que, desde os idos de 30, tivera os redutos da ortodoxia liberal assaltados durante a revolução keynesiana, via-se agora confrontado com o desafio das especificidades do capitalismo periférico. Por mais que os teóricos do desenvolvimento tivessem respondido à altura, acenando com novos papéis para o Estado e pondo em discussão a justeza da teoria das vantagens comparativas, de inspiração ricardiana, como forma de difusão do progresso pelo mundo, nada se assemelhou ao impacto causado pelo surgimento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a Cepal, criada pelas Nações Unidas em 1947, e pelas formulações heterodoxas do economista argentino Raúl Prebisch. Foi com a Cepal que o subdesenvolvimento ganhou, finalmente, legalidade teórica no pensamento econômico.

As teses desenvolvidas no âmbito da Cepal, por Raúl Prebisch, e as condições de sua elaboração são por demais conhecidas, o que, acredita-se, pode dispensar o esforço de retomada dessas formulações. Na realidade, além do trabalho pioneiro de Octavio Rodriguez[99, 100] de reunir e analisar, sistematicamente, as ideias econômicas e as categorias básicas que deram sustentação ao pensamento cepalino, inúmeras outras publicações trataram de divulgar e criticar suas concepções fundamentais. No entanto, mesmo incorrendo no risco da redundância, acredita-se conveniente pelo menos uma formulação indicativa das teses cepalinas, de modo que possam servir como referência às análises do pensamento de Furtado, que virão logo mais.

Contidas, inicialmente, em três textos essenciais - Raul Prebisch, *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas (1949),*

[99] O livro de Octavio Rodriguez inclui também um prefácio de Raúl Prebisch, que passa em revista sua trajetória e suas principais contribuições analíticas (RODRIGUEZ, 1981, p. 7-12).

[100] Entres essas publicações destacam-se Guzman (1976), Oliveira (1972), Figueiredo e Costa (1986), Gurrieri (1982), Mantega (1984), Bielchowsky (1988), Cardoso (1995 e 1997), Moraes (1987 e 1995).

Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (1951); Cepal, Estudo Econômico da América Latina (1949) -, a teoria cepalina tem como eixo os conceitos de centro e periferia, usados para explicar o modo como o progresso técnico e seus ganhos se difundem na economia mundial (BIELSCHOLKY, 1988, p. 18; RODRIGUEZ, 1981, p. 49).

Numa perspectiva crítica à divisão mundial do trabalho e contestando as teses tradicionais sobre as vantagens comparativas do comércio internacional, Prebisch afirma que a distribuição do progresso nas diferentes áreas do mundo foi desigual. Mais rápido e homogêneo no centro (economia industrial), atingindo todos os setores econômicos, o progresso técnico restringiu-se na periferia apenas ao setor exportador de alimentos e matérias-primas para os países centrais e a algumas atividades relacionadas com essa exportação. Em razão disso, dois traços caracterizavam a estrutura econômica periférica:

> Por um lado, destaca-se seu caráter especializado, ou unilateralmente desenvolvido, já que uma parte substancial dos recursos produtivos se destina a sucessivas ampliações do setor exportador de produtos primários, ao passo que a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, é atendida, em grande parte, por meio de importações. Por outro lado, a estrutura mencionada é heterogênea ou parcialmente atrasada, no sentido de que coexistem em seu seio setores em que a produtividade alcança os níveis mais altos do mundo – particularmente o setor exportador – e atividades em que se utilizam tecnologias antiquadas, nas quais a produtividade do trabalho é muito inferior à que se pode encontrar nas atividades similares dos centros, Em contraste com a estrutura produtiva da periferia, *especializada* e *heterogênea,* a dos centros se caracteriza por ser *diversificada* e *homogênea.* (RODRIGUEZ, 1981, p. 37-38)

Além da caracterização das estruturas dos dois polos do sistema capitalista, os conceitos de centro e periferia permitem a Prebisch explicar o processo de desenvolvimento mundial tendo como pressuposto fundamental a existência de uma desigualdade, isto é, a ideia de que, a longo prazo, a tendência é o alargamento do fosso que separa o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. As desigualdades entre os dois polos - expressas na disparidade entre a produtividade do trabalho nas áreas centrais e periféricas, assim como nas diferenças crescentes

entre as rendas médias das duas regiões - são explicadas em termos da *deterioração dos termos de troca,* tese cuja função é exprimir a tendência inerente ao intercâmbio entre produtos primários de exportação da periferia pelos produtos industrializados dos países centrais. Ou seja, a de que o poder de compra de bens industriais por parte de uma unidade de bens primários de exportação tende a se reduzir com o transcorrer do tempo (ibid., p. 38-39).

Elaborada com a função de contestar a tese ricardiana das vantagens comparativas, a deterioração dos termos de troca inverte a argumentação do pensamento liberal, procurando demonstrar que, além de não se verificar a transferência dos ganhos de produtividade do centro para a periferia, o que se observa é justamente o oposto: regiões subdesenvolvidas transferindo os seus ganhos de produtividade para os países desenvolvidos, fazendo com que os frutos do progresso técnico se concentrem nos centros industriais (BIELCHOWSKY, 1988, p. 19).

Ao lado dessas formulações, uma outra tese essencial sustenta as inovações do pensamento cepalino a respeito do mundo periférico. Ela diz respeito à análise do processo de industrialização espontâneo, a partir dos anos 30, em alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México), que chamava a atenção por suas características específicas e intensas contradições. Segundo Prebisch, um conjunto de mudanças significativas na economia mundial teriam impulsionado alterações no "padrão primário-exportador", transformando o modelo de crescimento periférico, de "desenvolvimento para fora", sustentado na expansão das exportações, em "desenvolvimento para dentro", baseado na produção industrial.

Entre as condições responsáveis pelo processo de industrialização na periferia estariam dois conjuntos de fatores, intimamente associados. Em primeiro lugar, acontecimentos conjunturais, tais como as duas guerras mundiais e a Depressão de 1929, que impuseram barreiras às importações e, ao mesmo tempo, dinamizaram a demanda por exportações, estimulando, consequentemente, a procura interna na periferia. Além disso, o ciclo depressivo na década de 1930, ao reduzir o preço e o volume das exportações primárias, foi responsável por uma "aguda crise de divisas" que, ao lado de medidas tendentes à manutenção dos níveis de emprego, acabou por favorecer o desenvolvimento de atividades industriais na América Latina, cuja oferta externa estava limitada. Em segundo, altera-

ções na economia mundial, representadas por menor elasticidade-renda da demanda por produtos primários e, sobretudo, pela substituição da Inglaterra pelos EUA como "centro cíclico principal" do capitalismo, e isso em razão do "caráter relativamente fechado da economia norte-americana e à tendência à diminuição de seu coeficiente de importações" (RODRIGUEZ, 1981, p. 44). Situação, obviamente, muito diversa da anterior, em que a Grã-Bretanha, centro hegemônico até a Primeira Guerra, tinha uma relação econômica essencialmente complementar ao mundo periférico.

Mesmo partindo do pressuposto de que a industrialização é o caminho necessário para o crescimento das economias periféricas, a teoria cepalina trata essa industrialização espontânea como um processo problemático e com incertas possibilidades de propiciar um real desenvolvimento econômico, dada as características da produção nos países periféricos e o modo como se relacionam com a economia internacional, hegemonizada pelos centros desenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 21). De modo sumário, os problemas, de intensidade e feição diferenciadas nos diversos países, manifestam-se num rol que vai da persistência da deterioração dos termos de troca ao déficit no balanço de pagamento, passando pelos desajustes intersetoriais da produção – problemas de carência de infraestrutura e de oferta de alimentos – e pelas dificuldades de acumulação de capitais. Ao que, geralmente, soma-se a tendência às altas taxas de desemprego, uma vez que a periferia, além de iniciar a industrialização em condições de grande oferta de mão de obra, vale-se das técnicas produtivas de capital intensivo, poupadoras de força de trabalho, importadas dos centros capitalistas.

Dadas essas condições, não é estranha a conclusão de que todos esses problemas, apresentados pela industrialização espontânea da periferia, decorrem do "atraso estrutural" das economias subdesenvolvidas. Ou seja, "resultam da forma pela qual a estrutura produtiva se vai transformando durante a fase do desenvolvimento voltado para dentro, sem que se consiga eliminar as diferenças de estrutura com relação ao centro, que se reproduzem em novos níveis" (RODRIGUEZ, 1981, p. 48).

Não é difícil perceber onde considerações dessa natureza, a propósito da industrialização espontânea e problemática da periferia, acabam desembocando: na ideia de que o livre jogo das forças de mercado conduzem ao aprofundamento e não à supressão das contradições decor-

rentes da estrutura das economias subdesenvolvidas. Com isso, a teoria cepalina abre caminho às propostas de "políticas deliberadas de desenvolvimento" através da planificação, levada a cabo pelo Estado. Assim, pode-se afirmar que, sem dúvida, o planejamento e o Estado interventor aparecem como decorrências naturais do modo pelo qual o pensamento cepalino encara as contradições da indústria no mundo periférico. É por isso que (BIELCHOWSKY, 1988, p. 31),

> No texto que figura como documento básico de transição do estágio de formulações analíticas básicas (1949/51) ao estágio de propostas de política (1951 em diante), a Cepal defende a urgência de programas de desenvolvimento, centrando a argumentação na necessidade de evitar desequilíbrios externos e de estabelecer um equilíbrio razoável na expansão de várias atividades básicas. A necessidade do programa também adviria da escassez de poupança que exige cuidadosa seleção das atividades a serem estimuladas [PREBISCH (1951)]. Daquele ponto em diante o planejamento se tornaria uma contínua obsessão da Cepal, simbolizando as preocupações da agência com o desenvolvimento econômico.

De modo sumário, até esse ponto, um amplo painel registrou transformações essenciais do Brasil nas duas décadas que se seguiram aos anos 30: mudanças nas relações de produção, com a indústria e a urbanização; maior diversidade e tensão no tecido social, a partir da entrada em cena de novos atores e da incorporação das massas populares urbanas ao processo político nacional; "ares democráticos", com o fim da ditadura do Estado Novo e, em particular, grande renovação intelectual. Essas alterações forçaram sensíveis modificações nos rumos do debate da questão nacional, que, desde o século XIX, cobrava atenção das elites intelectuais do país e que, agora, expunha a maior complexidade do conjunto das forças políticas e ideológicas em confronto. Na disputa pela hegemonia na condução do projeto capitalista para o país, grupos defensores da vocação agroexportadora, entusiastas do liberalismo econômico, ainda fortes e operantes no início da década de 1950, cederam espaço aos que advogavam uma modelagem industrial ao projeto de nação – industrialistas de diversos matizes, antiliberais em essência, defensores do desenvolvimento fabril que, aos poucos, deram configuração ao que, tempos depois, ficou conhecida como "ideologia desenvolvimentista".

Novos e ampliados papéis foram assumidos pelo Estado, que, ao dar as bases para um capitalismo industrial, confirmou antiga vocação intervencionista e abriu espaço para uma nova elite técnica – os economistas –, que, desde o início, se confrontou em campos teóricos divergentes, alinhando-se com as forças sociais que se batiam na defesa de projetos nacionais conflitantes.[101] Assim, uma nova área do conhecimento sinalizou as possibilidades de um tratamento teórico inédito da questão nacional, que passou a incorporar as análises macroeconômicas ao legado da sociologia, da antropologia, dos estudos jurídicos e da história, herdado dos reformadores e ideólogos das primeiras décadas do século XX.

Na realidade, o Brasil viveu esse conjunto de amplas transformações sintonizado com os movimentos mais amplos da realidade internacional inclusiva, que, passada a Grande Depressão e as duas guerras mundiais, pôs em movimento uma ordem capitalista regulada – para muitos, a "Era de Ouro" do capital. Esse foi, também, o momento histórico em que a parte pobre e atrasada desse mundo, recentemente incluída no rol dos Estados-nação independentes, passou a cobrar políticas de desenvolvimento e desafiar o pensamento econômico (que, por sinal, já não era o mesmo desde que o keynesianismo colocou em xeque a hegemonia neoclássica) a teorizar sobre as mazelas e virtualidades do capitalismo na periferia.

Mergulhado nesse contexto, Celso Furtado, intelectual formado em trânsito pelos dois mundos (centro e periferia) do capitalismo, ao fim dos anos 40, rendeu-se ao "fascínio da questão nacional", tal como o fizeram, antes dele, os ideólogos da "nação brasileira". Submetido às amplas e contraditórias determinações que moldaram suas opções intelectuais, assumiu o desafio de um "projeto para o Brasil", agora pensado em termos de "desenvolvimento para dentro", sustentado pela industrialização. A exemplo de seus pares, que o antecederam na tarefa da "construção nacional", Furtado também preocupou-se em identificar as especificidades da nação – falta de condições materiais para o progresso; inexistência de uma burguesia forte e vocacionada para as transformações políticas e econômicas necessárias; vida política que, nos marcos liberais do jogo institucional democrático-formal, era incapaz de dar expressão ao Brasil "real". E, tal como eles, na ausência de uma burguesia

[101] Sobre o pensamento econômico brasileiro no momento de sua constituição, consultar Bielchowsky (1988), Mantega (1984) e Loureiro (1997, 1997a).

aguerrida, recorreu aos intelectuais, como agentes das transformações, e ao Estado, como instrumento para imprimir racionalidade ao mundo social e abrir caminho ao desenvolvimento. Como no passado, não tão distante, ante a sociedade atrasada, desigual e de restrita modernidade, o recurso a um expediente há muito proposto pelos ideólogos da "questão nacional": "a ideia ancestral (...) de que o Estado era a única instância capaz de subsumir os particularismos, promover o bem comum e a integração social" (NOGUEIRA, 1998, p. 30).

"Más de lo mismo"? Não se trata disso, certamente.

Aspectos substancialmente novos conformaram a questão nacional em Celso Furtado. No entanto, antes de direcionar o foco para o "novo", o que se quer ressaltar é a inegável presença de um legado que marcou profundamente o pensamento social brasileiro, uma herança intelectual com que Furtado travou um "diálogo mudo". É preciso, porém, atentar para o fato essencial de que não se trata apenas de vestígios de ideologias passadas, obsoletos anacronismos. O "velho" que ecoa no pensamento de Furtado é, na verdade, imposição de uma realidade histórica cujas determinações, que antes enredavam os reformadores do passado, ainda se mantinham vivas no Brasil de capitalismo tardio – agroexportação predominante, estrutura fundiária concentrada, regionalismo, exclusão social, domínio político das oligarquias rurais, insuficiências na acumulação de capitais, burguesia nacional desprovida das "ilusões do progresso" e impotente ante as tarefas de construção da hegemonia, submissão do país à dinâmica do capitalismo central – e, nos idos de 60, demandavam as "reformas de base". O "velho", que insinuava presença no ideário de Furtado, alimentava-se do que já foi chamado de a "miséria brasileira" (CHASIN, 1999).

O reconhecimento de continuidade em termos de uma tradição do pensamento social brasileiro não deve elidir a percepção de que a questão nacional deu um salto qualitativo com Furtado. Além de ser concebida em termos de um "desenvolvimento para dentro", sustentado pela industrialização, passou a ser, também, mediada pela noção de subdesenvolvimento. Com essa categoria teórica, que destacava as condições particulares do conjunto dos países periféricos (com os quais o Brasil partilhava um destino comum) e remetia as razões do atraso às formas de expansão do capitalismo e de organização da divisão mundial do trabalho, Furtado pôde dar uma dimensão internacional ao projeto

de "construção da nação", ultrapassando a discussão nos marcos puramente locais.

Como é de se esperar, são novos, também, os termos propostos para a atuação do Estado no "desenvolvimento para dentro". As fundações do processo industrial autônomo, segundo Furtado, deveriam ser lançadas pelo Estado, através de políticas de planejamento que conformariam a ação dos sujeitos do desenvolvimento, levando-os a agir racionalmente, longe da indeterminação e do acaso do livre jogo dos mercados. Nesse sentido, a experiência mundial fornecia-lhe o exemplo de que a planificação não se restringia apenas à experiência soviética. Introduzido no mundo capitalista a partir dos imperativos de coordenação econômica durante o primeiro "esforço de guerra" (1914-1918), o planejamento generalizou-se a partir da Depressão de 1929, quando os fundamentos do liberalismo submergiram à voracidade da crise. O plano econômico levado a efeito pelo Estado capitalista passaria a ser visto como um mecanismo indispensável à contenção dos abalos cíclicos no sistema e à manutenção do crescimento econômico. Nesse sentido, o depoimento de Furtado é bastante revelador (FURTADO, 1999, p. 77-78):

> Queiramos ou não, o planejamento foi a grande invenção do capitalismo moderno. (...) Esta é uma técnica fundamental para a ação racional. Significa ter referências com respeito ao futuro, portanto, usar a imaginação para abrir espaço. Quando cheguei à França para fazer doutorado, em 1948, conheci uma experiência muito bonita de planejamento; a que os franceses chamavam de planejamento indicativo. Eles criaram um sistema de planejamento formal, bem estruturado, bem concebido. Anos depois, eu participaria de muitas reuniões com eles sobre o tema. Mas naquele momento admirou-me ver que uma economia capitalista avançada só poderia se recuperar das chagas da guerra recorrendo ao planejamento. (...)
>
> Interessei-me também pelo planejamento russo, que era o caso clássico, ao ler Strumiline. Na Cepal, fui o seu primeiro chefe da Divisão de Planejamento. O primeiro manual de técnica de planejamento das Nações Unidas foi feito sob minha direção. Era um terreno completamente novo e muito importante para os países do Terceiro Mundo. Os franceses diziam que o planejamento era necessário para resolver os problemas causados pelas destruições da guerra. Eu acrescentava dizendo que o subdesenvolvimento era uma espécie de devastação. Portanto, para superá-lo necessi-

ta-se de planejamento. O mercado sozinho não pode resolver o problema. Não é capaz de mudar as estruturas, o que é fundamental. Mas qualquer planejamento deve ser aplicado em função do quadro político. Ou seja, os objetivos são definidos pela sociedade; ali onde esta adotou o socialismo, eles foram definidos de uma forma; ali onde havia capitalismo – como na França – eram definidos de outra maneira.

Um olhar mais atento sobre esse depoimento pode revelar, também, alguns aspectos importantes para a compreensão do "caminho" de Furtado até a ideia do Estado como ator fundamental no processo de desenvolvimento autônomo. Esses aspectos dizem respeito ao significado da "experiência francesa" na sua formação intelectual. Sabe-se que o interesse pelo planejamento – em termos das possibilidades de racionalização da vida social por meio do Estado – surgiu muito cedo, ainda durante o curso de Direito, na Universidade do Brasil, quando Furtado se confrontou pela primeira vez com a questão da racionalidade em termos da teoria da organização e da administração pública. Mas, entre esse momento inicial e a concepção de Estado de corte keynesiano que preside seu projeto nacional, há um espaço para influências importantes, no período dos estudos de economia política na França.

Em Paris, durante o doutorado sob a orientação de Maurice Byé, além das leituras sistemáticas de economia clássica, de *O Capital,* de Marx, e de história econômica, Furtado entrou em contato com o mais prestigiado economista francês de sua geração – François Perroux, então numa fase de trânsito teórico para o estruturalismo. Perguntado sobre a possível influência de Perroux na definição da importância do Estado como promotor do desenvolvimento, Furtado é incisivo: "O pensamento de François Perroux foi seguramente o que mais me influenciou, pela importância de sua teoria do 'polo de crescimento', que permite compreender que o crescimento econômico resulta de uma vontade política. Perroux me orientou para pensar o papel do Estado" (depoimento em Anexo).

O caminho de Furtado rumo ao Estado, como fator do dinamismo econômico e transformador das estruturas sociais, foi sedimentado por Perroux. Mas, e Keynes? Celso Furtado responde a isso, também, claramente (depoimento em Anexo):

> Keynes em relação ao Estado, dá, digamos assim, a sinalização do ponto de vista econômico. É o teórico da dinâmica macroeconômica. Na realidade, ele criou a necessidade de uma dinâmica. O modelo keynesiano é um modelo estático, mas é claro que na sua época representou um tremendo avanço. Keynes valorizou o papel do Estado. A partir dele cabia pensar em política econômica e não mais, simplesmente, no mercado para regular a economia.

Voltando a François Perroux, sabe-se que ele teve uma trajetória política e intelectual acidentada. Inicialmente um economista comprometido com as concepções corporativistas, no pós-guerra tornou-se um dos mais influentes teóricos do desenvolvimento na vertente do estruturalismo.[102] Das teses estruturalistas desenvolvidas por Perroux, duas formulações destacam-se em termos de impacto e importância nas concepções de Celso Furtado: "efeito dominação" e a ideia de "polos de crescimento".

No volumoso *A economia do século XX,* encontra-se desenvolvida a ideia do "efeito dominação". É através dela que Perroux contesta as possibilidades explicativas da teoria econômica neoclássica, chamando de "ilusão" ou "atalho puramente imaginário" a crença no equilíbrio e no ajuste natural entre a oferta e a demanda através do mecanismo de preços livremente pactuados, e a ideia de que "as estruturas dos investimentos" e "os projetos dos grupos" seriam "sumariamente ajustados". Segundo Perroux, sabia-se "que empresas e nações [eram] entre si muito desiguais" e que não se podia "esperar que por si mesmo se realiz[asse] o melhor emprego", daí o recurso "a políticas monetárias e fiscais que visam compensar a contração ou a expansão". Além disso, a (PERROUX 1967, p. 31)

[102] Perroux esteve no Brasil entre 1936 e 1937, integrando a "Missão Francesa" de Fernand Braudel, encarregada de criar os cursos de ciências sociais na Universidade de São Paulo. Durante sua permanência por aqui, além de lecionar, publicou artigos em revistas especializadas e em órgãos da grande imprensa, como *O Estado de S. Paulo,* com a finalidade de divulgar suas teses sobre o chamado "corporativismo social". Nelas, combatendo tanto o marxismo quanto o "corporativismo totalitário", Perroux concebia as corporações como órgãos independentes do Estado, de modo que os sindicatos representativos pudessem representar o capital praticamente em igualdade de condições (LOVE, 1998, p. 343).

> (...) combinação dos crescimentos com os investimentos públicos, os investimentos diretos, o tráfico estadual – a ampliação dos setores governamentais e zonas de monopólios –, a rigidez dos preços e fluxos limitam fortemente o restabelecimento do equilíbrio das balanças externas e obrigam a recorrer a políticas conscientes de expansão a curto e longo prazo em apoio das pretensas espontaneidades do mercado universal.

Com essas formulações, Perroux tinha em vista, também, as relações de "força", "poder" e "coação" presentes na dinâmica da economia mundial, elementos integrantes das relações econômicas internacionais (ou mesmo nacionais) que a "moderna ciência econômica" insistia em ignorar por completo. Para fazer frente a essa deficiência, propunha o "efeito dominação em economia", ideia que iria proporcionar "uma primeira síntese (...) entre uma teoria da economia e uma teoria da força, do poder e da coação". Assim, o conjunto da economia passaria a ser compreendido "como um todo heterogêneo formado de partes (zonas ou setores) mais ou menos dominantes e mais ou menos dominadas, capazes de exercerem ações que não dão lugar a reações de igual força". Em síntese, a ideia de que um dado agente econômico (empresa ou nação) exerceria um efeito de dimensões assimétricas e irreversíveis sobre outro, estabelecendo-se, com isso, uma relação de domínio e subordinação oposta às relações de trocas iguais, tais como eram concebidas pela teoria econômica convencional.[103]

Para tratar da ideia de "polos de crescimento", Perroux parte da premissa de que "o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo", tendendo a se manifestar "com intensidades variáveis, em polos

[103] Um estudo de Perroux, publicado em 1948 – *Esboço de uma teoria da economia dominante* –, trata "das diferenças de tamanho, poder de barganha e transformações de mão única, entre os Estados Unidos e seus parceiros comerciais". Nesse trabalho, afirma que "a elasticidade-renda-preços da demanda americana por produtos importados do restante do mundo e a elasticidade-renda-preços da demanda do resto do mundo por produtos importados dos Estados Unidos são tais que o desequilíbrio das balanças comerciais é persistente e a desvalorização das moedas estrangeiras é de eficácia duvidosa". Nesse texto, Perroux refere-se também aos "termos de trocas dos exportadores de produtos agrícolas [que] vinham se deteriorando devido aos padrões de importação da economia dominante". Apesar da abordagem de Perroux muito se assemelhar ao que Prebisch desenvolve nesse mesmo período, alguns estudiosos do pensamento da Cepal descartam contatos entre os dois teóricos. Para eles, a ênfase atribuída por Perroux às diferenças na elasticidade-renda da demanda o aproximariam mais de Hans Singer do que de Raúl Prebisch (LOVE, 1998, p. 262-263).

de crescimento", propagando-se "segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia" (ibid., p. 164). Dadas essas condições, caberia a introdução do planejamento, com sua racionalidade, como afirma no livro *A economia das nações jovens.* Segundo ele, para fazer frente às resistências impostas pelo meio, "dispomos de um instrumento bastante bom, que é o Plano. Ele põe em ordem numérica os objetivos e meios. Exclui uma discussão sobre os mecanismos do dinheiro, *separados* do homem concreto: examina, e depois ajusta, os fluxos monetários e reais, os fluxos de capital, e de consumo, referidos às necessidades". Recurso costumeiramente associado às economias socialistas, o plano indicativo poderia, no entanto, ser largamente usado nos países capitalistas ocidentais. Neles, "os mercados funcionariam tanto melhor quanto melhor elaborados, fiscalizados e executados fossem os programas ou planos que os situam". Do mesmo modo, através dele poder-se-ia impor "uma taxa de crescimento nacional" ou, até mesmo, "uma preferência de estrutura nacional" (PERROUX, 1964, p. 26-27, 48).[104]

Nos países subdesenvolvidos,[105] a planificação teria uma relevância especial. E isso porque, neles, as economias encontram-se desarticuladas, dada a inexistência de "rede homogênea de preços, fluxos [monetários ou reais] e informações", a carência de infraestrutura, além das diversi-

[104] Na década de 30, ainda sob o influxo do corporativismo, Perroux já atribuía um papel de destaque ao Estado no processo econômico, ideia que, depois, tanto sensibilizará Furtado. Para ele, "o Estado equilibraria (...) os monopólios rivais dos sindicatos e do capital. O planejamento corrigiria as distorções produzidas pelo jogo das forças de mercado. (...) O Estado eliminaria os lucros excessivos. Conselhos mistos de trabalhadores e capitalistas, sujeitos ao controle estatal, estabeleceriam os preços e os salários" (LOVE, 1998, p. 261).

[105] No livro *Economia das nações jovens,* pode-se encontrar, numa formulação sumária, o que Perroux entende como subdesenvolvimento. Segundo ele, a "interpretação científica" do fenômeno só seria possível à medida que fossem "compreendidos os defeitos do *funcionamento* da economia". Entre estes estaria, principalmente, o da inarticulação. Os países subdesenvolvidos "não possuem redes eficazes de preços, de fluxos, de antecipações e de informações; não cobrem os custos do estatuto humano da vida, isto é, desperdiçam maciça e duradouramente os recursos humanos; são dominados por outros conjuntos econômicos e sociais". Esses problemas ligar-se-iam entre si, configurando algo que lembra o "círculo vicioso" de Nurkse, pois "a inarticulação mantém o desperdício de recursos humanos e perpetua dominações; os efeitos de dominação dão origem a más articulações, além das que derivam das características geográficas ou sociais; o desperdício de recursos humanos impede a reação contra os efeitos de dominação etc. Quando começam o *crescimento,* o *desenvolvimento* e os *progressos econômicos*, eles manifestam-se em pontos ou zonas, sem que a sociedade global se torne, em consequência, numa sociedade economicamente progressiva" (PERROUX, 1964, p. 237-238).

dades étnicas e culturais. Nessas condições, uma "força de crescimento" (investimentos adicionais, por exemplo) aplicada em uma região ou setor econômico, não se propagaria pelo conjunto, chegando a provocar, muitas vezes, desequilíbrios que não poderiam ser espontaneamente corrigidos. A tudo isso acrescentar-se-ia, também, o fato de serem economias dominadas, sob o controle indireto de "nações evoluídas" ou mesmo de empresas ou grupos financeiros. Dada a desarticulação existente, "o esforço da nação ou empresa dominante aplica-se em pontos e atividades bem determinadas, sem que as chamadas solidariedades 'nacionais' o possam ratificar e repartir rapidamente. A balança de pagamentos não se acha sujeita apenas a um desequilíbrio estrutural; esse desequilíbrio depende em muito, no seu montante e no seu conteúdo, das nações e unidades dominantes" (ibid., p. 180-181).

Desse conjunto de pressupostos, Perroux infere a solução possível para o crescimento e desenvolvimento das áreas atrasadas: eles poderiam ser obtidos através da "organização consciente do meio de propagação dos efeitos do polo de desenvolvimento". Seriam políticas de planificação que pudessem "transformar o crescimento de uma indústria ou de uma atividade em crescimento de uma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado" (ibid., p. 194). Segundo François Perroux, para as nações subdesenvolvidas, "o programa e o plano" seriam "os instrumentos necessários do desenvolvimento", porque possibilitariam o desencadeamento e a conservação de processos cumulativos favoráveis (ibid., p. 285).

Com uma bagagem que incluía um interesse pela administração pública racional e pelo planejamento; com um certo autodidatismo em economia e ciências sociais (alimentado pelas publicações da Fondo de Cultura do México); com um doutorado em economia política em Paris, que o aproximara sistematicamente da história econômica, dos clássicos da economia, do marxismo e do estruturalismo de Perroux, Celso Furtado ingressou, finalmente na Cepal. Levava algumas certezas com relação ao papel do Estado no processo econômico capitalista e suas potencialidades com relação ao desenvolvimento das nações pobres. Insensível às formulações neoclássicas, estava muito longe de aceitar os automatismos do mercado e de recusar a dimensão política do fazer econômico, especialmente no plano das relações internacionais. Mas algumas coisas ainda teriam que ser aprendidas com Prebisch e a experiência de Santiago:

> Entrei na Cepal entre 1948 e 1949, e fiquei lá dez anos. Foi a minha escola de trabalho como economista. (...) Aprendi muito, pois estudei a América Latina, dirigi missões de estudo no México, no Chile, na Argentina. Conheci a América Latina como ninguém conhecia no Brasil, o que me deu outra vantagem enorme aqui, sobretudo porque eu podia fazer comparações, tinha referências (TAVARES 1998, p. 58-59).
>
> Fui encarregado de fazer um mapeamento do desenvolvimento dos países mais importantes da América Latina durante dez anos. Ao fazer este trabalho, constatei o quanto o Brasil era atrasado. Como explicar? O Brasil tinha mais território, mais população, mais recursos e potencial. Onde estava a sua inferioridade? Superada a teoria da inferioridade racial, a resposta só podia estar na história, e lá fui buscá-la. Tudo isso me obrigou a repensar, a abrir um caminho. E comecei a ver o fim do túnel quando li Keynes. (Depoimento à autora)

O encontro com Keynes, na verdade, ocorrera um pouco antes, mas a experiência na Cepal e o contato com Prebisch fizeram a decisiva mediação entre o pensamento de Furtado e as teses keynesianas:

> Não posso dizer que descobri Keynes na Cepal, porque já o havia estudado antes. Mas, até então, eu via o Keynes da "teoria do ciclo econômico", que era a sua grande contribuição e levava à política de estabilização. Na Cepal, comecei a perceber a importância da visão macroeconômica da História. Tratava-se, agora, de olhar a História, vendo o macroeconômico, para entender a lógica do atraso e descobrir os fatores que impediam o crescimento de um país como o Brasil (ibid.).

A mediação cepalina é, por si, o mais forte indicativo de que a leitura do arsenal keynesiano, realizada por Celso Furtado, será necessariamente muito particular, haja vista o viés da superação do subdesenvolvimento. Alguns analistas já apontaram nessa direção. Maria Eugênia Guimarães, por exemplo, refere-se à interpenetração entre as teorias de Furtado e Keynes, assinalando uma diferenciação, porque "para Keynes, a ação compensatória do Estado é conjuntural e para Furtado é estrutural, ampliando a matriz teórica da universalização dos conceitos keynesianos" (1999, p. 165-166). Já Ricardo Bielschowsky refere-se a Furtado como um "keynesiano atípico" e isso porque, dada a insuficiência de poupança

nos países subdesenvolvidos ("ao invés de excesso, como nas desenvolvidas"), "não cabia, em geral, uma aplicação da macroeconomia keynesiana de forma idêntica à análise de economias maduras, isto é, para lidar com a problemática anticíclica" (1988, p. 160).

O keynesianismo de Furtado, como de resto todas as suas concepções teóricas, traz a marca que o distingue como pensador: a ideia do subdesenvolvimento como manifestação do capitalismo na periferia e sua leitura particular do Brasil. É isso que fará com que sua análise, quanto ao papel do Estado no processo de desenvolvimento, não seja simplesmente a aplicação do keynesianismo. Tratar-se-á, antes de tudo, de "uma derivação de análise macroeconômica de inspiração keynesiana", na feliz expressão de Bielschowsky, resultado de uma concepção mais ampla de que o entendimento da realidade e a transformação social estavam em direta relação com um tratamento diferenciado dos fenômenos periféricos, respeitando-os em suas especificidades.

Furtado não é um keynesiano "puro", pois, deliberadamente, mescla as categorias de Keynes com a análise do sentido da história econômica do Brasil e do continente latino-americano, em termos de economia colonial (base de construção do estatuto periférico), além de usar essas categorias como alimento de um projeto muito diverso do que originalmente deu vida ao keynesianismo. Corroboram essa afirmação as práticas intervencionistas do Estado propostas por Furtado e pela Cepal. Se o keynesianismo, na sua versão original, tinha como propósito a condução do sistema econômico à situação de pleno emprego e otimização de uma poupança ociosa, na releitura cepalina de Furtado tratava-se de um conjunto de propostas de políticas públicas tendentes a superar os obstáculos estruturais que impediam a industrialização autossustentada e o desenvolvimento.

Não se pode recusar a forte marca keynesiana, por exemplo, da leitura que Celso Furtado faz sobre o significado do mercado interno como elemento capaz de dinamizar a produção e sustentar o desenvolvimento. O modo como trata essa questão, como se sabe, guarda grande proximidade com a ideia do "efeito multiplicador" de Keynes. E, nesse sentido, são paradigmáticas suas análises da economia de transição do trabalho escravo para o assalariado e da economia de passagem para um sistema industrial, em *Formação econômica do Brasil* (partes IV e V). Num "keynesianismo pela negativa", Furtado procura demonstrar como eram limita-

dos os efeitos da renda da economia escravista exportadora "por efeito de uma combinação de elementos que faziam com que os impulsos externos se esgotassem no interior do próprio setor exportador"; e, numa abordagem contrária, indicar como "o advento do trabalho assalariado na economia cafeeira representara a condição básica para que o impulso externo pusesse em marcha um efeito cumulativo de expansão da produção e da renda" (ibid., p. 161).

O keynesianismo de Furtado, como tudo em sua obra, também é moldado pelo compromisso com a especificidade da periferia e, dentro dela, a do Brasil. Compromisso compreensível, tendo-se em conta a clareza com que enuncia a chave de seu comportamento intelectual, "conhecer para transformar".

O próximo passo será a análise de um conjunto de textos produzidos por Celso Furtado no momento em que esteve à frente da Sudene (1960-1964) e do ministério do Planejamento, no governo Goulart (1962-1963), e nos primeiros anos de seu exílio, logo após o Golpe Militar de 1964. A escolha dos trabalhos desse período, por certo, não é arbitrária, tendo-se em vista o objetivo de analisar, não apenas o papel reservado por ele ao Estado no desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, compreender suas concepções a propósito do jogo político e da atuação dos intelectuais no campo das reformas sociais. Nesse momento, à frente de organismos do Estado brasileiro, Furtado não só colocou em prática políticas públicas de desenvolvimento, mas, também, como um agente privilegiado da cena histórica, viveu o processo de radicalização das lutas sociais no Brasil e os efeitos da derrota política do projeto nacional no qual estava envolvido.

Assim, circunstâncias históricas específicas, que cercam a formulação desses textos, favorecem um notável afloramento das dimensões político-ideológicas do ideário de Furtado. Neles, o autor não se coloca, simplesmente, como o economista que trata a questão do Estado numa abordagem keynesiana, quase como um epifenômeno da materialidade econômica. É, sobretudo, o homem público, o intelectual reformador que discute os limites e impasses da atuação do Estado, tendo como referência o seu projeto de nação, o jogo político institucional e as classes sociais em conflito.

7

Celso Furtado: racionalidade e política no desenvolvimento econômico

> É indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela.
>
> (Celso Furtado, Desenvolvimento e subdesenvolvimento)

Um rápido exame de algumas das obras mais significativas produzidas na década de 1960 – *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do desenvolvimento* (1964), *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) – dá a perceber alguns temas recorrentes, que norteiam a análise e justificam as propostas de intervenção reformadora de Furtado. Inflação, desemprego estrutural, tendência da economia à estagnação, estrangulamento do mercado interno, desequilíbrio regional, pressões sobre a balança de pagamentos, tensão social, entre outros, compõem um diagnóstico do Brasil que abre caminho à demanda de um projeto de regulação desenvolvimentista.

Esse quadro, apresentado por Furtado, revela, por certo, uma crise real, expressão do esgotamento de uma fase da acumulação capitalista no Brasil cujo desfecho político foi o Golpe Militar de 64. Porém, não se trata agora de discutir aqui até onde essas formulações refletem, no plano da teoria, a contraditória realidade histórica do período. A intenção é outra. Cuida-se de entender as elaborações de Celso Furtado, sem dúvida, como ideologia, mas no *sentido restrito*[106] de um conjunto doutrinário que permite aos

[106] Trabalha-se aqui com a concepção luckácsiana, para a qual o fenômeno ideológico deve ser tomado nas dimensões *ampla* e *restrita*. A formulação de Luckács tem como pressuposto a

agentes sociais, a um só tempo, tomarem consciência dos interesses particulares de classe – apresentados ideologicamente, neste caso, na dimensão generalizadora dos imperativos nacionais – e se instrumentalizarem para a ação política – pensa-se aqui na intervenção de Furtado nos embates político-sociais no Brasil dos anos 60. Nesses termos, passam a ser finalidades da análise: revelar as construções e os recursos teóricos que garantem a eficácia mobilizadora e a capacidade de convencimento do discurso desenvolvimentista de Furtado; detectar o recorte que orienta sua leitura do processo de industrialização no Brasil; explicitar as formulações políticas que presidem seu projeto de desenvolvimento nacional e as concepções de ciência e de intelectual que modelam sua atuação reformadora.

Pode-se afirmar, portanto, que alguns pressupostos, algo evidentes, sustentam estas intenções analíticas. Quais sejam, os de que a priorização de certos acontecimentos no processo histórico brasileiro e a seleção de problemas operadas por Furtado para compor o quadro da evolução econômica nacional não são escolhas aleatórias; que os diagnósticos que procuram legitimidade nos "fatos" da realidade empírica e a teorização articuladora desse todo encontram-se previamente determinados por uma dada concepção política e informados por um certo projeto de desenvolvimento nacional consoante com as relações de classe, com o jogo de poder, com as contradições herdadas do processo de modernização capitalista encetado a partir do final do século XIX e cujos impasses ainda se mostravam vivos no Brasil dos anos 60.[107]

---

ideia de que "onde quer que se manifeste o ser social há problemas a resolver e respostas que visam à solução destes; é precisamente neste processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações. Agora, na medida em que o conflito social passa a fazer parte da realidade dos homens, apresentando-se como problemática vital, a ideologia volta-se à resolução dos problemas agora traspassados por este conflito básico, ou seja, a ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis. Nesse sentido, Luckács, baseando-se em Marx, formula uma caracterização mais restrita de ideologia que 'consiste no fato de que os homens, com o auxílio da ideologia, trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico'. Na acepção restrita de ideologia, portanto, ideologia é instrumento de conscientização e de luta social 'que caracteriza, pelo menos aquelas (sociedades) da pré-história da humanidade', ou seja, aquelas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, que por meio da ideologia se conscientizam e enfrentam conflitos derivados de seus interesses contrapostos" (VAISMAN, 1989, p. 419-420).

[107] Ver a respeito Mello (1984), Silva (1976), Suzigan (1986), Oliveira (1977).

Assim sendo, não está em pauta investigar até onde essas formulações expressam, no campo ideológico, uma realidade histórica que sabemos marcada por tensões sociais irreconciliáveis e por profundas contradições econômicas. Trata-se, na verdade, de colocar em evidência o modo como essa realidade foi "reconstruída objetivamente" no plano teórico e apresentada como reflexo legítimo do concreto existente. Desse modo, partindo da ideia de que a escolha dos traços que compõem o quadro do processo de modernização do Brasil não foi casual e que esse painel, mostrado como produto de uma análise racional, objetivamente científica, foi coerentemente composto segundo as determinantes de um plano de desenvolvimento, pode-se, então, vislumbrar um caminho adequado para a investigação das concepções político-ideológicas de Furtado. Sinteticamente, há nisso o pressuposto de que sua análise do processo de industrialização brasileira, o recorte dos traços significativos e sua visão da história estão informados por um projeto nacional, por uma ideia de intelectual e por uma leitura específica da ação política transformadora, *a priori* existentes, mas que, obviamente, são alimentados pelas determinações de época, pelas condições de objetivação do capitalismo no cenário histórico, em que, como um ator social privilegiado, Celso Furtado se movimentava. E é para isso que a reflexão agora se dirige.

Em 1989, num artigo em que faz um balanço de sua trajetória intelectual, Celso Furtado escreve (1989, p. 6):

> Como explicar que países surgidos da expansão econômica da Europa, cujas estruturas foram criadas para facilitar essa expansão, hajam acumulado tanto *atraso*? Esta pergunta está no cerne de minha reflexão sobre o desenvolvimento. A teoria do crescimento, que vinha sendo elaborada no imediato pós-guerra, consistia num esforço de dinamização a-histórica de modelo macroeconômico, na linha keynesiana ou na neoclássica, conforme a natureza da função de produção implícita. Ora, a indagação sobre as causas do atraso somente adquiria sentido se colocada no plano da História, o que exigia uma outra abordagem teórica.

Uma análise geral da produção teórica de Celso Furtado demonstra que, efetivamente, essa questão modelou seu esforço de levar, por vias teóricas originais, o mundo subdesenvolvido à categoria de objeto de análise, propiciando o surgimento de uma teoria da industrialização na

periferia capitalista. No entanto, como já se sabe, essas preocupações não eram inéditas e nem exclusivas. Em 1949, no que ficou conhecido como "Manifesto da Cepal" – *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas* –, Raúl Prebisch, além de dar forma aos conceitos de *centro* e *periferia* e denunciar os efeitos perversos da *deterioração dos termos de troca*, incitava os economistas latino-americanos à rebeldia intelectual, lembrando-lhes a necessidade de penetrar os fenômenos concretos da América Latina com "critério original", apontando como "uma das falhas mais sérias" da teoria econômica geral o "falso senso de universalidade". Essa era a maneira de Prebisch expressar suas aspirações a um corpo doutrinário sistematizado, que desse respeitabilidade teórica aos termos do combate que travava com as teses liberais sobre o comércio internacional e que, até então, se sustentava quase que exclusivamente em indicadores empíricos (PREBISCH, 1949, p. 48-54; MANTEGA, 1989; 1984, cap. 2).

Furtado, entre os economistas de sua geração que integraram a Cepal,[108] foi, certamente, quem melhor levou à frente, de modo original e sistemático, o desafio de buscar as "inovações teóricas", tendo como ponto de partida os "fenômenos da realidade" subdesenvolvida. No seu caso, a construção de um diagnóstico da economia brasileira, da peculiaridade de suas contradições, foi desde sempre o horizonte de referência, pois, como ele mesmo reconhece, foi o intuito de desvendar o atraso brasileiro que modelou sua preocupação com o subdesenvolvimento: "Convenci-me (...) que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil" (OLIVEIRA, 1983, p. 38).

E se aqui há a presença do economista que responde ao apelo de Prebisch e da Cepal para refletir sobre as especificidades do capitalismo periférico, há, também, a do intelectual preso a circunstâncias que acabam por dominar a cena: o "fascínio pela questão nacional" que, nos moldes da tradição intelectual brasileira, cobrava espaço nas reflexões

[108] O relato do processo de inclusão de Furtado nos quadros da Cepal, do seu trabalho junto a Raúl Prebisch e dos dez anos de permanência na instituição pode ser encontrado no primeiro

de Furtado. Sem dúvida, aí está um cepalino disposto a fazer frente ao desafio da compreensão das peculiaridades da periferia, mas, numa anterioridade genética, aí se encontra também um pensador social brasileiro que dá continuidade à missão que a "nação inconclusa" cobra de sua *intelligentsia* desde o século XIX.

O subdesenvolvimento demandava, segundo Furtado, "um esforço de teorização autônomo", sob pena de se incorrer no erro de explicar, "por analogia com as experiências das economias desenvolvidas", problemas que somente poderiam ser entendidos e solucionados a partir da compreensão do capitalismo periférico como fenômeno específico (FURTADO, 1961, p. 193). Os resultados de suas reflexões surgem, afinal, em 1961, sistematizados no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento.*[109] Trata-se, em essência, da ideia de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa pela qual passaram um dia os países desenvolvidos, a primórdios de carências ou a debilidades transitórias que antecedem às condições maduras de reprodução do capital. Ao contrário, é uma situação histórica singular, produto da penetração de empresas capitalistas modernas em antigas regiões coloniais, de configuração arcaica.[110]

---

livro de sua trilogia memorialística, *A fantasia organizada* (1985).

[109] Essa obra reúne um conjunto de trabalhos elaborados entre 1954 e 1960. Os capítulos 4 e 5 – "Elementos para uma teoria do subdesenvolvimento" e "O desequilíbrio externo nas estruturas subdesenvolvidas" –, que trazem, especificamente, a teorização do subdesenvolvimento como singularidade histórica, foram apresentados, em 1958, sob a forma de monografia, em concurso à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. A propósito dessa tentativa frustrada de inserção acadêmica no Brasil, consultar Furtado (1989) e depoimento à autora (Anexo).

[110] Em outro texto, de 1965 *(Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina),* encontramos uma formulação sintética do fenômeno do subdesenvolvimento que, com excepcional clareza, dá expressão à ideia da particularidade capitalista da periferia. Trata-se de "uma realidade histórica, decorrente da propagação da técnica moderna no processo de constituição de uma economia de escala mundial. O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma "fase" do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. É em confronto com o desenvolvimento que teremos de captar o que é específico ao subdesenvolvimento. Somente assim poderemos saber onde a experiência dos países desenvolvidos deixa de apresentar validez para os países subdesenvolvidos, cujo avanço pelos caminhos do desenvolvimento passa a depender de sua própria capacidade para criar-se uma história" (FURTADO, 1968, p. 3-4).

Como resultado desse processo, surgem estruturas híbridas, em que uns setores, modernos, subordinadamente atados à dinâmica dos mercados externos, apresentam aspectos similares ao sistema capitalista central – monetarização da economia, eficiência, progresso técnico – e outros, arcaicos, mantêm-se em conformidade com a organização pré-capitalista original, infensos ao dinamismo que caracteriza os primeiros. E a peculiaridade subdesenvolvida encontra-se, exatamente, nessa dualidade estrutural.

Em outro texto, tempos depois, mais preocupado com a precisão conceitual, Celso Furtado retoma a questão afirmando que o subdesenvolvimento diz menos respeito a uma economia de base agrária – nesse caso seria apenas uma "economia atrasada" – e muito mais à existência de um "dualismo estrutural" que, segundo suas palavras (FURTADO, 1964, p. 79),

> (...) tem origem quando, numa economia agrícola *atrasada,* determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores (...) com reflexos em toda estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. (...) Dada a existência de duas formas de remuneração do trabalho, de duas tecnologias de níveis extremamente diversos, de duas concepções de organização da produção, a economia dual é intrinsecamente instável.

Para dar conta de uma realidade complexa, que incluía de "repúblicas da banana" a países em processo de industrialização como o Brasil, Furtado estabelece um *continuum,* uma escala no subdesenvolvimento. Alinha desde os casos mais simples – o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de mercadorias para a exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, que pode perdurar estaticamente por longos períodos –, até os mais complexos, como o da economia brasileira na década de 1950. No Brasil, segundo ele, conviviam três setores: o de subsistência, o de exportação e um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessitava para seu próprio crescimento.

7.1 SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: CAMINHO E LIMITES PARA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Cabe, a esta altura, perguntar-se pela função da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Furtado. Avançando por esse caminho, descobre-se a dimensão nitidamente prática da formulação a partir do exame de uma ideia tantas vezes reiterada: a de que qualquer política de desenvolvimento capitalista das áreas periféricas seria impensável sem o "conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise convencional", por esta ignorar "a maior parte dos obstáculos estruturais que são específicos do subdesenvolvimento" (FURTADO, 1962, p. 38). Assim, a construção conceitual da periferia revela-se intimamente associada a um projeto de reforma capitalista, capaz de imprimir eficácia à economia de mercado das regiões subdesenvolvidas e, sobretudo, do Brasil, que é a sua referência essencial. E isso porque, em Furtado, a discussão do subdesenvolvimento aparece inevitavelmente mediada pela questão nacional.

O primeiro passo em direção ao conhecimento dos obstáculos ao pleno desenvolvimento capitalista da periferia é, por certo, o reconhecimento do caráter particular de sua industrialização – "processo relativamente lento e com características próprias que o distinguem do modelo clássico de desenvolvimento capitalista" (ibid., p. 109). A industrialização periférica (cuja referência modelar para a América Latina será a experiência brasileira) é concebida, por Furtado, como um fenômeno peculiar da transição capitalista, cujo processo, explicado em termos de substituição de importações,[111] paga pesados tributos (estrangulamentos estruturais e acirrada tensão social) ao espontaneismo de suas origens, alheias a qualquer "intenção consciente de romper com os esquemas tradicionais

[111] A análise do processo de implantação do capitalismo industrial no Brasil pela via da "industrialização por substituição de importações", formulado por Celso Furtado, abriu um caminho de interpretação que fez fortuna crítica em nossa literatura econômica. Maria da Conceição Tavares e José Serra deram continuidade às formulações de Furtado, discordando, no entanto, sobre as perspectivas de estagnação econômica, projetadas por ele a partir de 1966. Em meados da década de 1970, no Instituto de Economia da Unicamp, alguns estudos, ainda na perspectiva estruturalista, iniciaram um processo de revisão das análises de Furtado, que levou à formulação da ideia de "industrialização restringida". O pioneiro nessa formulação foi João Manuel Cardoso de Mello, com seu trabalho de doutoramento *O capitalismo tardio,* elaborado em 1975. Ver Tavares (1972), Cardoso de Mello (1991), Cano (1998).

de divisão internacional do trabalho" (ibid., p. 38-39). Importante assinalar, de antemão, que é essa ideia de industrialização involuntária que, na obra de Celso Furtado, abre caminho à defesa de um amplo projeto de reformas econômicas e políticas. Mediante a planificação, seria possível suprimir os efeitos deletérios do processo espontâneo e também oferecer uma opção racional às soluções de força revolucionárias que o agravamento das tensões sociais, fruto da modernização das áreas subdesenvolvidas, talvez pudesse desencadear.

Essa teoria, cujos traços essenciais já estão, a rigor, delineados desde 1954, em *A economia brasileira,* é por demais conhecida. Concebida como "um desenvolvimento por indução indireta de fatores externos, através da substituição de importações", a industrialização do Brasil é apresentada como um processo visceralmente ligado às condições pelas quais, desde o final do século XIX, se conforma a grande lavoura exportadora do café, "cujos custos monetários dificilmente podem ser reduzidos a curto prazo" (FURTADO, 1968, p. 93). O ponto de partida para a substituição de importações é a superprodução do setor cafeeiro durante a grande crise de 29, quando os preços internacionais do produto caem substancialmente ("duas terças partes no mercado internacional"), levando o Brasil a enfrentar, além da crise externa ("que o obrigara a cortar pela metade suas importações"), um profundo desequilíbrio interno ("decorrente da necessidade de financiar grandes estoques de café que não encontravam mercado") (ibid., p. 94). A defesa dos interesses cafeeiros desencadeia uma política de intervenção cujos desdobramentos escapam às intenções originais do Estado, pois, ao salvaguardar os lucros do setor, é posto em movimento um processo espontâneo de industrialização:

> Na medida em que o Governo comprava café para estocar e inflava a renda monetária com expansão de crédito, a moeda brasileira se depreciava externamente, o que também favorecia os grupos cafeeiros, pois o preço do café subia em moeda local depreciada, se bem que o seu preço internacional estivesse baixando, tanto em termos absolutos como relativamente aos das manufaturas. As consequências indiretas desta política de estocagem de café foram da maior significação. Ao defender, contra as fortes pressões deflacionárias, o nível da renda monetária interna, em condições de declínio da capacidade para importar, a política de favores ao setor

> cafeeiro resultou ser, em última instância, uma política de industrialização. Com a rápida desvalorização da moeda cresciam os preços relativos das mercadorias importadas, criando-se condições altamente favoráveis aos produtores internos. (ibid., p. 94)

Assim, com o declínio dos lucros do café e do setor exportador primário como um todo – já que a política oficial de proteção ao café compensava apenas parcialmente a baixa no valor real das exportações, gerando perdas cumulativas no setor –, a produção de manufaturas para mercado interno torna-se um bom negócio, de modo que "recursos financeiros e capacidade empresarial foram transferidos do setor exportador tradicional, principalmente da produção e do comércio do café, para indústrias manufatureiras incipientes" (ibid., p. 94-95).[112]

Nesse processo de industrialização do Brasil, Celso Furtado distingue dois momentos bem diversos. No primeiro, ocorre a instalação de indústrias para satisfazer uma demanda previamente existente. Nesse caso, trata-se da substituição de importações, propriamente dita. Essa expansão inicial ("entre 1929 e 1937, enquanto as exportações declinam em 23%, a produção industrial aumenta em 50%") é sustentada,

[112] A tese de Furtado sobre a industrialização por substituição de importações ganhou algumas nuances ao longo do tempo, que refletem, em larga medida, incidentes em sua trajetória intelectual. A partir de 1964, no exílio, Furtado tornou-se professor em prestigiadas universidades americanas e europeias. As novas condições de vida acadêmica impuseram-lhe maior refinamento teórico. Assim, a partir de 66, suas obras passaram a ter sistematização mais rigorosa e maior apuro teórico. Este é o caso de *Teoria e política do desenvolvimento econômico,* elaborado em 1966, ou de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina,* produzido no final de 1965. Deste livro, por exemplo, podemos nos beneficiar de uma formulação notavelmente sintética e elaborada do processo de substituição de importações: "A industrialização latino-americana é conhecida em toda parte como um processo de substituição de importações. Trata-se, na realidade, de um processo de modificação da estrutura produtiva, o qual permite reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão à economia pré-capitalista. Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações – os quais são substituídos no mercado por produção interna – e ampliam-se aqueles itens de substituição mais difícil. Como ao mesmo tempo que se reduz o coeficiente de importações amplia-se a *renda per capita,* a composição da demanda interna tende a modificar-se, o que exige alterações maiores na estrutura da oferta do que aquelas tidas em conta ao iniciar-se o processo substitutivo. O período de tempo requerido para que a oferta interna se adapte às modificações na composição da demanda – período esse que muitas vezes é ampliado por obstáculos institucionais – dá origem a pressões inflacionarias, particularmente quando o setor externo apresenta pouca ou nenhuma flexibilidade" (ibid., p. 73).

primordialmente, pela utilização intensiva dos equipamentos existentes e da mão de obra disponível (utilizada em "dois ou três turnos") e pela transferência de recursos provocada pela inflação.[113]

Ultrapassado esse período, em que a substituição de importações serviu ao "preenchimento de um vazio", tem início uma segunda etapa, de "relativa saturação", que põe em relevo as fragilidades e as contradições do processo espontâneo de industrialização, cujo dinamismo se esgota bem antes de o desenvolvimento tornar-se autossustentado. Trata-se da fase em que o desafio passa a ser o atendimento da demanda gerada pelo próprio crescimento industrial, particularmente a de bens de capital. É quando a substituição de importações deixa de ser um elemento dinâmico para tornar-se um obstáculo à industrialização.

> Produtos de difícil substituição, como o trigo, o carvão metalúrgico, o enxofre, ou cuja substituição exigiria grandes esforços e tomaria muito tempo, como o petróleo bruto, o cobre, os equipamentos pesados. Quando se atinge este ponto de relativa saturação, a substituição deixa de ser um fator dinâmico para tornar-se sério empecilho à acumulação. Cria-se uma barreira ao desenvolvimento cuja superação exige uma autonomia tecnológica e uma independência no que respeita à oferta de equipamentos que são características do pleno desenvolvimento econômico (FURTADO, 1964, p. 115).

Assim, sem conseguir avançar em termos da produtividade do setor de bens de capital (mais exigente do ponto de vista tecnológico), de modo a garantir uma autonomia em relação ao setor externo, os investimentos na área industrial acabam condicionados à capacidade do

[113] A tematização do fenômeno inflacionário ocupou, no início dos anos 60, um espaço significativo nos escritos de Furtado que, numa abordagem estruturalista, confrontou as leituras monetaristas ortodoxas. Trabalhando com a inflação como um *mecanismo de transferência de renda,* Furtado preocupou-se, fundamentalmente, em destacar seu papel no processo de industrialização brasileira. Chegou mesmo a afirmar que "Sem a inflação, o nível de renda teria sido mais baixo e o de investimentos ainda muito mais baixo. A taxa de crescimento, portanto, teria sido muito inferior e quiçá negativa". Além de elevar e concentrar a taxa de investimentos na indústria, a inflação teria também operado como mecanismo de redistribuição de renda através do sistema bancário, pois bancos oficiais colocaram "à disposição de grupos privados somas substanciais de recursos, a taxa de juros negativas, sendo as suas caixas alimentadas por simples emissões de papel-moeda" (FURTADO, 1964, p. 114-121).

país para importar. E essa capacidade, diretamente vinculada aos níveis de exportação, mostra-se seriamente comprometida com a queda dos preços dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional, especialmente a partir de 1955, submetidos ao movimento tendente à deterioração dos termos de troca. Tem lugar, então, um processo compensatório de endividamento externo, que leva o balanço de pagamentos a uma situação insustentável e abre caminho à redução nas taxas de crescimento da economia e à impossibilidade de realização das necessárias modificações estruturais.

Em síntese, segundo Furtado, o processo que definiu a via de transição capitalista no Brasil a partir de 30 não foi capaz de romper a dependência em relação aos centros hegemônicos e permitir que a industrialização assumisse um caráter diferenciado, em condições "de apoiar-se em si mesmo para crescer, de adaptar-se automaticamente à evolução da demanda interna e superar os movimentos autônomos adversos da demanda externa" (ibid., p. 126). Espontaneamente, o país chegara a se industrializar sem, no entanto, atingir um desenvolvimento capitalista autônomo (ibid., p. 120-121).

> Existe ampla evidência de que a industrialização levou o Brasil muito perto daquela posição em que o desenvolvimento é um processo circular cumulativo que cria os próprios meios de que necessita para seguir adiante. No caso do Brasil, esse ponto seria alcançado quando fosse superada a barreira da capacidade para importar. A economia teria atingido aquele grau de diferenciação em que a orientação dos investimentos passa a ser um problema de opções econômicas, sem as limitações físicas de uma capacidade para importar racionada. (...) Entretanto, essa oportunidade de ingressar no clube restrito das economias capitalistas de maior idade, como um sistema nacional autônomo, foi aparentemente, perdida. E uma vez perdida, puseram-se em movimento outras forças cujos efeitos se farão sentir cada vez mais. (...) Em consequência, os problemas sociais passaram a ter nova dimensão, escapando ao alcance dos instrumentos que vinham sendo usados com relativo êxito.

Munido dessas formulações, Celso Furtado construirá os argumentos de defesa de uma ação racionalizadora do Estado, com vistas ao desenvolvimento nacional. E, nesse sentido, nada mais persuasivo para a legitimação das propostas de planejamento da economia brasileira do

que as referências, nos trabalhos publicados nos anos 60, às consequências negativas da industrialização espontânea, num rol que vai das ameaças à integridade da nação, às tensões sociais incontornáveis, passando pelos riscos da estagnação econômica e, no limite, pela desarticulação do frágil jogo político democrático do Brasil.

A indústria brasileira que, segundo Furtado, não teve a seu lado "uma atitude subjetiva favorável da parte dos grupos mais influentes na formulação da política econômica", além de não se viabilizar de forma autônoma, não pôde contar com uma infraestrutura que permitisse a adequada mobilidade de mão de obra e a circulação de mercadorias num plano nacional. Manteve-se, com isso, intacto o regionalismo característico da economia agrícola precedente – permaneceram geograficamente concentrados não só as vantagens dos aumentos de produtividade, como também os lucros gerados pela elevação dos preços relativos dos produtos industriais (cujas importações estavam restringidas), num processo tal como se a dinâmica "centro-periferia" presidisse também as relações econômicas entre as diferentes regiões do país.

Como bem se pode perceber, Furtado refere-se à concentração industrial no Centro-Sul (São Paulo, no período, era responsável por 45% da produção industrial brasileira) e à marginalização do Nordeste no contexto de atualização das relações produtivas no Brasil. A economia nordestina tendia a se comportar, ante as novas áreas industrializadas, de modo semelhante ao setor artesanal de um país que se industrializa: ante a concorrência das novas formas de produção, sem condições de competir, "traumatiza-se ou desagrega-se", pois "Emigram os capitais e, não ocorrendo o mesmo à mão de obra, desagrega-se o sistema econômico por partes, amontoando-se o sobrante da população nas cidades ou estendendo-se o setor de subsistência na agricultura" (FURTADO, 1962, p. 50).

Além de não favorecer a integração nacional e o crescimento econômico equilibrado, a industrialização espontânea tomou rumos que comprometeram, na base, seu desenvolvimento futuro no Brasil, pois, concentrando-se as inversões em bens de consumo menos "essenciais" – uma vez que "os obstáculos às importações eram tanto maiores quanto menos essencial ao consumo fosse um produto considerado, os setores que produziam artigos suntuários passaram a ser os mais atrativos" (FURTADO, 1968, p. 97) –, o processo de substituição de importações relegou para um segundo plano as indústrias de bens de capital. Assim, enquanto manifes-

tavam-se tendências de "sobrecapitalizar" e "sobremecanizar" as indústrias menos essenciais, que logo apresentaram capacidade ociosa, os investimentos em infraestrutura e bens de capital permaneceram insuficientes.

Esses desequilíbrios não foram, entretanto, os únicos manifestados pela industrialização por substituição de importações. A sobremecanização das indústrias – favorecidas pelo rebaixamento dos preços por conta de subsídios cambiais – realizou-se, segundo Furtado, na linha da tecnologia disponível, qual seja, a das economia avançadas, poupadora de mão de obra, exatamente um "fator de produção" abundante no Brasil. Como resultado, os investimentos industriais, realizados entre os anos 50 e 60, em nada modificaram a estrutura ocupacional do país. Pelo contrário, acabaram agravando um dos seus mais sérios problemas estruturais: o subemprego e o crônico desemprego. Assim, nesse período, "não obstante a produção industrial haja aumentado a uma taxa anual de cerca de 10%, a ocupação manufatureira cresceu a uma taxa de 2,8 inferior ao aumento da população e correspondente a cerca da metade do crescimento da população urbana" (ibid., p. 99).

À irracionalidade de um processo como esse, que não apenas comprometia o desenvolvimento autônomo do Brasil, mas também colocava em risco o tecido social e a própria integridade do país, cabia, nos marcos da ordem capitalista, a contraposição da lógica racional de um programa de reformas que pudesse imprimir previsibilidade ao movimento instável do capital periférico. É com esse sentido que Celso Furtado, na tensão da crise do início dos anos 60, faz as perguntas previsíveis de um reformador que expõe as dimensões engajadas de sua teoria: a sociedade brasileira estava instrumentalizada para superar as dificuldades que se antepunham ao seu desenvolvimento? Suas classes dirigentes encontravam-se à altura da empreitada? Quem seriam os agentes da ampla reforma?

7.2 REFORMA E REFORMADORES

Em janeiro de 1964, Celso Furtado publicou uma coletânea de ensaios a que deu o nome *Dialética do desenvolvimento*. O livro, que, de acordo com suas palavras, respondia ao desafio de "captar a essência do problema do subdesenvolvimento e identificar as causas da crise de transformação que atravessa[va] o Brasil", foi concebido como parte das res-

ponsabilidades de um intelectual que repudiava a "omissão", fosse ela por "comodismo ou covardia". Importante testemunho de seu projeto reformador, o texto revela, com significativa clareza, a orientação ideológica e muito das concepções políticas que presidiam suas propostas de intervenção desenvolvimentista. O tom de exasperada urgência, estranho ao "estilo Furtado", coloca em evidência, em várias passagens, o acirramento das tensões sociais e políticas no país, que dois meses depois culminam no Golpe Militar que leva de roldão suas teses de desenvolvimento nacionalista.

Logo na introdução, um dado revelador da lógica que sustenta o projeto de Furtado: o *papel do intelectual* no processo de desenvolvimento, que, segundo ele, seria o de esclarecer as consequências das ações dos homens de Estado, de modo a prevenir atos que contrariassem os interesses coletivos e a imprimir racionalidade num mundo em que o destino humano foi transformado em "problema político", que "por sua própria natureza está essencialmente constituído de elementos irracionais". Ao intelectual cabia essa responsabilidade por ser o "único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual". E, na vertente da *intelligentsia* de Mannheim, lembra que essa capacidade de se sobrepor às determinações sociais era, exatamente, o que possibilitava a essa categoria "mover-se num plano de racionalidade mais elevado" e enxergar mais longe do que "as lealdades de grupo e as vinculações de cultura" permitiam (FURTADO, 1964, p. 9-10).

Convencido da neutralidade e do poder transformador da razão científica, do papel histórico dos intelectuais, que pairavam acima das irracionalidades do jogo político e dos embates sociais de classe, além do espaço privilegiado que ocupavam na sociedade, Celso Furtado mergulha, então, mais profundamente do que antes o fizera, no esclarecimento das contradições e dos impasses políticos gerados pela industrialização espontânea no Brasil, voltando sua atenção para aspectos que, de ordinário, não estavam presentes em suas análises estritamente econômicas. Não é mais o "olhar" do economista que vê o Estado como "quase epifenômeno" da economia. Liberto do "tratamento keynesiano" da questão do Estado, Furtado deixa aflorar a dimensão política de suas concepções, permitindo que se entrevejam possíveis heranças ou familiaridades com o pensamento social brasileiro que o antecedera no projeto de construção nacional.

Segundo Furtado, as circunstâncias históricas que moldaram a transição capitalista no Brasil eram responsáveis pelas peculiaridades políticas e sociais de sua ordem burguesa. Referia-se ao fato de a industrialização ter ocorrido no momento de declínio do dinamismo das atividades agroexportadoras e sem que houvesse uma clara consciência da natureza desse processo. A desagregação da economia cafeeira provocou repercussões imediatas no plano político, abrindo caminho à renovação das elites dirigentes, que, a partir desse momento, escapavam ao universo ideológico dos cafeicultores. Mas, como se sabe, o predomínio crescente do setor capitalista industrial, a partir de 30, não resultou de um conflito aberto, de uma clara contradição entre as novas elites e os grupos políticos preexistentes, pois a franca decadência da economia colonial no Brasil, nos albores da industrialização, levou os setores agrários a abandonar um posicionamento ideológico consistente, dedicando-se, a partir daí, ao que chamou de "um improvisado oportunismo político".

Com isso, Furtado pretendia mostrar que, na passagem da economia colonial para a industrialização capitalista, o Brasil não conheceu o "deslocamento de uma superestrutura arcaica, como consequência de um processo de desenvolvimento de novas forças produtivas, cujos interesses procurassem afirmação no plano político". Ou seja, sem rupturas revolucionárias, a crise que abriu caminho à indústria não resultou de contradições entre as novas forças produtivas em desenvolvimento e as ideologias superadas, uma vez que, no processo de substituição de importações, a base econômica agrária, em decadência (ibid., p. 112),

> (...) não sofreu a concorrência de novo sistema em formação. Essa decadência era simples reflexo do enfraquecimento dos estímulos externos. Não se configurou no país um desenvolvimento endógeno conflitante com os interesses do setor exportador. Como economia colonial, a brasileira era uma das ramificações do capitalismo mundial, cujos centros estavam na Europa e nos Estados Unidos. Suas crises e problemas eram simples adaptações às novas condições surgidas nos centros dinâmicos da economia capitalista.

Das inter-relações genéticas entre industriais em ascensão e os grupos agrários, especialmente, os da grande agricultura exportadora detentores dos grandes centros de decisão política nacional, resultaram as dificuldades de diferenciação ideológica entre os dois segmentos. No plano

imediatamente político, essa indefinição da classe industrial, em termos de um claro antagonismo em relação aos interesses agrários, acabou por impedir a emergência de novas lideranças políticas, capazes de modernizar os marcos institucionais brasileiros. Como resultado, líderes ligados às oligarquias tradicionalistas continuaram a controlar os centros de decisão institucional do país. Celso Furtado refere-se aqui, especialmente, ao modelo federativo brasileiro, que, conferindo largo poder ao Senado (onde os estados agrícolas mais atrasados tinham grande influência), colocava o Legislativo sob o controle político das regiões em que os interesses latifundiários exerciam domínio inconteste, o que lhes permitia barrar, sistematicamente, quaisquer alterações que colocassem em xeque o ordenamento econômico tradicional.

Formulações como essas permitem a Furtado concluir que o Brasil não conheceu "o tipo de revolução burguesa que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa", à medida que, aqui, a industrialização apenas se estabeleceu como um "subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores" – "uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise" (ibid., p. 113 e 129). Ou seja, o país entrou na fase das modificações capitalistas estruturais com classes dirigentes que, no essencial, eram praticamente as mesmas do período anterior, sem consciência desse processo e, como decorrência disso, sem uma política industrial definida.

Além da dimensão social conciliadora com relação aos grupos agrários tradicionais, a burguesia industrial brasileira, segundo Furtado, enveredou também pela via da concessão aos capitais estrangeiros. Essa associação com esses capitais, que, do ponto de vista dos interesses empresariais, talvez tenha sido a mais racional para solução de alguns problemas imediatos, revelou-se, no entanto, perversa da perspectiva da nação. E isso na medida em que a economia industrial desenvolveu-se em estreita dependência das divisas externas e, portanto, em contradição com a capacidade decrescente do país para importar. Dada a forma de associação estabelecida, grupos internacionais se apropriaram de parte da poupança nacional, "a taxas negativas de juros", e a política cambial, que os favorecia, permitiu que "reintroduzissem no país a uma taxa de juros favorecida os lucros que aqui auferiam e remetiam para o exterior". O resultado foi o "amplo processo de desnacionalização da economia",

que levou ao "estrangulamento externo", deixando às claras as contradições entre os "interesses mais amplos do desenvolvimento nacional e os interesses particulares de milhares de empresas controladas por grupos estrangeiros" (ibid., p. 132-133). A burguesia industrial brasileira, tão amplamente dependente do grande capital externo, não teve condições de perceber nem a natureza e nem a profundidade dos problemas nacionais. Por isso, como solução para a limitada capacidade para importar, buscou apenas recuperar a confiança dos investidores externos e atrair os capitais forâneos mediante novas e mais profundas concessões, numa linha de atuação que apenas aprofundou a dependência, o endividamento externo e a desnacionalização do país.

Importante que se atente, desde já, para os desdobramentos político-sociais, extraídos por Furtado, desse processo *sui generis* de transição capitalista. A burguesia industrial brasileira que emerge da análise é um segmento de classe gestado em íntima conexão com a economia colonial e que, historicamente, não consegue se mostrar à altura de suas tarefas nacionais, econômicas ou políticas. Trata-se de uma burguesia cuja peculiaridade somente as condições do atraso brasileiro podem explicar: uma classe com dificuldades de diferenciação ideológica ante as elites agrárias, impossibilitada de se contrapor plenamente aos interesses do campo; um grupo social disposto à conciliação com os setores latifundiários, mesmo os mais atrasados (ligados à produção interna de consumo), em defesa da propriedade privada dos meios de produção, especialmente nos momentos de tensões sociais agravadas; sempre disposta a concessões a "grupos capitalistas externos" e, por isso mesmo, incapaz de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

São evidentes as conclusões a que conduzem essas análises: se as instituições políticas clássicas, como, por exemplo, o Legislativo, mostram-se inoperantes no que diz respeito à modernização capitalista; se faltam espírito empresarial e liderança nacional aos industriais, cujas limitações de consciência de classe e de expressão política os inabilitam para um projeto coerente de desenvolvimento autônomo, algo deverá tomar o lugar dessas instituições e dessa burguesia na condução das reformas que coloquem fim aos desequilíbrios estruturais do país.

Como bem se pode perceber, um poder *ex-machina,* fora dos arranjos convencionais das classes dominantes, deverá imprimir racionalidade ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Esse poder, capaz

de condicionar formas de atuação e engendrar uma política industrial consistente, será um certo tipo de Estado de larga atuação intervencionista, manejado por uma elite intelectual, que, em razão das funções e do lugar especial que ocupa na sociedade, estará em condições de viabilizar um projeto de reformas. Mas, entre a concepção de uma burguesia nacional incapaz de realizar seu papel histórico e a ideia de um Estado interventor e suas elites planificadoras, existe um largo caminho de formulações que é necessário percorrer, sob pena de se eliminarem mediações que neutralizam leituras esquemáticas. E isso porque, nesse percurso, Furtado não só analisa a estrutura social singular dos países periféricos, como também a especificidade da luta de classes e da organização política no mundo subdesenvolvido, tendo, sempre, o caso brasileiro como referência essencial Celso Furtado rejeita a ideia da luta de classes como força motora na história geral da humanidade, nos moldes da clássica formulação de Marx. No entanto, reserva um tratamento diferente ao capitalismo industrial quanto a essa questão, pois, este sim, teria dado origem a uma sociedade marcada por instabilidades internas muito maiores do que as organizações sociais que o antecederam. Para ele, a concentração das massas trabalhadoras transformou as lutas de classes em componente central, dinamizador da sociedade capitalista: "pela primeira vez o principal elemento motor no processo histórico deixa de ser os conflitos entre facções da classe dominante, pertencentes a um mesmo grupamento político ou a grupamentos diversos, para ser os conflitos engendrados pela própria organização social" (ibid., p. 37).

Convém, no entanto, uma aproximação mais substantiva ao modo como Furtado trata essa problemática no capitalismo central. A análise de suas concepções revela uma certa inspiração schumpeteriana, pois, nos moldes da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter, Furtado relaciona o processo de desenvolvimento econômico às inovações tecnológicas e às mudanças culturais daí decorrentes, responsabilizando-as pelos conflitos sociais. É com esse sentido que se pode entender seu conceito de desenvolvimento econômico como "um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas" (ibid., p. 27).

A penetração das inovações tecnológicas numa cultura, segundo Furtado, inevitavelmente, provoca resistências que ganham a forma de conflitos sociais – que, em diferentes graduações, podem ir da violência à persuasão –, resultantes da "busca consciente de valores que se excluem". A explicação para isso está no fato de que as "inovações introduzidas na superestrutura de valores suscitam reações maiores – provocando conflitos mais agudos – que aquelas que penetram no sistema produtivo". Os interesses contrariados, que no início têm expressão limitada, manifestam-se intensamente na fase posterior, de difusão das inovações tecnológicas. De modo a esclarecer essa afirmação, Furtado lembra que um "novo produto pode provocar uma baixa de renda em uma região agrícola distante, e [este] novo processo pode dar início a certo desemprego", gerando, em decorrência, um conjunto de reações sociais que podem ir das migrações internas aos conflitos sociais (ibid., p. 27-28).

Em sociedades como a capitalista industrial, caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção, os conflitos decorrentes das inovações no processo produtivo tendem a assumir a forma de luta de classes. E isso porque o acirramento da concorrência entre os produtores, a partir da difusão das inovações técnicas, impõe a redução dos custos de produção, que, no geral, prejudicam a classe trabalhadora, pois eles, invariavelmente, assumem a forma de compressão salarial ou desemprego. Assim (ibid., p. 28),

> (...) se bem a concorrência seja *entre produtores,* os seus efeitos últimos se traduzem em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados. Tomando consciência de que os objetivos que buscam se excluem, pois se trata de uma divisão do produto, os dois grupos tendem a uma articulação crescente, transformando-se em classes que se organizam para uma luta que, nas sociedades capitalistas, assume significação decisiva no processo social.

Na maioria das formações sociais, uma inovação tecnológica sempre provoca o aumento da produção, gerando excedentes que poderão ser utilizados para expandir a capacidade produtiva ou melhorar, de forma imediata, o "bem-estar social". No caso das sociedades em que os meios de produção são propriedade privada, seus detentores retêm esse excedente, dando origem a um processo de formação de capital. É essa ideia que permite a Furtado concluir que a divisão da

sociedade em classes sociais antagônicas e a formação de capital, que está na base do desenvolvimento econômico, estão inexoravelmente associadas. Assim, os conflitos de classes que resultam do mecanismo de apropriação do excedente, que, por sua vez, é responsável pelo aumento da capacidade produtiva, longe de promoverem a estagnação, possibilitam, na realidade, o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico.

Na fase mais avançada do capitalismo, especificamente, o impulso dinâmico é dado pela luta da classe trabalhadora para aumentar sua participação na riqueza social produzida. E isso porque essas pressões, que colocam em xeque as taxas de lucro dos capitalistas, forçam as inovações tecnológicas, que tendem à redução da demanda de força de trabalho. Vistas apenas por esse ângulo, as inovações seriam tão somente uma força geradora de desemprego e depressão na economia. Mas elas também são responsáveis por transformações estruturais, modificando as funções de produção e redirecionando os padrões de consumo pela via da alteração dos preços relativos.

As inovações tecnológicas, aqui apresentadas como a base do desenvolvimento econômico, não são, no entanto, responsáveis apenas por mudanças significativas no sistema de produção. Elas provocam reações em outras instâncias, dada a interdependência entre os vários setores da sociedade. Assim, as modificações na estrutura econômica tendem a se traduzir em transformações expressivas na estrutura social e nas esferas políticas e institucionais.

A partir da constatação de que "a luta de classes constitui elemento motor do desenvolvimento das sociedades de economia capitalista industrial" (ibid., p. 41), surge a inevitável pergunta: com o desenvolvimento capitalista, os conflitos de classe tenderiam a se intensificar ou, pelo contrário, diminuiriam paulatinamente? Celso Furtado lembra que a sociedade industrial moderna, marcada por uma instabilidade que as organizações sociais precedentes não conheceram, foi obrigada a conviver com uma atividade política mais intensa e a absorver a participação de amplos setores da classe trabalhadora.

Dessa forma, na expectativa de neutralizar a ocorrência de processos revolucionários, o capitalismo avançado respondeu com a criação de modelos políticos que permitiram a expressão institucional e regular dos conflitos de classes. Assim, nos países centrais, desenvolveram-se

organismos políticos capazes de absorver a participação organizada dos trabalhadores em partidos políticos e sindicatos, que canalizaram os conflitos sociais.

E o mundo capitalista periférico? Como se desenrola esse processo nas nações subdesenvolvidas, que absorvem tecnologia "por empréstimo" e apresentam uma estrutura econômica dualista? Nelas, sem dúvida, tudo se passa de modo muito diferente.

Como já se disse, o desenvolvimento na periferia do capitalismo, segundo Furtado, ocorre, por um lado, pela absorção de fatores de produção da economia arcaica preexistente e, por outro, pela utilização de tecnologia transplantada das áreas mais desenvolvidas. Isso permite que os capitalistas fiquem em uma situação privilegiada ante os trabalhadores industriais, em razão da grande oferta de mão de obra (remanescente da agricultura arcaica) que a tecnologia industrial importada (poupadora mão de obra) não absorve, gerando-se, com isso, uma situação tendente a inibir o processo de luta de classes. Como decorrência, o setor capitalista das economias periféricas mostra-se, no geral, muito pouco dinâmico, com forte tendência à estagnação e acostumado, desde cedo, a elevadas taxas de lucro, que não são postas em xeque por pressão das "massas trabalhadoras".

Cabe ainda saber o que são essas "massas trabalhadoras", incapazes de exercer pressão suficiente sobre os capitalistas e, no limite, impulsionar o desenvolvimento social. De modo geral, Furtado refere-se aos assalariados urbanos, empregados no setor terciário ("que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita"); aos subempregados que vivem nas grandes cidades, expulsos pela miséria do campo, ocasionalmente absorvidos em obras públicas e na construção civil; à massa camponesa, dispersa, submetida aos latifundiários, incapaz de desenvolver consciência de classe ou movimento político autônomo; aos operários industriais, agrupamento homogêneo, porém, numericamente inexpressivo. Estes, ao contrário do operariado dos países centrais, têm dificuldades na formação da consciência de classe, pois, principalmente a primeira geração, não consegue perceber sua condição como o resultado de um processo de degradação social, como ocorreu com os artesãos europeus durante a Revolução Industrial. Ao contrário, vindos em sua maioria de condições muito semelhantes às de "um servo rural" (Celso Furtado está se referindo aos migrantes

que, partindo de Minas Gerais e do Nordeste, se dirigiam a São Paulo), os operários veem-se em ascensão social (1966, p. 102).

Num quadro como esse, de ausência de um processo clássico de luta de classe, os setores dominantes dos países subdesenvolvidos ficam incapacitados de solucionar suas contradições internas. Isso ajuda entender por que

> (...) o grupo latifundiário que controla boa parte do poder político, através das bases rurais, e atua como força depressiva sobre o processo de desenvolvimento, pode conservar por muito tempo uma influência dominante. Da mesma forma, interesses externos ligados ao setor exportador podem impedir, em benefício próprio, o crescimento do mercado interno, sem que isso suscite reações de maior monta dentro do próprio sistema econômico. (1964, p. 91)

Celso Furtado não chega a afirmar a inexistência completa de contradições entre os grupos ligados à velha estrutura agrária e os setores industriais emergentes. Porém, essa não seria uma contradição fundamental, uma vez que a agricultura também depende da acumulação industrial, constituindo o interno seu principal mercado. Talvez por isso (ibid., p. 130),

> (...) os grupos dirigentes do capitalismo industrial não hajam tomado consciência de que a parasitagem do setor agrário semifeudal tende a entorpecer o processo de industrialização. Entretanto, longe de ser simples redistribuição de um excedente, a atuação dos grupos agrários semifeudais reveste-se da forma de uma esclerose do sistema econômico, estrangulando a industrialização mediante uma extrema rigidez na oferta de alimentos.

A esta altura, algumas afirmações anteriores devem ser retomadas, para uma síntese, e, ao mesmo tempo, para conduzir a análise a um outro patamar. No início dos anos 60, ante o impasse econômico, a tensão social e os abalos da ordem institucional, Celso Furtado explica a crise brasileira em termos dos problemas gerados pela industrialização espontânea e pela organização *sui generis* de suas classes sociais, em que a pressão dos trabalhadores é insuficiente para empurrar os capitalistas para a concorrência e o desenvolvimento, e em

que o empresariado industrial, acomodado às instituições políticas tradicionais e conciliado com os setores agrários, não consegue se diferenciar organicamente das antigas elites. Num quadro de crise como esse – em que a estagnação compromete a superação do subdesenvolvimento, a crise política coloca em risco o tecido social e as elites mostram-se inapetentes ante a ação histórica transformadora –, a solução deve vir "de fora" dos conhecidos arranjos políticos de classe, de um poder capaz de moldar conscientemente um plano de reforma da sociedade. Esse poder é o Estado, que, acima das classes e atuando numa dimensão própria de racionalidade, é manejado por uma *intelligentsia* em condição de dar forma aos interesses nacionais, aferir a legitimidade das demandas sociais e responder com eficácia às aspirações da coletividade nacional.

7.3 REFORMA DO ESTADO E PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO

Como já se afirmou anteriormente, para Furtado, a ausência de liderança política dos industriais era responsável pela lenta modernização do "marco institucional brasileiro", que, ainda nos anos 60, permanecia em mãos das oligarquias tradicionais, que controlavam a política nacional a partir do Legislativo, onde os estados mais atrasados da União tinham influência decisiva.

Durante o processo de substituição de importações, o Estado brasileiro teve suas funções ampliadas, financiando a reconversão da economia e a extensão da infraestrutura, tornando-se, com isso, um importante instrumento de transformação econômica. No entanto, o Parlamento, tomado pelos representantes das elites tradicionais, mostrava-se incapaz de fornecer os meios necessários para que o Estado ampliasse o seu papel no processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, era bastante esclarecedora a questão do financiamento dos gastos públicos, pois (FURTADO, 1962, p. 43),

> O fato de que o Parlamento não capacite a administração para coletar impostos de que necessita e ao mesmo tempo amplie os gastos do governo em função do desenvolvimento, traduz claramente a grande con-

> tradição que existe presentemente na vida política nacional. Existe a clara consciência de que o desenvolvimento deve ser postulado como objetivo supremo de toda a política econômica, e por isso se votam as verbas e os planos de obras. Mas como o Parlamento representa apenas uma fração da opinião pública – aquela economicamente mais bem armada para vencer nas eleições, dentro do sistema eleitoral vigente –, o investimento público é financiado não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com o sacrifício daqueles que não têm acesso a estes frutos.

Essas colocações permitem inferir que, para Furtado, o jogo político parlamentar, nos moldes liberais clássicos, não correspondia às necessidades do processo de transformação capitalista no Brasil, mostrando-se incapaz de responder às imposições de mudanças nas estruturas econômicas, às demandas dos grupos urbanos emergentes e às contradições do desenvolvimento desigual. Em princípio, a reforma do Estado seria a solução para a crescente falta de legitimidade política da classe dirigente e para a necessidade de compatibilizar as instituições políticas nacionais com os imperativos da nova ordem industrial. Mas em que direção essa reforma deveria ser pensada?

Não se espere de Furtado uma proposta de "democratização" do Estado, nos padrões liberais. O texto abaixo, em que ele se refere à URSS, é bastante revelador (FURTADO, 1964, p. 48-49),

> O problema não é, (...) de dar à máquina do Estado uma *organização democrática*. Já hoje ninguém tem dúvida de que qualquer sociedade, ao nível da técnica atual, necessita apoiar-se em complexos aparelhos burocráticos para alcançar os objetivos do próprio desenvolvimento. Do fato de que a sociedade, ao eliminar as classes com interesses antagônicos, haja reduzido a área de conflito, ou haja eliminado dessa área problemas fundamentais como são aqueles relacionados com o processo de formação de capital e de distribuição de renda, não se deduz necessariamente que bastará organizar democraticamente a população para que estes problemas sejam colocados em tela de juízo com a consciência de sua importância.

Maior clareza ainda se obtém quanto às suas concepções políticas quando são identificados os agentes responsáveis pela "definição das

aspirações coletivas", pelo "trabalho crítico de ação renovadora" e que "põem o sistema para operar, [dando] ao Estado aquela *eficácia* sem a qual ele não sobrevive". Para Furtado, esses agentes eram a "classe dos trabalhadores intelectuais", extrato social capaz de "interpretar os valores em todos os campos da cultura" e "identificar aquelas aspirações que traduzem as tendências mais profundas do sentir social" (ibid., p. 49).

Nos países subdesenvolvidos e, especificamente, no Brasil – "em uma fase do desenvolvimento da economia capitalista em que a eficácia dos automatismos convencionais se reduziu substancialmente" e que se exige "um aumento da ação consciente do poder público" –, caberia aos intelectuais ("especialistas" em diferentes áreas do conhecimento) "organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente", estudar sistematicamente os "problemas mais complexos", "levar ao povo à discussão objetiva dos problemas do desenvolvimento, desintoxicá-lo das promessas fáceis de período eleitoral", agir como "técnicos totalmente desligados das articulações político-partidárias" (FURTADO, 1962, p. 10,13). E, conscientes dos fins últimos de sua ação social, traduzi-los "em elementos de racionalidade", pois

> Desta forma, os homens de formação científica [poderiam] contribuir decisivamente para que os objetivos do desenvolvimento econômico e social não sejam transformados em mitos. A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros. (ibid., p. 63)

Sabendo-se da descrença de Furtado quanto às possibilidades de o jogo político parlamentar responder às demandas do desenvolvimento no Brasil e quanto ao lugar privilegiado reservado aos intelectuais ("especialistas" e "técnicos" portadores da razão e do saber competente) na ação reformadora do Estado, não é de se estranhar sua proposta de reforço do Executivo, em detrimento do poder Legislativo, largamente veiculada em seus escritos de 62 e 64. Ela se revela plenamente coerente com seu ideário. Em sua avaliação, só o Executivo teria condições de se subtrair ao domínio oligárquico e abrir-se aos interesses dos novos grupos urbanos, pois (1966, p. 102),

> A experiência já demonstrou que, sendo possível criar novos partidos políticos e havendo eleição direta, um movimento de base urbana pode decidir o resultado de uma eleição para os cargos-chave do Poder Executivo. Dessa forma, as eleições de Presidente da República e de Governador dos Estados mais urbanizados têm estado sob a influência crescente de forças que escapam ao controle dos grupos dirigentes tradicionais. Por conseguinte, surgiram condições para que o Poder Executivo represente aquelas forças políticas emergentes que desafiam a tutela dos grupos dirigentes tradicionalistas. As tensões entre os dois centros de poder tenderam, assim, a crescer, no correr dos dois últimos decênios, chegando algumas vezes a traumatizar a ação do Governo, mas igualmente permitindo que se formasse uma consciência mais firme, entre grupos crescentes de população, da natureza dos obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento econômico do país.

Em suma, se a sociedade nacional não é, ou poderia ser, produto do Estado, nos moldes pensados pelos reformadores dos anos 20 e 30, no projeto nacional de Furtado caberia a ele (o Estado), no entanto, a construção do desenvolvimento nacional. Num exercício de "demiurgia", o Estado criaria, não a nação no sentido essencial, mas as fundações de um projeto capitalista autônomo, em que a questão nacional confunde-se com uma industrialização independente.

Depois de todo esse percurso, chega-se ao ponto em que algumas conclusões são possíveis e necessárias:

- Celso Furtado, ao sinalizar a especificidade histórica do subdesenvolvimento e a trajetória peculiar do Brasil, no contexto capitalista periférico, deduz um arranjo singular no ordenamento político-social brasileiro – a inexistência das lutas de classe nos moldes dos países centrais, a impossibilidade histórica de a burguesia nacional liderar o processo de desenvolvimento, a desarticulação das massas trabalhadoras, incapazes de impulsionar o desenvolvimento social pela via da pressão organizada – que inviabiliza o pleno funcionamento das clássicas formas políticas de organização nos moldes do capitalismo central, ou seja, Parlamento, sindicatos e partidos políticos. Nesse vácuo, Furtado propõe o Estado (o Executivo) e a *intelligentsia,* nele incrustada, como "demiurgos" do desenvolvimento:

forças capazes de traduzir as aspirações nacionais em um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo;

- A análise do papel do Estado no desenvolvimento capitalista do Brasil, no ideário de Celso Furtado, demonstrou que ele não se atém à discussão das dimensões econômicas da questão. Percebe-se claramente, em dados momentos, o predomínio de uma argumentação eminentemente política (os limites da ação do Legislativo, a necessidade de reforço político do Executivo, a incapacidade da classe burguesa de viabilizar um projeto nacional, a ação inorgânica do operariado, etc.) para justificar a participação do Estado e das elites intelectuais no processo de desenvolvimento. Uma abordagem que, de longe, ultrapassa um tratamento nos moldes econômico-keynesianos *strictu sensu*. Sem colocar em questão a reconhecida dimensão keynesiana do pensamento de Furtado (um "keynesianismo atípico", como já se disse antes), o que se quis apontar foram as razões pelas quais a argumentação intervencionista se reveste, em dadas circunstâncias, de uma fundamentação preponderantemente política, em detrimento da econômica;
- A sugestão foi a de que esse tratamento dispensado à questão do Estado é produto das "determinações brasileiras" no ideário cepalino de Furtado. Ou seja, a existência de um substrato ideológico primário, sustentado por um conjunto de condições históricas concretas, ao qual toda a formação intelectual cosmopolita de Furtado (afinada com a renovação do pensamento social no segundo pós-guerra) acomodou-se confortavelmente. E que, é bom salientar, só pôde se revelar plenamente na análise dos textos produzidos nos primeiros anos da década de 1960, período em que ele, intelectual engajado, viu-se confrontado com os desafios da prática política reformadora. Nesse momento, em que suas formulações desenvolvimentistas revestem-se mais do que nunca da dimensão ideológica restrita, evidenciam-se os fundamentos remotos de suas concepções, cuja urdidura está em sintonia com uma larga memória intelectual brasileira, que, em momento anterior da análise, chamou-se de "fascínio pela questão nacional". Em suma, pretendeu-se demonstrar que o ideário de Furtado, para além da reconhecida influência cepalino-keyne-

siana, deita raízes numa tradição do pensamento social no Brasil que, ante a "nação inconclusa", projetou ideologicamente, desde o final século XIX, formas de construção nacional;

- O que esteve em jogo, nesta proposta de análise, foi a ideia de que um conjunto de condições históricas e sociais, peculiares ao modo de ser e ir sendo do capitalismo no Brasil, fizeram com que a questão do Estado ganhasse acentuada relevância para os intelectuais envolvidos em projetos de construção nacional. Assim sendo, um tema recorrente percorreu o pensamento da *intelligentsia* engajada, num espectro muito amplo, que vai dos teóricos da modernização conservadora (os pensadores "autoritários") aos intelectuais comprometidos com o nacionalismo desenvolvimentista: a importância de se dar combate à disfuncionalidade do Estado brasileiro. Ou seja, a premência de se implementar um processo de racionalização na estrutura e no modo de operação dos organismos estatais, a desconfiança ante o jogo político no Parlamento (sempre visto como espaço privilegiado de ação das elites tradicionais) e a postulação da importância das elites "técnicas" para a construção da modernidade capitalista no país. E isso em função da dimensão demiúrgica atribuída ao Estado na questão nacional, da inapetência ou impossibilidade de a burguesia nacional realizar a modernização capitalista no país;
- Procurou-se também acentuar que o reconhecimento da forte presença da "tradição do nacional" não deve anular a percepção dos elementos inovadores do pensamento de Furtado, que vão da forma intelectual de expressão do projeto nacional – a análise econômica –, passando pela identidade entre nação e desenvolvimento com base na industrialização autônoma, até chegar a uma visão substantiva da questão democrática;
- Em Furtado, não se encontrou uma teorização sobre a democracia, nem mesmo em seus textos eminentemente políticos, do imediato pré-64. Mas ficou evidente que a questão democrática, para ele, reveste-se de aspectos que não residem no jogo político liberal. Seu olhar reformador busca a "substância econômica" para a construção nacional da democracia: a superação do subdesenvolvimento; a interiorização das esferas de decisão; a equação keynesiana da demanda efetiva, a partir da atuação

do Estado, responsável pela alocação da riqueza que o jogo do mercado não possibilita. A ação planificadora e compensatória do Estado e da sua *intelligentsia,* portadora de uma racionalidade superior, é que deve assegurar o interesse coletivo, a superação da miséria e as profundas desigualdades, de modo a permitir o bem-estar social na nação finalmente construída.

PARTE 3

CELSO FURTADO:
O PROJETO DE CONSTRUÇÃO CAPITALISTA DO NORDESTE

(...) não existe qualquer indicação de que os grupos dominantes estejam psicologicamente preparados para encaminhar soluções suficientemente profundas capazes de modificar o curso das forças principais, cujo represamento é responsável pela formação do potencial revolucionário. A acumulação dessas forças continuará inexoravelmente e a sua mera existência pesará cada vez mais no processo político. Alcançado certo ponto de irreversibilidade, a História já não se poderá cumprir pelos métodos convencionais, e terá início uma era de imprevistos em que a velocidade dos acontecimentos reduz a quase nada a eficácia de toda a liderança racional.

(Celso Furtado, Dialética do desenvolvimento)

O Nordeste já foi "descoberto" diversas vezes e, parece, sempre do lado errado. Segundo Josué de Castro, nossa região foi descoberta pelos portugueses, em 1500, e pelos norte-americanos, em 1960; acrescentaria, apenas, uma terceira descoberta, esta feita pelos "paulistas" da atualidade. E em todas elas, o Nordeste foi imediatamente envolto em mitos. Os portugueses, chegando ao litoral baiano, afirmam que, "em se plantando, tudo dá"; os norte-americanos, paranoicos e invasivos, como sempre, afirmam que se trata de uma nova Cuba; finalmente, os "paulistas" nada afirmam, antes se contentam em gerenciar a exploração do capital sobre o trabalho e com olhos esbugalhados se deliciam com o sol que de há muito foi obscurecido pela poluição paulistana.

(Gadiel Perruci, "Formação histórica do Nordeste e a questão regional")

8

Nordeste: a questão regional

> (...) o principal problema econômico do Brasil, na atual etapa de seu desenvolvimento, é o da disparidade regional dos ritmos de crescimento. Constitui equívoco apresentar a economia brasileira como um só sistema, comparável a outras economias subdesenvolvidas (...).
>
> (Celso Furtado, *Documento do GTDN*)

Em 1958, depois de renunciar ao seu cargo na Cepal, Celso Furtado assumiu uma das diretorias do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) dedicada ao Nordeste, passando a intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (FURTADO, 1989, p. 37). Nesse mesmo ano, Juscelino Kubitschek viu-se às voltas com a grande seca de 1958, que agravou a crise econômica nordestina e a tensão social, além de colocar em xeque a política federal para a região. Apesar de o Nordeste dispor de razoável infraestrutura (estradas, suprimento de energia elétrica), açudes, barragens e contar com apoio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o governo federal teve que lançar mão de uma política de obras públicas de emergência para criar mais de 500 mil empregos (duas vezes mais do que na seca de 1932), além de enviar verbas de socorro, alimentos, remédios e instrumentos de trabalho (COHN, 1976, p. 69). Mas esses não foram os únicos problemas de JK na região. Além das denúncias de malversação de fundos, de falsificação das folhas de pagamento das frentes de trabalho e outras práticas fraudulentas, teve que enfrentar a vitória da oposição em Pernambuco e na Bahia, e o início de uma significativa mobilização popu-

lar – o surgimento das Ligas Camponesas, a estruturação dos sindicatos rurais e a atuação da Igreja Católica que, desde o I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956), se colocou ao lado dos movimentos dos trabalhadores do campo. Diante desse quadro, Juscelino decidiu-se pela redefinição da política estatal para a região nordestina:[114, 115] em janeiro de 1959, lançou a Operação Nordeste, criando o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que, tempos depois, deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O objetivo era implementar projetos de desenvolvimento para a região, em conformidade com o espírito que animava o Plano de Metas. A direção do Conselho e, posteriormente, da Superintendência ficou a cargo de Celso Furtado, entre 1959 e 1964, excetuando-se o curto período em que ocupou o Ministério Extraordinário do Planejamento (1962-1963).

Foi nessa época que Celso Furtado, conciliando os papéis de administrador público, estrategista e teórico do desenvolvimento, teve o Brasil pela primeira vez como foco exclusivo de estudo e atuação, combinando teoria e prática com excepcional intensidade. Foi também nesse período que delineou um conjunto de análises e um projeto de desenvolvimento capitalista para o Nordeste, que mudaram significativamente o tratamento da questão regional no país. Neles, deslocou o enfoque tradicional de abordagem, relendo as razões da miséria e da estagnação nordestinas e, a contrapelo do otimismo que no geral envolvia as avaliações das iniciativas econômicas de Juscelino, questionou a política industrial do governo, em termos de seus efeitos negativos para a região. Em lugar do discurso da seca – até então hegemônico, quando estavam em pauta os problemas do Nordeste –, colocou a estrutura fundiária, a organização econômica e a formação histórico-política como causas do atraso. O determinismo das abordagens naturalistas e as leituras da tradição sociológica culturalista, inauguradas por Gilberto Freyre, cederam passo a uma nova visão

[114] Em 1958, Cid Sampaio (usineiro e industrial) elegeu-se governador em Pernambuco pela UDN, com apoio do Partido Comunista e das Ligas Camponesas. Na Bahia, o governador eleito foi Juracy Magalhães, através da coalizão UDN, PST, PSB. Nesse mesmo ano, Miguel Arraes ganhou as eleições para a prefeitura de Recife, apoiado pelo PTB, PCB e PSB.

[115] Desde meados da década de 1950, discutia-se nas esferas federais a necessidade de uma nova política de Estado para o Nordeste. Com esse espírito, em dezembro de 1956, o governo federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para realizar estudos na região, com a finalidade de fazer um levantamento de suas possibilidades econômicas e das atividades e investimentos federais já existentes (COHN, 1976, p. 63).

do Nordeste, nos termos da teoria do subdesenvolvimento que, nesse caso, assumiu dimensões regionais. As teses da Cepal ganharam, como se verá logo mais, um enquadramento nordestino, de modo que até a deterioração dos termos de intercâmbio foi invocada para explicar as relações e as disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul. Suas preocupações com o desenvolvimento do Nordeste iam, no entanto, além de suas convicções cepalinas de compromisso com a superação da pobreza e da estagnação seculares da região: temia o espectro da revolução que acreditava rondar a Zona da Mata e o Agreste, onde camponeses organizavam-se nas Ligas e nos sindicatos rurais. Aliás, esse será seu argumento político mais forte, na tentativa de sensibilizar as elites nordestinas recalcitrantes, que se opunham a quaisquer reformas que ameaçassem seus privilégios.

Estas observações introdutórias têm o propósito de sinalizar um caminho de investigação: o lugar e o papel do Nordeste no ideário desenvolvimentista de Celso Furtado. Concebido como ponto de confluência dos temas gerais anteriormente tratados – história e projeto nacional, Estado e planejamento –, este segmento do trabalho tem como preocupações essenciais o exame do significado intelectual do Nordeste na obra de Furtado e a análise das relações, a partir daí estabelecidas, entre a questão "nacional" e a problemática "regional"; o desvendamento das dimensões ideológicas de sua leitura histórico-econômica do Nordeste; a investigação do modo como suas concepções de Estado, política e planejamento aparecem na projeção da Sudene e nos planos de desenvolvimento da região, o sentido das reformas pretendidas e, sobretudo, as motivações essenciais de sua ação racionalizadora. Fiel às propostas que desde o início nortearam este trabalho, colocam-se em diálogo as formulações de Furtado e uma certa tradição do pensamento social brasileiro que, desde o início do século XX, elegeu a temática regional nordestina como objeto de reflexão.

8.1 CAPITALISMO E ESPAÇO REGIONAL

É da lógica do capitalismo o seu desenvolvimento desigual e combinado, de modo que, em um mesmo espaço, a reprodução do capital se dá de forma diferenciada, com ritmos e maneiras particulares de objetivação, com estruturas e relações específicas de classes, embora

seja uma só a dinâmica a presidir esse processo.[116] Assim, sob o manto da diversidade, o geral se reproduz no particular ou, em outras palavras, sob diferenças "regionais" e setoriais o capitalismo se realiza e se expande continuamente de modo desigual. Nesses termos, num mesmo espaço-nação podem-se encontrar "regiões" e setores "atrasados" e "modernos", com funções diferenciadas e complementares no processo capitalista. O que, por vezes, assume o caráter de "região" ou "setor atrasado" não o é no sentido de apenas colocar obstáculos ao crescimento: o "atrasado" pode existir em função do "moderno" e vice-versa, pois a desigualdade é regida pelo mesmo princípio que preside à divisão de trabalho na totalidade social. O "atrasado" ou "periférico", o "moderno" ou "central" são, no geral, partes do mesmo processo capitalista, imbricados numa relação dialética. Os contrastes da realidade social e as especificidades das lutas de classe daí decorrentes só poderão ser efetivamente compreendidos quando aclaradas as singularidades dessas partes e suas funções no processo de acumulação, tomado de forma global.

São formulações desse teor que podem fornecer a chave para o entendimento da existência de "regiões", muito diversas entre si, em um mesmo "espaço nacional" capitalista: umas em que, por exemplo, o capital comanda as leis de reprodução sem penetrar e controlar a produção, e outras onde ele já conforma, efetivamente, o sistema produtivo. Do mesmo modo, também, permitem indicar que, seguindo a tendência histórica à fusão e à concentração do capital, as "regiões" inclinam-se ao desaparecimento, num processo crescente de homogeneização da formação nacional.

---

[116] A formulação original do "desenvolvimento desigual e combinado" pode ser encontrada em *A história da Revolução Russa* de Leon Trotsky. Aí, em referência à particularidade do processo histórico da Rússia, Trotsky afirma: "O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico.

A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. (...) A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas" (1978, p. 25-62).

> O que preside o processo de constituição das "regiões" é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as "regiões" são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a "região" exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. E, (...) uma "região" assim *tende* a desaparecer – embora alguns exemplos atuais deem conta de sua longa resistência aos processos de câmbio mais abrangentes – na mesma medida em que as várias formas do capital se fusionam, primeiro pela predominância do capital industrial, depois pela fusão entre capital bancário e industrial, dando lugar ao capital financeiro e, posteriormente, na etapa monopolista do capital, pela especial fusão entre Estado-capital (OLIVEIRA, 1981, p. 30).

Assim concebidas, em termos de uma convivência simultânea de diferentes níveis de reprodução do capital e de relações sociais de produção no espaço da economia nacional, as regiões ultrapassam o conceito geográfico de dimensões físico-naturais e a-históricas, apresentando-se como expressão de "diferenças na divisão regional do trabalho". Trata-se de criações eminentemente históricas, para as quais também os intelectuais desempenham importante papel, na medida em que a região não dispensa, como um de seus pressupostos fundamentais, a construção simbólica e cultural de uma "identidade regional".

É importante que se lembre, agora, que foi Francisco de Oliveira que, em meados dos anos 70, abriu caminho para essa leitura das questões regionais no Brasil, em termos de divisão regional do trabalho sob controle hegemônico da produção capitalista. Seu conceito de região fundamenta-se (1981, p. 27)

> (...) na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de lutas de classes e do conflito social em escala mais geral. Deste ponto de vista, podem e existem "regiões" em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, (...) num sistema econômico de base capitalista, existe uma *tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de con-

> centração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as "regiões" (...). Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado (...).

Com formulações como essas, Francisco de Oliveira tornou-se, seguramente, o mais consistente interlocutor crítico das teses dualistas de Furtado, que, seguindo a tradição do pensamento cepalino, trata a questão regional sob o enfoque dos "desequilíbrios regionais" e a intervenção planificadora do Estado em termos da realocação dos "fatores de produção", para um nível ótimo, com vistas ao desenvolvimento econômico regional. Contrariamente às formulações de Furtado, Francisco de Oliveira, partindo da ideia de que, na economia nacional, a "especificidade de cada 'região' completa-se (...) num quadro de referências que inclua outras 'regiões', com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção", concebe o planejamento "como uma 'forma' de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*". Nos seus termos, o planejamento, longe de ser uma técnica neutra, não representava a ação do "Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização" (ibid., p. 29-30).

Um artigo, de 1972, que é hoje um clássico do pensamento econômico brasileiro – "A economia brasileira: crítica à razão dualista", *Estudos Cebrap 2* –, e um texto produzido em parceria com Reichstul, em 1973 – "Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil", *Estudos Cebrap 4 —,* abriram caminho ao mais importante trabalho de Francisco de Oliveira, sobre a problemática das regiões, que se tornou um divisor de águas e uma referência teórica para as análises da questão regional no Brasil a partir de então: *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe,* editado em 1981.

No caso do Brasil, historicamente, a questão regional começou a delinear-se em meados do século XIX, quando o surgimento do Estado nacional e a centralização imposta pelo Império à dispersão política provincial suscitaram fortes reações regionais que, àquela altura, sinalizavam os riscos de uma fragmentação separatista. No entanto, somente

no século seguinte, sob o signo de significativas alterações no processo de acumulação e reprodução capitalista, a questão regional, efetivamente, ganhou corpo no espaço nacional brasileiro. Na segunda década do século XX, acelerando-se notavelmente a partir dos anos 30, o Brasil iniciou o trânsito de uma economia agroexportadora, responsável pela existência de verdadeiros "arquipélagos regionais"– economicamente especializados e frouxamente articulados entre si, cuja dinâmica estava em estreita dependência dos mercados externos –, para uma situação em que a indústria e o mercado interno passaram a dar as bases para o processo de acumulação ampliada do capital. Nesse momento, a expansão econômica no país passou a ter a "região" Centro-Sul como o "centro" da reprodução capitalista, tornando-se a "região do café" o "centro industrial" brasileiro e São Paulo o seu eixo dinâmico:

> O desenvolvimento industrial da "região" de São Paulo começou a definir, (...), a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional,* em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. Derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações operadas pela Revolução de 1930, (...); instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre comércio exterior. Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que *tendia* a ser hegemônica; voltada agora para a produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral; essa imposição do equivalente geral criava o espaço nacional capitalista unificado. (ibid., p. 74-75)

Em síntese, ao se transitar de uma situação em que o mercado exterior determinava a dinâmica das "ilhas regionais" exportadoras – período em que não se podia propriamente caracterizar uma questão regional, dada a fraca ligação dessas ilhas exportadoras entre si – para uma outra, em que se internalizava a acumulação com base na indústria, teve início um processo de articulação das regiões econômicas do país. A partir de

então, as diversidades regionais, realimentadas pela divisão nacional do trabalho, ganharam visibilidade, fazendo emergir a problemática regional, cujo adensamento acompanhou a concentração fabril em São Paulo, tornado o centro hegemônico do capital. As diferenças regionais, especialmente as de produtividade, ganharam relevo com a integração ditada pelo centro dinâmico, abrindo-se, com isso, caminho à destruição das economias regionais através de um processo que, na realidade, não era outra coisa senão a expansão capitalista em escala nacional.

8.2 "NASCIMENTO" DO NORDESTE

Pode-se dizer que, sob o signo das secas, o *Nordeste* "nasceu" oficialmente em 1919, no governo de Epitácio Pessoa, quando o nome passou a ser utilizado em documentos para definir a área onde atuaria a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), órgão subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas.[117] A rigor, no entanto, durante a década de 1920, "Norte" e "Nordeste" continuaram, no geral, a ser tratados de forma quase indiferenciada. A distinção entre o Norte amazônico e o Nordeste, propriamente dito, começou a evidenciar-se mais fortemente quando, além de o eixo da acumulação capitalista inclinar-se decididamente para o Centro-Sul, jogando o Nordeste para a

---

[117] Desde a grande estiagem de 1877-79 quando, segundo estimativas, cerca de meio milhão de pessoas pereceram, a seca passou a ser tratada como o grande flagelo do "Norte" do Brasil. Na época, o Imperador Pedro II instituiu uma Comissão Imperial de Inquérito que, entre outras recomendações, propôs a melhoria dos meios de transporte e, principalmente, a construção de açudes. Já no período da República, na Constituição de 1891, os deputados do Norte incluíram um item (artigo 5°) que previa a destinação de verbas especiais para socorro da "população flagelada". A partir daí, praticamente, institucionalizou- se a política de combate às secas também como uma das formas de controle de segmentos do aparelho de Estado pelos grupos dominantes da região sertaneja. Disso foi exemplo a criação, em 1909, do Iocs - Inspetoria de Obras Contra as Secas - que, com pequenas modificações em sua denominação (Ifocs - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), manteve-se em funcionamento até 1945, quando foi transformada no Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). O projeto do Iocs teve como inspiração o Reclamation Service, criado nos Estados Unidos em 1902, durante a presidência de Theodor Roosevelt, e contou também com a participação de inúmeros geólogos americanos, que desenvolveram pesquisas nos solos do semiárido nordestino. Em 1907, foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro e onze anos depois concluído o primeiro mapa geológico do Brasil, elaborado por John Casper Branner, da Universidade de Cornell (VILLA, 2000, p. 95, ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 70, ROBOCK, 1963, p. 88).

condição subalterna de região atrasada, a migração de "nordestinos", atraídos pela extração da borracha,[118] chamou a atenção para o risco de escassez de oferta de mão de obra barata para as fazendas "nordestinas" (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 68-69). Foi a partir desse período que uma diferenciação mais nítida entre as duas "regiões" passou a frequentar os pronunciamentos políticos no Congresso e as manifestações das elites locais,[119] que, inclusive, chegaram a convergir no Movimento Regionalista Nordestino de 1926, encabeçado por Gilberto Freyre.[120]

É importante que se diga, ainda, que a identificação das especificidades do Nordeste, o seu reconhecimento como região passaram por alterações significativas, como bem testemunha Francisco de Oliveira ao assinalar que na história regional e nacional existiram vários "nordestes". A título de exemplificação, lembra que (1981, p. 34):

> Reconheciam-se, no período da Colônia, "regiões" dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas; sobretudo no que corresponde hoje aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, a "região" era reconhecível como o *locus* da produção açucareira, enquanto os espaços dos estados que hoje correspondem ao Ceará e Piauí eram relativamente indiferenciados, desenvolvendo atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial e quase nunca assimilados ao que se poderia chamar de Nordeste.

Mesmo a região nordestina, modernamente definida – a que aparece no contexto da nação tornada independente e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, quando, num processo de alteridade econômi-

---

[118] Segundo informa Marco Antonio Villa, "Só entre janeiro e junho de 1878, pelos portos de Fortaleza e Aracati, cerca de 35 mil retirantes deixaram a província" em busca de trabalho na região amazônica que, por muito tempo, continuou a ser o destino da maioria dos flagelados. De igual modo, durante a seca de 1915, "entre julho de 1915 e abril de 1916, partiram 40 mil emigrantes, 31 mil rumo à Amazônia e 9 mil com destino ao Sul do país" (ibid., p. 62-118).

[119] O pronunciamento de Mário Pinto Serva, "As Reivindicações do Norte", em 1920, reproduzido por Durval Muniz de Albuquerque Jr., em seu livro *A invenção do nordeste e outras artes,* é esclarecedor nesse sentido: "A política brasileira aplicada ao Norte do Brasil é a negação formal da civilização, é completa e fundamentalmente errada em tudo e só serviu para plantar a desolação e o deserto na Amazônia, e abandono e a miséria social das populações do Nordeste" (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 69).

[120] Sobre o Movimento Regionalista Nordestino de 1926 e sua ideologia, consultar, entre outros, Bastos (1986), Albuquerque (2001), D'Andrea (1992), Breschiani (2002).

ca, a região do café abriu caminho para a industrialização do Centro-Sul –, acomodou vários "nordestes", pois, ao lado do "velho Nordeste" açucareiro, havia também o "Nordeste pecuário-algodoeiro". Isto é, o Nordeste das secas, do cangaço, do messianismo rústico e dos coronéis que, aos poucos, à medida da decadência da aristocracia do açúcar, assumiram o controle político regional, que se manteve praticamente intocado até a década de 1950.[121]

Esse "Nordeste pecuário-algodoeiro" surgiu plenamente caracterizado, pela primeira vez, em 1937, no livro de Djacir Menezes, *O outro Nordeste*. Nele apareceram contrapostos o "Nordeste açucareiro e pernambucano, gordo e escravocrata", de Gilberto Freyre, e a zona do Cariri dos coronéis, dos beatos, da "exploração pastoril e liberdade"; a região "que se embebeu do sangue negro, com sua aristocracia feudaloide" e a "que se desenvolvia no trabalho livre das caatingas e de alguns vales úmidos, onde abrolhavam núcleos malganglionados de agricultura irregular". Distinguindo claramente os sertões do Ceará, Piauí, as zonas semiáridas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, Menezes mostrou a pecuária extensiva, desenvolvida para abastecer a região açucareira, como o substrato da vida social peculiar dos sertanejos ("sistema pacato e submisso"), onde o cangaço e o fanatismo ("binômio social de um desajustamento prolongado") se desenvolveram como reações à miséria e às injustiças sociais seculares, perpetradas pelas oligarquias locais (MENEZES, 1970, p. 13).

Trabalhando com concepções de análise que mesclavam determinismo geoclimático, sociologia positivista, história, antropologia culturalista e elementos da teoria psicanalítica, Menezes caracteriza o cangaço e o

---

[121] A visão do Nordeste que os cronistas de "fins do século XVIII e princípios do século XIX descreveram em termos de opulência dos 'barões' do açúcar, e que depois iria inspirar a nostálgica pseudo-sociologia de Gilberto Freyre, começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos 'coronéis'; imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste 'açucareiro'. Neste rastro é que surge o Nordeste das secas". Isso teria ocorrido, principalmente, a partir do momento em que, compatibilizados os interesses da reprodução do capital da "região" do café e da "região" da pecuária-algodoeira, "tanto o controle político da Nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do 'velho' Nordeste, quanto o controle interno do 'velho' e do 'novo' Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, reiterado pela sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano" (OLIVEIRA, 1981, p. 35).

fanatismo religioso como formas de reação às condições sociais injustas e excludentes da vida sertaneja, numa perspectiva crítica às oligarquias locais (ibid., p. 19):

> A reação do que procura conjurar os males, que o esmagam, recorrendo aos processos mágico-animistas de antepassados – o fanático. A reação do que se ergue, instintivamente, contra algo que não sabe o que é nem como definir, iniciando a crônica sinistra do crime e do latrocínio – o cangaceiro. A reação doente, no plano místico; e a reação forte, no plano histórico. O fanático procura vencer os obstáculos que o constrangem como o primitivo vencia as hostilidades naturais. "Vê" o mundo social – melhor seria "sente" – através de forças instintivas e cegas, colorindo-o na subjetivização animista, com a sua técnica, a magia. Mundo vagamente hostil, que não compreende. Mundo que o encara com os olhos do fisco, do delegado, da polícia. Cujo contato é sempre algo adversário.

Sua análise da destruição do "Reduto do Caldeirão", em 1936 – acampamento de penitentes e "fanáticos" nas proximidades de Juazeiro –, também evidencia, de modo emblemático, os aspectos da concepção teórica que norteia sua leitura do "outro Nordeste". Senão vejamos (ibid., p. 105):

> A polícia destruiu o povoado, que crescia, abrindo um parêntese na ordem pública. Parêntese de desordem? Não. Parêntese silencioso e ordeiro – mas *diferente*. Destruindo-o, não destruiu as raízes sociais que o geraram. Não eliminou as causas históricas e econômicas que criam o clima social em que se abrem as corolas de superstições retrospectivas de protestos. Porque não são fatores meramente psicológicos que as determinam. (...) O comportamento social do fanático é suscitado pelo estado de uma sociedade de retardamento cultural e desequilíbrio estrutural profundo: e na base emocional comum, amalgamam-se as influências mais díspares. E rompem, aqui e além, reportando, ante o olhar assombrado do diletante, como anomalias e reversões cujo caráter de protesto se teima em não ver.

A bem da verdade, essa visão do Nordeste pecuário-algodoeiro – posteriormente, transformada numa imagem redutora (quase arquetípica) de todo o Nordeste, veiculada através da produção literária, das

manifestações de cultura popular regional e do discurso político das elites sertanejas – já havia sido esboçada, a largos traços gerais, no início do século XX, n'Os *Sertões* de Euclides da Cunha. Nesse livro, em consonância com os paradigmas do cientificismo positivista e das teorias deterministas, que buscavam na raça e no meio a explicação para as peculiaridades regionais, o "sertão" emergiu como um espaço naturalizado à mercê do ambiente hostil, cujo atraso, violência e fanatismo religioso eram explicados pelas contingências da natureza inclemente, do isolamento e da mestiçagem das raças.

Construído em termos de uma dicotomia, o livro de Euclides da Cunha opunha "litoral" e "sertão" sem, no entanto, definir este último em termos "nordestinos" propriamente ditos. O contraste entre as duas regiões traduzia a tensão entre "civilização" e "barbárie", além de operar em sintonia com as preocupações essenciais do autor, ou seja, as possibilidades de construção de uma nacionalidade autêntica (LIMA, 2002, p. 78-79). Mas o que acabou por se consolidar na tradição teórica e no imaginário nacional foi o retrato do "sertão" – "a extensa zona de criação do gado que já no alvorecer do século XVIII ia das raias setentrionais de Minas a Goiás, ao Piauí, aos extremos do Maranhão e Ceará pelo ocidente e norte, e às serranias das lavras baianas" –, terra de "clima impiedoso", "flora agressiva", "secas periódicas" e "solo estéril crespo de serranias desnudas". Em suma, a paisagem desolada da caatinga, produto da dilaceração provocada por agentes extremos: o sol calcinante e as chuvas torrenciais. Uma região onde a "natureza compraz-se em um jogo de antíteses", "Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes" (CUNHA, 2000, p. 48, 86, 91).

Nesse cenário de desolação e de extremos, Euclides da Cunha colocou o sertanejo, "o tipo de uma subcategoria étnica já constituída", "uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano" – produto do cruzamento inevitável de índios e bandeirantes brancos, em que a "fusão operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores" e o "fator étnico preeminente transmitindo-lhes tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização" –, moldado no isolamento de três séculos (ibid., p. 87-93). Esse sertanejo, que herdou a índole aventureira do bandeirante e a impulsividade do índio, e que se dedicou ao "trabalho nômade do regime pastoril", foi apresentado como a evidência direta de que a diversidade no processo da mestiçagem

brasileira permitia distinguir o povoamento do "litoral" e do "sertão". "O contraste entre amb[o]s ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomado (...) do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente" (ibid., p. 96). No litoral, ao contrário, em razão do predomínio dos negros (vasta mão de obra dos engenhos açucareiros), o tipo dominante foi o mulato e o povoamento sedentário. Aí, "numa inversão extravagante", "funções altamente complexas" foram impostas a "órgãos mal constituídos, (...) atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento", produzindo como resultado "o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral", o que lhes interditou o acesso a uma "sólida base física do desenvolvimento moral ulterior". Por tudo isso, Euclides da Cunha permitiu-se afirmar que o sertanejo era um "retrógrado", mas não um "degenerado", pois havia se formado livre "das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo". Essa população sertaneja, que tinha "a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte", apesar da sabida demora de "sua evolução psíquica", quando "despeada afinal da existência selvagem", podia "alcançar a vida civilizada" exatamente porque "não a atingiu de repente"[122] (ibid., p. 87-99). Em suma, fiel a uma conhecida tradição do pensamento nacional que jogou o negro para os desvãos da história do

[122] Walnice Nogueira Galvão chama a atenção para uma das contradições da obra de Euclides da Cunha: a elaboração de um libelo contra a mestiçagem e, ao mesmo tempo, de um "elogio" à resistência e bravura do sertanejo. Segundo a autora, "Euclides vacila febrilmente entre sua consciência e as teorias racistas, terminando por chegar aproximadamente a uma acomodação. Sua conclusão, inesperada e em contradição com as teorias expostas ali mesmo em seu livro, (...) é a de que o brasileiro do sertão seria o primeiro produto da miscigenação dos bandeirantes brancos com índios". Uma mistura em que "só entrariam as melhores qualidades das duas raças" e onde o negro estaria ausente (1999, p. 162). Outra autora, Nísia Trindade Lima ("A sociologia desconcertante de *Os Sertões*"), ao analisar o significado da noção de "isolamento" para a constituição do sertanejo, aponta o papel expressivo que lhe é reservado no ideário de Euclides da Cunha. Segundo ela, o isolamento "ao mesmo tempo, explicaria o caráter retrógrado do sertanejo e sua proteção diante dos efeitos perversos de uma civilização que (...) revelava sinais de decadência e inautenticidade: 'Fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável - aqueles sertanistas assemelhavam- se a outras raças'. Redimidos de seu anacronismo secular, aos sertanejos se destinaria a conquista étnico-social do país, e, por isso, eles foram vistos como a 'rocha viva da nacionalidade'" (LIMA, 2002, p. 87).

país, negando-lhe papel na construção da "brasilidade",[123] Euclides da Cunha reservou para o sertanejo a condição de "rocha viva da nacionalidade", livre da mácula degenerativa dos mestiços mulatos do litoral, e que, uma vez superado o anacronismo imposto pelo isolamento, poderia fornecer a base saudável para a nacionalidade brasileira.

A partir de meados da década de 1920, essas concepções de viés naturalista, pautadas pelo determinismo, começaram a ceder passo, lentamente, às análises sociológico-culturalistas do Nordeste, de que Gilberto Freyre foi, sem dúvida, o mais expressivo representante. Essas análises recriaram a região nos termos da visão de mundo tradicional e conservadora da velha elite açucareira, que, a partir da década de 1930, além de perder espaços econômicos significativos, viu-se alijada do centro do poder nacional e confrontada, no âmbito regional, com o "outro Nordeste". O temor da antiga aristocracia nordestina de "ver seu mundo se esvair", de não ter lugar na ordem político-social emergente, em suma, de não participar do novo pacto de poder, fez com que esse regionalismo optasse pela defesa da tradição e pela idealização do passado colonial açucareiro, identificado como matriz da nacionalidade brasileira.

O regionalismo tradicionalista nordestino, como reação à profunda crise vivida pela oligarquia açucareira, começou a ganhar corpo com a criação do Centro Regionalista do Recife, em 1924. Posteriormente, o lançamento d'O *Livro do Nordeste* (1925), a realização do I Congresso Regionalista e a elaboração do *Manifesto Regionalista* (1926) – iniciativas de Gilberto Freyre –, consolidaram e deram expressão a esse movimento. No *Manifesto,* Gilberto Freyre afirma, de modo exemplar:

> Há dois ou três anos que se esboça nesta velha metrópole regional, que é o Recife, um movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais desta parte do Brasil (...), [que afirma o] "sentido por assim dizer eterno de sua forma – o modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra –, manifestado numa realidade ou expresso numa substância talvez mais histórica que geográfica e certamente mais social do que política. (...)

[123] Refere-se aqui à tendência das elites de extração colonial, envolvidas no processo de independência nacional, de tomarem o índio como símbolo da consciência nativista. No plano da produção literária, o indianismo da fase romântica (José de Alencar e Gonçalves Dias) é uma das mais claras expressões dessa concepção (GALVÃO, 1999, p. 163).

> Procurando reabilitar valores e tradições do Nordeste, (...) Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonados, tal o furor neófito de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e 'progressistas' pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. De modo particular nos Estados e nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagraram como 'elegante' e como 'moderno'" (FREYRE, apud BASTOS 1986, p. 236-237).

São elementos como esses que permitem concluir que a integração capitalista da economia nacional, ditada pelo novo centro dinâmico, localizado no Centro-Sul, além de abrir caminho à destruição das economias regionais, possibilitou a recriação intelectual do "velho Nordeste" segundo a visão das oligarquias. Nesse movimento, a identidade regional nordestina passou a ser buscada no "passado rural e pré-capitalista", nos "padrões de sociabilidade e sensibilidades patriarcais", além de proceder-se a uma releitura idealizada das manifestações do folclore e da cultura popular. A obra de Luís da Câmara Cascudo bem pode ser tomada como um exemplo dessa idealização da cultura popular e da sua assimilação ao tradicional e ao antimoderno. Em seus trabalhos, o autor (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 76-78)

> (...) adota a visão estática, museológica do elemento folclórico. Seus estudos, longe de fazerem uma análise histórica ou sociológica do dado folclórico, se constituem em verdadeiras coletâneas de materiais referentes à sociedade rural, patriarcal e pré-capitalista do Nordeste, vendo o folclore como um elemento decisivo na defesa da autenticidade regional, contra os fluxos culturais cosmopolitas. (...) Para estes estudiosos [os folcloristas], o folclore serviria para revelar a essência da região, por ser ele uma sobrevivência emocional. (...) O folclore seria o repositório de um inconsciente regional recalcado, uma estrutura ancestral, permitindo o conhecimento espectral de nossa cultura regional. O folclore seria a expressão da mentalidade popular, e esta, por sua vez, da mentalidade regional.

Voltando a Gilberto Freyre, percebe-se que, a partir de uma engenhosa operação intelectual de compensação ideológica à subalternidade econômica, construiu a caracterização do "Nordeste açucareiro" como pouco mais que Pernambuco expandido, tratado como o *locus* da "ci-

vilização brasileira", espaço onde se teria formado a identidade nacional com base na mestiçagem das três raças e na fusão de suas culturas, sob o patriarcado, o latifúndio e o calor do trópico (FREYRE apud D'ANDREA, 1992, p. 124):

> Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições e em nitidez de caráter. Vários valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros, menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores.

No Nordeste de Gilberto Freyre, açucareiro e litorâneo, a natureza tendia a "fazer o homem, o grupo, a cultura humana à sua imagem"; no entanto, "o homem, o grupo, a cultura humana" também agiam sobre "a natureza regional, alterando-a de modo às vezes profundo", numa espécie de "contemporização entre as duas tendências". Nesse Nordeste, [124]

> (...) o massapê raramente deu desses homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura nenhuma, que foram antes filhos dos sertões ou engenhos de terras ásperas. (...) A terra mais macia do litoral e da "mata" do extremo Nordeste e do Recôncavo da Bahia parece ter influído sobre os próprios senhores (...), amaciando homens do Norte agrário inteiro e não apenas da cidade da Bahia, aqueles baianos maneirosos que Joaquim Nabuco retratou n'*Um Estadista do Império* – os políticos mais flexuosos e plásticos da monarquia (FREYRE, apud BASTOS, 1986, p. 240).

[124] Michel Zaidan Filho, no livro *O fim do Nordeste & outros mitos,* refere-se à "brasilidade nordestina", intelectualmente construída por Gilberto Freyre (o "verdadeiro intelectual orgânico da classe senhorial nordestina"), e à "identidade cultural nordestina", preservada na irreverência dos "heróis picarescos" de Ariano Suassuna. O primeiro teria sido o responsável pela reconstrução idílica do passado colonial oligárquico, das relações "cordiais" entre escravos e senhores e pela "fetichização dos traços culturais nordestinos", tais como "o alfenim", "a cocada", "os costumes sexuais", "a arquitetura" etc.; o segundo, por ter lançado o "olhar da aristocracia rural" do Nordeste, "por intermédio de elementos populares revalorizados", para a "epopeia civilizatória regional nordestina" (a Guerra de Canudos e o Arraial de Palmares). A obra de Suassuna, segundo Zaidan, expressaria um "repúdio à política republicana e democrática no Brasil, responsabilizada pela desgraça do povo nordestino. Daí o sentido do messianismo sertanejo, o rei (Dom Sebastião), o profeta, os nobres e os vassalos, todos envolvidos no manto de uma simbologia religiosa e aristocrática" (ZAIDAN FILHO, 2001, p. 11-16).

Esse Nordeste escravista – em que negros, no eito, produzindo açúcar sob o chicote, não viviam mais do que sete anos, sucumbindo à má alimentação, ao cansaço, aos maus tratos e às doenças – foi descrito por Gilberto Freyre com olhos de senhor da casa-grande, como a região da preguiça, da manemolência, da vadiação e da sensualidade. A terra (FREYRE, 2001, p. 28)

> (...) das árvores gordas, de sombras profundas, bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchopanças pelo mel do engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos germens, pela eripsela, pelo ócio.

Um Nordeste que se prodigalizava em doces afrodisíacos, quase pecaminosos: "beijinho, desmamado, levanta-velho, beijo-de-moça, casadinhos, mimos-de-amor"; "suspiros-de-freira, toucinho-do-céu, barriga-de-freira, manjar-do-céu, papo-de-anjo". Uma região em que o senhor de engenho, preguiçosamente embalado na rede ("Rede parada com o senhor descansando, dormindo, cochilando. Rede andando, com o senhor em viagem ou a passeio, debaixo de tapetes ou cortinas. Rede rangendo, com o senhor copulando dentro dela"), nunca deixou à mingua seus escravos, como, segundo ele, fazia o capitalista usineiro com seus trabalhadores, pois "alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionando-lhes e aos filhos oportunidades de ascenso social" (ibid., p. 30, 37).

Um Nordeste em que, numa improvável inversão das relações sociais, as mucamas negras, mães-de-leite dos sinhozinhos podiam ocupar lugar de honra nas famílias patriarcais, pois "Alforriadas, arredondavam-se, quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades; os meninos tomavam-lhe a bênção, os escravos tratavam-nas de senhoras. (...) Em dias de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos, havia de supô-las senhoras bem-nascidas: nunca escravas vindas da senzala" (ibid., p. 41).

Enfim, um Nordeste "cordial", base genética do mito da democracia racial brasileira, exímio na arte da conciliação e que tinha, ainda, muito a ensinar aos homens do poder nos novos tempos. Tempos que impunham mudanças "pelo alto" para que o novo capital industrial pudesse

impor sua lógica, sem corromper a estrutura fundiária secular, sem remover a exclusão das massas trabalhadoras e os privilégios das velhas classes dominantes. Tempos em que as antigas e as modernas elites precisavam renovar o pacto político para a condução do país. Os novos donos do poder, alertava Gilberto Freyre, tinham muito a aprender com o velho Nordeste açucareiro. Afinal, ali, o latifúndio havia garantido o povoamento e as bases da "civilização" no trópico. Ali, a distância e o conflito entre as classes tinham sido contidos e adocicados através da miscigenação racial e cultural.[125] Nessa "região", a casa-grande e seus senhores figuravam

> (...) o sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, sistema de contemporização entre tendências aparentemente conflitantes – o colonizador tentando impor as formas europeias à vida nacional, o colonizado funcionando como adaptador dessas formas ao meio. Neste sentido a casa-grande opera como centro de coesão nacional, representa todo um organismo econômico, social e político e age como ponto de apoio para a organização nacional. Mais do que isto, é o modo pelo qual se realiza o caráter estável da colonização portuguesa de marca agrária, sedentária, plástica e harmoniosa. Por isso, na formação nacional, representou papel marcante vencendo a Igreja e, em certos momentos, até mesmo o Estado (BASTOS, 1999, p. 219).

Por fim, a idealização e o olhar nostálgico em direção ao passado aristocrático desdobram-se em mais um sentido quando se tem em conta o lamento de Gilberto Freyre, registrado por Carlos Guilherme Mota – "O que estragou tudo foi a usina..." (1980, p. 60). Revela-se aí, então, o significado profundo da melancolia do sociólogo pernambucano: o desaparecimento acelerado de um mundo que, após longa agonia, sucum-

---

[125] Conforme a feliz construção de Durval Muniz Albuquerque Jr., "Nordeste visto por Freyre tinha uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pela palmeira imperial, mas ao mesmo tempo deformada pela monocultura latifundiária e escravocrata, esterilizada em suas fontes de vida, devastada em suas matas, degradada em suas águas. Um Nordeste em que a fuga da terra pela erosão e das matas pelas queimadas parecia macular aquele que aparentava ser o único aspecto de permanência: a natureza e o espaço. Para Freyre, esta degradação física do Nordeste era um dos indícios da própria decadência daquela sociedade tradicional" (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 99-100).

bia, finalmente, diante das novas formas capitalistas de produção em desenvolvimento no Centro-Sul. Agora, no presente, persistia apenas "a parte pior", queixava-se o intelectual da velha oligarquia:

> O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente. Muitas casas-grandes ficaram vazias, os capitalistas latifundiários rodando de automóvel pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com as francesas de aluguel (FREYRE, 2001, p. 62).

"Nascimento" do Nordeste subdesenvolvido

Outras serão as imagens do Nordeste construídas e veiculadas na década de 1950, assim como a linguagem utilizada nessas construções. Nas análises da problemática regional nordestina, perde terreno o determinismo climático e racial, e a sociologia culturalista passa a conviver com interpretações oriundas de um novo campo intelectual: a economia. A região começa a ser tratada como um espaço homogeneizado de atraso econômico e de anacronismo político-social, em nítido contraste com a modernidade capitalista do Centro-Sul. Nos termos consagrados pelas teses cepalinas, nos "dois Brasis", o polo atrasado, a pedir reformas urgentes, é sempre o Nordeste. A região passa a ser vista como o grande problema nacional: um dos graves obstáculos à plena construção de um "Brasil Moderno", entendendo-se como tal o país desenvolvido e industrializado.

O que era Nordeste como representação paradigmática do subdesenvolvimento? O lugar da seca e dos retirantes; da violência primitiva do cangaço e da insurgência messiânica; da estagnação econômica e das estruturas arcaicas; do atraso e do folclore; dos latifúndios improdutivos e das formas oligárquicas de dominação e, sobretudo, dos coronéis e seus representantes políticos que industrializavam as secas, valendo-se dos mecanismos do Estado para manutenção de privilégios. Em suma, uma região que, nos termos desenvolvimentistas da década de 1950, precisava ser submetida a políticas de racionalização capitalista que a colocassem nos trilhos do desenvolvimento econômico moderno.

A essa imagem – de *locus,* por excelência, do subdesenvolvimento – acrescentou-se, ao final dos anos 50 e início dos 60, a do "barril de pólvora" prestes a explodir numa revolta popular de dimensões imprevistas. As Ligas Camponesas, o movimento de sindicalização rural, a ação de

padres politizados apoiados por uma Igreja sensível à miséria popular, a atuação do Partido Comunista e outros agrupamentos de esquerda eram mais do que evidências, quase certezas, para amplos setores da burguesia brasileira. No lugar da violência milenarista dos "fanáticos", da rebeldia primitiva de cangaceiros, a moderna violência revolucionária ocupava, agora, os campos no Nordeste.

A movimentação camponesa no Nordeste, particularmente em Pernambuco, sob a forma das Ligas Camponesas, preocupou também o Departamento de Estado norte-americano, para o qual o Nordeste corria o risco de uma "cubanização" iminente. Os EUA viam Francisco Julião e os camponeses brasileiros como a "combinação revolucionária potencialmente mais explosiva da América Latina*"(Revista Life,* 10/07/61). Explicava-se, por isso, a presença numerosa de "conselheiros" e "técnicos" norte-americanos na região e o destaque dado pela imprensa dos EUA aos problemas da área. Stefan H. Robock, economista americano, Conselheiro de Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas e autor de um estudo sobre o desenvolvimento do Nordeste *(Desenvolvimento Econômico Regional: o Nordeste do Brasil),* editado em 1963, relata alguns fatos significativos revelando, ele também, o espírito que presidia as preocupações norte-americanas:

> Em 31 de outubro de 1960, o *New York Times* admoestou, em sua primeira página, que "os preparativos de uma situação revolucionária se tornavam cada vez mais evidentes, através do vasto Nordeste brasileiro, flagelado pela seca e dominado pela miséria". Logo a seguir, um filme da National Broadcasting Company, "A Terra Conturbada", rodado no Nordeste, proporcionou a milhares de telespectadores americanos um testemunho visual da crise nordestina e da séria ameaça do comunismo castrista. (ROBOCK, 1963, p. 20-21)

Do mesmo modo, Joseph A. Page, professor norte-americano da Universidade de Georgetown, que por várias vezes esteve no Nordeste entre 1963 e 1971, fornece uma boa ideia da visão norte-americana sobre a insurgência nordestina (PAGE, 1972, p. 11):

> Nos primeiros anos da década de 60, o público americano tomou conhecimento de que uma parte do Brasil estava à beira de uma violenta insurreição. Pelo menos assim parecia aos jornalistas e políticos que faziam soar o

> alarme sobre a situação explosiva no vasto e superpovoado Nordeste brasileiro. Visitantes da região relatavam que milhões de camponeses, vivendo em infinita pobreza, vinham demonstrando sinais de descontentamento, e que agitadores – políticos, estudantes e os inevitáveis comunistas – eficazmente atiçavam as chamas. Os americanos, perturbados pelo êxito da revolução cubana, começaram a ver o Nordeste do Brasil como um campo de batalha onde a recém-fundada Aliança para o Progresso poderia ser testada contra o desafio do castrismo. (Page, 1972, p. 11)

Há muito – na realidade, antes mesmo que em São Paulo o capital industrial se impusesse, forçando o Estado a novas formas de intervenção de modo a deslocar a acumulação capitalista das bases agroexportadoras anteriores – o Nordeste apresentava baixas taxas de crescimento econômico e de acumulação de capital, que acentuavam a pobreza e a secular exclusão social. A divisão nacional do trabalho, delineada no novo contexto do capitalismo interno e que para o Nordeste reservou papéis subalternos, agravou ainda mais essa situação. A região transformou-se num imenso reservatório do "exército industrial de reserva", oferecendo um vasto contigente de trabalhadores que, em "pau-de-arara", migrava para o Centro-Sul para alimentar as indústrias e os serviços urbanos com sua mão de obra barata e possibilitar a manutenção dos salários reais em níveis compatíveis com as necessidades de acumulação do capital. Entre 1941-1950, calcula-se que (VILLA, 2000, p. 172-173)

> (...) migraram para São Paulo cerca de 600 mil pessoas, um terço de Minas Gerais e outros estados, mas a maioria do Nordeste. A Bahia liderava com 190 mil, vindo depois Pernambuco e Alagoas com 50 mil cada, e o Ceará com 33 mil. Para o Rio de Janeiro, no mesmo período, migraram 440 mil pessoas, sendo pouco mais de 100 mil originárias do Nordeste – os baianos e pernambucanos representaram quase a metade desse contingente. Os efeitos da seca de 1951 associados com a decisão de milhares de nordestinos de abandonar a região – independentemente de uma nova seca – acabaram retirando da região somente em 1951 mais de 350 mil pessoas. São Paulo recebeu nesse ano 192 mil migrantes, 72% deles nordestinos. Mas o êxodo não diminuiu: nos dois primeiros meses de 1952 chegaram mais 68 mil, o que permitia estimar um total de 350 mil migrantes, o equivalente à migração de seis anos na década anterior.

No entanto, não apenas os "retirantes" rumaram em direção ao Centro-Sul. Também os capitais nordestinos começaram a migrar em busca de melhores possibilidades de investimentos e de taxas de lucro mais altas na "região desenvolvida" do país. Na realidade, a nova política econômica do pós-30, centrada na defesa dos interesses industriais e da acumulação interna, não deixou muitas alternativas à região: favorecendo o rebaixamento das taxas cambiais e, ao mesmo tempo, o aumento das tarifas alfandegárias, com vistas à proteção da indústria nacional, essa política deu "lugar a um mecanismo de triangulação das trocas de mercadorias Nordeste-Exterior-Centro-Sul-Nordeste que deprimia a taxa de realização do valor das mercadorias produzidas no Nordeste, inviabilizando ainda mais a reprodução do capital na região nordestina" (OLIVEIRA, 1981, p. 37).

Além disso, com a internalização das bases produtivas e a articulação do espaço econômico nacional a partir do comando do centro capitalista industrial, as diferenças regionais de produtividade, antes fracamente sentidas, foram colocadas em destaque. Esse foi o caso do parque fabril têxtil[126] que, desde fins do século XIX, se desenvolvia no Nordeste, especialmente em Pernambuco. Ele não resistiu ao impacto da competitividade das tecelagens paulistas, muito mais produtivas e eficazes do ponto de vista do capital. Nesse sentido, a abertura da rodovia Rio-Bahia teve efeitos arrasadores para a indústria de tecidos nordestina. Quando essa rodovia, no governo de Juscelino Kubitscheck, ligou os mercados do Nordeste e do Sudeste, e a produção paulista invadiu a região, as fábricas nordestinas não resistiram ao profundo abalo, revelando-se, assim, todo o potencial destrutivo da competição inter-regional.

O Nordeste viveu uma profunda crise nesse setor até a criação da Sudene, responsável por um programa de modernização que reduziu

[126] O parque industrial nordestino, nos anos 40 e 50, caracterizava-se "pela predominância de indústrias ligadas mais diretamente ao setor primário, vale dizer, a têxtil e a de alimentos, absorvendo cerca de 66% da mão de obra engajada no setor secundário, constituindo-se indústrias de expressão, ainda, as de transformação de minérios não metálicos (especialmente cimento), a química e farmacêutica, as de óleos, essências e gorduras vegetais, e finalmente as de vestuário, calçados, papel, madeiras e móveis, sem fazer menção à de derivados de petróleo, cuja produção se restringe, até fins da década de 50, ao Estado da Bahia". Esse era um parque industrial pouco diversificado, fracamente integrado e, sobretudo "voltado essencialmente para a produção de bens de consumo direto, excetuando-se as indústrias de transformação de minérios" (COHN, 1976, p. 48).

metade dos empregos na indústria têxtil e fechou a maioria das empresas deficitárias (Bacelar, 2000, p. 74-75; Furtado, 1989, p. 39). Nas novas condições de unificação do mercado nacional, em conformidade com a dinâmica do capital concentrado, o diferencial de competitividade passou a ser decisivo na seleção dos mais aptos para a concorrência capitalista e o setor têxtil nordestino foi, nesse sentido, um caso exemplar de "inaptidão".

Também não foram desprezíveis os problemas enfrentados, nesse período, pelas duas culturas mais tradicionais do Nordeste – o açúcar e o algodão. Nos 40 anos iniciais do século XX, elas sofreram graves reveses, à medida que o Sul passou a diversificar sua produção agrícola (principalmente a partir de 29), transferindo capitais da lavoura do café para o algodão e a cana-de-açúcar. A tendência à estagnação das lavouras nordestinas, que já sofriam com o estreitamento e as oscilações dos mercados internacionais, acentuou-se ainda mais quando, a partir da concorrência sulista, diminuíram seus espaços no mercado interno.

No que diz respeito ao algodão, até a década de 1930, o Nordeste abastecia praticamente todas as indústrias têxteis do país - "no quinquênio 1926/1930 quase 50% do mercado nacional era suprido pelo algodão nordestino". Esse quadro, no entanto, alterou-se radicalmente quando o Centro-Sul passou a produzir algodão. Com sementes selecionadas, gozando das vantagens de localização, com melhor produtividade e menores preços, o crescimento da produção paulista de algodão foi vertiginoso,[127] deslocando o produto nordestino dos seus mercados tradicionais. Assim, a produção algodoeira da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte (os principais estados produtores), que em 1931 correspondia a 86,3% da produção nacional, chegou apenas a 22,8% em 1940 (COHN, 1976, p. 26).

No caso do açúcar, os problemas eram bem mais complexos, dadas as condições de produção do setor. A lavoura canavieira, especialmente a da Zona da Mata de Pernambuco, desde o fim da escravidão, convivia com formas de extração de excedente a partir de relações não capitalis-

[127] Segundo Amélia Cohn, foi extraordinário o crescimento da produção algodoeira paulista, na década de 1930: "de 3.934 t. de algodão em pluma em 1930, passa a 10.000 t. em 1931; em 1934 a produção é de 102.296 t. passando a 307.377 t. em 1940, o que representava quase o triplo da produção nacional em 1930" (COHN, 1976, p. 26).

tas de trabalho, que asseguravam, no entanto, a reprodução do capital na agroindústria açucareira. Assim, nas primeiras décadas do século XX, encontravam-se nas fazendas o "morador condicioneiro" (trabalhador residente no engenho, com direito a um roçado para cultura de alimentos e com a obrigação de dois ou três dias de trabalho por semana – a "condição"), o "foreiro" (pequeno agricultor que arrendava um lote nas áreas mais distantes dos engenhos, pagando em dinheiro – o "foro"– pelo uso da terra e cabendo-lhe, ainda, a obrigação de trabalho gratuito no engenho por 10 a 20 dias anuais – o "cambão") e, ainda, os "trabalhadores de fora" (ex-moradores, que residiam nas pequenas vilas da região), além dos eventuais "corumbas" ou "catingueiros" (pequenos camponeses independentes do Agreste e Sertão que, sazonalmente, iam colher a cana-de-açúcar na Zona da Mata).

A exploração desse tipo de relações de trabalho revelava-se altamente funcional nas condições em que era produzido o açúcar na região, pois o sistema de moradia garantia "o represamento" da mão de obra nos engenhos, mesmo nos períodos de crise no setor, de modo que nas fases de crescimento o trabalhador estava sempre à disposição dos proprietários.[128] Era comum, inclusive, nos períodos críticos de retração da agroindústria, o fazendeiro aumentar o número de foreiros em suas propriedades como forma de obter alguma renda da terra através do aluguel anual (AZEVEDO, 1982, p. 44-45).

No início da década de 1930, ocorreram algumas modificações nesse setor, quando o Estado varguista passou a intervir na produção açucareira através da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CDPA) que, em 1933, transformou-se no Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O organismo, criado com a finalidade de regular a produção restringindo a oferta excessiva, acabou sob controle de usineiros nordestinos, que reivindicavam medidas de proteção e salvaguarda de seus interesses (ibid., p. 46). Assim, em 1934, foram estabelecidos preços mínimos para o açú-

[128] Num conhecido processo, largamente utilizado também em outras áreas da agricultura nordestina de exportação, "quando ocorria uma crise nos preços do açúcar a grande propriedade reduzia as suas atividades e remetia a sua mão de obra para a cultura de subsistência em torno dos sítios e roçados, o que lhe permitia repassar o custo da reprodução da força de trabalho para os próprios moradores e foreiros sem, contudo, perdê-los para uma outra área agrícola, pois estes permaneciam vinculados aos engenhos" (AZEVEDO, 1982, p. 45).

car e cotas de produção[129] para cada estado produtor, o que, no caso específico do Nordeste, garantiu a sobrevivência da sua agroindústria, pois ficava-lhe assegurada a reserva de uma parte significativa do mercado nacional, a salvo da concorrência paulista.

Os resultados das medidas protecionistas foram contraditórios para o Nordeste. A curto prazo, a intervenção estatal garantiu rentabilidade, tanto para os fornecedores da cana-de- açúcar quanto para os usineiros, que passaram a contar com garantias de comercialização. Além disso, verificou-se também a ampliação do "crédito institucional para o custeio e o investimento na lavoura canavieira" e o "estímulo estatal a uma política de modernização e fusões das usinas" que, inclusive, criaram as possibilidades de modificações nas formas de trabalho na agroindústria, pois "à medida que, através do crédito institucional, torna-se viável arcar com a totalidade dos custos monetários com a reprodução da força de trabalho, o engenho e a usina passam a encarar a expulsão do morador como uma vantagem econômica, principalmente levando-se em conta a rentabilidade da cultura principal" (CPDA/Suplan, Relatório Regional-1978, apud AZEVEDO, 1982, p. 47).

Se, a curto prazo, as medidas protecionistas garantiram não só a sobrevivência, mas a possibilidade de uma "modernização restringida" na agroindústria açucareira do Nordeste, a longo prazo empurraram o setor para uma armadilha que custaria a sua estagnação, pois, quando o IAA estabeleceu preços mínimos para o açúcar, na verdade, beneficiou o "produtor marginal" que produzia com maiores custos. Nessas condições (OLIVEIRA, 1981, p. 68-69),

> (...) de preços fixados em todo o território nacional, (...) os preços mínimos para o Nordeste se transformaram em preços máximos para a produção do açúcar na "região" industrial de São Paulo. É fácil perceber que essa oligopolização da demanda (...) aumentou os diferenciais de acumulação em favor da "região" onde os aumentos da produtividade do trabalho eram maiores.
>
> O próprio financiamento que o IAA passou a dar ao parque açucareiro não representou, (...) nenhuma mudança significativa para o "Nordeste"

[129] As cotas estabelecidas pelo IAA destinavam-se aos produtores do Rio de Janeiro, interior de São Paulo e Zona da Mata nordestina. Os estados do Nordeste foram beneficiados com a concessão da maior cota, 63% do que era produzido nacionalmente.

> açucareiro: servia apenas para financiar o mesmo mecanismo de reprodução do setor agrícola da atividade como um todo, nos mesmos termos. Em outras palavras, (...) [o financiamento do IAA] no "Nordeste" açucareiro financiava a reposição arcaica de relações de produção.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 houve momentos em que os dois setores da economia nordestina conheceram períodos de expansão circunstanciais, em razão de conjunturas favoráveis no mercado externo, sem que, no entanto, essas oscilações gerassem desenvolvimento estável e transformações importantes na economia que pudessem indicar que o Nordeste desenvolveria formas de acumulação capitalista mais avançadas, nos moldes do Centro-Sul. Exemplo disso foi o crescimento do setor açucareiro no fim da Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu uma significativa valorização do produto nos mercados internacionais e, particularmente, no início dos anos 60, quando a Revolução Cubana fez com que os EUA buscassem novos fornecedores. Essa expansão da procura externa do açúcar propiciou um aumento extensivo da produção regional, realizado, sobretudo, a partir da incorporação de mais terras aos canaviais. No geral, de qualidade inferior, essas terras eram as utilizadas pelos "moradores condicioneiros" para a produção da lavoura de subsistência. Como resultados diretos desse crescimento extensivo dos canaviais a partir do cultivo das terras de menor fertilidade, além do decréscimo nos níveis de produtividade e do aumento nos custos de produção do açúcar, teve início um processo de graves consequências sociais: a remoção de *moradores* e *foreiros* que, expulsos dos engenhos, foram submetidos a uma dolorosa proletarização. Esse processo, nos moldes de uma acumulação primitiva de capital, abriu caminho à intensificação do êxodo rural, ao crescimento do desemprego e do subemprego nas áreas urbanas e ao clima de explosiva tensão social e política que marcou a história de Pernambuco nos anos 50 e 60.

8.3 UM BARRIL DE PÓLVORA

As contradições sociais e as tensões políticas no Nordeste, na década de 1950 e início da de 1960, manifestaram-se mais agudamente em Pernambuco, o maior produtor de algodão, de açúcar e o estado mais industrializado da região. E o centro do torvelinho regional foi, sem

dúvida, a cidade do Recife. A capital de Pernambuco, que em 1940 tinha 348 mil habitantes, uma década depois chegava a 524 mil.[130] Porém, o significativo aumento da população explicava-se não propriamente por um desenvolvimento econômico da cidade, mas pelo êxodo rural: trabalhadores da terra fugidos das secas e, principalmente, expulsos da zona açucareira, que alterava as formas tradicionais de trabalho. E à medida que nem a indústria e nem o comércio local tinham condições de absorver esses migrantes, a população desempregada ou subempregada acabava se concentrando em precárias construções sobre palafitas fincadas na lama dos rios – os mocambos da cidade do Recife:[131]

> Segundo o Censo dos Mocambos de Recife, a população que neles morava somava um total de 164.837 pessoas, o que correspondia a 50% da população total da cidade. Dessa população, 28% entravam na categoria de desemprego disfarçado. Se a ela somarmos os desempregados propriamente ditos – que alcança a proporção de 5,3% dos 10.435 indivíduos de mais de 15 anos de idade – o total de desempregados alcança a proporção de 1/6 da população total do Recife. Este quadro serve de base para se ter uma noção mais nítida da magnitude da aceleração desse processo de crescimento da população marginal em Recife, se levarmos em conta que o volume de migração para essa cidade vem aumentando rapidamente: entre 1920 e 1940 o saldo migratório foi de apenas 77.000 pessoas; entre 1940 e 1950 de 113.700: e entre 1950 e 1958 teria chegado a 111.900, com uma média anual de 14.876.(Cohn, 1976, p. 78).

---

[130] É importante que se diga, também, que o caso de Recife não era isolado. Outras capitais nordestinas apresentaram crescimento significativo de população entre 1950 e 1960, algumas até proporcionalmente maior do que Recife. Esses foram os casos de Salvador, com um aumento de 57%, e Fortaleza, com 90%. Em números absolutos, isso representou cerca de 750 mil habitantes para as três capitais juntas (COHN, 1976, p. 79).

[131] Joseph A. Page, em seu livro *A revolução que nunca houve - Nordeste do Brasil: 1955-1964* (1972), fornece uma visão impressionista dos mocambos, que vale a pena resgatar: "Colônias de casebres, chamados mocambos, agrupam-se na lama ao longo das margens dos rios, para serem arrastados por uma ocasional inundação durante as chuvas, sempre renascendo, entretanto, quando as águas baixavam. Um constante fluxo de camponeses da zona do açúcar e do interior alimentava essas fétidas pústulas humanas. Um caso típico era o Coque, aninhado entre os dedos de terra que acenavam para as águas pardas do rio Capibaribe. Diminutos casebres de madeira, com teto de telhas ou cobertos com papelão, abrigavam uma comunidade que crescera até ultrapassar 20.000 pessoas. Pequenos botes e jangadas constituíam, no Coque, o modo mais conveniente para alguém entrar e sair, desviando-se das privadas colocadas sobre estacas que mergulhavam descuidadamente na água" (p. 23-24).

Os habitantes desses mocambos, construídos nos alagados à beira do Capibaribe e do Beberibe, fornecerão os tipos humanos para o "ciclo do caranguejo", descrito por Josué de Castro – a simbiose entre o homem e o lixo, na repetição do ciclo da pobreza, em que homens se alimentavam de caranguejos (e também siris e aratus), que, por sua vez, se nutriam dos dejetos humanos lançados na lama dos rios: "E com esta carne feita de lama, elas [as pessoas] fazem a carne de seus corpos e a carne dos corpos de seus filhos. São 100.000 indivíduos, 100.000 cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que seus corpos expelem retorna à lama, para se tornar de novo carne de caranguejo" (PAGE, 1972, p. 23).[132]

Como já se disse, esse quadro de grave crise social era, em larga medida, resultado das transformações pelas quais passava a estrutura de produção canavieira. Nos campos úmidos da Zona da Mata, onde se concentravam as maiores usinas, o avanço da cultura da cana sobre as terras das lavouras de subsistência havia se acelerado nos anos 50, levando à redução do número dos trabalhadores permanentes e ao aumento da força de trabalho temporária dos *corumbas* ou *catingueiros* e dos *volantes*. Segundo dados disponíveis, o trabalhador permanente, que em 1950 representava 50,3% da mão de obra da lavoura canavieira, em 1960, não perfazia mais do que 34,7%. Um grande número de moradores e foreiros expropriados de suas lavouras[133] buscou as ter-

[132] No prefácio ao seu livro *Homens e caranguejos* (1967), Josué de Castro reforça essas imagens referindo-se à "lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. Seres anfíbios - habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos" (p. 12).
Sem dúvida, uma imagem dos mocambos da cidade do Recife e de seus habitantes muito diversa da veiculada por Gilberto Freyre, a partir da ótica idealizada da casa-grande, em seu livro *Sobrados & Mocambos:* "as aldeias de mocambos desse tipo surgem aos nossos olhos com uma doçura de povoações de ilhas do Pacífico - as mais romantizadas pelos viajantes, pelos poetas e até pelos antropologistas. O seu ar é o de casas inteiramente à vontade entre as palmeiras e a beira-mar ou da água doce. Algumas são até lacustres: palhoças trepadas em pernas de pau dentro d'água ou dos mangues" (2001, p. 30).

[133] O processo de expropriação de foreiros e moradores da Zona da Mata, que em violência e radicalidade ganhava os contornos de um processo de acumulação primitiva de capital, "ia desde a mobilização da mão de obra para as atividades exclusivas da lavoura comercial (reduzindo o tempo dedicado à subsistência) à proibição pura e simples do sítio ou roçado e da criação de animais até o aumento constante do foro e as pressões diretas e violentas,

ras menos férteis e mais distantes, chegando quase ao Agreste, numa tentativa de recriar as condições de pequeno sitiante. A maioria, no entanto, mergulhada numa irremediável proletarização, procurou as regiões próximas às usinas, onde passou a trabalhar como volante ou, então, rumou para os centros urbanos onde o subemprego e o desemprego esperavam. Por isso, não há que se estranhar a afirmação de que o Recife era

> (...) um dos grandes centros de prostituição do mundo. Em julho de 1961, um monge francês, que conduziu extensa pesquisa sobre o assunto no Brasil, estimou que havia 30.000 prostitutas em Recife. Destas, ele calculou que 20% trabalhavam em tempo integral, enquanto as restantes tinham empregos regulares em bares ou restaurantes, ou mesmo trabalhavam como empregadas domésticas em casas particulares (ibid., p. 24).

Em síntese, pode-se dizer que, nesse período, Pernambuco foi palco de uma intensificação do domínio do capital, que, na lavoura canavieira, atualizou de modo violento as condições de exploração do trabalhador rural, eliminando as formas não capitalistas de extração de excedente ("cambão", "condição", etc.). Em lugar de relações arcaicas de trabalho, implantou-se a apropriação moderna do sobretrabalho, na forma da mais-valia. Em vez do *cambão* e do *foro,* novas modalidades de exploração do trabalhador surgiram, condicionadas a salários aviltados ("trabalho por tarefa" pago com valores abaixo do mínimo regional), à inexistência de direitos trabalhistas e à impossibilidade de qualquer acesso à organização sindical, duramente combatida por usineiros e proprietários de engenhos, que mantinham jagunços armados sob seu soldo e comando.

Foi essa massa heterogênea de trabalhadores miseráveis e expropriados, sem quaisquer direitos sociais e políticos, que alimentou e fez explodir a tensão social em Pernambuco, nos anos 50 e 60, sob a forma das Ligas Camponesas e de outras modalidades de articulação

---

como a destruição das lavouras brancas pelos capangas dos engenhos e usinas, tinha como objetivo colocar, tanto o trabalhador rural como o camponês em inteira disponibilidade para o capital, transformando-os numa mercadoria a ser adquirida no mercado, em troca de um salário" (AZEVEDO, 1982, p. 51).

dos trabalhadores do campo, principalmente na Zona da Mata. Aí o movimento social combinou tanto as formas de luta dos moradores e foreiros, que resistiam ao processo de expropriação das lavouras de subsistência, como também a mobilização dos assalariados, desvinculados de qualquer acesso à propriedade da terra, em defesa da extensão dos direitos trabalhistas e da organização sindical no campo.

Conhecidos e largamente estudados, o movimento das Ligas Camponesas e a arregimentação sindical dos trabalhadores rurais no Nordeste são aqui referidos apenas em seu significado político mais amplo, como expressão das mudanças nas relações de produção na Zona da Mata e do aguçamento dos conflitos sociais daí decorrentes, tendo em vista a recuperação das contingências históricas decisivas que cercaram o projeto de desenvolvimento do Nordeste e a proposta de intervenção planificadora de Celso Furtado, ao final dos anos 50.

Sem entrar no mérito dos limites e das contradições desses movimentos, do seu potencial revolucionário, do confronto ideológico entre as tendências políticas que disputaram a condução das ligas e a organização sindical no campo, o que se quer é chamar a atenção para a emergência das massas rurais como *sujeitos políticos,* que colocou em xeque a rígida estrutura fundiária e as soluções de compromisso que, desde 1930, sustentavam o pacto entre as antigas e novas elites e a "paz agrária" no Nordeste. O que se pretende, com a referência aos movimentos populares no campo, é salientar que, por causa da incapacidade da organização oligárquica tradicional de responder às demandas sociais, a nova ordem capitalista – em versão monopolizada e imposta no plano nacional a partir de um novo núcleo hegemônico – cobrou iniciativa de novos atores sociais que, tendo em vista um projeto de modernização e desenvolvimento nos moldes de uma nova racionalidade burguesa, procurará estabelecer em outras bases a subordinação dos trabalhadores às classes proprietárias e a destinação de um novo papel ao Nordeste na divisão nacional do trabalho, agora comandada pelo Centro-Sul, que fazia do espaço nacional integrado seu lugar de investimento, produção e realização do capital.

As Ligas Camponesas tiveram suas origens mais remotas na atuação do PCB, ao final da década de 1940, quando, na tentativa de ampliar suas bases de atuação além das cidades, o partido pretendeu construir uma

"aliança operário-camponesa".[134] Fundadas em vários estados brasileiros e tentando quase sempre a sua transformação em sindicatos, as Ligas não chegaram a ganhar força própria, em virtude, entre outros, do retorno do PCB à ilegalidade (1947) e da intensificação da violência repressiva dos fazendeiros. Após esse período, as iniciativas de constituição de associações de camponeses e trabalhadores rurais foram tímidas e sempre violentamente reprimidas. A movimentação no campo ressurgirá em Pernambuco, em outro contexto e com caráter diverso, apenas nos anos 50.

Em Pernambuco, na primeira metade da década de 1950, o ponto de partida para a mobilização social dos trabalhadores rurais foi, como se sabe, a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) do Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, logo conhecida como Liga Camponesa da Galileia.[135]

---

[134] Assunto controverso, a atuação do PCB no campo, no Nordeste, foi largamente relatada nas memórias de alguns militantes - Bezerra, *Memórias - Segunda Parte: 1946-1969* (1979); Cavalcanti, *Da Coluna Prestes à queda de Arraes* (1978) - e analisada em trabalhos acadêmicos, como o de Bastos, *Ligas Camponesas: estudo sobre a luta dos camponeses em Penambuco* (1980) ou o de Azevedo, *As Ligas Camponesas* (1982). É desse autor a informação de que as "Ligas e associações rurais foram fundadas [pelo PCB] em quase todos os estados brasileiros, reunindo em torno de si algumas dezenas de milhares de trabalhadores rurais e camponeses. Em Pernambuco, as mais fortes e de maior expressão parecem ter sido as ligas ou associações rurais de Escada, Goiana, Pau D'Alho e a da Iputinga (situada nos arredores de Recife e dirigida por um antigo militante comunista, José dos Prazeres, que teria um papel importante na criação da Liga da Galileia, em 1955). Apesar de constituídas e registradas como associações civis, a maior parte delas tentou se transformar em sindicatos, esbarrando, porém na resistência dos grandes proprietários e na negativa do Ministério do Trabalho" (AZEVEDO, 1982, p. 56-57).

[135] Segundo Bastos, os proprietários do Engenho Galileia tinham deixado de plantar cana-de-açúcar desde o final da década de 1940, quando arrendaram os 500 hectares às 140 famílias que, utilizando força de trabalho familiar, passaram a cultivar a terra combinando lavoura de subsistência com produção mercantil de alimentos. "Nesse engenho, no ano de 1954, o aluguel anual estabelecido por hectare era de CR$ 6 000,00. Na região, no mesmo ano, o preço de venda da terra variava entre CR$10 000,00 e CR$ 15 000,00. Isso equivale a que o pagamento de dois anos de renda corresponda ao valor da terra arrendada. Nesse ano o foreiro José Hortêncio, não podendo pagar os CR$ 7200,00 de renda atrasada que devia, é ameaçado de expulsão pelo dono da terra. Procura José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista (...). Este, percebendo que não se tratava de caso isolado, mas que a situação é vivenciada por inúmeros foreiros do engenho, propõe-lhe a formação de uma sociedade, com o fim de adquirir um engenho para que todos se livrem do pagamento da renda e da ameaça de expulsão. Era maio de 1954. Ao fim do mesmo ano, Hortêncio reunira um pequeno grupo de foreiros, entre os quais José Francisco de Souza, administrador do engenho, conhecido como Zezé da Galileia, que exercia forte liderança. Sob orientação de José dos Prazeres, fundam a sociedade (...)" (BASTOS, 1980, p. 32-33).

Segundo a versão mais difundida, a SAPPP surgiu como uma associação civil beneficente de ajuda mútua para assistência médica, jurídica, criação de escola e auxílio funerário para seus associados, assim como para aquisição de implementos agrícolas e reivindicação de assistência técnica governamental.[136] A Liga da Galileia ficou conhecida quando os proprietários do engenho, vendo-a como "foco de subversão", ameaçaram os camponeses com a interdição judicial da Sociedade, a repressão policial, o aumento do foro anual e a expulsão em massa dos foreiros do engenho. Alguns "galileus" buscaram, então, ajuda em Recife, recebendo o apoio do advogado e deputado pelo Partido Socialista, Francisco Julião, que passou a representá-los judicialmente, e de um comitê político interpartidário, que se encarregou de denunciar na imprensa e na tribuna parlamentar a situação do Engenho Galileia (AZEVEDO, 1982, p. 62). O caso da Liga Galileia se estendeu até 1959, quando, depois de longa mobilização e pressão política, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei do deputado Carlos Luiz de Andrade, do PSB, que desapropriava o engenho.[137]

Há que se ressaltar que, a partir de 1959, as ligas não só se expandirão para outros estados[138] como também modificarão profundamente

[136] Sobre o assunto, consultar, também, Julião (1962), Callado (1960), Fonseca (1962); Page (1972).

[137] O processo de desapropriação do Engenho Galileia foi realizado sob estrito controle governamental, conforme uma proposta da Secretaria da Agricultura do governo de Cid Sampaio de desenvolver a colonização e o cooperativismo, na tentativa de neutralizar as tensões sociais mais agudas no campo. Para isso foi criada a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), que atuaria nas áreas de maior conflito na Zona da Mata e do Agreste. No caso do Galileia, o governo, após a desapropriação do engenho (fevereiro de 1960), entregou as terras à CRC que, em seguida, dividiu os 500 hectares de terra em lotes de 10 hectares, que seriam vendidos a 47 famílias. As demais famílias, algo em torno de 100, seriam remanejadas para novas terras compradas pelo estado. Na verdade recomeçava, aqui, a luta dos "galileus", pois o plano mostrou-se incapaz de resolver a questão agrária em Pernambuco (AZEVEDO, 1982, p. 72-73; cf. JULIÃO, 1962).

[138] Depois da desapropriação do Engenho Galileia, as ligas se espalharam por Pernambuco, chegando a ter, em 1961, cerca de 10 mil associados reunidos em 40 sedes municipais. Estenderam-se também por outros estados, como Paraíba (a mais conhecida foi a liga do Sapé), Rio de Janeiro e Goiás. Em Pernambuco, as mais fortes eram as ligas de "Igarassu, Jaboatão, Cabo, Vitória, Escada, Bom Jardim, Água Preta, Pesqueira, São Bento do Una e Goiana, todas elas localizadas na Zona da Mata ou na região do Agreste". No início de 1963, as ligas contavam com núcleos regionais também no Paraná, Minas Gerais, Acre e Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão (Azevedo, 1982, p. 73, 95; Bastos, 1980, p. 102).

seu caráter inicial, à medida que sua organização e sua orientação política passaram a ser disputadas por vários segmentos da esquerda, além do PCB – grupos que divergiam das posições do PCB, principalmente os que incorporaram a experiência cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, além de algumas facções da IV Internacional (trotskistas) –, e por alguns setores da Igreja católica. Mas, se, por um lado, a evolução das ligas de associações civis em defesa dos interesses corporativos dos foreiros para articulações políticas mais densas e radicalizadas denotavam o amadurecimento do movimento, por outro lado, as dissensões políticas internas (particularmente entre Julião e o PCB),[139] a repressão e as dificuldades de organizar e coordenar as ações no plano nacional, fizeram com que, no início de 1963, já apresentassem sinais de desarticulação e de perda da hegemonia no movimento social agrário, até mesmo no local de origem (Pernambuco).

Como se sabe, as formas de mobilização social nos campos nordestinos não se restringiram, tão somente, às ligas camponesas, dado o imenso contingente de trabalhadores que, já inserido num sistema de produção capitalista de excedentes, afastava-se irremediavelmente das condições de vida dos "moradores" e foreiros. Essa massa vai se mobilizar em torno da organização dos sindicatos rurais e da luta pela extensão da legislação trabalhista no campo e chamar a atenção de instituições que, à esquerda e à direita, vão disputar a orientação ideológica do movimento e, ao mesmo tempo, tentar neutralizar as Ligas Camponesas – o PCB, a Igreja católica e os agentes da Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América (Clusa) que, como integrantes da Missão Usaid, faziam parte do programa de ação da Aliança para o Progresso no Nordeste.[140]

---

[139] Sobre o assunto ver Cavalcanti (1978, cap. XI), Page (1972, cap.VI), Azevedo (1982, cap. V).

[140] Desde o início dos anos 60, era intensa a presença de norte-americanos em Pernambuco, vindos com a Missão Usaid para "supervisionar" a aplicação dos US$ 131milhões das verbas da Aliança para o Progresso, destinadas ao Nordeste. Muitos atuavam, oficialmente, como técnicos, assessores e representantes da Clusa, encarregada de criar cooperativas rurais e, sobretudo, obter informações e manter sob controle os movimentos sociais na região. Segundo Joseph Page, a Clusa, que teria vínculos estreitos com a CIA, desenvolveu contatos com setores da Igreja católica que atuavam na organização de trabalhadores do campo, como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe) e com o padre Antonio Crespo, além de canalizar recursos para a fundação de sindicatos rurais católicos. É do mesmo autor, também, a informação de que, ao final de 1963, o padre Melo, expressiva liderança católica da região do Cabo (PE), estava recebendo dinheiro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que como sabemos, hoje, foi um dos centros articuladores do Golpe de 1964 (PAGE, 1972, cap. IX).

No caso da Igreja católica, desde o Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, em Campina Grande (experiência repetida em 1959, em Natal), verificou-se uma tomada de posição diante dos problemas sociais nordestinos, que se traduziu na defesa de medidas reformistas, capazes de diminuir as injustiças sociais e promover a estabilidade e a paz no campo. Entre elas estava, principalmente, uma nova política fundiária, como instrumento essencial de correção das estruturas econômico-sociais injustas, o que, naquele momento, assumia a forma de uma proposta de reforma agrária nos moldes da desapropriação das áreas cultiváveis dos açudes públicos (COHN, 1976, p. 88-89). Mas a ação política da Igreja só começou a se concretizar, efetivamente, a partir de 1960, quando D. Eugênio Sales criou o Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte, que em três anos chegou a fundar 48 sindicatos no campo. No mesmo período surgiu também o Serviço de Orientação Rural (Sorpe), em Pernambuco, sob a liderança do padre Paulo Crespo, que propunha o treinamento de lideranças camponesas e a criação de sindicatos católicos. Numa orientação mais à direita, na região do Cabo (Pernambuco), atuava também o controvertido e carismático padre Antonio Melo, defensor da criação de sindicatos e cooperativas rurais. Tanto um como outro tinham em mente um tipo de organização das massas rurais que afastasse os "camponeses" da esfera de influência das Ligas e da arregimentação sindical e partidária do PCB, e propiciasse a solução pacífica dos conflitos no campo e a conciliação entre trabalhadores e proprietários rurais. É importante, no entanto, que se lembre também que a ação da Igreja católica, no Nordeste, não se restringiu a esse tipo de articulação sindical. Havia também uma esquerda católica (Ação Popular) que atuava diretamente no Movimento de Educação Popular (MEP), levado à frente pela prefeitura do Recife, e depois pelo governo do estado de Pernambuco, durante a gestão de Miguel Arraes. Envolvido em um projeto de conscientização e de organização política das massas urbanas e rurais, esse movimento ocupava-se da alfabetização e da educação popular, inspirado nas formulações do educador Paulo Freire.[141]

[141] Francisco de Oliveira, partícipe e analista dos eventos que fizeram de Recife o núcleo dos conflitos de classe e das contradições do Nordeste, assim se refere, em *Elegia para uma Re(li)gião,* ao movimento de educação popular: "É no Nordeste que vai emergir o chamado processo

Além das massas populares, outros atores sociais também se puseram em movimento, em resposta ao acirramento das contradições e ao impasse a que chegara a organização social no Nordeste, particularmente em Pernambuco. O que se percebe, a partir da análise das iniciativas desses atores é o surgimento da consciência de que a magnitude dos problemas não comportava mais as soluções tradicionalmente articuladas pelo Estado central, em conjunto com as velhas oligarquias ligadas ao setor pecuário-algodoeiro. Em outras palavras, chegava-se à compreensão de que a pobreza e a exclusão de amplos segmentos de nordestinos não podiam mais ser, simplesmente, atribuídas aos problemas gerados pelas secas e nem as soluções, apresentadas em termos de frentes temporárias de trabalho, aberturas de açudes, auxílio às populações flageladas, etc. Impunha-se, agora, um conjunto de reformas estruturais, capazes de promover o desenvolvimento econômico a partir de políticas de atração e de fixação de capitais privados no Nordeste, de crescimento industrial e de algumas alterações na estrutura fundiária.

Assim é que, em 1955, quando ainda se desenrolava o movimento de resistência dos "galileus", foi organizado o Congresso de Salvação do Nordeste, que praticamente inaugurou o novo tratamento da questão regional nordestina. Realizado no Recife, entre 20 e 27 de agosto de 1955, por iniciativa da Liga de Emancipação Nacional,[142] o encontro reuniu delegados de nove estados do Nordeste (políticos de diversos partidos, industriais, comerciantes, lideranças sindicais, representantes de camponeses, cientistas sociais, escritores, etc.) que, ao fim dos trabalhos, apresentou a Carta de Salvação do Nordeste. Na Carta, pedia-se

---

de educação, orientado teoricamente por Paulo Freire, cuja raiz residia na *conscientização,* isto é, inverter o processo tradicional do aprendizado que começa pelo conhecimento para terminar - se acaso chegar lá - à consciência das situações sociais: é no Nordeste que o Movimento de Cultura Popular do Governo Miguel Arraes, desde a Prefeitura do Recife, não apenas põe em prática o método Paulo Freire, mas começa a valorizar os elementos de cultura popular para, a partir deles, desmistificar os processos de dominação e exploração; é no Nordeste, mais precisamente sob o governo municipal de Djalma Maranhão, que se produz o magnífico movimento educacional cuja sigla era 'de pé no chão também se aprende a ler', que não se reduz a uma questão de economia de investimentos, mas propunha uma educação para o poder" (1981, p. 12). Sobre a atuação da Igreja junto aos movimentos de educação popular, consultar Wanderley (1984).

[142] A Liga de Emancipação Nacional, com sede no Rio de Janeiro, reunia intelectuais de esquerda e liberais. Em Recife, a Liga era presidida por Miguel Arraes e dela participava, entre outros, Francisco Julião (AZEVEDO, 1982, p. 64). A respeito, consultar também Cavalcanti (1978).

proteção à indústria nacional, reforma agrária, reconhecimento de comissões intersindicais, do direito de greve e de pleno funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Além desses pontos, o documento denunciava, também, a estagnação da economia, as disparidades regionais que colocavam o Nordeste em situação de inferioridade em relação ao Centro-Sul, além de propor ao Estado um conjunto de iniciativas que possibilitassem mudanças nas estruturas econômicas e sociais da região (AZEVEDO, 1982, p. 65).

O Congresso de Salvação do Nordeste teve desdobramentos importantes, pois, além da criação do Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN), em 1956, com o propósito de estudar os problemas nordestinos, tendo em vista a formulação de um programa de desenvolvimento regional, foram realizados mais dois importantes eventos. Em meados de 1958, ocorreu o Encontro de Salgueiro, sob o patrocínio da Comissão da Área das Secas da Assembleia Legislativa de Pernambuco, com a participação de representantes dos governos federal e estaduais; e, em 1959, o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela Confederação Nacional da Indústria, em Garanhuns (Pernambuco), com a participação de Celso Furtado, Cid Sampaio e do próprio presidente Juscelino Kubitschek, na abertura dos trabalhos. Nesses encontros, não apenas foram redefinidos os termos das análises dos problemas regionais, como também as formas de intervenção do Estado no Nordeste, abrindo-se caminho à Operação Nordeste (Openo) e à criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que, posteriormente, deu origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (AZEVEDO, 1982, p. 66; COHN, 1976, p. 98-100; FURTADO, 1985, 3ª parte).

Ao lado desses acontecimentos, também chama a atenção o posicionamento do setor mais dinâmico e avançado do capitalismo nacional – a burguesia industrial associada ao grande capital externo, sediada no Centro-Sul, particularmente em São Paulo. Como mostra a pesquisa pioneira de Amélia Cohn, uma Missão da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo (Fiesp-Ciesp) visitou o Nordeste, em 1957, a convite da Federação das Indústrias dos estados da região. O que fica claro na análise dos documentos da Missão, recolhidos pela pesquisadora e transcritos abaixo, é a visão que os capitalistas de São Paulo têm de seu papel no processo de transformação das estruturas socioeconômi-

cas regionais e do próprio Nordeste: uma vasta área para investimentos lucrativos de capitais "paulistas", com o apoio do Estado, em nome do desenvolvimento e da

> (...) integração econômica nacional: A região [Nordeste] não foi beneficiada, como nós (SP) por largo fluxo imigratório, trazendo-nos o concurso de seu sangue, de seu espírito de empreendimentos, em muitos casos, de suas economias. Por outro lado, não deparou o Nordeste com lavoura lucrativa, como a do café, o que ensejou aos paulistas a gênese de capitais que, posteriormente, se infletiram para o campo fabril. Além disso, Paulo Afonso chegou com um atraso de praticamente 50 anos, em relação à "Light and Power"... (Fiesp-Ciesp. *São Paulo e a economia nordestina,* apud Cohn, 1976, p. 101-102)

Nessas condições, a burguesia paulista, movida pelo "espírito de bandeirar", propunha-se colocar "à disposição dos irmãos nordestinos, o patrimônio de São Paulo", obviamente, com o necessário apoio do Estado (ibid.):

> Tratando-se de estados mais pobres do que os do Sul, dificilmente lograriam eles alcandorar-se à posição dos segundos, a menos que uma política esclarecida, por parte do Governo federal e estadual, conjugada com a iniciativa privada dos que dispõem de reservas de capitais do Meridião, se capacitem de que ao Brasil não convém mais sua divisão em "dois Brasis": o do progresso constante e o da estagnação econômica. (...) A área investidora por excelência do Nordeste deve ser atribuída a São Paulo. Somos o estado de economia mais expansionista da federação, o que assumiu maiores responsabilidades, por isso mesmo, na criação de um mercado interno, quantitativa e qualitativamente respeitável, o que merece assumir a dianteira de todo e qualquer movimento, evitando que o Brasil, pela incompreensão de seus problemas de base e de perenidade, se encaminhe para o despenhadeiro das insatisfações internas e dos atritos econômicos, levando-o, quiçá à sua desintegração orgânica e celular.

No quadro das condições sociais explosivas do Nordeste (especificamente Pernambuco) traçado até agora, falta ainda a necessária referência a um elemento de decisiva importância: o redimensionamento

das forças políticas locais que desembocou na Frente do Recife, colocando em xeque não só o predomínio das oligarquias tradicionais, mas, com o tempo, setores da própria burguesia industrial nordestina, devido à crescente participação das massas trabalhadoras urbanas e rurais e a sua progressiva inclinação à esquerda.[143] Com as mesmas ressalvas, antes já feitas com relação às Ligas Camponesas, no tratamento dado aqui à questão da Frente do Recife, deixa-se de lado sua complexidade e seus desdobramentos. O interesse fundamental restringe-se, tão somente, à referência à crise do pacto tradicional de poder que, em Pernambuco, unia as oligarquias tradicionais e o setor açucareiro industrial e garantia a exclusão das massas populares da condução da vida política local e, principalmente, o monopólio da terra nas mãos das elites.

Segundo alguns analistas, as raízes da Frente do Recife estão na candidatura de Pelópidas Silveira (PSB) à prefeitura do Recife em 1955, com o apoio do PCB, de sindicatos, de associações de bairros e setores empresariais, e cuja plataforma política tinha como ponto central as resoluções da Carta de Salvação do Nordeste (SOARES, 1982, p. 33-34). No entanto, a consolidação da Frente se deu no processo de oposição política ao governo do estado de Cordeiro de Farias (PSD). Foi durante esse governo, em 1956, que a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou o Código Tributário que impunha um *arrocho fiscal* e afetava o comércio e a indústria locais. Mobilizados pela Associação Comercial e pelo Centro das Indústrias de Pernambuco, empresários (com o apoio de partidos de oposição, sindicatos de trabalhadores urbanos e das Ligas Camponesas) decidiram deflagrar um *lock-out* em todo o estado, em 9 de novembro de 1956. Foi a partir daí que começou a se firmar a aliança de oposição que isolou politicamente o governo do PSD, cujo apoio ficaria restrito às oligarquias tradicionais. A frente caminhou para a consolidação um ano depois, quando o Centro das Indústrias de Pernambuco (comandado pelo usineiro e industrial Cid Sampaio) convocou uma greve geral para 13 de março de 1957, contra a aplicação do novo Código Tributário e as prisões políticas ocorridas durante os acontecimentos de 1956. Como resultado desse processo, em termos políticos e partidários, formou-se um bloco parlamentar que reunia deputados da UDN, PTB,

[143] Sobre a Frente do Recife, consultar Callado (1979), Cavalcanti (1978), Soares (1982), Azevedo (1982).

PSP, PST e PSB, que deu origem às Oposições Unidas de Pernambuco. Foi esse grupo o responsável pelo lançamento das candidaturas de Cid Sampaio (UDN) para o governo do estado e de Miguel Arraes (PSB) para a prefeitura do Recife, compromissadas com uma política reformista de desenvolvimento econômico da região, para diminuir as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul e equacionar os conflitos sociais. Posteriormente, a Frente do Recife lançou e elegeu (1962) Miguel Arraes para o governo do estado, o qual, no processo, se inclinou fortemente em direção aos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais, com apoio de segmentos políticos da esquerda.

De todo esse processo político, importa registrar, de um lado, a emergência dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos, e, de outro, a articulação de um bloco de oposição que desloca o domínio político das oligarquias tradicionais em Pernambuco – o maior produtor de algodão e açúcar do Nordeste, o estado mais industrializado da região, onde eram mais acirradas as lutas de classes. Ganhava corpo a ideia da impossibilidade de as elites tradicionais e de as políticas de estado convencionais, restritas ao combate dos efeitos das secas, resolverem os problemas econômicos e sociais da região e dissolverem as contradições geradoras dos conflitos sociais. Ou seja, havia um amplo espaço político e uma urgência social para projetos de reforma das estruturas arcaicas e de desenvolvimento econômico, vistos como o caminho possível para a redenção do "problema regional" nordestino. E, não por acaso, esse era também o momento em que uma nova unidade nacional começava a ser gestada a partir das necessidades de reprodução e realização do capital monopolista, sediado no centro dinâmico do capitalismo brasileiro, o Centro-Sul.

9

Um projeto para o nordeste: desenvolvimento e racionalidade

> Não seria possível modificar todo um processo histórico se não partíssemos de uma interpretação desse processo; de uma adequada formulação do problema, ou diagnóstico da situação, como hoje dizemos. Para transformar esse diagnóstico em autêntica política de desenvolvimento, em ação, necessitamos de adequado instrumental administrativo.
>
> (Celso Furtado, Operação Nordeste)

A questão do Nordeste é, sem dúvida, um campo privilegiado para análise das formulações que deram sustentação ao projeto de Celso Furtado, pois a experiência da Sudene, além de excepcional oportunidade para que o ideário desenvolvimentista se combinasse com a prática institucional de reformas através do manejo dos instrumentos do Estado, lançou seu idealizador na arena das lutas políticas nacionais. Os desafios do desenvolvimento capitalista de uma região marcada por profundas contradições sociais colocaram Furtado na linha de frente de embates políticos cuja radicalidade, que anunciava a solução golpista de 1964, obrigaram-no a uma intransigente defesa de seu projeto diante das forças oligárquicas tradicionais do Nordeste e a um claro posicionamento ante os movimentos populares, especialmente as Ligas Camponesas. Isso, obviamente, forçou-o a explicitar as concepções político-ideológicas que informavam seu projeto de racionalização do espaço social que, no geral, tendiam a permanecer subjacentes em sua produção teórica.

A exemplo do que se fez em partes anteriores deste trabalho, os fundamentos políticos e ideológicos do projeto de Furtado para o Nordeste serão investigados com base na análise dos textos que vie-

ram a público no início dos anos 60, quando, à frente dos órgãos de desenvolvimento regional, colocou a questão nordestina como tema central de reflexão. Acredita-se ser esta uma empreitada exequível, dado o caráter desses escritos, marcados por larga argumentação política, que, mesmo em documentos como o do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), ultrapassa em muito a dimensão técnica de suas origens. Com isso, assinala-se, também, que não é objeto desta investigação a análise das políticas efetivamente implementadas pela Sudene no período em que Furtado foi seu superintendente, e nem dos seus resultados para a região. Como já se disse em passagem anterior, o campo das ideias e das representações constitui o interesse essencial desta abordagem, preocupada em desvelar o pensamento de Celso Furtado como ideólogo do desenvolvimentismo.

Para a análise da questão nordestina, na obra de Furtado, está à disposição um conjunto de textos essenciais – planos de governo, artigos, conferências –, elaborado entre 1959 e 1964: "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste", documento produzido no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste; "Operação Nordeste", conferência realizada no Iseb, em junho de 1959, para oficiais das Forças Armadas; "O Problema do Nordeste", que integra *A pré-revolução brasileira,* de 1962; "Processo Revolucionário no Nordeste", publicado em *Dialética do desenvolvimento,* em 1964. A esses trabalhos, produzidos no calor dos acontecimentos, podem-se agregar alguns outros, gestados posteriormente, como "O Nordeste", que compõe a terceira parte de *O Brasil pós-"milagre"* de 1981, e *A fantasia desfeita,* o segundo livro da trilogia memorialista, editado em 1989, e que tem como temas a Operação Nordeste, a criação da Sudene e a luta política pelo desenvolvimento da região. Uma questão importante, no entanto, tem precedência sobre o trabalho com essas fontes documentais de origem e caráter tão distintos: o tratamento desses escritos não pode ser homogêneo, pois a força e o sentido de cada um deles estão intimamente vinculados às circunstâncias e ao momento de sua produção. Levando-se em consideração esses aspectos, a análise vai se voltar para os textos contemporâneos aos acontecimentos, que serão tratados como "testemunhos" das motivações e das contingências que envolveram Celso Furtado no período em que controlava alguns seg-

mentos do aparelho de Estado e estava no centro dos embates políticos travados em torno dos projetos para o Nordeste. O material produzido após a derrota política e o exílio, no contexto de uma vivência acadêmica, ou selecionado pela memória que visitou o passado, arranjando os acontecimentos através do filtro do tempo e das experiências políticas e intelectuais posteriores, terão outro tratamento. Servirão, sobretudo, como referências para situações em que informações específicas, ou mesmo cronologia dos acontecimentos, precisarem ser identificadas ou confrontadas.

Retoma-se aqui a autobiografia intelectual de Celso Furtado, já anteriormente referida, pois nela encontram-se significativas referências ao Nordeste, fixadas nas lembranças dos anos de formação (OLIVEIRA, 1983, p. 30-31):[144]

> O Nordeste brasileiro, onde nasci e vivi até os vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que se estende pelos séculos dezesseis e dezessete, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país. (...) Na minha infância, no sertão, a família ampliada constituía o quadro básico de formação do indivíduo. A "política" absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias. Mas esta atividade política só remotamente estava ligada ao que ocorria no país; ela consistia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram frequentes. As histórias de violências, referidas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a minha infância (...).
>
> Esse mundo dos homens, em que o poder e arbitrariedade estavam sempre mais juntos que separados, compunha com a natureza circundante um quadro harmonioso. O clima da região é extremamente peculiar: a chuva chega em quantidade relativamente grande (para uma região semiárida) e em época precisa, provocando brusca metamorfose do mundo exterior. Mas a vinda da chuva é incerta e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da *fatalidade*. Esse golpe ocorreu duas vezes nos cinco anos que antecederam ao meu nascimento

[144] Ver Parte II, capítulo I, "Um 'auto-retrato' intelectual".

> (1915 e 1919), com funestas consequências para a família de minha mãe. As histórias dessas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam o meu espírito na primeira infância. Também ocorria de as chuvas chegarem com violência excessiva. Aos quatro anos escapei por pouco (cheguei a ficar alguns meses de cama, com queimaduras), vítima do incêndio havido em nossa casa em consequência de um desmoronamento provocado pela enchente.

O que se vê é que, além da estagnação, da rigidez das estruturas sociais, da violência de cangaceiros, Celso Furtado recorre também à mais poderosa referência simbólica para a representação do Nordeste: a seca. Um olhar mais atento permite perceber que esse quadro está muito próximo ao criado por Euclides da Cunha, n'*Os Sertões,* ou à radiografia feita por Djacir Menezes, em *O outro Nordeste.* Como se sabe, essa visão do Nordeste fixada pelo discurso intelectual, nas primeiras décadas do século XX, calou profundamente no imaginário popular e, sobretudo, fez fortuna como recurso retórico entre os grupos sociais que reivindicavam políticas públicas de auxílio à região, sempre em benefício privado. Trata-se de uma imagem tão duradoura e reiterada que acaba mesmo por assumir um caráter quase a-histórico, de potente sentido persuasivo e poder explicativo. Assim é que, mesmo depois de o viés naturalista, que afirmava o peso da inexorável determinação racial e geoclimática no mundo dos homens, perder espaço no pensamento social brasileiro, a visão do Nordeste vitimizado pela seca manteve-se hegemônica.

Nessa imagem, a brutalidade dos elementos faz par com arranjos sociais anacrônicos, resultando daí a visão de um espaço regional homogêneo (apesar da efetiva diferenciação intrarregional), onde a violência do ambiente físico e a miséria dos homens se misturam, de modo que a primeira justifique a segunda e reitere, ao mesmo tempo, a imutabilidade da organização social. Talvez se possa até pensar que a força dessa imagem é de tal ordem que mesmo Celso Furtado, cuja leitura e proposta para o Nordeste foram estruturadas em linha de colisão com essa ideia, parece a ela se curvar.

Avançando na leitura do texto, encontram-se ainda duas outras poderosas imagens arquetípicas do Nordeste: o misticismo e o domínio político dos coronéis (ibid., p. 31).

> Nesse mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade, a forma mais corrente de afirmação consistia em escapar para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença. Não longe de onde morávamos, reinava o "Padre Cícero", cujos milagres atraíam legiões de peregrinos. De forma mais imediata, existia a necessidade de se estar ligado a um "chefe político", sem o que um mínimo de segurança pessoal era praticamente inconcebível. Esse chefe, por seu lado, respondia a outro nível da região, o que o ligava indiretamente a um terceiro no âmbito do estado e, finalmente, a alguém de expressão política nacional. Assim, a necessidade de segurança pessoal, local, levava cada indivíduo a tomar posição automaticamente, com respeito a toda a organização nacional, da que quase nenhuma informação possuía. Por outro lado, a obediência no plano local era absoluta, pois a única possibilidade de escapar à tutela do "chefe" era *trair* o seu próprio grupo passando-se para o *inimigo.*

Como entender o recurso a essas imagens, tão intensamente ligadas a uma tradição que contradiz a trajetória intelectual e a vertente de análise consagrada por Furtado? Em princípio, talvez, se possa inferir que o recurso a esses elementos de forte dimensão retórica tenha por objetivo, exatamente, um resultado oposto ao convencionalmente esperado. Ou seja, Celso Furtado recorre ao discurso fatalista, sustentado pela ideia de uma ordem natural das "coisas" (ambiente e sociedade) no Nordeste, exatamente com a intenção de deslocá-lo do centro da reflexão sobre o "problema nordestino". Melhor explicando, Furtado vale-se das imagens "naturalizadas" do Nordeste para afirmar uma outra ordem, de caráter histórico-social: o primado da razão ante o imponderável na ordem societária, ou seja, a força da intervenção racionalizadora do Estado (e seus agentes planificadores), capaz de remover o atraso secular e os obstáculos ao desenvolvimento do Nordeste. O que é oferecido como uma moldura ambiental, onde forças naturais inexoráveis põem e dispõem dos destinos humanos, talvez deva ser entendido, na realidade, como um recurso retórico de referência às "asperezas" da vida nordestina, que moldaram a obstinação intelectual de Furtado pelo conhecimento científico – entendido como o instrumento capaz de imprimir mudança e previsibilidade ao mundo social – e, ao mesmo tempo, como um desafio à ação política transformadora (ibid., p. 35).

> (...) o planejamento foi para mim uma técnica social de importância muito maior, a qual permitiria elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a ideia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a história. (...) A extrema angústia intelectual que sofri nessa época (...), começou a dissipar-se quando cristalizou no meu espírito essa ideia de que o homem virá a ser dono de seu próprio destino, numa sociedade cujas estruturas hajam sido concebidas com este fim. Aqueles que alcançam este ponto, isto é, que pensam que o homem pode conduzir a história, quase sempre já estão preparados para dar o passo seguinte, ou seja, pensar que ele *deve* fazê-lo. O problema que se coloca então é o de saber *como* fazê-lo.

Mas o que era o Nordeste para Celso Furtado, para além das imagens arquetípicas de valor retórico? A resposta a essa questão, como se verá, passa necessariamente pelo que antes já se referiu com relação ao ideário de Furtado: o espaço da história na sua construção intelectual, a originalidade teórica como via de entendimento do que é particular na periferia capitalista, a teoria voltada para a ação, o comprometimento com o pensamento cepalino, o papel fundamental do Estado (e da *intelligentsia* incrustada nos aparelhos governamentais) no processo de desenvolvimento capitalista nacional.

9.1 UM DIAGNÓSTICO PARA AÇÃO: NORDESTE COMO PERIFERIA

A questão regional brasileira, que no pós-30 esteve frequentemente associada aos problemas do atraso e das secas do Nordeste, ganhou notável relevância na década de 1950, quando a problemática do desenvolvimento tornou-se preeminente no debate político nacional. Seja por influxo geral do processo de reconstrução do mundo capitalista após a Segunda Guerra – que foi acompanhado pela criação de instituições como o Bird (Banco Mundial) e a Cepal, pela elaboração de planos de ajuda às nações destruídas (Plano Marshall), pela formulação de teorias sobre o desenvolvimento econômico e o planejamento capitalista da economia, pela "descoberta" do Terceiro Mundo –, seja

por motivações especificamente nacionais – os resultados da concentração industrial no Centro-Sul, o clima de insurgência popular nos campos nordestinos e a emergência de governos de caráter nacional-desenvolvimentista –, o desenvolvimento regional e, particularmente, o "problema do Nordeste" ganharam lugar de destaque na agenda política e econômica do governo federal.

No caso do Nordeste, sem dúvida, a visibilidade dos "retirantes" que aos milhares fugiam das secas que assolaram a região nos anos 50, dirigindo-se principalmente para as grandes cidades do Sudeste, contribuiu de modo direto para a tomada de consciência e a decisão do Estado de enfrentar o desafio da modernização da economia nordestina. É claro que a isso se somou também a difusão, nas esferas oficiais, de estatísticas sobre a economia nacional que colocaram em evidência numérica as grandes diferenças regionais no Brasil (CANO, 2000, p. 104):

> Em 1951 e 1952, eram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, que continham dados sobre as disparidades das rendas regionais. Pelos censos industriais de 1919 e de 1949, podia-se constatar que as taxas médias anuais de crescimento industrial foram de 7,9% em São Paulo e de 5,4% para o resto do país e que São Paulo concentrava entre 50% e 70% do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção. Em suma, ficava cada vez mais claro que os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar e que poderiam aumentar, diante dos maciços investimentos em infraestrutura e em indústria pesada decorrentes do Programa de Metas, que se concentravam principalmente em São Paulo, e isto desencadeava pressões políticas das demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento.

A preocupação em reverter esse quadro econômico geral fez com que, no correr da década de 1950 e início da de 1960, o governo federal criasse uma série de organismos com o propósito de diminuir os "desequilíbrios regionais". Destacavam-se, entre eles, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), de 1953; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), de 1956; o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), em 1959; a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Cedeco), de1961.

Como já se sabe, no caso específico do Nordeste, desde o final do século XIX, as secas obrigavam, regularmente, o governo federal a uma atuação direta na região. Historicamente, a primeira intervenção ocorreu durante o Império, quando a seca de 1877 castigou a região. Entre as medidas então adotadas estavam a construção de barragens, represas e a destinação de verbas especiais. Essas iniciativas acabaram tornando-se padrão, pois, a cada grande estiagem, o Estado punha-se em ação, investindo recursos públicos na construção de açudes, ferrovias e estradas. Com esse propósito, chegou-se mesmo a criar, no início do século XX, como já se viu antes, uma agência federal específica (IOCS), transformada em 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A necessidade de contornar a grave crise social, periodicamente acirrada pelas estiagens, fez, ainda, com que fosse atualizado um dispositivo legal na Constituição de 1946, presente desde as Cartas de 1891 e 1934, que vinculava 3% da receita federal (acrescida de mais 1%, através de disposições transitórias) para obras contra as secas. Com semelhantes propósitos foram criados, em 1948, a Comissão do Vale do São Francisco e a Cia. Hidrelétrica do São Francisco e, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (ibid., p. 104-105).

No final da década de 1950, as secas, a insurgência camponesa e os compromissos desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek fizeram com que a Operação Nordeste fosse posta em andamento, em caráter de urgência, a partir da criação do Codeno. Não se tratava, porém, de simples continuidade das formas tradicionais de intervenção do governo federal na região. Algo bem mais ambicioso, em conformidade com o espírito do Plano de Metas, estava em articulação. Como se sabe, Celso Furtado encarregou-se da elaboração de um documento,[145] que tra-

[145] O documento que lançou as bases para a política de desenvolvimento do Nordeste não é assinado por Furtado e sua autoria aparece genericamente atribuída ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Segundo Wilson Cano, Furtado evitou assumir a autoria do texto temendo que resistências ao seu nome criassem obstáculos à aprovação da Sudene no Congresso. O GTDN, de composição técnico-política conservadora, de certo modo, era mais tolerado pelas elites nordestinas (CANO, 2000, p. 106).
São conhecidas as condições em que o documento - "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste" - foi elaborado. Em suas memórias *(A fantasia desfeita),* Furtado conta que, como diretor no BNDE para atuar no Nordeste, passou a integrar o GTDN, que desenvolvia, na época, estudos setoriais sobre a região. A morosidade e inoperância da equipe de trabalho o

çava as diretrizes de um plano de modernização capitalista do Nordeste, amparado numa leitura inovadora da "questão regional nordestina". Em lugar do assistencialismo e da visão naturalizada dos problemas da região, estabelecia uma proposta de ampla reforma econômica para que o Nordeste saísse do atraso secular e superasse a condição de "periferia" do Centro-Sul industrializado. O plano guiava-se por um diagnóstico de orientação cepalina, que apontava a existência de profundas disparidades no ritmo de crescimento regional e, sobretudo, de desigualdade nas relações econômicas estabelecidas entre o Nordeste e o Centro-Sul, desde a década de 1930, sempre favoráveis à região industrializada. Esse diagnóstico amparava-se, também, numa análise histórico-econômica das razões especificamente nordestinas da estagnação e, sobretudo, numa abordagem inédita do problema das secas. O projeto tinha como pressuposto a atuação planificadora e centralizadora de uma agência estatal (Sudene) encarregada de controlar os órgãos públicos federais já atuantes na região e colocar em funcionamento Planos Diretores Bianuais, submetidos à aprovação pelo Congresso Nacional.

Documento do GTDN: "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste"

Apresentado publicamente em março de 1959, o documento, de 94 páginas, recheado de quadros estatísticos, estava dividido em quatro partes, além de uma Introdução Geral: I - O Nordeste na Economia Brasileira; II - Elementos Dinâmicos da Economia do Nordeste; III - Aspectos Econômicos do Problema das Secas; IV - Plano de Ação.

Logo nas primeiras linhas do documento, uma importante indicação sobre a forma de tratamento da questão regional. Furtado referia-se a "uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro

---

teriam levado à elaboração de um plano de desenvolvimento regional independentemente do GTDN. Para tanto, serviu-se, sobretudo, da infraestrutura do BNDE em termos de "coleta e processamento de informações" e da sua familiaridade com as "técnicas de planejamento regional". A ideia, segundo Furtado, era "produzir um documento que contivesse uma explicação do subdesenvolvimento do Nordeste visto como região de um país, o Brasil, subdesenvolvido". O texto preliminar foi apresentado por Furtado, em 6 de janeiro de 1959, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, numa reunião convocada por Juscelino Kubitschek para que se discutissem os problemas do Nordeste, assolado por mais uma grave seca. Nesse encontro foi instalada a Operação Nordeste (Openo), sob o comando de Furtado, que também recebeu a incumbência de elaborar o documento final (FURTADO, 1989, p. 37-45).

do desenvolvimento econômico nacional" (1997, p. 387). Em outras palavras, a questão nacional com anterioridade e como parâmetro para entendimento e resolução da problemática regional nordestina. O pressuposto de Furtado era o de que o caminho do desenvolvimento seguido pela economia brasileira, além de não possibilitar a constituição de "um só sistema, comparável a outras economias subdesenvolvidas de nível de renda *per capita* similar" (ibid., p. 394), dava origem às disparidades regionais que colocavam em risco a unidade da nação e comprometiam as perspectivas de ultrapassagem da barreira do subdesenvolvimento. Portanto, uma leitura que, às causas seculares do atraso do Nordeste, adicionava as resultantes da política geral de industrialização que, em curso no país desde os anos 30, favorecia o Centro-Sul.

Através de um quadro comparativo entre o ritmo de crescimento da economia nordestina e a da região industrial do país,[146] Furtado dava conta de uma grande desigualdade entre os níveis de renda das duas áreas (ibid., p. 391):

> Comparada com a do Centro-Sul, a renda *per capita* do Nordeste é inferior a um terço. Esta diferença é mais chocante que a existente entre o nível de renda *per capita* do Centro-Sul e a de países altamente industrializados, como a Alemanha Ocidental. Com efeito: a diferença de grau de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul supera a que se observa entre esta última região e a média das nações industrializadas da Europa Ocidental. Demais, como o esforço exigido pelo desenvolvimento é relativamente maior nas primeiras etapas, depreende-se que o problema do Nordeste, dentro da economia brasileira, apresenta maior gravidade que o do próprio Brasil, no conjunto das economias mundiais.

[146] A análise econômica comparativa entre o Nordeste e o Centro-Sul, que tinha por base dados censitários de 1950, colocava em evidência que a região nordestina tinha: "1) Uma proporção menor da população ativa no total da população: 31,1 contra 33,9 %; 2) Uma proporção muito maior da população ativa ocupada na agricultura: 71,7 contra 51,1%; 3) Uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas: 1,3 contra 2,4 hectares; 4) Uma quantidade bem inferior de capital investido na agricultura (...); em 1950, para cada hectare de terra cultivada no Nordeste havia 6.300 cruzeiros de capital imobilizado, contra 27.300 no Centro-Sul; 5) Um grau muito menor de capitalização nas indústrias, o que se pode aferir pelo fato de que, em 1950, a cada operário nordestino correspondia 1,55 C.V. instalado nas indústrias, contra 2,34 no Centro-Sul" (FURTADO, 1997, p. 391).

Com uma renda *per capita* inferior a 100 dólares, em 1956 – e, certamente, abaixo disso, como decorrência da seca em 1958 –, o Nordeste podia ser incluído entre as regiões menos desenvolvidas do Ocidente, constituindo a mais extensa, populosa e miserável área subdesenvolvida das Américas. Na verdade, para Furtado, o Nordeste brasileiro configurava o caso de um "subdesenvolvimento de segundo grau" manifestado num país periférico que, ao encetar a caminhada para a industrialização, mostrava-se incapaz de uma propagação equânime do progresso econômico interno, reiterando as condições de atraso e estagnação de algumas de suas regiões.

No entanto, mais do que com as diferenças nos níveis de desenvolvimento propriamente dito, Furtado preocupava-se com os possíveis efeitos da tendência manifesta de aumento progressivo das disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul: temia que assumissem o caráter de um processo cumulativo de difícil reversão que, se institucionalizando, transformasse as desigualdades regionais em "características de sistemas econômicos isolados", pondo em risco a própria unidade nacional.[147] Na visão de Furtado, o surgimento de áreas de antagonismo entre os dois sistemas existentes no Brasil era uma possibilidade real, uma vez que, no decênio anterior à redação do documento, as disparidades haviam aumentado significativamente. "As

[147] As preocupações com os riscos para a construção nacional, advindos das disparidades no desenvolvimento regional, reapareceram na obra de Celso Furtado nos anos 90, quando se voltou à análise dos efeitos da mundialização capitalista para o Brasil. Isso fica particularmente evidente no livro *Brasil: a construção interrompida,* em que analisa a integração das economias nacionais no mundo globalizado, o crescimento das empresas transnacionais e a dita "crise de governabilidade" que atinge os Estados periféricos. Referindo-se ao Brasil, afirma que "a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos da sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. Se se instalam plataformas de exportação no Nordeste, no estilo das "maquiladoras" mexicanas, a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional. (...) Nessas circunstâncias, já não se contará com a integração das economias regionais e a formação do mercado interno em geral como um motor do crescimento. (...) A alternativa consiste em apoiar-se, de preferência, no mercado internacional, o que significa depender da dinâmica das empresas transnacionais. (...) Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional" (FURTADO, 1992, p. 32,35).

estimativas de renda, referentes a 1948 e 1956 (...) indicam (...) que a participação do Nordeste se reduziu (...) de 15,5% para 13,4% da renda total do país. Nessa conformidade, a renda *per capita* do nordestino que, em 1948, alcançava 37,3 % da do habitante do Centro-Sul, descera a 32%, em 1956; tendo em conta que 1958 foi um ano de seca, pode-se dar por certo que, no momento presente [começos de 1959], não alcançará sequer 30% da do seu compatriota da região Centro-Sul" (ibid., p. 392). Além da desigualdade nos níveis de renda, também, as diferenças nas taxas de crescimento da produção entre as duas regiões haviam se acentuado, reforçando o distanciamento (ibid., p. 393):

> No período (...) a produção real do Nordeste cresceu 37%, o que corresponde a uma taxa acumulada de 4,0% anual. No Centro-Sul o crescimento foi de 51,2%, ou seja, a uma taxa anual de 5,3%. Se se tem presente que o aumento da população foi quase o mesmo nas duas regiões, deduz-se que, em termos *per capita,* a taxa correspondente ao Nordeste alcançou 1,5% e, ao Centro-Sul, 2,7%. A disparidade de ritmos de crescimento da renda real foi, entretanto, muito maior, em razão da grande melhoria havida na relação de preços de intercâmbio externo – como decorrência do aumento do preço do café – que beneficiou a região Sul do país. Assim, o índice de renda real do Brasil cresceu 61%, entre 1948 e 1956, contra 49% da produção real. Pode-se, portanto, assegurar que a renda *per capita* do Centro-Sul aumentou a uma taxa de cerca de 3,5%, ao passo que o aumento da renda *per capita* do Nordeste não terá superado 1,5%.

Onde buscar as razões dessas disparidades? Como entender o fato de a economia agroexportadora do açúcar não ter dado as bases para uma industrialização, como ocorreu com o café, em São Paulo? Por que as diferenças entre o processo de desenvolvimento do Nordeste e do Centro-Sul tendiam a aumentar progressivamente? Para encontrar as respostas e diagnosticar os problemas de raiz do Nordeste e do próprio processo de desenvolvimento nacional, Furtado vai valer-se do arsenal teórico cepalino. Recorrendo às suas categorias de análise, vai interpretar as relações do Nordeste com o Centro-Sul em termos dualistas, como "centro e periferia" e, sem referir-se propriamente ao conceito de "deterioração dos termos de troca", identificar mecanismos de transferência de renda da região atrasada para o polo mais desenvolvido da economia

brasileira. O recurso à história econômica, por sua vez, lhe permitirá considerar as determinações especificamente "nordestinas" do atraso, trazendo os motivos da estagnação secular do Nordeste para o âmbito das relações econômico-sociais. Com isso, reverterá paradigmas tradicionais de análise do Nordeste que, no geral, tendiam a se abrigar sob o manto do determinismo naturalista ou, mesmo, das interpretações culturalistas da sociologia de Gilberto Freyre.

Segundo Furtado, o atraso relativo do Nordeste não podia ser entendido apenas em função da menor quantidade disponível de terras aráveis, das secas periódicas que assolavam a região, da concentração de renda ou mesmo da economia de subsistência que absorvia um grande contingente populacional no semiárido. As disparidades no ritmo de crescimento do Nordeste, comparadas às áreas industriais, explicavam-se, em larga medida, pela dinâmica da "própria política de desenvolvimento" do país, ou seja, pelos mecanismos cambiais e pelos subsídios que favoreciam as indústrias do Centro-Sul, em detrimento da economia nordestina. Furtado constrói a demonstração desse processo através da análise das relações comerciais entre as duas regiões, que, segundo ele, eram responsáveis pela transferência perversa de renda do Nordeste para a região mais desenvolvida. Forçado a se abastecer no Centro-Sul (cujos preços haviam triplicado nas décadas de 1940 e 1950), em virtude da política protecionista que impedia o acesso às importações do exterior, o Nordeste perdia quase metade das divisas obtidas com suas exportações.

A ideia básica era a de que o Nordeste, que possuía uma balança comercial externa superavitária, apresentava déficit nas suas relações comerciais internas com o Centro-Sul. À medida que a política econômica de favorecimento da substituição de importações subsidiava a indústria, em detrimento da agroexportação, havia taxas de câmbio diferenciadas para importação de bens de capital e bens de consumo. Essa era a forma de reservar divisas externas para o aparelhamento do setor fabril e criar um mercado interno protegido para as empresas nacionais. Percebe-se que, segundo a leitura de Furtado, o Estado, ao manter as taxas de câmbio supervalorizadas, punha em marcha uma política que afetava negativamente o Nordeste, pois parte significativa dos ganhos das exportações do açúcar, cacau e algodão sofria com o confisco cambial.

O oferecimento, aos exportadores, de taxas de câmbio menos vantajosas que as dos importadores levava à transferência de renda não só dos setores agroexportadores para os industriais, como também da região nordestina para o Centro-Sul. O Nordeste, não tendo condições de recorrer às manufaturas importadas, tornava-se um mercado cativo para o Centro-Sul: através das compras dos produtos industrializados nacionais, transferia para lá as suas divisas. Essa era uma situação que tendia continuamente a se agravar, pois a diferença nos termos de troca, desde o final da década de 1940, favoreceu expressivamente os preços dos produtos industriais (LOVE, 1998, cap. X).

Trabalhando com índices estatísticos sobre o comércio exterior nordestino correspondentes ao período de 1948-1956, Furtado demonstra que a região apresentou um saldo positivo de 638 milhões de dólares em sua balança comercial – o suficiente "para cobrir o déficit da balança comercial do resto do País (552 milhões de dólares), sobrando ainda 74 milhões para atender a outras contas do balanço de pagamentos" (ibid., p. 395). No entanto, 40% dessas divisas tinham sido transferidas para o Centro-Sul, que, desde os anos 30, passava por rápidas transformações estruturais (FURTADO, 1987, p. 397),

> (...) a procura de equipamentos e produtos semielaborados, que as indústrias requerem – em grande parte artigos não produzidos no país – cresceu com intensidade muito maior no Centro-Sul. Os efeitos dessa procura mais intensa de divisas no Centro-Sul foram agravados pela política de controle das importações, que em razão de seu caráter seletivo favorecia as importações sem equivalente nacional, muito menos frequentes na folha de compras do Nordeste que na do Centro-Sul. É este um caso típico de medidas que, embora orientadas no louvável sentido de fomentar a industrialização do País, redundaram em prejuízo direto da região menos desenvolvida.

Impossibilitado de importar do exterior – seja porque suas divisas tinham sido absorvidas pelos importadores do sul, seja porque as mercadorias de que necessitava não podiam ser importadas, por causa de obstáculos cambiais –, o Nordeste era obrigado a usar a renda correspondente às suas divisas em compras no Centro-Sul, acumulando um saldo negativo nesse intercâmbio. São formulações dessa natureza que permitem a Furtado concluir que (ibid., p. 397),

> (...) o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial do que adquire no Centro-Sul, o Nordeste vem contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta nessa região. [Uma] Segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que a inversa; em outras palavras, o Centro-Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra. De resto, como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compõem principalmente de manufaturas, pesando nas exportações nordestinas muito mais as matérias-primas, cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se se mede o intercâmbio em termos da massa de emprego criada nas duas regiões.

Em síntese, a política protecionista posta em prática com a finalidade de garantir as indústrias nacionais sediadas no Centro-Sul era responsável por uma significativa transferência interna de recursos em prejuízo da região mais pobre, alargando a disparidade nos níveis de desenvolvimento regional. Pelos cálculos efetuados por Celso Furtado, a transferência de recursos, entre 1948 e 1956, havia sido algo em torno de 167 milhões de dólares, ou seja, uma média anual de 24 milhões de dólares.[148]

Além dessa modalidade de transferência, existia também o "duplo fluxo de rendas". Nos períodos de prosperidade econômica relativa, os recursos do setor privado nordestino emigravam em busca de formas lucrativas de aplicação, em razão da falta de oportunidades de inversão reprodutiva na região. Já nas fases de crises climáticas, o dinheiro público federal fazia o caminho inverso, rumo às áreas atingidas pelas

[148] Joseph Love, em seu livro *A construção do Terceiro Mundo,* calcula que essa transferência de recursos do Nordeste para o Centro-Sul tenha, na realidade, ficado em torno de 15 a 17 milhões de dólares anuais. Segundo ele, teria ocorrido um erro na transcrição dos dados usados por Furtado para chegar à quantia de 24 milhões de dólares. "Além disso, um procedimento incorreto foi seguido no cálculo daquela soma, ou seja, uma transferência positiva de renda do Centro-Sul para o Nordeste, em 1952, foi simplesmente omitida, ao invés de subtraída do fluxo líquido de recursos. Levando em conta esses itens, e usando as diversas séries alternadas fornecidas (...), [Love calcula que] a transferência líquida de renda para o Centro-Sul foi da ordem de US$ 15 a 17 milhões por ano, para 1948-1956. (...). Em 1995, Baer (...) calculou que a tendência a longo prazo nas políticas governamentais e nos fluxos de comércio, favoreciam o Centro-Sul em detrimento do Nordeste, como Furtado havia afirmado" (LOVE, 1998, p. 383 e 401).

secas. No entanto, segundo Furtado, mesmo que os recursos governamentais compensassem a tendência emigratória dos capitais privados do Nordeste, não contribuíam para aumentar a capacidade produtiva e a geração de empregos na área, pois destinavam-se a obras assistencialistas, geralmente simples subsídios ao consumo, e, quando muito, à abertura de estradas e açudes. Isto é, investimentos não reprodutivos, incapazes de tornar a economia nordestina "mais resistente às secas", um destino muito diverso dos capitais privados do Nordeste que, aplicados fora das áreas de origem, ampliavam o potencial de investimento em outras regiões.

O desafio essencial, diante desse quadro, era reverter a dinâmica do "colonialismo interno", buscando, através do planejamento econômico adequado, um novo impulso dinâmico para a economia nordestina. Coerente com a análise que via as relações entre o Nordeste e o polo industrializado em termos da dualidade cepalina e com a concepção de progresso e desenvolvimento dessa linha teórica, Furtado, obviamente, descarta de saída "a forma mais 'barata' de uma economia crescer", ou seja, simplesmente aumentando as exportações de produtos primários. Sem recusar um esforço sistemático de ampliar as exportações, propõe uma política de diversificação da economia interna, isto é, a industrialização como a forma possível para superar o atraso relativo do Nordeste (1987, p. 389).

> Nas regiões urbanas do Nordeste há, hoje em dia, uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar. Esse exército de subempregados vem crescendo com intensidade igual ou maior que a do total da população urbana. A política industrial visa o tríplice objetivo de dar emprego a essa massa flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar.

Em suma, a saída possível para o Nordeste era a industrialização, único processo capaz de dar as bases para um desenvolvimento endógeno, de diversificar a estrutura produtiva, de absorver mão de obra, de gerar mercado interno e, em moldes schumpeterianos, de criar um empresariado capitalista dinâmico.

O plano de industrialização do Nordeste, além de reorganizar as indústrias tradicionais (principalmente as de tecelagem, que haviam perdi-

do posição ante o Centro-Sul), deveria ter em mira a criação de indústrias de base que permitissem o estabelecimento de um sistema econômico capaz de autopropagar-se. Para tanto, havia um conjunto de condições propícias na região, que iam desde a existência de mercado para produtos manufaturados, oferta elástica de energia elétrica nos centros urbanos, disponibilidade de matérias-primas, até abundância de mão de obra não especializada (mais barata que a do Centro-Sul) e instituições de financiamento público, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

O projeto elaborado por Furtado previa a instalação de quatro grupos de indústrias. O primeiro, um núcleo siderúrgico que permitiria "a expansão de indústrias de transformação do ferro e aço e mecânicas, que [existiam] em forma embrionária". Preocupado com as limitações de investimentos, lembrava as possibilidades de instalação de usinas para "produção de ferro de primeira fusão, em 40 mil toneladas, a preços competitivos". O segundo, um conjunto de indústrias mecânicas simples, "como a fabricação de implementos agrícolas, móveis metálicos e outras que já conta[vam] com amplo mercado na região". O terceiro, fábricas que, "apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais", tinham possibilidades de "penetrar rapidamente nos mercados em expansão do Sul do País". Furtado referia-se, sobretudo, às indústrias produtoras de cimento, adubo fosfatados e de aproveitamento do "rutilo, da magnesita e da gipsita" e do sisal (ibid., p. 427).

Havia, ainda, uma quarta frente fabril no Nordeste a ser priorizada, a das indústrias tradicionais voltadas para o mercado local, que se valiam da abundância de matéria-prima e da mão de obra barata: a indústria têxtil que, na década de 1950, comparativamente à do Centro-Sul, apresentava evidentes sinais de decadência.[149] Por se tratar de um setor há

[149] Segundo Furtado, a tendência do parque industrial têxtil nordestino à estagnação e decadência, na década de 50, decorria, "em grande parte, de fatores circunstanciais, sendo o mais importante o subsídio indireto proporcionado pela política cambial à mecanização. Ao baratear, relativamente, os equipamentos têxteis importados, os quais – devido à orientação tomada pela tecnologia nesse setor – implicam grande economia de mão de obra, a política cambial tornou mais econômico o investimento na indústria têxtil onde a mão de obra era relativamente mais cara. Entre mecanizar a indústria têxtil no Sul ou no Nordeste, convinha mais mecanizá-la onde os salários eram relativamente elevados, isto é, no Sul. Ora, ao tomarem essa decisão, os industriais estavam incorporando às indústrias do Sul a quase totalidade do volumoso subsídio que o governo proporcionava através da política cambial.

muito instalado, a recuperação das fábricas de tecidos de algodão deveria ser um dos objetivos centrais do projeto.

Uma questão essencial, no entanto, desafiava a instalação desse núcleo industrial autônomo no Nordeste: uma política de incentivos às indústrias instaladas na região que desse sustentação econômica ao projeto. "Se o Centro-Sul, que se beneficiava de total proteção alfandegária, necessitou de uma parafernália de incentivos para alçar o voo da industrialização, que dizer do Nordeste?". A preocupação de Furtado justificava-se em virtude do estabelecimento da resolução n° 204 da Sumoc, que desmontava a política de subsídios cambiais que, em larga medida, havia sustentado o desenvolvimento industrial paulista na década de 1940.

Sua proposta era "repensar o sistema de incentivos especificamente em função do Nordeste, cuja industrialização teria lugar sob o fogo da concorrência das indústrias consolidadas do Centro-Sul" (FURTADO, 1989, p. 120). Com essa finalidade, introduziu-se uma série de emendas no I Plano Diretor, com o propósito de tornar o Nordeste atraente para os investidores industriais, especialmente os da região sulina. Essas emendas significavam, em última instância, a oferta de financiamentos a fundo perdido aos capitalistas interessados, desde que os investimentos se adequassem às diretrizes do desenvolvimento regional, definidas pela Sudene. Inspirada na "legislação italiana da Cassa del Mezzogiorno", a lei n. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, em seu artigo 34, estabelecia as diretrizes para os incentivos aos investimentos industriais no Nordeste: "É facultado às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50% nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela Sudene, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste" (ibid.,p. 121).[150]

Dessa forma, o parque industrial sulino elevou fortemente sua produtividade, eliminando em grande parte a vantagem que as indústrias do Nordeste derivam de seu mais baixo nível de salários" (FURTADO, 1997, p. 428).

[150] Em 27 de junho de 1963, a lei n. 4.239 modificou as determinações sobre os incentivos fiscais para o Nordeste, estendendo-os para as atividades agrícolas e retirando a obrigatoriedade de que as empresas investidoras tivessem 100% de capital nacional. Havia, no entanto, uma importante salvaguarda (§4, art.18): "Não poderão ser transferidos para o Exterior, direta ou indiretamente, e a qualquer título, as receitas derivadas das parcelas de investimentos financiados com os descontos previstos neste artigo, sob pena de revogação do favor obtido e exigibilidade das parcelas não efetivamente pagas do imposto de renda, acrescidas de multas de 10%

A esta altura da análise, quando elementos da proposta de Furtado para o Nordeste ganham corpo, é possível chegar a algumas conclusões preliminares. A mais evidente é a de que seu projeto de desenvolvimento para o Nordeste pressupunha o rompimento das relações de subordinação e dependência da região com o Centro-Sul, o que, em termos cepalinos, passava necessariamente por uma política de substituição regional de importações, ou seja, pela criação de um "centro autônomo de expansão manufatureira" (ibid., p. 390). E isso na medida em que, o atraso do Nordeste, as disparidades nos níveis do desenvolvimento regional, Furtado explicava-os através da transposição para o âmbito nacional das relações existentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, que a teoria da Cepal analisava em termos da dinâmica centro-periferia.

O que se percebe é que os problemas que Furtado se propõe a enfrentar no Nordeste, ao final dos anos 50, eram, em larga medida, desdobramentos do processo de reprodução capitalista no Brasil, que, além de se realizar numa dimensão desigual e combinada, seguia também a tendência histórica à concentração, inclusive em termos regionais. Tratava-se de uma etapa em que não apenas a industrialização brasileira já não guardava as características da fase de substituição de importações (implantava-se, naquele momento, a indústria pesada e de bens de consumo duráveis), mas que, também, se processava sob o domínio do capital estrangeiro e das empresas oligopolizadas. Nessa fase, as decisões de investimento do grande capital eram tomadas à revelia dos tecnocratas e das burguesias regionais. Além disso, desde que o desenvolvimento industrial passou a ser comandado pelo Centro-Sul, foi posto em movimento um processo de integração do mercado brasileiro, em escala nacional, que tinha por pressuposto uma "complementaridade inter-regional" ditada pelas necessidades e interesses da acumulação daquele polo econômico.[151]

e juros de mora de 12% ao ano, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação específica do imposto de renda". A ideia era a de que os recursos disponíveis para investimentos no Nordeste fossem "nacionalizados", ou seja, submetidos às leis de regulamentação da exportação de capitais, para não se criarem pressões no balanço de pagamentos (Furtado, 1989, p. 121). Para as alterações na política de incentivos fiscais para investimentos no Nordeste, após 1964, consultar Cano (1998, cap. V, VI; 2000, p. 115-116).

[151] Em seu trabalho sobre *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*, Wilson Cano afirma que "é a partir do período 1962/67 que o processo de integração do mercado nacional passa a contemplar também a forma mais avançada, a da dominação do processo de acumulação de capital à escala nacional. Assim sendo, a complementaridade inter-regional teria de

Em outras palavras, qualquer possibilidade de estabelecimento de um "centro autônomo de expansão manufatureira", isto é, de um processo regional de substituição de importações, já se encontrava historicamente inviabilizada naquele momento (CANO, 1998, p. 240-241).

As concepções teóricas que informavam a análise de Furtado, no entanto, faziam-no explicar as disparidades regionais sob a angulação de uma dualidade estrutural interna e, nesses termos, postular formas de desenvolvimento capitalista regionalizadas, apesar da questão nacional ser o seu ponto de referência. Essa é, sem dúvida, uma contradição em suas proposições, pois, mesmo apesar de mobilizado em torno de um projeto nacional, preocupado com o dilaceramento do tecido social brasileiro e com as ameaças que os desequilíbrios regionais representavam à unidade da nação, Furtado trata a questão nordestina em termos de um desenvolvimento econômico "regionalizado", tendo por base um núcleo manufatureiro autônomo.

É importante salientar agora, que, para Furtado, assim como as relações desiguais com o Centro-Sul não explicavam *in totum* o atraso e a estagnação do Nordeste, a industrialização, por si só, não poderia transformar com a rapidez necessária as estruturas econômicas e sociais da região. Por isso o Plano de Ação, apresentado no documento do GTDN, previa outras diretrizes básicas, tais como:

> (...) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
> (...) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar a sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e

---

ser ainda maior entre polo e periferia; os efeitos dos estímulos maiores. Dado que a maior parte da indústria pesada e de bens de consumo durável foi instalada no polo, ela dificilmente desbordaria em direção à periferia, salvo em casos específicos. (...) Os efeitos da destruição (...) em parte já se manifestavam antes do advento da indústria pesada e relacionavam-se à modernização de parte do setor produtor de bens de consumo não durável do polo. Com a política de incentivos fiscais, acelera-se ainda mais esse processo, via realização de modernas inversões de propriedade do capital do polo, na periferia, destruindo velhos empreendimentos similares locais. O encerramento de grandes e antigas fábricas têxteis no NE constitui o maior exemplo desta situação" (CANO, 1998, p. 242).

> (...) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da faixa semiárida. (FURTADO, 1997, p. 390)

Essas três diretrizes, que complementam a proposta de intensificação dos investimentos industriais, têm como fundamento uma leitura das razões especificamente "nordestinas" da estagnação do Nordeste. Nessa leitura, o lugar central é ocupado pelo que Furtado chamou de "complexo econômico nordestino": categoria analítica que lhe permite estabelecer os nexos explicativos da singularidade dessa região no Brasil e, ao mesmo tempo, identificar os fundamentos históricos dos seus problemas. É importante, sobretudo, que se entenda também essa formulação como uma chave analítica para superar o artifício explicativo da seca, como o recurso teórico que possibilita a Furtado buscar as determinantes primárias do atraso do Nordeste nas formas históricas de sua ocupação econômica, na sua estrutura fundiária e não nas determinações climáticas.

9.2 "COMPLEXO ECONÔMICO NORDESTINO": FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO ATRASO

A rigor, o Nordeste aparece muito cedo como preocupação intelectual de Celso Furtado. Já em 1948, em sua tese doutoral – *Economia colonial no Brasil dos séculos XVI e XVII* –, dedica-se à análise da produção açucareira nordestina, tendo as Antilhas Francesas como referência comparativa. Porém, muito pouco encontra-se aí do que mais tarde será a formulação do "complexo econômico nordestino", excetuando-se as alusões à lenta decadência e estagnação do setor açucareiro, por mais de dois séculos, e à rigidez do seu sistema: os dois elementos explicativos das peculiaridades econômicas e sociais da região, nos termos de Furtado.

Referindo-se à cristalização de relações sociais em condições de estagnação econômica, afirma (Furtado, 2001, p. 149),

> O caso do açúcar no Nordeste brasileiro é particularmente ilustrativo, porque não tendo esse produto perdido completamente seu mercado exterior (...), e se tendo ampliado o seu mercado interno, o pequeno mundo patriarcal cria-

> do em torno do engenho pôde chegar até nossos dias. Sua desorganização definitiva, motivada por fatores endógenos de transformação na técnica de produção, é também ilustrativa dessa persistência das elites cristalizadas.

Aqui, Furtado tem em mente o processo de modernização da indústria açucareira que dá origem às usinas modernas, que confrontam a tradição secular dos engenhos. No contexto nordestino, observa-se o que ele chama de "solução conciliadora": "a atividade industrial será centralizada nas usinas, mas estas não possuirão terras; a agricultura será confiada aos antigos engenhos". Mas essa solução, que no imediato produz uma acomodação social, apresenta sérias contradições, dado o ritmo e os métodos de trabalho rotineiros dos engenhos, incompatíveis com a superioridade técnica das usinas. Segundo Furtado (ibid., p. 150-151),

> O conflito entre os velhos senhores de engenho e a grande indústria usineira apresenta-se hoje sob a forma de luta dos fornecedores de cana pela sobrevivência. As usinas continuam seu processo de absorção de terras, contra a resistência da classe de donos de engenho. Em 1934, estes conseguiram uma vitória com a intervenção estatal e a lei que fixou cotas obrigatórias de cana a serem absorvidas pelas usinas. Estas, entretanto, aproveitam todas as oportunidades para adquirir terras e, com elas, as cotas dos engenhos ainda existentes. A seu favor militam fatores de ordem econômica. Desde o momento em que lhes falte apoio estatal, os engenhos serão vulnerados pela concorrência.

Na realidade, porém, mais do que com as contradições desse sistema, Furtado está preocupado com a notável resistência às transformações e com a rigidez de estruturas demonstrada pelo sistema latifundiário de monocultura do açúcar no Nordeste. É aí, em traços coloniais atávicos, que procura as razões dos arcaísmos da economia e da sociedade nordestina.

Essas formulações apenas embrionárias ganham corpo, anos depois, em *Formação econômica do Brasil* (1959). Nesse livro, em vários capítulos, Furtado dá forma ao processo histórico de constituição do "complexo econômico nordestino", cujos elementos básicos podem ser sintetizados na capacidade do setor açucareiro de preservar suas estruturas econômicas e sociais durante as longas crises de exportação e na combinação entre a economia do açúcar e sua "projeção", a pecuária extensiva.

O ponto de partida é a análise da produção escravista do açúcar, que, desde o século XVI, foi responsável pela colonização do que veio a ser mais tarde o Brasil. Atividade econômica de grande potencial dinâmico,[152] em termos da alta rentabilidade do mercado exportador e da larga oferta de terras para ocupação, o açúcar não garantiu, no entanto, um dinamismo econômico interno: a renda que não era revertida para o exterior (na forma de direitos do monopólio colonial, renda de não residentes, etc.) concentrava-se quase que integralmente nas mãos dos senhores de engenho, que retinham cerca de 90% do que ficava na colônia. E, desse montante, uma parte significativa também escoava para o exterior através da importação de bens de consumo ou mesmo maquinaria necessária à produção do açúcar. Dessa forma, era insignificante a parcela da renda em circulação interna, o que esterilizava qualquer possibilidade de um "desenvolvimento de autopropulsão" (FURTADO, 1964, p. 58-59):

> Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5%) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um empregado assalariado – mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira – e imputando um salário monetário de 15 libras anuais a cada um, chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2% da renda gerada no setor açucareiro.

Essas formulações de Furtado, a propósito da dinâmica interna de acumulação da economia açucareira, têm desdobramentos que, no plano da análise, permitem-no caracterizar o modo singular pelo qual a economia escravista nordestina respondia às crises do setor exportador preservando suas estruturas. Segundo ele, à medida que todos os fatores de produção pertenciam ao senhor de engenho, a renda monetária, que

[152] Segundo Celso Furtado, "O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60 por cento desse monte, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem europeia não era superior a 30000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica" (1964, p. 58).

se expressava no valor das exportações, praticamente se concentrava em suas mãos e "a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações". Assim sendo, o fluxo de renda ocorria apenas entre a unidade produtiva e o exterior e, na medida que um mesmo empresário controlava todos os fatores de produção, esse fluxo se resumia "a simples operações contábeis, reais ou virtuais" (ibid., p. 65)

Diante de um quadro como esse, Furtado questiona as possibilidades de expansão e evolução estrutural da economia açucareira escravista no Nordeste. Segundo ele, nem o crescimento considerável da economia escravista (como o ocorrido nos séculos XVI e primeira metade do XVII) e nem os retrocessos na produção (como os provocados pela concorrência antilhana, na segunda metade do século XVII) foram capazes de provocar modificações significativas na estrutura do sistema, daí advindo a histórica cristalização das instituições econômicas e sociais nordestinas. E tudo isso porque (ibid., p. 67),

> Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos de manutenção dependiam, principalmente, da própria utilização da força de trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho. Destarte o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. As paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente.

Em síntese, a reação da economia escravista às crises e à estagnação era muito peculiar, pois, ante a diminuição das exportações, não era conveniente ao empresário reduzir a utilização da capacidade produtiva, uma vez que seus custos eram quase somente gastos fixos. Assim, a queda na capacidade produtiva do sistema era lenta, expressando-se, sobretudo, na impossibilidade de reposição da força de trabalho escrava e dos equipamentos importados. Por essa razão, a economia escravista nordestina

pôde resistir durante mais de três séculos às inúmeras crises de depressão, recuperando-se sempre que o dinamismo do mercado externo permitiu, sem, no entanto, apresentar qualquer modificação estrutural significativa.

Além da extraordinária estabilidade das estruturas do sistema de produção escravista, Furtado chama a atenção para outro componente do complexo econômico nordestino: a pecuária como uma "projeção" da economia do açúcar. Desenvolvida para abastecer o setor açucareiro com carne e animais de tração, a pecuária logo foi deslocada da faixa litorânea, dando início à ocupação das áreas interiores do Nordeste, "cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins e, para o norte, o Maranhão nos começos do século XVII" (ibid., p. 75). Essa atividade, economicamente dependente e induzida pela economia açucareira, tinha características radicalmente diversas da produção escravista exportadora (ibid., p. 73-74):

> A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração de terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições da procura.

Outras características podem ser facilmente deduzidas desse quadro. A pecuária era uma atividade de baixa rentabilidade (a renda total gerada pela pecuária não devia exceder a 5% do valor da exportação do açúcar), de produtividade irrisória, de escassa população absorvida e que atraía, principalmente, o colono sem recursos para o empreendimento açucareiro. De pequena especialização e reduzida comercialização, a criação de gado representava um mercado de dimensões insignificantes, ligando-se muito mais à subsistência de sua população.

Dessas condições de ocupação econômica do Nordeste, Furtado pôde extrair uma importante conclusão: tanto a atividade açucareira como a pecuária tendiam a conservar suas unidades produtivas sem modificações estruturais, seja durante o processo de expansão (dado o caráter extensivo da produção, bastava incorporar mão de obra e terras), seja na fase de retração (em virtude da reduzida expressão dos custos

monetários). E isso, sobretudo, porque sempre "convinha continuar operando (...) pois os fatores de produção não tinham uso alternativo" (ibid., p. 78). No entanto, se os efeitos a curto prazo de uma contração da demanda tinham resultados semelhantes, tanto na atividade criatória como na economia açucareira, a longo prazo a retração econômica provocou diferenças substantivas entre elas. E é importante que se atente para os desdobramentos dessa formulação, pois é aqui que Furtado situa a constituição do "complexo econômico nordestino".

Na pecuária, o capital era reposto automaticamente, sem gastos monetários expressivos, ao contrário da produção açucareira, que dependia da importação de força de trabalho e maquinaria. E isso porque a criação do gado não só dispensava equipamentos importados, como também, dada as condições de alimentação e trabalho, garantia o crescimento vegetativo de sua mão de obra. Num quadro como esse, o agravamento do declínio da produção açucareira, no século XVIII,[153] teve como um dos resultados a expansão da pecuária no contexto do setor de subsistência, com as consequentes retrações da renda monetária, da divisão de trabalho e da produtividade. Senão vejamos,

> A expansão do sistema [pecuária] era, aí, um processo endógeno, resultante do aumento vegetativo da população animal. Dessa forma, sempre havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que crescia vegetativamente, e também para elementos que perdiam sua ocupação no sistema açucareiro em lenta decadência. Sem embargo, se a procura de gado na região litorânea não estava aumentando num ritmo adequado, o crescimento do sistema pecuário se fazia através do aumento relativo dentro do mesmo setor de subsistência. Em outras palavras, a importância relativa da renda monetária ia diminuindo, o que acarretava necessariamente uma redução paralela de sua produtividade econômica. A redução relativa da renda monetária teria de repercutir no grau de especialização da economia e no sistema de divisão do trabalho dentro da mesma. Muitos artigos que antes se podiam comprar nos mercados do litoral – e que eram importados – teriam agora que ser produzidos internamente. Essa produção, entretanto, limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato. (ibid., p. 80)

[153] A situação agravou-se no século XVIII, por causa da elevação nos preços dos escravos e da migração da mão de obra especializada, em função da atividade mineira na região das Gerais.

É dessas formulações que Furtado extrai os fundamentos da peculiar condição do Nordeste no contexto nacional. Para ele, as raízes dessa situação deviam ser buscadas no processo de contínuo "atrofiamento" da economia nordestina e no persistente declínio de sua renda *per capita,* ao final do século XVII e início do XVIII, período em que historicamente se formou "o complexo econômico nordestino". Segundo Celso Furtado, a estagnação do setor açucareiro não exigiu a migração do excedente de sua população livre: ela foi continuamente absorvida pela "fronteira móvel" da pecuária porque, aí, a oferta de alimentos (em condições de terras abundantes) era muito elástica (ibid., p. 81-82).

> Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, portanto, a população pode continuar crescendo normalmente através de um longo período de decadência das exportações. No nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na região da pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se, assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer (...) em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira (...).

Em síntese, para Furtado, a expansão econômica do Nordeste, durante mais de um século e meio, consistiu num "processo de involução econômica": o setor açucareiro perdeu importância no contexto exportador e a pecuária, reduzida aos níveis de subsistência, cresceu significativamente, absorvendo os excedentes de população. O sistema econômico nordestino, com base na exportação do açúcar, altamente produtivo e de grande rentabilidade até meados do século XVII, transformou-se numa economia em que a maior parte de sua população apenas reproduzia a própria subsistência, num regime em que a divisão de trabalho e a especialização eram praticamente inexistentes.

A esta altura, salta à vista a importância da persistente estabilidade das estruturas do *complexo econômico nordestino* no esquema explicativo de Furtado sobre o Nordeste. *É aí que estão os fundamentos históricos do ana-*

cronismo de suas instituições sociais, do seu atraso no processo de desenvolvimento capitalista. Por isso, o Nordeste que emerge da escrita de Celso Furtado é uma formação social que, atavicamente, mantém traços da organização colonial em pleno século XX – latifúndio, concentração da renda, rígida estrutura de dominação e exclusão social e política.

No entanto, por maior que seja a capacidade e a abrangência explicativa da noção de *complexo econômico nordestino*, a compreensão do Nordeste não poderia dispensar o tratamento específico da questão das secas,[154] seja em razão das dimensões reais do problema para a região, seja pela força do discurso das "obras contra as secas" que sustentava formas de dominação de parcelas significativas das elites locais. E Furtado o fará de modo original, em conformidade com seu ideário desenvolvimentista, através de uma abordagem que subverte o discurso tradicional, rompendo com as justificativas fatalistas dos imperativos climáticos. Aqui, sem dúvida, está uma de suas mais significativas contribuições intelectuais: *o enfoque histórico-econômico do problema das secas no Nordeste*. Contribuição, diga-se de passagem, de que Furtado tem plena consciência, como o atestam suas memórias (FURTADO, 1999, p. 39):

> Muitos estudiosos brasileiros haviam refletido sobre a região, mas quase sempre limitando seu campo de observação. O agrônomo José Guimarães Duque, crítico acerbo da política de açudagem praticada pelo DNOCS [Departamento Nacional de Obras Contra as Secas], produzira estudos de grande valor sobre a ecologia da região semiárida. A hidrologia começara a ser estudada, e também algo se conhecia da pedologia regional. Faltava relacionar a ecologia com as estruturas socioeconômicas, o que permitiria perceber que o fenômeno da "seca" é em grande parte devido a essas estruturas. Sem modificá-las, toda a tentativa para solucionar o problema carecerá de seriedade.

---

[154] Em *A operação Nordeste*, Furtado é categórico quanto à necessidade do tratamento do "elemento específico do problema nordestino – a semiaridez de grande parte do território e as secas". A ignorância dessa peculiaridade faria com que a organização econômica da região fosse caracterizada apenas pela baixa produtividade. Segundo suas palavras, "a economia do Nordeste não é somente um sistema de baixa produtividade. É também um sistema sujeito a crises *sui generis* de produção e emprego" (FURTADO, 1959, p. 25).

9.3 A SECA COMO CRISE ECONÔMICO-SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

As secas tornam-se objeto de preocupação sistemática de Furtado, a partir de 1959, num contexto muito específico: a análise dos problemas da região Nordeste com vistas ao desenvolvimento centrado na criação de um polo industrial autônomo. Isso permite inferir que o tratamento da seca, em termos de crise social e de produção, tem como viés o projeto capitalista regional, como bem o atestam o documento do Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN) – "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste" – e o livro *A operação Nordeste*. Nesses textos, o pano de fundo da análise das secas é a investigação das razões pelas quais o Nordeste não acompanhou o ritmo econômico do Centro-Sul e a indagação quanto às possibilidades de aceleração e de desenvolvimento da economia nordestina.

A questão essencial é descobrir por que o enfraquecimento do impulso exportador açucareiro não abriu caminho para uma economia com base no mercado interno, a exemplo da cafeicultura paulista, que, após a crise exportadora dos anos 30, deu margem a um processo de industrialização por substituição de importações. O que se percebe é que, ao discutir as condições de organização da produção do açúcar e as consequências do debilitamento do estímulo externo dessa economia, Furtado acaba por elaborar um quadro geoeconômico das formas de ocupação do Nordeste que lhe permite tratar a seca numa dimensão histórico-social.

Segundo ele, o "complexo econômico nordestino" compreendia duas grandes sub-regiões, a faixa úmida do litoral oriental (a Zona da Mata) e o interior semiárido (Sertão), que correspondiam, de modo geral, "aos dois sistemas econômicos que aí se constituíram desde os primórdios da colonização; um com base na produção de açúcar; o outro, apoiado na pecuária" (Furtado, 1997, p. 408). Uma terceira sub-região intermediária poderia ser também identificada no *hinterland* nordestino – o Agreste, que absorvia os excedentes populacionais que a economia açucareira, nas fases de retração, não conseguia manter. Essa área, de terras mais pobres do que a Zona da Mata, abrigava minifúndios que sediavam uma economia de baixa produtividade, no nível de subsistência.

A região litorânea – localizada "entre os contrafortes da Borborema e o Oceano Atlântico, estendendo-se da Bahia ao Rio Grande do Norte" e que convivia com taxas altas e regulares de chuvas ("alcançando 2.000mm") – caracterizava-se pela especialização da agricultura exportadora, sob a forma da monocultura do açúcar, que monopolizava as terras férteis de massapê. Altamente concentradora de renda, a economia que aí se delineou, além de impedir a constituição de um mercado interno, exigiu para seu pleno funcionamento a formação de extensos latifúndios. Típica economia "que se formou e cresceu por indução de fatores externos" nas fases de expansão da procura internacional, o açúcar absorvia intensamente os fatores de produção disponíveis (mão de obra e terras), num nível ampliado de produtividade, propiciando, inclusive, o surgimento de um importante núcleo demográfico no litoral.

Nos momentos de declínio do mercado exportador, no entanto, o sistema de produção açucareira expulsava os seus excedentes populacionais para as terras de qualidade inferior do Agreste, que passavam a abrigar atividades de sobrevivência de ínfima produtividade média. Nessas condições, a ocupação econômica de vastas regiões do Nordeste acabou se realizando de modo muito peculiar: a partir dos sucessivos "períodos de prosperidade do setor açucareiro – que repercutiam em ampliações dos canaviais nas terras baixas e úmidas, cuja posse está concentrada nas mãos de grandes latifundistas – e períodos de dificuldade para a velha economia açucareira, que engendravam a expansão de uma agricultura de subsistência de baixa produtividade" (ibid., p. 409). Um quadro como esse permitiu a Furtado concluir que a formação histórica e a ocupação territorial do Nordeste, em linhas gerais, ocorreram no contexto de uma economia capaz de se expandir apenas horizontalmente. Isto é, através das atividades de sobrevivência que ocuparam terras pouco férteis, muitas delas, inclusive, localizadas nas regiões semiáridas. Desprovidas de qualquer potencial dinâmico e mesmo desenvolvidas em áreas sujeitas às secas periódicas, essas atividades não foram capazes de reverter a secular estagnação regional.

As áreas semiáridas no Nordeste, sujeitas a secas periódicas, compreendiam cerca de 1 milhão de km^2. Ocupavam praticamente todo o Ceará e o Rio Grande do Norte, grande parte da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e parcelas do Piauí, de Sergipe e de Alagoas. E,

apesar de a ausência de chuvas não ser total, em algumas dessas áreas a redução das precipitações podia chegar a 90%.

> A seca se configura quando a baixa da precipitação alcança 50% em região suficientemente extensa para afetar algumas centenas de milhares de pessoas. Além da queda na precipitação, a seca também se caracteriza por maior irregularidade nessa precipitação. Ao invés de 600mm em três meses, temos 300mm em 15 dias, ou em dois ou três aguaceiros. O fenômeno da seca, na forma como se apresenta no Nordeste, é quase único em todo o mundo. Existe coisa parecida em certas regiões, como por exemplo, no centro de Madagascar. Mas não existe paralelo, pelo menos em área tão extensa e tão povoada (FURTADO, 1959, p. 25-26).

Furtado lembra que a caatinga sertaneja é constituída por

> (...) abundante revestimento florístico, de zona semiárida, totalmente adaptado a condições específicas de solo e clima. Durante o longo período seco que ocorre todos os anos (cerca de oito meses) a caatinga se defende, usando parcimoniosamente suas reservas de água. Ao anunciar-se o novo inverno, na certeza de que poderá renovar essas reservas, sacia-se sofregamente, dando lugar a esse espetáculo maravilhoso por sua instantaneidade que é a transfiguração daquele montão de gravetos secos em bosque verde (ibid., p. 26-27).

No documento do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Furtado afirma, também, que "A precipitação pluviométrica, na região enquadrada no Polígono das Secas, a rigor, não pode ser considerada baixa, pois mesmo nas caatingas a média se situa entre 500 e 700mm anuais". Nessa medida, o sertão do semiárido não poderia ser considerado desértico, pois dispunha de uma quantidade relativamente grande de água. No entanto, havia um sério problema: as chuvas eram muito concentradas (Furtado, 1997, p. 416-417),

> (...) observando-se uma correlação negativa entre o grau de concentração e o nível pluvial: quanto menos dias chuvosos há, mais fortes são as chuvas. A seca é causada por uma agravação desses fenômenos: baixa no nível de precipitação e concentração maior desta. Por vezes, a seca resulta,

principalmente de uma perturbação na distribuição das chuvas; em outras vezes, sua causa básica está na queda do nível de precipitação. O mais comum é a combinação das duas anormalidades; redução da precipitação média a 400 ou 500 milímetros, com concentração dessa precipitação em uns poucos aguaceiros.[155]

O fenômeno da seca no Nordeste não teria a gravidade com que geralmente se apresentava se um outro tipo de economia tivesse sido formado no sertão. Para Furtado, o aspecto central do problema situava-se exatamente neste ponto: a inadequada ocupação econômica do semiárido. Por não ter as características fisiológicas de deserto, o semiárido permitiu o desenvolvimento de um tipo de economia extremamente vulnerável às estiagens periódicas e de um adensamento demográfico. Aberta à penetração do gado – pois no "período de chuvas a caatinga enverdece e formam-se as pastagens" que, apesar de fracas, comportam "certa carga animal" e, naturalmente, alguma "carga humana" –, a caatinga acolheu as boiadas que, lentamente, avançaram sertão a dentro, acompanhadas pela população excedente do Agreste. Se aí apenas se fixasse a pecuária, a seca não chegaria a representar uma calamidade social. O problema estava na alta concentração populacional da região, muito acima das possibilidades ecológicas do semiárido, e no estabelecimento de uma ampla agricultura de subsistência que, além da pecuária, associava-se à exploração comercial de uma planta xerófila nativa, o algodão-mocó (ibid., p. 28).

A fazenda típica da região sertaneja combina a pecuária com o algodão-mocó, o trabalho assalariado na pecuária com a "meação" na agricultura. Se visitarmos uma fazenda dessas, encontraremos um conjunto de famílias de "moradores" – chamam-se moradores porque não são propriamente em-

[155] Não era diferente a visão de Guimarães Dutra, especialista em solos e funcionário do DNOCS, "Eu estive nos desertos dos Estados Unidos, do México e do Peru. O Nordeste do Brasil é incomparavelmente melhor que qualquer dessas regiões áridas. O Nordeste não é seco, é anfíbio, e nisto reside sua vantagem e sua perdição. Na cheia, o Nordeste esquece a seca e na seca esquece as enchentes. A caatinga (...) é uma região admirável. Precisamos a todo custo preservar essa flora única, para nosso bem e para estudo dos naturalistas do mundo inteiro. Nenhuma outra região considerada seca do planeta ostenta as árvores copadas e industrializáveis do Nordeste, ou espécies como o faveleiro e a palma forrageira, esta nutrindo e dessedentando o gado a um só tempo, o faveleiro produzindo 45% de azeite de mesa e uma torta com mais proteínas do que a carne verde" (CALLADO, 1960, p. 28).

> pregados, não têm salário monetário, são, digamos, sócios nos riscos e na venda da produção algodoeira, com direito a casa e a uma faixa de terra para lavoura de subsistência.
>
> O algodão plantado dura vários anos – o meeiro faz a capinagem, cuida da plantação, faz a colheita e é dono da metade do produto. O dono da terra tem a outra metade – mas o seu gado constitui para ele importante fonte de renda adicional, tanto mais que representa de certo modo um capital móvel, capaz de ser transferido, em épocas de seca, para pastagens melhores.
>
> Quanto ao meeiro de algodão, não tem outra fonte de renda além da meação, mas tem quase sempre o seu pedaço de terra, baixada ou várzea que seja, onde pode plantar os seus "legumes", para prover à sua alimentação e à de seus dependentes. E aí se fecha a economia. Ele planta para comer, mas também possui renda monetária.
>
> Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população na caatinga. E foi este aumento populacional que transformou a seca na grande calamidade social dos últimos três quartos de século.

É esse quadro de ocupação econômica do semiárido que permitiu a Furtado tratar o problema da seca como "crise de inadaptação". E isso porque a estiagem não afetava gravemente nem o algodão, xerófila adaptada às condições ecológicas do sertão, e nem tampouco o gado, seja porque para ele havia sempre alguma reserva de forragem, seja porque podia ser deslocado para as regiões beneficiadas pela açudagem. A mais atingida era a lavoura de alimentos de subsistência que, perecendo durante a seca, deixava à míngua a população de meeiros. Não tendo como se alimentar, o trabalhador em meação não podia ficar à espera da renda obtida com algodão: "sai para a estrada, (...) se "retira", em busca de alguma fonte de emprego que lhe permita sobreviver" (ibid., p. 29).

Em síntese, do ponto de vista da ocupação econômica do semiárido, a seca adquiria a forma de uma grande compressão da produção que, no entanto, não atingia as três camadas da economia da mesma forma. Os maiores prejuízos incidiam sobre aqueles que tinham menores condições de resistência, isto é, os trabalhadores em meação. Enquanto a lavoura de alimentos era praticamente destruída, os efeitos da seca, geralmente, eram bem menores, tanto para o algodão quanto para a pecuária. No caso dos algodoais, mais resistentes à falta d'água, os prejuízos se expli-

cavam, muitas vezes, pela necessidade de se sacrificar a plantação para alimentar o gado, pois a pecuária era prioridade dos fazendeiros. Além de um investimento maior, o rebanho apresentava maiores dificuldades para ser recuperado.

São análises como essas que permitem a Furtado afirmar que, do ponto de vista da economia do Nordeste, a seca representava uma "crise de produção" de dimensões limitadas, pois, incidindo predominantemente sobre o setor de subsistência, tinha pouca capacidade de se propagar pela economia como um todo. Vão nesse sentido suas observações de que, "No caso extremo do Ceará essa crise alcançou, em 1951, cerca de 25% do produto estadual. Em 1958, é provável que tenha alcançado 33%, nesse Estado. Contudo, para o conjunto da região não representou, em 1951, mais de 5%" (1997, p. 418). A gravidade do fenômeno deveria, portanto, ser creditada ao fato de se concentrar sobre a parcela da população do Nordeste que não tinha nenhum meio de defesa contra os efeitos da estiagem.[156]

Posto desse modo, o "problema da seca" não poderia ser enfrentado em termos de escassez de água, simplesmente. Aliás, caso "chovesse o dobro a região ainda seria mais pobre [pois] a erosão tudo destruiria, inclusive a caatinga'" (FURTADO, 1959, p. 31). Tratava-se, nesse caso, de encarar a seca como uma grave questão econômico-social. A incompreensão desse fato, segundo Furtado, redundava na inoperante política de obras contra as secas (construção de açudes e abertura de frentes de trabalho, que permitiam um nível mínimo de renda à população flagelada), levada a efeito pelo Estado. No seu entender, além de não resultar numa equação efetiva para os problemas gerados pelas formas de ocupação do semiárido, essa política acabava, perversamente, servindo como reforço para as bases tradicionais de dominação e de exploração econômica na região.

[156] No documento do GTDN, Furtado afirma: "Para que se tenha uma ideia da magnitude desta crise, basta observar que a população ocupada na agropecuária, nos quatro estados mais afetados pela seca de 1958 - Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba - não é muito superior a 1,5 milhão, e que o número de pessoas que tiveram de ser empregadas pelo Governo superou meio milhão. Se se admite que uma terça parte daquela população trabalha em terras localizadas fora da zona afetada pela seca (faixa úmida, serras, chapadas, etc.), deduz-se que uma pessoa, em duas que trabalham na agricultura do perímetro semiárido, foi reduzida pela seca à completa indigência. Ora, uma crise que provoca 50% de desemprego em uma extensa região, cuja população não dispõe de qualquer reserva, tem necessariamente que assumir o caráter de grande calamidade social" (p. 418-419).

Furtado chama a atenção, também, para o fato de as frentes de trabalho sempre precisarem ser acompanhadas pela interferência do Estado no setor de alimentos, pois o mercado local nunca estava aparelhado para atender, aos milhares, famílias que, anteriormente produtoras de sua subsistência, acorriam agora à compra de gêneros de sobrevivência. Ou seja, além de gerar a procura, empregando a maior parte dos sertanejos, via-se o Estado obrigado a criar a oferta, para garantir o abastecimento dos bens de primeira necessidade à população flagelada. Mesmo reconhecendo os óbvios aspectos humanitários, Furtado criticava radicalmente essa política, pois sua principal consequência era justamente a fixação dos meeiros no semiárido, o que não apenas agravava os problemas gerados pela excessiva carga demográfica na região, como também reforçava o poder tradicional dos fazendeiros. Além de terem suas propriedades valorizadas pelas estradas e pelos açudes financiados pelo governo, os grandes proprietários podiam "dispensar uma fração maior de seus moradores, durante a seca, do que seria o caso se temessem uma imigração permanente da população" (FURTADO, 1997, p. 419). Os fazendeiros gozavam, assim, da segurança de que os moradores, que conservavam suas famílias dentro das propriedades enquanto trabalhavam para o Estado, estariam à disposição quando as chuvas voltassem.

Para Furtado, qualquer política contra as secas, sob o risco de absoluta inoperância, deveria ter como pressuposto a compreensão das características da ocupação econômica do semiárido, particularmente, da extrema vulnerabilidade da agricultura de subsistência que absorvia a maior parte de sua população. No entanto, é preciso lembrar que, tendo como referência um projeto de desenvolvimento capitalista do Nordeste, Furtado não colocará o problema econômico da seca no semiárido, simplesmente, como uma "instabilidade da oferta de alimentos". O tratamento dessa questão será feito, fundamentalmente, em termos das dificuldades de expansão das relações econômicas de mercado na região. Certamente, não é outro o sentido destas observações (ibid., p. 421):

> A raiz do problema está (...) em dar maior estabilidade à renda real do trabalhador, e não à oferta de alimentos. Se durante a seca o trabalhador compra alimentos no mercado é porque o Governo, embora artificialmente, cria o poder de compra necessário. Por mais estável que seja a oferta de alimentos, se a seca continua a reduzir drasticamente a renda do trabalhador, seus

> efeitos econômicos continuarão a ser os mesmos. Se se pretende criar uma economia mais resistente aos efeitos das secas, o primeiro passo a se dar consiste em reduzir o âmbito da agricultura de subsistência, ou seja, em aumentar a faixa monetária. Alcançando esse objetivo teremos aumentado a produtividade média da economia da região. Por outro lado, se se aumentar a faixa monetária, consegue-se automaticamente que os efeitos da crise de produção provocada pelas secas não se concentrem nos grupos de população economicamente mais fracos.

Pode-se dizer, então, que a resolução do problema das secas, na perspectiva desenvolvimentista, tinha como ponto essencial a elevação dos níveis de produtividade da economia do semiárido nordestino, sem o que a generalização das relações de mercado na região estaria comprometida. Mas isso só seria possível mediante a reorganização das unidades econômicas sertanejas, tendo em vista uma utilização mais racional dos recursos naturais e um menor emprego intensivo da mão de obra barata. O que, em outros termos, significava elevar os rendimentos na pecuária e fomentar a racionalização da cultura algodoeira. No primeiro caso, tratava-se, sobretudo, da melhoria das pastagens – a partir da "difusão sistemática de espécies arbóreas forrageiras adaptadas às condições ecológicas da região"–, que possibilitasse um aumento no rendimento dos rebanhos e, no segundo, a seleção de sementes e novas técnicas de plantio que favorecessem maior produção por hectare e melhor qualidade e uniformidade das fibras. Nesses termos, uma (ibid., p. 422)

> (...) pecuária sustentada durante os períodos secos em forragens arbóreas que se adaptem às condições mesológicas, e uma agricultura de plantas xerófilas igualmente adaptada ao ambiente, protegidas e orientadas por uma eficiente assistência técnica e financeira do Governo, poderiam constituir o núcleo central de uma economia de elevado grau de resistência às secas e de razoável nível de produtividade.

A reorganização econômica do semiárido dependia, obviamente, da equação do problema dos excedentes de mão de obra, liberados a partir da eliminação da agricultura de subsistência. Para tanto, Celso Furtado defendia algo próximo a uma reengenharia na ocupação socioeconômica do espaço regional. Ou seja, o deslocamento da fronteira agrícola

nordestina, com as finalidades de absorver trabalhadores excedentes do Polígono das Secas e produzir alimentos necessários à economia de mercado do semiárido. Tratava-se da proposta de colonização do Maranhão que, incorporado ao Nordeste, poderia agregar terras úmidas, com "invernos" regulares, que faltavam ao sertão. Nada que lembrasse a migração espontânea, já existente, para essa área, em decorrência das secas, que tendia a reproduzir as formas rudimentares da lavoura sertaneja. Furtado tinha em mente um plano de colonização levado à frente pelo Estado, que incorporasse as terras maranhenses e a mão de obra nordestina num sistema econômico mais amplo, vinculado a uma economia de mercado, e que contasse com infraestrutura de estradas, com assistência técnica e financeira, com política de preços mínimos e com escoamento para a produção garantidos por órgãos governamentais.[157]

Tendo em conta esses elementos, algumas conclusões saltam à vista e abrem caminho para um avanço na análise. Está claro que um dos principais aportes da teoria de Furtado sobre o Nordeste é, sem dúvida, a releitura do problema das secas sob a ótica da teoria econômica desenvolvimentista. Através dela, a "questão do atraso nordestino" escapa do atrelamento à temática das secas, deslocando-se para o universo da discussão histórico-econômica da constituição do "complexo econômico nordestino". O discurso da vitimização do Nordeste assolado pelas terríveis estiagens, tão ao gosto dos grupos dominantes locais favorecidos pela "indústria da seca", cede passo a proposições de ocupação racional do semiárido do ponto de vista do mercado. No entanto, o significado das propostas de eliminação da agricultura de subsistência, de

[157] Depois de constituir um grupo de trabalho e iniciar visitas às áreas de interesse no Maranhão, Furtado e sua equipe deram prioridade à construção da estrada litorânea que ligava São Luís a Belém. Foi então que se depararam com povoados miseráveis, resultantes da imigração espontânea para a região. Segundo relato de Furtado, foi feito "um rápido recenseamento da população, que já se aproximava das 50 mil pessoas, e os dados obtidos sobre o quadro sanitário foram alarmantes. Dificilmente encontrava-se alguma pessoa que não estivesse enferma, sendo que 90% dos homens estavam afetados de doenças venéreas. O que no início tomamos como um projeto simples logo se configurou tarefa das mais árduas, autêntico desafio. Havia que montar uma rede de postos de saúde, prover educação básica, criar infraestrutura de transporte, instalar unidades geradoras de eletricidade, assegurar o escoamento da produção etc.". Muito pouco do que se projetou para a região pôde ser efetivamente colocado em prática, de modo que a colonização do Maranhão redundou em fracasso. Os técnicos da Sudene, praticamente, se limitaram a "pôr ordem no caos que havi[am] encontrado", restringindo-se, no geral, ao atendimento assistencialista da população miserável e doente (FURTADO, 1989, p. 112).

deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão e de generalização da economia de mercado na área das secas só ganha plena expressão quando se tem como referência o projeto mais amplo de Celso Furtado, qual seja, o desenvolvimento regional a partir da industrialização. E isso porque, assim como o "problema do Nordeste" não se limitava à seca, a equação do atraso regional não se restringia, também, à modernização do setor primário e à difusão das relações de mercado no campo, uma vez que desenvolvimento e indústria confundiam-se na sua perspectiva.

É nesse contexto que ganha sentido sua afirmação de que "uma oferta inadequada de alimentos constitui o problema fundamental do Nordeste". Para Furtado, a agricultura de alimentação não era o ponto débil apenas da economia do semiárido. O problema da oferta inelástica de alimentos – "uma agricultura incapaz de suprir, na quantidade requerida e a preços razoavelmente baixos, os gêneros de que necessitam as populações urbanas" (ibid., p. 423) – constituía, também, um obstáculo fundamental para o projeto de industrialização. Como se pode perceber, o que estava em jogo era o custo relativo da mão de obra assalariada, em que a alimentação ocupava lugar central, tendo em vista a intensificação dos investimentos industriais no Nordeste. Altos preços dos alimentos levariam ao encarecimento do custo de reprodução da força de trabalho,[158] anulando-se com isso a vantagem, por exemplo, da indústria têxtil algodoeira (cerca de um terço das manufaturas nordestinas), cuja mão de obra, de uso intensivo, era bem mais barata que a do Centro-Sul. Para Furtado, a menos que se fizesse uma profunda reestruturação da agricultura nordestina, introduzindo a utilização racional e intensiva dos "recursos escassos" – terra e água, no geral monopolizadas no cultivo da

[158] Segundo Furtado, estava "se observando uma tendência ao encarecimento relativo da mão de obra na região, como reflexo de uma mais rápida elevação dos preços dos alimentos. Tomando como base o ano de 1948, o índice dos preços dos alimentos havia subido, em 1958, para 600 no Recife, 511 em Salvador, 492 em Fortaleza, 481 em São Paulo, 467 no Distrito Federal e 369 em Porto Alegre" (1997, p. 413). Em outro momento, também, Furtado afirmava que, se comparando "o nível do preço dos alimentos no Recife e em São Paulo, chega-se à conclusão que o custo de vida para o operário é 25% mais alto na capital de Pernambuco do que no maior centro industrial do país. E essa diferença tende a acentuar-se. Em consequência, cada reajustamento do salário mínimo é prejudicial ao Nordeste. E o salário mínimo do Recife é, atualmente [1959], apenas 25% inferior ao de São Paulo. Se prosseguirmos nesse caminho, acabaremos no Nordeste com um salário monetário mais alto que no Sul do Brasil, o que eliminaria toda a possibilidade de industrialização daquela região" (1959, p. 37).

cana –, a industrialização estaria comprometida. É por isso que propõe o tratamento do problema de abastecimento de alimentos das zonas urbanas (a exemplo do Recife) em termos "alta prioridade", tanto quanto o de investimentos industriais na região (ibid., p. 429-430).

> A solução do problema só poderá ser encontrada num aumento substancial da produção de gêneros alimentícios dentro da própria região nordestina. As fontes naturais são os vales úmidos do litoral, o Agreste e a faixa irrigável do São Francisco. Estudos preliminares indicam que existe ampla possibilidade de intensificar a criação de gado e desenvolver a cultura do arroz na Zona da Mata, sem prejudicar o cultivo da cana, combinando uma redução da área desta com uma irrigação adequada. (...) [Deve-se] considerar a viabilidade econômica de combinar a pecuária com a cultura da cana, nessa zona, e determinar que possibilidade existe – uma vez que a irrigação permita reduzir a área ocupada pela cana – de expandir a cultura de gêneros alimentícios nessa região. O objetivo em vista, neste caso, é mobilizar o recurso dos órgãos governamentais de financiamento para proporcionar a assistência requerida para a ampla reorganização da agricultura da Zona da Mata. [Deve-se] abordar, concomitantemente, as possibilidades de expansão da pecuária e da cultura de gêneros alimentícios na faixa do Agreste, onde as terras estão mais divididas e a rentabilidade econômica é, presentemente, menor.

Em síntese, em seu projeto de reestruturação da agricultura de alimentos no Nordeste, na perspectiva do desenvolvimento da indústria regional, Furtado tinha em mira, além da abertura de novas fronteiras agrícolas no Maranhão, um melhor aproveitamento do Agreste, do vale do São Francisco e, particularmente, da Zona da Mata, até então de uso exclusivo da cultura da cana-de-açúcar. Tratava-se da reestruturação das formas tradicionais de ocupação das terras e que iria atingir interesses há muito estabelecidos. É evidente que proposições dessa natureza, particularmente para as áreas açucareiras, apesar do caráter "técnico-racional" com que eram apresentadas e defendidas, iriam alimentar a polarização política e ideológica do debate quanto aos rumos do desenvolvimento no Nordeste.

Contrariadas em seus interesses imediatos, as elites tradicionais nordestinas vão resistir intensamente às propostas de modernização do setor agrícola. Através de seus representantes no Congresso, tentam impedir, primeiro, a criação da Sudene e, logo depois, a apro-

vação do I Plano Diretor[159] e do projeto de lei de irrigação, além de promoverem acirrada campanha de desgaste público de Furtado, acusando-o, entre outras, de práticas "comunistas".[160] Assim, seja pelo impacto causado sobre os interesses oligárquicos tradicionais e pelas resistências daí decorrentes, seja pelo propósito de se elucidar plenamente o caráter do projeto de Furtado para o campo no Nordeste, é importante que se trate de uma questão altamente polêmica – levando-se em consideração, também, que na época estava em pauta a discussão das Reformas de Base no Brasil –, e que subjazia à proposta de reestruturação da agricultura nordestina: a reforma da propriedade fundiária no Nordeste.

9.4 A QUESTÃO FUNDIÁRIA

No documento do GTDN ("Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste"), apesar do detalhamento tanto do diagnóstico quanto do plano de ação reformadora para o Nordeste, Furtado procura manter-se cautelosamente à distância da polêmica onipresente nas discussões sobre a questão agrária no país – a reforma da estrutura fundiária. Ausente no texto de exposição formal de seu projeto, essa problemática aparece, no entanto, no calor dos debates que se seguiram à conferência realizada no Iseb, em junho de 1959, para oficiais das Forças Armadas. Inquirido por uma pessoa do auditório sobre os possíveis efeitos de uma reforma agrária para a região, Furtado se posiciona claramente sobre a questão, tendo

---

[159] Elaborado em abril de 1960, o I Plano Diretor da Sudene traçava políticas de eletrificação do Nordeste, desenvolvimento do setor de transportes, aproveitamento de recursos hídricos, reestruturação da agricultura, melhorias no abastecimento, prospecção mineralógica, levantamento cartográfico, abastecimento de água das cidades do interior, acesso da população à instrução básica e incentivos aos investimentos privados na indústria. Em maio, o projeto foi encaminhado à Presidência da República e daí ao Congresso Nacional. No parlamento, o I Plano Diretor foi fortemente combatido pelos grupos políticos tradicionais do Nordeste, sob a acusação de ser "um verdadeiro plano subversivo", que poderia fazer "eclodir, através da Sudene, a atmosfera social explosiva de uma guerra civil". A aprovação do Plano levaria um ano e sete meses para se viabilizar (FURTADO, 1989, p. 82).

[160] Sobre a resistência política dos setores oligárquicos tradicionais aos projetos e à atuação de Furtado na Sudene, consultar *A fantasia desfeita,* segundo livro de sua trilogia memorialista (FURTADO, 1989).

o cuidado, no entanto, de colocar-se como um "economista" que não podia "acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer" (FURTADO, 1959, p. 63).

Com relação à caatinga, Furtado é radicalmente contrário a qualquer proposta de divisão dos latifúndios, pois, nas condições do semiárido, isso poderia significar, possivelmente, a liquidação da pecuária (ibid., p. 57):

> Se fizéssemos isso na caatinga, nós a despovoaríamos, desorganizando completamente a economia da região, o que seria grave erro. Dadas as condições ecológicas da caatinga e dado o tipo de técnica que ali se utiliza, a subdivisão das terras viria despovoá-la porque nenhum homem pode subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média. Uma propriedade de 25 hectares, na região, somente provida de uma tomada de água pode subsistir. A unidade de produção na caatinga, para subsistir, precisa ser relativamente grande, pois as terras são pobres e, de certo modo, tem de compensar em quantidade sua deficiência qualitativa.

Os demais argumentos, tendo em vista dotar a caatinga de uma economia de mais alta produtividade, são já conhecidos. Dizem respeito à crítica à irracionalidade da economia praticada pelo pequeno agricultor e à solução do problema da concentração demográfica na região através da transferência de parte da população para outras áreas do Nordeste.

Segundo Furtado, somente com uma unidade agrícola de tamanho médio seria possível implantar um sistema produtivo de alto desenvolvimento, inconcebível nas condições da pequena propriedade. No limite, poder-se-ia pensar "em uma economia coletivista, de cooperativa, ou mesmo em economia de empresários agrícolas", desde que a unidade produtiva ultrapassasse o nível da cultura familiar. Nesses termos, uma reforma agrária na caatinga não deveria ser a "divisão da terra, e sim reorganização da agricultura, proporcionando ao homem melhor nível de vida" (ibid., p. 59).

No Agreste, uma situação inversa se apresentava: em lugar do latifúndio, terras extremamente subdivididas, com "moradores" ocupando unidades familiares de 3 hectares, em média, quando, para sobreviver, seriam necessários, pelo menos, 10 hectares para o algodão e mais 10 hectares para a pecuária. Ou seja, em condições de produtividade míni-

ma, uma propriedade com 20 hectares. Assim, no entender de Furtado, a reforma agrária na região implicaria uma fusão das terras, de modo que a área disponível para os "moradores" fosse significativamente aumentada (ibid., p. 60):

> A reforma agrária, aí, não se fará pela divisão da terra, mas, ao contrário, pela aglutinação dos pequenos sítios. Se a operação se deve fazer pondo para fora o proprietário, latifundiário ou não, é um problema político – e a opção por uma forma ou por outra não compete ao economista.

Bastante diverso, no entanto, era o panorama fundiário da Zona da Mata, ocupada pelo latifúndio açucareiro. Nessa região, segundo palavras de Furtado, o "mal maior" não estava no latifúndio, mas no fato de ele ser "açucareiro". O fazendeiro proibia que o morador plantasse qualquer coisa que não fosse o açúcar, seja para que o trabalhador não reivindicasse, algum dia, indenização por benfeitoria, seja porque as formas de cultivo da cana exigissem exclusividade.

Diante de uma situação como essa, ante as necessidades de ampliação da oferta de alimentos, com vistas à industrialização, Furtado propõe um redimensionamento da organização da agricultura da cana-de-açúcar. Algo a que se refere como "utilização muito mais racional das terras", sem prejuízo para o cultivo da cana e a produção do açúcar. Isso se viabilizaria com a irrigação, de modo a "reduzir a extensão do plantio da cana, elevando os rendimentos por hectare, que ainda são baixíssimos no Nordeste, e aumentando a disponibilidade de terras para outros fins". Obviamente, Furtado, com pleno entendimento das implicações políticas e das resistências a uma proposta como essa, acautela-se, recorrendo ao conhecido recurso da separação entre o "técnico" e o "político" (ibid., p. 62-63):

> Se para tanto é necessário tomar a terra das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico, mas um problema político. Na solução a ser adotada e que, em última instância, envolve a questão política, não é o técnico quem decide, mas o político, levando em conta as correntes de opinião e a oportunidade histórica de fazer uma coisa ou outra coisa. O que tenho a dizer, com toda a franqueza, é que se a grande maioria quiser adotar esta ou aquela solução,

> por exemplo, tomar as terras de uns e dar a outros, não sou eu quem vai se opor a isso, nem o técnico, nem o indigitado latifundiário. O que não posso é acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer. Antes teria de dizer que falo como simples cidadão ou aprendiz de político.

Por tudo isso, pode-se ver que, contrariamente ao que alardeavam os que o combatiam, Furtado estava muito longe de ser o "incendiário comunista" da propaganda conservadora.[161] Sua preocupação era introduzir a racionalidade capitalista no campo, criar uma economia mais eficiente, de modo a incorporar a população sertaneja às relações de mercado e, sobretudo, ampliar a oferta de alimentos para que o projeto de industrialização no Nordeste pudesse se viabilizar. Nada além de um plano de reforma capitalista das estruturas produtivas que, no entanto, inviabilizava os interesses das elites agrárias tradicionais que há séculos controlavam as terras e exerciam o domínio sobre a massa de trabalhadores rurais.

Sabe-se que Furtado chegou a avançar num plano de financiamento para a introdução de melhorias nos rendimentos da cultura da cana, através da "irrigação por aspersão", sob condição de que fazendeiros da Zona da Mata pagassem os empréstimos com terras, que seriam utilizadas em "projetos de colonização orientada" para a produção de alimentos. A ideia era combinar a elevação da produtividade do cultivo da cana com o aumento da oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, gerar "emprego agrícola". O plano apoiava-se na projeção de que a demanda do açúcar no mercado internacional tendia a ser "cada vez mais inelástica". Furtado não contava, no entanto, com a exclusão de Cuba do mer-

---

[161] No início dos anos 60, multiplicaram-se denúncias no Senado e na Câmara Federal de "infiltração comunista" no Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste). O senador paraibano Argemiro de Figueiredo, um dos mais duros adversários dos projetos de desenvolvimento do Nordeste, moveu campanhas no parlamento contra Celso Furtado, "astuto economista empenhado em bolchevizar o Nordeste". Dossiês secretos, forjados no Conselho de Segurança Nacional, davam conta, por exemplo, de que Celso Furtado, em 1948, "havia regressado ao Brasil 'por meios desconhecidos' depois de haver participado, em Belgrado, da reunião da Internacional Comunista que criara o Kominform. Em 1949, (...) teria participado no México de uma reunião dessa mesma instituição". As acusações fantasiosas referiam-se, também, ao envolvimento de Furtado, no Chile, com "grupos implicados em especulações para comprar terras que se destinariam à construção de bases secretas soviéticas naquele país andino" (FURTADO, 1989, p. 67-69).

cado norte-americano, que, no início dos anos 60, abriu uma nova fase de expansão para o açúcar brasileiro. Com isso, inviabilizou-se qualquer perspectiva de liberação de terras para a agricultura de alimentos, aferrando-se o Nordeste, segundo suas palavras, "à sua 'vocação colonial'" (FURTADO, 1989, p. 62).

Ante esse quadro, Furtado voltou-se para o projeto de uma política de irrigação do vale do rio São Francisco[162] e, sobretudo, das bacias dos açudes que retinham algo em torno de 7 bilhões de metros cúbicos de água, naquela época. Segundo seus cálculos, cerca de "45 mil hectares adicionais podiam ser irrigados com a água já acumulada nos sistemas Jaguaribe, Piranhas, Curu, Acaraí, Paraíba, Pajeú, Moxotó e Itapicuru" (ibid., p. 63). A proposta era criar unidades produtivas, de base familiar, que dessem origem a "agricultores regantes" voltados para a produção de alimentos. O objetivo era, sobretudo, aumentar a renda dos trabalhadores rurais e criar "perímetros de policultura". Os proprietários beneficiados pelas obras de irrigação poderiam manter uma parte das terras, até maiores que as dos colonos "regantes", sob a condição de se dedicarem unicamente à agricultura de alimentos. As bacias de irrigação constituíam, segundo Furtado, o exemplo mais eloquente do uso privado e inadequado dos recursos públicos. Subutilizadas economicamente, eram construídas pelo Estado – os estudos iniciais, a terraplanagem, os canais e as barragens dependiam de dinheiro público –, que, além de ceder a água a preço insignificante, emprestava máquinas para os proprietários. Nessas terras, porém, "Plantava-se de preferência banana, que pouca mão de obra exige e em nada contribuía para a oferta local de alimentos. (...) As terras irrigadas estavam em mãos de um pequeno número de proprietários, e os trabalhadores empregados não viviam em melhores con-

[162] Em sua autobiografia, Celso Furtado lembra que, desde o momento de instalação do Codeno, obteve apoio das Nações Unidas para o projeto de irrigação do vale do rio São Francisco. A ONU, através de seu Fundo Especial, "concedeu empréstimo de 974 mil dólares para explorar as possibilidades de irrigação no segmento médio do rio, onde já estava disponível a energia de Paulo Afonso". As terras da região, pouco utilizadas, tinham pequeno valor comercial, o que facilitava a compra para a instalação de colônias produtoras de alimentos para o mercado urbano. No entanto, demandavam estudos do solo e a instalação de estações experimentais que pesquisassem seu efetivo potencial agrícola. Pelo fato de os primeiros resultados significativos demandarem pelo menos uma década, Celso Furtado e os técnicos da Sudene dirigiram a atenção imediata para as bacias dos açudes criados pelo DNOCS (Departamento de Obras Contra as Secas) (FURTADO, 1989, p. 62).

dições do que os seus vizinhos dos latifúndios tradicionais" (ibid., p. 63).

Dado o alto custo e as dificuldades técnicas dessas obras, a irrigação só se justificaria, segundo Furtado, se estivesse voltada para "um objetivo social superior", ou seja, garantir uma oferta estável de alimentos. Se houvesse "no Nordeste 200 mil hectares irrigados, podendo produzir, no correr de um ano, três safras, poderíamos, ao menos, ter uma reserva de alimentos no momento da seca. Na eventualidade de uma seca, as bacias deveriam ser mobilizadas com o objetivo da produção intensiva de alimentos" (FURTADO, 1959, p. 64).

Era de se esperar que qualquer projeto que tivesse em mira a reordenação da estrutura produtiva e fundiária do Nordeste sofresse larga oposição das elites agrárias, especialmente se contraditassem os interesses dos latifundiários favorecidos pelas obras de irrigação, os "industriais da seca", como os chamava Antonio Callado.[163] Essa resistência manifestou-se com particular intensidade no momento em que a equipe de trabalho de Celso Furtado elaborou um projeto de lei que regulamentava o uso das águas e das bacias de irrigação beneficiadas pelas obras públicas. E entre todos, o Artigo 28 da Lei de Irrigação foi o que mais polêmica suscitou (CALLADO, 1960, p. 8):

> Art.28 - As propriedades que, na data desta lei, tiverem terras irrigadas com águas de sistema público de irrigação, serão total ou parcialmente desapropriadas, nos seguintes casos:

---

[163] Antônio Callado publicou uma série de reportagens no jornal *Correio da Manhã*, entre 10 de setembro e 2 de dezembro de 1959, relatando a luta dos "moradores" do Engenho Galileia (Pernambuco), organizados por Francisco Julião, pela desapropriação das terras, e que deu origem às Ligas Camponesas. Nessas reportagens, Callado cunhou a expressão "indústria da seca", referindo-se às formas pelas quais as elites agrárias do Agreste e Sertão utilizavam-se do Departamento Nacional de Obras Contra a Secas (DNOCS) em proveito de seus interesses de classe. Numa dessas reportagens, Callado afirma que "A pior calamidade do Nordeste é essa [a alta densidade populacional do semiárido] e não, em si própria, a seca. A seca provoca no Nordeste uma catástrofe social que representa o colapso da produção de alimentos e esse colapso ocorre, em grande parte, pela teimosia das chamadas "elites" nordestinas, conservadoras, egoístas, politizadas no mais inferior sentido da palavra, e o paternalismo governamental de que se beneficiam. Em lugar de se organizarem para combater a seca essas "elites" industrializaram a seca. Vivem dela e do que ela rende e não a despeito dela. Precisavam de um Banco da Seca, que nutrisse a calamidade e seus industriais, e o obtiveram no DNOCS". A série de reportagens realizadas por Callado foram, posteriormente, reunidas no livro *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco* (1960, p. 54).

a) Se pertencerem a proprietários que não exerçam a agricultura como atividade preponderante;

b) Quando maiores forem do que dois lotes agrícolas do sistema;

c) Quando a área irrigável da propriedade for menor do que aquela considerada econômica no sistema.

Foi no Ceará, terra mais atingida pela "indústria da seca", que a reação mais forte contra a Lei de Irrigação se manifestou. Representantes do governador Parcival Barroso optaram, inicialmente, pelo argumento jurídico da "inconstitucionalidade" do projeto e, logo depois, por uma mobilização geral contra o projeto no Congresso, com o apoio de deputados e senadores de quase todos os estados do Nordeste. A lei de irrigação, depois de incontáveis manobras, acabou se inviabilizando. Nesse mesmo período, a mais importante batalha pela modernização capitalista do Nordeste também foi travada no Congresso: a criação da Sudene e a subordinação do DNOCS à Superintendência. A exemplo da lei de irrigação, o controle do DNOCS foi, também, largamente contestado, pois representava um golpe na estrutura tradicional da "indústria da seca". Para obter o controle do DNOCS e a aprovação da Sudene, com sua política de incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste, Celso Furtado contou, entre outros, com o apoio majoritário das bancadas do Centro-Sul, em detrimento da oposição da maioria dos parlamentares nordestinos.[164]

9.5 REFORMAS OU REVOLUÇÃO

Há, ainda, uma importante questão a ser discutida: as determinantes político-ideológicas que mobilizaram Furtado na ação reformadora do Nordeste. Certamente, a análise até aqui realizada revelou aspectos do seu ideário que permitiram entrever algo de suas concepções. Já se fez referência à sua preocupação em revestir com argumentos técnicos as proposições reformistas e, sobretudo, de colocar-se como membro da *intelligentsia,* portadora de uma racionalidade

[164] A Sudene foi criada em 15 de dezembro de 1959, pela lei n. 3.692. Para as resistências enfrentadas no Congresso pela Sudene e pela Lei de Irrigação, cf. Furtado (1989, p. 61-80).

a ser injetada no mundo social, que atuava acima das ideologias e dos confrontos da arena política. O tratamento "objetivamente científico" dispensado às suas formulações, no geral, tendeu a obscurecer alguns aspectos de suas convicções político-ideológicas. No início dos anos 60, porém, a radicalização dos embates políticos que prenunciava o Golpe Militar forçaram-no a explicitar suas convicções de um modo mais direto. No centro do poder de Estado, alinhado às forças que sustentavam o governo Goulart, no plano federal, e à gestão Miguel Arraes, em Pernambuco, Furtado viu-se constrangido a abandonar a "discrição política", a linguagem "objetiva" de cientista social e técnico do planejamento e mergulhar na luta travada entre os grupos sociais que disputavam o controle do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Assim é que, em janeiro de 1964, publicou um ensaio sobre o "problema nordestino" – "O processo revolucionário no Nordeste"[165] –, em que, contrariando sua postura tradicional, revelava-se politicamente, como raras vezes antes o fez. A rigor, os temas tratados eram os mesmos do documento do GTDN e do livro *Operação Nordeste*. No entanto, algo diferenciava esse trabalho dos anteriores: a dimensão explicitamente engajada da análise, a clara exposição do seu temor em relação à quebra da ordem social, suas ideias a propósito das lutas sociais no Nordeste. Aliás, a rigor, essa dimensão "politizada" de suas intervenções já havia se manifestado em 1962. Nesse ano, Furtado não apenas publicou um conjunto de ensaios reunidos num livro provocadoramente chamado de *A pré-revolução brasileira,* como também chegou a elaborar um manifesto que deveria servir como referência programática para uma "Frente Parlamentar pelas Reformas de Base", idealizada por ele e que, no entanto, não chegou a se viabilizar.[166]

---

[165] O trabalho integra o livro *Dialética do desenvolvimento,* publicado em 1964.

[166] Em fins de 1962, durante o processo eleitoral que deveria renovar o Congresso Nacional e escolher os novos governadores dos estados, Celso Furtado, preocupado com a articulação dos setores de direita (Instituto Brasileiro de Ação Democrática - Ibad), elaborou um programa mínimo que deveria servir como referência para a atuação nacional de políticos progressistas comprometidos com as Reformas de Base. O programa previa reformas agrária, fiscal, administrativa, universitária, eleitoral, bancária e um estatuto disciplinar do capital estrangeiro. Sem sucesso, buscou apoio, além de João Goulart, em lideranças de largo espectro político e ideológico que julgava possível sensibilizar para seu projeto. Entre elas San Tiago Dantas, Jânio Quadros, Leonel Brizola e, até mesmo, Magalhães Pinto que, como se sabe, será uma das lideranças golpistas em

Um aspecto comum unifica esse conjunto de trabalhos, a preocupação de seu autor com as possibilidades de ruptura no tecido social brasileiro em decorrência da concentração de renda e da propriedade, da marginalização das massas populares e da resistência feroz da elite mais conservadora às reformas capitalistas. Mesmo quando as referências não eram diretas, percebe-se que o quadro social nordestino de meados do século XX era generalizado para o Brasil. Mas, o que temia Furtado? A miopia dos setores mais atrasados da classe dominante que, persistentemente, barravam as reformas, e o acirramento da luta de classe, que poderia abrir caminho a uma revolução de consequências imprevisíveis.

E, no caso brasileiro, na perspectiva de Furtado, qualquer revolução significaria sempre um retrocesso para o país, cujas estruturas econômica, política e social já se encontravam bastante diversificadas. Nem mesmo o risco de um "caminho soviético" deveria ser descartado: para ele poderiam ser atraídos os miseráveis trabalhadores do campo, sensibilizados por uma proposta de "desenvolvimento a qualquer preço".

As reformas capitalistas de base eram apresentadas como as barreiras possíveis à avalanche revolucionária; a modernização das estruturas do país, como a possibilidade de se manter uma sociedade pluralista. Do mesmo modo que, deixadas em livre movimento, as forças de mercados por si só não permitiriam a superação do subdesenvolvimento, as contradições de uma sociedade subdesenvolvida, em processo de industrialização e liberta de qualquer controle ou intervenção racionalizadora, poderiam levar a uma ditadura de perfil soviético. Era aqui, cumprindo um papel que as elites do Nordeste eram incapazes de desempenhar, que a *intelligentsia* (cientistas sociais, técnicos do planejamento) deveria atuar, com a finalidade de imprimir racionalidade ao mundo social e impedir que forças incontroláveis abrissem caminho às soluções revolucionárias.

"Reflexões sobre a pré-revolução brasileira" (1962) eram dirigidas "à juventude brasileira universitária", onde o marxismo teria grande penetração.[167] Nelas uma pergunta servia como ponto de partida: por que

---

1964. Esse documento permaneceu inédito até 1989, quando Furtado deu-lhe publicidade em seu segundo livro de memórias, *A fantasia desfeita* (FURTADO, 1989, p. 142-151).

[167] Em sua autobiografia, Furtado, lembrando-se das circunstâncias e motivações para esse trabalho, afirma que o "objetivo era desmistificar o que a direita chamava de 'marxismo' e mostrar às esquerdas que existia uma contradição entre os fins que ela colimava e os meios que tendia a preconizar para alcançá-los" (ibid., p. 136).

os jovens estudantes sentiam-se atraídos pelo pensamento marxista? Segundo Furtado, era o "desmedido custo social do desenvolvimento" no Brasil – "crescente concentração social e geográfica de renda", nenhum benefício para "as grandes massas que trabalham nos campos", ausência de uma melhora significativa no padrão de vida do "operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira", o "aumento da renda da terra, premiando grupos parasitários", "ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social", "os desperdícios na ação administrativa pública" – que aproximava a juventude "idealista e atuante" do marxismo, pois ele possibilitava "traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação" (ibid., p. 14-16).

Mas, o que seria o marxismo para grande parte dessa juventude? A resposta de Furtado era uma engenhosa formulação, que punha em evidência seu propósito de demonstrar que as aspirações revolucionárias da "juventude idealista" podiam, perfeitamente, ser satisfeitas por seu projeto de reformas para o Brasil. Nela, Furtado oferecia uma leitura muito peculiar do marxismo que, nos seus termos, seria (ibid., p. 17):

> a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria;
> b) o reconhecimento de que a realidade social é *histórica;* portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e
> c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.

Privado dos elementos essenciais da análise crítica do capitalismo (propriedade privada dos meios de produção, venda da força de trabalho, valorização do capital através da extração da mais-valia, luta de classes), o marxismo era genericamente apresentado como "o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente", "uma atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas" ou "um estádio superior do humanismo". Essa operação de esvaziamento dos conteúdos revolucionários da análise marxista permitia-lhe propor um "diálogo fecundo com a nova geração" e um

entendimento sobre “o que é realmente fundamental”. Mas o que era o “realmente fundamental”? Segundo Furtado, tratava-se da possibilidade de se atribuir “um caráter operacional à propriedade privada dos meios de produção, à empresa privada”. Senão vejamos (ibid., p. 18),

> Estamos todos de acordo em que a empresa privada é uma simples forma descentralizada de organizar a produção e que deve estar subordinada a critérios sociais. Sempre que exista conflito entre os objetivos sociais de produção e a forma de organização desta em empresa privada, teriam que ser tomadas providências para preservar o interesse social. Por outro lado, à medida que se vai alcançando maior abundância na oferta de bens, isto é, os estágios superiores do desenvolvimento, menor importância vão tendo as formas de organização da produção e maior controle dos centros do poder político. Destes últimos é que se ditam, em última instância, as normas de distribuição e de utilização da renda social, sob as formas de consumo público ou privado.

A formulação é clara. Com ela, Furtado fazia um chamamento para adesão a um projeto que visava subordinar a propriedade privada dos meios de produção a fins sociais, em lugar de eliminá-la. Em vez da revolução, uma proposta de capitalismo regulado, onde o Estado garantisse, sobretudo, a distribuição e o uso social da renda. Tratava-se, pois, de estabelecer uma pauta de reformas essenciais, de compromissos políticos básicos e, em sua defesa, congregar todos os críticos dos pesados custos sociais do desenvolvimento, especialmente os “jovens idealistas” atraídos pelo marxismo. O mínimo denominador comum seria o “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade”, em outras palavras, “liberdade e desenvolvimento econômico”, o que bem poderia ser traduzido por capitalismo regulado na periferia.

O nível de generalidade dessas colocações não permite, ainda, identificar de modo pleno as preocupações de Furtado, que, certamente, vão bem além do perigo representado pela atração que o marxismo exercia sobre estudantes. Elas começam a ganhar contornos mais claros quando há referência à “experiência histórica dos últimos decênios [que] criou a aparência de uma forçada opção, para os países subdesenvolvidos, entre liberdade individual e rápido desenvolvimento material da coletividade”, ou seja, à controvérsia entre a defesa da liberdade e o bem-estar das massas. A clareza é maior, ainda, quando é lembrado o entusiasmo provocado pelo

rápido desenvolvimento da União Soviética, que, em pouco tempo, às custas de "métodos anti-humanos" – "coletivização compulsiva e repressão violenta de toda resistência" – superou o subdesenvolvimento (ibid., p. 21-22). Enfim, era um temor de que, do ponto de vistas das massas dos países subdesenvolvidos – sem "acesso às formas superiores da vida pública" –, fizesse muito pouco sentido a crítica ao desenvolvimento das nações socialistas ao custo da perda das liberdades individuais.

E isso porque "os povos subdesenvolvidos estão dispostos a pagar um preço, mesmo muito alto, pelo desenvolvimento", pois, afinal, "sabem, da dura experiência da miséria em que vivem, o preço altíssimo que pagam para continuar subdesenvolvidos". Quando existe a plena compreensão do "caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento", compreende-se por que "as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo". E, se "o preço da liberdade de alguns tivesse que ser a miséria de muitos, estejamos seguros de que escassa seria a probabilidade de que permanecêssemos livres" (ibid., p. 22-23).

Está claro, a esta altura, que a principal preocupação era com a possibilidade de que a miséria no Brasil empurrasse as massas para processos revolucionários que levassem à supressão da ordem capitalista e, com ela, das liberdades individuais burguesas. Desenvolvimento e liberdade seriam possíveis somente através de uma política de reformas. Daí a rejeição aos que, em nome da liberdade, se opunham às "modificações estruturais na ordem social", sob a alegação de que a "rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos" sempre veio acompanhada pela "supressão das liberdades fundamentais do homem"; e àqueles que, em defesa do desenvolvimento, afirmavam que o "único método eficaz para introduzir as modificações necessárias" é "a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura" (ibid., p. 24).

A experiência histórica, segundo Furtado, demonstrava amplamente que "revoluções do tipo marxista-leninista" foram capazes de promover transformações sociais rápidas e profundas, propiciando o desenvolvimento apenas em sociedades onde a "estrutura social era rígida e anacrônica", como o caso da Rússia czarista, da China, de Cuba de Batista, mostrando-se, no entanto, absolutamente ineficazes em "sociedades abertas". O desafio fundamental era, portanto, "desenvolver técnicas" que permitissem "rápidas transformações sociais com padrões de convivência humana de uma sociedade aberta" (ibid., p. 26).

Colocadas inicialmente de forma muito genérica, essas questões, em dado momento, passam a ser tratadas do ponto de vista nacional. A ideia básica era a de que havia "uma dualidade no processo revolucionário brasileiro". Ou seja, "Na medida que vi[vía]mos, numa sociedade aberta, a consecução dos supremos objetivos sociais tend[ia] a assumir a forma de aproximações sucessivas" mas, também, "Na medida em que vi[vía]mos numa sociedade rígida, esses objetivos tendiam a ser alcançados por uma ruptura cataclísmica". Ao falar dessa "dualidade no processo revolucionário", Furtado referia-se aos desdobramentos da dualidade das estruturas políticas e sociais brasileiras que tinham dado origem a uma "sociedade aberta para a classe operária, mas não para a camponesa". Ou seja, enquanto o sistema político no Brasil permitia que a classe operária se organizasse para veicular suas demandas dentro das regras democráticas, os camponeses, sem nenhum direito, estavam impedidos de fazer qualquer reivindicação legal. A conclusão a que chegava, então, era a de que, sendo a sociedade brasileira muito rígida no setor rural, o campesinato tornava-se "a classe mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista". Havia, portanto, um risco concreto de que na revolução brasileira predominasse o setor menos evoluído do ponto de vista político-social (ibid., p. 28-29).

As diretrizes para ação, os princípios que, segundo Furtado, deveriam guiar a política reformadora eram inferidos desse quadro da dualidade nacional. O objetivo fundamental era "o homem em sua plenitude, liberto de todas as formas de exploração e sujeição" e para tal era necessário "atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico", "conduzido com verdadeiro critério social". No contexto brasileiro, o pressuposto desse processo era uma urgente reforma das estruturas básicas, pois o país vivia uma "autêntica fase pré-revolucionária" e, dado o grau de desenvolvimento já alcançado no país, os "métodos revolucionários" representariam um retrocesso, pois "desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias".

Para que a revolução pudesse ser evitada, seria necessário "prevenir toda a forma de retrocesso em nosso sistema político-social" e "criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país" (ibid., p. 30-31). Por isso, a tarefa política mais importante e imediata seria dotar as estruturas econômicas, sociais e políticas

brasileiras de elasticidade, através de um conjunto de reformas básicas que modificassem a estrutura fundiária, a máquina administrativa estatal, o sistema fiscal, a estrutura bancária e a política de desenvolvimento econômico.

O que se percebe é que Furtado, apesar de colocar essas questões em termos nacionais, tinha como referência, na realidade, o quadro nordestino. O alvo de seus discursos era, principalmente, a oligarquia ultraconservadora que resistia às pressões pela modernização capitalista do Nordeste e o combustível que alimentava suas pregações contra os perigos de uma "revolução marxista" era o temor despertado pelos movimentos sociais do campo, especialmente as Ligas Camponesas. A advertência era muito clara: fazer a reforma agrária nos termos propostos pela Operação Nordeste, modernizar as formas de produção e implementar amplas relações de mercado no campo era a forma mais eficiente de se neutralizar a disposição revolucionária dos setores sociais mais atrasados (os camponeses), exatamente aqueles propícios à arregimentação marxista. Ante a miopia política das classes dominantes nordestinas, a estratégia de argumentação de Furtado era, em síntese, reforma ou revolução.[168]

Sem dúvida, *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira* é o texto mais importante para se entender as motivações político-ideológicas de Furtado. No entanto, "O processo revolucionário no Nordeste", elaborado um ano depois (1963), também permite uma aproximação maior com algumas questões. Esse documento, além da análise específica da situação nordestina e da defesa das reformas como meio para barrar a revolução, traz a retomada de temas persistentes no pensamento de Furtado – as possibilidades de racionalização do mundo social e o papel da *intelligentsia* nesse processo – sob o enfoque da problemática da revolução. A exemplo do anterior, nesse texto Furtado constata a existência de um

[168] O clima ideológico do período permitia, no entanto, que o esforço reformista de Furtado fosse apresentado, por seus opositores à direita, como uma adesão às propostas radicais de esquerda. Assim, uma série de editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo,* nos primeiros meses de 1963, referia-se a Furtado como "um adepto do materialismo histórico e, portanto, um elemento com que os comunistas podem contar na sua ação contra as instituições", ou, então, que seu trabalho tinha "colorido intensamente marxista-leninista". Essa opinião era, também, compartilhada publicamente por dois expressivos representantes da direita no Brasil: Eugênio Gudin, em *O Globo,* e Assis Chateaubriand, em *O Jornal* (FURTADO, 1989, p. 139).

"clima de tensões (...) pouco propício às soluções graduais de tipo reformista" que, no entanto, poderia ser neutralizado, já que existiam "alguns instrumentos de análise" que permitiam compreender os processos sociais em andamento e garantir a intervenção de cientistas sociais com condições de oferecer "soluções de menor custo social". Nesses termos, falar de uma "revolução brasileira" seria referir-se a um processo histórico que não apenas podia, mas também deveria "ser orientado", e não a um movimento que, necessariamente, escaparia ao controle. É com essa consciência, de que se vivia "um processo, sob vários aspectos revolucionário, que ainda pode ser orientado", que Furtado vai se voltar à análise do Nordeste e à proposição de um conjunto de reformas (FURTADO, 1964, p. 137-139).

O texto revela que havia, segundo ele, dois grandes desafios a serem enfrentados no Nordeste. De um lado, a falsa imagem da região, veiculada pelos grupos sociais interessados na manutenção do *status quo,* segundo a qual a seca era transformada "no grande adversário a combater, responsável por todos os males que flagelam o nordestino"; e, de outro, a incapacidade das elites agrárias locais de perceberem o potencial explosivo da situação do campo e levarem a cabo mudanças estruturais significativas (ibid., p. 139-140). Como já se conhece a forma como a questão das secas era tratada por Furtado em termos histórico-econômicos, importa agora analisar o modo como eram compreendidas as tensões sociais no Nordeste, no início dos anos 60.

Referindo-se à população nordestina da zona úmida litorânea, Furtado procura mostrar que, num espaço de tempo relativamente curto, os trabalhadores rurais, especialmente os de Pernambuco, transitaram da mais completa inorganização política à tomada de consciência de sua situação e à formação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais. E para isso teriam colaborado os grandes proprietários de terra, que, na míope defesa de seus privilégios, acabaram colocando em ação, a exemplo do aprendiz de feiticeiro, um conjunto de forças que não podiam controlar.

Os trabalhadores que viviam nas grandes propriedades açucareiras, na condição de "moradores", não chegavam a formar "comunidades constituídas de cidadãos", pois não passavam de indivíduos em "estádio pré-político", "sem relações de trabalho objetivamente definidas".

> Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar da organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma "propriedade", razão pela qual a vinculação pessoal com a autoridade pública perde nitidez em face da presença ofuscante da autoridade privada (ibid., p. 142).

Como os períodos de trabalho mais intenso com a cana-de-açúcar não coincidiam com o plantio e a colheita da lavoura de subsistência, foi possível desenvolver-se o "sistema misto", no qual os trabalhadores tinham direito a um pequeno pedaço de terra para plantar alimentos. Essa produção, no entanto, apresentava baixíssimos níveis de rendimento, pois, destituído de qualquer propriedade (terra ou casa), esse trabalhador era desencorajado de realizar melhorias mínimas, já que o proprietário temia o pagamento de indenização quando o "morador" e sua família tivessem que ser removidos.

Esse quadro manteve-se praticamente inalterado até o início dos anos 60, quando um conjunto de mudanças começou a ocorrer. Nesse período, verificaram-se melhorias significativas para o mercado açucareiro nordestino, seja em função da nova situação interna do país – industrialização acompanhada por uma elevação da renda *per capita* e pela urbanização, que levaram a um aumento do consumo do açúcar –, seja pelas "condições extremamente favoráveis no mercado mundial [que] permitiram ampla retomada das exportações". Foi por essa época que o Nordeste chegou a aumentar a sua produção em cerca de 50%. Essa ampliação, no entanto, só foi possível a partir da incorporação de terras de qualidade inferior às que já eram cultivadas, o que acabou significando a combinação de um aumento nos custos médios de produção com uma baixa de rentabilidade.[169]

---

[169] Segundo Furtado, "Como os rendimentos médios por hectare cultivado de cana se mantiveram estacionários em torno de 40 toneladas, cabe inferir que os esforços realizados por alguns poucos proprietários introduzindo sistemas de irrigação e o uso de adubos foram apenas suficientes para compensar a incorporação de terras de qualidade inferior" (1964, p. 144).

Esse processo, segundo Furtado, trouxe consigo duas significativas consequências para o campo, no Nordeste: "por um lado, a pressão para expandir os canaviais levou à progressiva eliminação das áreas anteriormente dedicadas à produção de alimentos; por outro, a tendência à elevação de custos reais criou uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores" (ibid., p. 144). Em curto espaço de tempo, o morador passou da condição de pequeno sitiante, que produzia seus alimentos, a trabalhador assalariado, "empurrado para a beira da estrada, sem poder plantar 'um palmo de roça'", que dependia exclusivamente do salário para se manter. Do ponto de vista de vista do grande proprietário, essa transformação do morador (antes mão de obra barata, que produzia a própria subsistência) em assalariado representava uma elevação do custo da mão de obra, sem a contrapartida de um acréscimo de produtividade, pois esse trabalhador precisava de salários mais altos para sobreviver, já que tinha que obter a subsistência no mercado. Com isso, juntavam-se duas circunstâncias explosivas: de um lado, a pressão para que se elevassem os salários e, de outro, o aumento dos custos reais da produção do açúcar, em razão do uso de terras inferiores. Para fazer frente à concorrência do açúcar do Sul do país e fugir da elevação dos custos reais, os usineiros tinham que lutar, através de todos os meios, contra a elevação dos salários dos trabalhadores, tornando-os ainda mais miseráveis do que já eram. No entanto, somou-se a isso, também, um *tertiu,* que fez com que o desequilíbrio se instaurasse inapelavelmente nos campos do açúcar: a elevação dos preços relativos dos alimentos nesse período.[170] Assim, forças incontroláveis, involuntariamente postas em movimento pelos produtores do açúcar, abriram caminho para significativas mudanças na região. E, entre elas, uma até então desconhecida – a mobilização dos trabalhadores rurais organizada por "líderes locais de várias orientações, mas

[170] Sobre o problema da elevação dos preços dos alimentos, Furtado lembra que: "ocorriam modificações adversas no mercado de alimentos, com redução da produção destes na zona canavieira e aumento da demanda nos mercados dessa zona. O excedente de alimentos da zona agrestina e do sertão era assim submetido a uma procura acrescida, com prejuízo para as zonas urbanas que dependiam desses excedentes. Adicionava-se, assim, mais um fator de pressão sobre a classe trabalhadora da região canavieira, com tendência à elevação dos preços relativos dos alimentos" (ibid., p. 145).

todos atuando no sentido de fomentar a tomada de consciência dos interessas comuns" (ibid., p. 146).

Tinha-se, portanto, nesse contexto, um conjunto de condições que levaria as lutas de classe a adquirirem claros contornos e as tensões sociais, a explodir. Entre 1960-1962, a pressão atingiu seu ponto máximo – nessa época "o salário diário de um camponês mal dava para comprar um litro de farinha de mandioca" –, levando ao surgimento e à rápida propagação das Ligas Camponesas junto à massa de trabalhadores rurais (ibid., p. 148):

> O movimento de organização da classe camponesa das propriedades açucareiras apresentou, até 1962, todas as características de uma arregimentação revolucionária de tipo clássico. Os líderes, fossem de formação marxista ou católica, tinham todos a preocupação de dizer bem alto que estavam lutando contra a ordem de coisas prevalecente. Partiam do princípio de que a organização socioeconômica existente era injusta e deveria ser modificada. Os camponeses organizavam-se não somente para protestar, mas também para exigir mudanças desse estado de coisas.

A aprovação, pelo Congresso, no início de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, aliada às alterações no mercado externo do açúcar, provocaram algumas mudanças expressivas nesse panorama. Protegidas pelas novas leis, vieram à tona organizações camponesas semiclandestinas, sob o manto legal dos sindicatos rurais, que permitiriam aos trabalhadores não só melhores salários, como também mudanças nas relações seculares de trabalho. Mas, nesse mesmo período, quando os salários começaram a subir e o nível de tensão entre trabalhadores e proprietários a se agravar, ocorreram alterações no mercado mundial açucareiro, em virtude da Revolução Cubana.

Eliminando-se Cuba do mercado norte-americano, abria-se a possibilidade de exportação, para o açúcar do Nordeste, a preços vantajosos, superiores aos do mercado brasileiro. Com isso, atenuavam-se as pressões contrárias à elevação dos salários da região usineira, baixando, ao mesmo tempo, o potencial revolucionário das organizações camponesas. Dessa forma, segundo Furtado, o movimento camponês foi canalizado para a luta por direitos e vantagens legais

para os trabalhadores, afastando-se as possibilidades de um confronto direto com a classe proprietária.[171]

Para Furtado, esse era um exemplo das possibilidades concretas de transmutação de um processo revolucionário em um conjunto de reformas, mantendo-se a ordem social, pois, gradualmente, "o velho regime feudal, que persistira por vários séculos, teve suas bases definitivamente liquidadas". Ou seja, nesse caso, transitou-se "para um regime de trabalho assalariado de tipo avançado, isto é, com base em contratos coletivos de trabalho, em que a classe trabalhadora apresenta uma clara consciência de seus interesses e um avançado padrão de organização trabalhista" (ibid., p. 151).

Apesar de ser essa a forma de mudança desejável, a de mais baixo custo social, havia, porém, um sério problema: a inexistência de bases sólidas que garantissem a continuidade desse processo. A economia açucareira nordestina, tal como estava organizada, apresentava altos custos, baixíssimas taxas de produtividade e sobrevivia somente em função de circunstâncias externas específicas – a inesperada abertura do mercado americano.[172] Assim, em função do mercado exterior de produtos tropicais, incerto e flutuante, as elites açucareiras do Nordeste abandonaram o mercado interno "com seu crescimento regular e a preços controlados, à indústria mais capitalizada e de maior produtividade do Sul do país". Mas, segundo Furtado, muito poucas eram as possibilidades de o açúcar do Nordeste fazer frente a uma oscilação negativa do mercado exportador, devido às novas condições sociais da região. A produção, por

---

[171] Nas palavras de Furtado, "graças principalmente às modificações trazidas ao mercado mundial do açúcar pela Revolução Cubana, surgiram circunstâncias que desviaram o curso dos acontecimentos. As grandes forças sociais que se haviam conjugado para forçar a barreira da estrutura feudal puderam ser canalizadas para objetivos legalmente definidos a serem alcançados sem comprometer as bases da estrutura social, assumindo a velha classe latifundiária-feudal as funções de direção na nova ordem capitalista. Ora, essa clara definição de objetivos capazes de catalisar poderosas forças sociais em gestação revolucionária somente foi possível, sem conflitar frontalmente com os interesses da classe proprietária, graças àquelas circunstâncias especiais a que nos referimos" (ibid., p. 151).

[172] O retorno do Nordeste ao mercado mundial do açúcar "não decorreu de uma melhora efetiva do poder competitivo do produto nordestino, e sim de uma relativa desorganização desse mercado (...). A economia açucareira do Nordeste continua a ser a de mais baixa produtividade em todo o mundo, dentre as regiões exportadoras. Os rendimentos agrícolas (produção por hectare) são extremamente baixos. E ainda mais baixa, em termos relativos, é a produtividade do fator humano ocupado no setor agrícola" (ibid., p. 152).

exemplo, não poderia ser reduzida, pois os custos se tornaram rígidos em razão dos contratos coletivos de trabalho e, além disso, as mudanças visando aumento da produtividade não apenas não podiam ser realizadas a curto prazo, como também qualquer "esforço de tecnificação" teria que enfrentar o obstáculo de um "enorme excedente de mão de obra protegido por poderosas organizações sindicais" (ibid., p. 154).

Em suma, a classe proprietária açucareira, prolongando excessivamente a defesa da estrutura anacrônica de produção, deixara passar "a melhor época para criar as bases de uma economia capitalista viável", isto é, a fase em que "os custos ainda eram de fácil compressão e as resistências sociais nulas". Segundo Furtado, a evolução da economia açucareira estava na dependência do comportamento da classe proprietária, porém, não acreditava nas possibilidades de que ela levasse à frente qualquer empreendimento de modernização sustentável.

Nesse texto, Furtado não se limitou à avaliação das condições econômico-sociais da Zona da Mata açucareira. Estendeu suas análises à região do Agreste e ao Sertão semiárido, mostrando que nessas duas outras regiões também imperava, além das formas atrasadas de ocupação econômica, um quadro de tensão social explosiva. Dispensa-se aqui o detalhamento das conclusões específicas a que chegou com relação a essas áreas do Nordeste, pois o que interessa assinalar agora é a recorrência de um mesmo padrão de concepções: a constatação da irracionalidade nas relações econômicas então vigentes e a conscientização e organização crescentes de parte do campesinato nordestino, fatores que enunciavam o potencial revolucionário explosivo do Nordeste. Junto com essas constatações vinha também o seu já conhecido ceticismo quanto às possibilidades das classes dominantes locais de levar em frente, de forma consistente, as reformas capitalistas capazes de barrar o processo revolucionário.

Introduzir racionalidade nos processos econômicos e sociais e com isso abrir caminho ao esvaziamento das tensões revolucionárias era tarefa para uma *intelligentsia* amparada em conhecimentos científicos e em técnicas de planejamento, capaz de apreender os movimentos da realidade e colocar em prática a modernização do Nordeste. E isso antes que "Alcançado certo ponto de irreversibilidade, a História já não se poderá cumprir pelos métodos convencionais, e terá início uma era de imprevistos em que a velocidade dos acontecimentos reduz a quase nada a eficácia de toda liderança racional" (ibid., p. 173).

Celso Furtado, perante as contradições de um processo de acumulação que, no Brasil e no Nordeste, em particular, apresentava sinais de esgotamento (e, ao mesmo tempo, abria caminho para uma nova etapa – monopolista –, já sob o domínio do capital multinacional), temia os desdobramentos à esquerda das contradições e das lutas de classe, cuja expressão mais aguda era, sem dúvida, a nordestina. Por isso, ele apresentava seu projeto de reformas como a via possível para um capitalismo nacional regulado e para a manutenção de uma "sociedade aberta". O Golpe Militar de 1964 acabou demonstrando que as tensões sociais no país como um todo, e não apenas no Nordeste, seriam resolvidas à direita do espectro político e social. No poder, o Estado militar encarregou-se de fazer as reformas capitalistas, mas não aquelas propostas por Furtado. Assim, em lugar da manutenção da "sociedade aberta", calcada num capitalismo autônomo de bases nacionais, o país mergulhou na ditadura autocrática e numa ordem econômica que combinava concentração de renda, manutenção da estrutura fundiária concentradora, arrocho salarial e compromissos dos novos donos do poder com a expansão e realização do capital monopolista internacional.

Imediatamente depois do golpe, afastado da Sudene, Furtado teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Sem garantias de liberdade e trabalho no Brasil sob a ditadura militar, aceitou um convite do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, ligado à Cepal, para realizar uma série de conferências em Santiago. Valendo-se de passaporte diplomático, conseguiu embarcar para o Chile, dando início ao seu longo exílio...

As circunstâncias e o homem. Inversão que bem pode abrir algumas considerações finais a propósito do projeto de desenvolvimento de Celso Furtado para o Nordeste e sua atuação na Sudene, em fins da década de 1950, quando a realidade começou exigir uma intervenção racionalizadora da perspectiva do grande capital. O que se viu até aqui foi a ação de um agente social profundamente engajado na história de seu tempo e capaz de dar forma a um projeto de planejamento que ultrapassava as dimensões especificamente regionais: modernizar o Nordeste, eliminando os entraves à sua transformação em espaço para o grande capital que, do Centro-Sul, cobrava uma nova unidade econômica nacional, a ser edificada tendo em vista suas necessidades de acumulação e de reprodução.

Se a intervenção tinha uma indisfarçável vocação nacional, era, no entanto, da perspectiva regional que revelava o sentido da racionalidade obsessivamente aspirada como forma ideal de estruturação da sociedade. Vista como resultado de um ato volitivo, pleno de consciência, capaz de deter os movimentos de ruptura da ordem social, a racionalidade gerada pelo planejamento surgia, nas formulações de Celso Furtado, como a possibilidade de equação dos conflitos de classe, de sujeição dos imponderáveis movimentos da política ao controle técnico e, também, de eliminação dos arcaísmos sociais que entravavam a realização das formas mais avançadas de reprodução capitalista no Nordeste.

O posicionamento de Furtado ante os conflitos que subvertiam a ordem rural imposta pelo coronelismo nordestino desnuda os elementos que sustentavam seu projeto, permitindo a visão de seus fundamentos essenciais. As Ligas Camponesas, a emergência dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos eram, antes de mais nada, evidências dos graves obstáculos a serem contornados para que fosse possível a resolução da questão agrária no Nordeste. Justiça social no campo? Não, propriamente. Com certeza, a constituição de uma lavoura capitalista eficiente, capaz de garantir uma oferta abundante e barata de alimentos que, permitindo um baixo custo de reprodução da força de trabalho nos centros urbanos, possibilitasse salários em níveis atraentes para investimentos na indústria nordestina.

Temor ante as possibilidades efetivas de uma revolução "socialista" a partir da insurgência camponesa que, ao final dos anos 50, desbordava a Zona da Mata? Ou, mais propriamente, um recurso retórico para sensibilizar elites recalcitrantes que, vítimas de uma miopia política, negavam-se a admitir a necessidade das reformas propostas pelo intelectual dotado de racionalidade superior? Talvez, a lúcida percepção de que as soluções de compromisso pactuadas há muito entre os grupos dominantes, que garantiam aos setores rurais que a estrutura fundiária permanecesse intocada e excluídas as massas rurais, mostravam-se, agora, incapazes de fazer frente à mobilização política e às reivindicações dos trabalhadores do campo. Ou, mais ainda, a concepção de que o mundo "camponês", reedição de formas arcaicas de organização social do trabalho nas unidades rurais do Nordeste, representava um entrave ao pleno desenvolvimento do capitalismo da região.

Perspectiva e projeto não isentos de contradições, provenientes, em larga medida, das concepções teóricas que norteavam sua leitura da realidade e sua ação planificadora do desenvolvimento econômico. Desenvolvimentista forjado no pensamento cepalino, Celso Furtado aprisionou sua leitura (inovadora) da questão regional no viés dualista da dinâmica centro-periferia, ao transportar para o espaço inter-regional brasileiro as relações que, no âmbito mundial, eram estabelecidas entre as áreas subdesenvolvidas e as nações centrais hegemônicas. Por isso, as marcas inegáveis de um movimento de unificação do espaço econômico nacional, manifestado no correr dos anos 50, que subordinava as divisões regionais à lógica integradora do capital monopolista, foram tomadas por manifestações de um "colonialismo interno", que somente um processo de industrialização regional poderia eliminar. Daí a capitulação à ideia de um projeto de desenvolvimento industrial autossustentado no Nordeste, que, aliás, não tinha condições de se viabilizar sequer no plano nacional.

Os projetos de Celso Furtado para o Nordeste, elaborados na Sudene, não se realizaram. Não foi possível construir uma industrialização autônoma, com base no mercado local, apoiada em empresários e capitais nordestinos; não ocorreu a formação de uma burguesia regional, *schumpeterianamente* inovadora, em condições de confrontar as oligarquias agrárias regionais – brutais coronéis que mantinham a vida política e a estrutura agrária sob o círculo de ferro do atraso –, não foi alterada a estrutura fundiária.

Na verdade, antes mesmo da captura da Sudene pela nova ordem imposta pelo Golpe Militar de 1964, o projeto já estava inviabilizado. O artigo 34 da lei n. 3.959, inserido no I Plano Diretor – dispositivo que permitia a dedução de Imposto de Renda de qualquer pessoa jurídica que fizesse aplicações em projetos considerados prioritários no Nordeste –, e que, originalmente, deveria incentivar capitalistas nordestinos a investir na região, transformou-se em um mecanismo de financiamento da expansão monopolista e de abertura ao grande capital sediado no Centro-Sul.

Os resultados dessa política de incentivos fiscais são bem conhecidos, diga-se de passagem, desde os trabalhos pioneiros de Francisco

de Oliveira e Henri-Philllippe Reichstul:[173] os grandes grupos econômicos do Centro-Sul, gozando dos incentivos fiscais, passaram a implantar unidades produtivas, geralmente no padrão de capital intensivo (poupador de mão de obra), que, obviamente, transcendiam as possibilidades internas do Nordeste, seja em termos de capitais, seja em termos de mercado. Quanto à burguesia nordestina, não haverá lugar para ela na nova ordem econômica, calcada no investimento e na realização de capital altamente concentrado. Pouquíssimos grupos econômicos locais conseguiram sobreviver. Aliás, somente puderam fazê-lo aqueles que, gozando de uma situação muito particular no âmbito regional, já manifestavam, no início dos anos 60, um movimento em direção aos níveis de acumulação monopolista. E que, para tanto, valeram-se, diga-se de passagem, dos mecanismos de isenção fiscal estabelecidos pela Sudene.

[173] Refere-se aqui à pesquisa "Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil", publicada em *Estudos Cebrap* 4, de junho de 1973.

Considerações finais

Celso Furtado pode ser considerado o mais importante ideólogo e o mais expressivo teórico do projeto de construção de um capitalismo autônomo no Brasil dos anos 50 e 60. Suas dimensões intelectuais e políticas transcendem, no entanto, as circunstâncias desse período. Mesmo derrotados em 1964, seu projeto de desenvolvimento e sua leitura da realidade brasileira desbordam aquele momento histórico, tornando-se uma influência duradoura, que ganha forma numa escola de pensamento econômico (estruturalista) e alimenta projetos e análises de um amplo leque político oposicionista nacional comprometido com a transformação dos fundamentos econômicos e sociais do país, onde se incluem, inclusive, segmentos e partidos de esquerda.

Uma constatação de tal natureza cobra respostas às indagações sobre os motivos da larga difusão e influência do ideário de Celso Furtado, sobre a eficácia da penetração de suas ideias que, como se disse, ultrapassa o período "nacional-desenvolvimentista". Não há, obviamente, uma única e simples explicação. Disso consciente, esta pesquisa procurou explorar uma das possibilidades, aquela que, aliás, forneceu o eixo de construção deste trabalho – as raízes nacionais do pensamento de Celso Furtado.

O mais cosmopolita de nossos intelectuais e, também, o mais fecundo teórico da primeira geração de cepalinos, que, ao lado de Raúl Prebisch, deu forma original ao pensamento econômico desenvolvimentista na América Latina, Celso Furtado transformou a preocupação da Cepal com o subdesenvolvimento na procura pela particularidade do

capitalismo no Brasil, cuja formação histórica, segundo ele, cobrava não só um corpo teórico específico de análise, como também um caminho próprio para o desenvolvimento econômico que não poderia ser trilhado em condições de livre atuação das forças de mercado.

Ao fazê-lo, Furtado releu as teses cepalinas, dando-lhes uma dimensão de historicidade que originalmente não tinham, e, sobretudo, acomodando-as a um substrato teórico e ideológico de bases nacionais e de larga influência, representado pelo pensamento social brasileiro comprometido com projetos de modernização do país no pós-30. Em outras palavras, enredado numa proposta de construção nacional nos anos 50 e 60, Furtado traduziu essa edificação em termos da ultrapassagem do subdesenvolvimento e como argamassa intelectual ofereceu uma elaboração teórica em que os fundamentos da concepção econômica da Cepal mesclaram-se, de certa forma, com os da tradição intelectual brasileira comprometida com a modernização capitalista.

Dando continuidade a uma prática recorrente entre os ideólogos da nacionalidade brasileira, Celso Furtado levou a cabo uma das possibilidades (ideológicas) do ofício do historiador: buscar numa temporalidade remota as determinações mais profundas de um projeto nacional, de modo a conferir-lhe legalidade, demonstrando sua realização como parte integrante dos anseios mais profundos do povo-nação. Seu livro Formação econômica do Brasil alinha-se à tradição dos intelectuais engajados que buscaram no passado, diligentemente perscrutado, a legitimidade histórica para suas propostas de construção da nacionalidade. No entanto, diferentemente de seus antecessores, Celso Furtado – que contestava a destinação agrária do país e colocava a indústria como sinônimo de progresso e autarcia –, para construir "uma" história do Brasil coerente com seu projeto, valeu-se das concepções e da linguagem teórica próprias de um segmento do pensamento social que, naquele período, começava a disputar espaço com as interpretações jurídicas, sociológicas ou antropológicas da realidade nacional: a ciência econômica, que acompanhava, como um campo específico do conhecimento, a emergência do modo capitalista industrial de produzir mercadorias no país.

Formação econômica do Brasil – um vasto painel da evolução da economia brasileira da colônia à industrialização substitutiva de importações – foi elaborado com o propósito de demonstrar a peculiaridade histórica de um país subdesenvolvido, diversa da trajetória das nações

centrais. E, subjacente à busca das raízes históricas do atraso brasileiro, a intenção de demonstrar que o subdesenvolvimento não era simplesmente um estágio anterior ao desenvolvimento econômico e que sua superação não poderia dispensar nem um esforço teórico original e nem uma programação racionalmente conduzida pelo Estado. Mas, afora esse aspecto (a busca da legitimidade histórica para seu nacionalismo desenvolvimentista), diretamente associado à proposta reformadora de Furtado, existem importantes dimensões intelectuais no Formação histórica do Brasil, para além da intenção inicial da obra, e que dizem respeito ao seu lugar na historiografia econômica nacional.

Os estudos histórico-econômicos brasileiros foram beneficiados com, pelo menos, três importantes formulações teóricas desse livro. Em primeiro lugar, a localização das raízes do Brasil contemporâneo no século XIX, que deixaram de ser procuradas num remoto passado colonial e passaram a ser buscadas na passagem do trabalho escravo para o assalariado. Nessa operação analítica, foi dado relevo ao aspecto qualitativamente novo da produção agrícola cafeeira de São Paulo, que abriu caminho à disseminação das formas especificamente capitalistas de acumulação. Com isso ganhava fundamentos econômicos (numa vertente keynesiana) a tese que fez fortuna no pensamento brasileiro, a dos vínculos genéticos entre a grande lavoura exportadora e a indústria capitalista.

Em segundo (como um desdobramento da formulação anterior), está a contribuição, sem dúvida, mais importante de Celso Furtado para a economia política brasileira – a teoria da industrialização por substituição de importações como o modo particular da transição capitalista na periferia. A ideia desse processo como algo problemático, em razão da espontaneidade que o presidiu, é o que dá sustentação histórica e intelectual à sua proposta de intervenção do Estado na economia, justificada pelas contradições inerentes à industrialização espontânea, submetida aos movimentos aleatórios do mercado. E, finalmente, há que se apontar a viragem no tratamento da questão nacional, que passa a ser tematizada pelo viés da soberania econômica e do desenvolvimento, e não mais, como o fizeram os ideólogos predecessores, pela construção da nacionalidade em si. Soberania e desenvolvimento que deveriam ter por pressuposto o rompimento com a determinação agroexportadora do país, com o estatuto de parceiro dependente das nações centrais submetido às

flutuações cíclicas que, periodicamente, abalavam o comércio mundial. Ou, em outros termos, a interiorização dos processos de decisão econômica e, na sua base, a indústria autossustentada.

Formação econômica do Brasil ultrapassou, em muito, suas dimensões originais, tornando-se um clássico da historiografia brasileira, criando uma leitura furtadiana da história econômica do país. E como se demonstrou nesta pesquisa, cuja primeira parte teve como foco a genealogia dessa obra, ela não foi uma ocorrência isolada no panorama intelectual brasileiro, alimentada tão somente pela "revolução keynesiana" e pelo pensamento cepalino. Muito de sua força intelectual e de seu poder de convencimento explicar-se-iam por seus vínculos com o movimento de renovação do pensamento social brasileiro do pós-30, fundido, é claro, com a descoberta intelectual do subdesenvolvimento.

No entanto, a tese de que, além de ser um cepalino keynesiano, Celso Furtado é, sobretudo, um pensador brasileiro que, em seu diálogo com a realidade, faz a mediação entre a teoria da Cepal e o Brasil, nos termos do renovado pensamento do pós-30, ganha dimensões mais visíveis quando a análise tem por objeto suas ideias sobre o papel do Estado e dos intelectuais na modernização capitalista nacional. Coetâneas aos novos tempos da acumulação do capital (após a Segunda Guerra), as concepções de Furtado a respeito de um Estado que, keynesianamente, deve interferir no processo econômico e de uma intelligentsia, nos moldes de Mannheim, à qual cabe a racionalização do espaço social, encontram um ambiente intelectual receptivo, sedimentado por uma tradição teórica enraizada na experiência nacional. Afirma-se isso à medida que ideias sobre um Estado interventor (tantas vezes concebido como o demiurgo da nação pelos teóricos da modernização dos anos 30) e sobre o papel das elites portadoras de uma superioridade técnica sempre gozaram da intimidade intelectual dos ideólogos que, com anterioridade a Furtado, projetaram um "Brasil moderno".

A sugestão é a de que esse tratamento dispensado ao Estado e às elites é produto não apenas das concepções keynesianas e mannheimianas, mas também de "determinações nacionais". Em outras palavras, postula-se a existência de um substrato ideológico primário, alimentado por um conjunto de condições históricas brasileiras, a que a formação intelectual cosmopolita de Furtado (afinada com a renovação do pensamento econômico-social do segundo pós-guerra) se acomodou confor-

tavelmente. Nos termos desta pesquisa, isso revelou-se à análise a partir do exame de textos produzidos nos primeiros anos da década de 1960, período em que Furtado, engajado em projetos de desenvolvimento do Nordeste, viu-se diretamente confrontado com os desafios políticos da prática reformadora. Nesse momento, em que suas formulações desenvolvimentistas se revestiram mais do que nunca de uma dimensão ideológica restrita, evidenciaram-se os fundamentos remotos de suas concepções, cuja urdidura revelou larga sintonia com a tradição intelectual brasileira de "fascínio pela questão nacional" inacabada.

O reconhecimento dessa forte presença da "tradição do nacional" não anula, de modo algum, a percepção dos elementos inovadores do pensamento de Furtado, que vão desde a forma como dá expressão intelectual ao seu projeto – a análise econômica –, passando pela identidade entre nação e desenvolvimento autossustentado, até chegar a uma visão substantiva da questão democrática. Em Furtado, é preciso frisar, não se encontra uma teorização sobre a democracia, nem mesmo em seus textos eminentemente políticos, do imediato pré-64. Mas é evidente que a questão democrática se reveste, para ele, de aspectos que transcendem o jogo político liberal. Seu olhar reformador busca a "substância econômica" para a construção democrática: a superação do subdesenvolvimento, a interiorização das esferas de decisão e a equação keynesiana da demanda efetiva, a partir da atuação do Estado, responsável pela alocação racional da riqueza que o livre jogo do mercado não possibilita. Para Furtado, somente a ação planificadora e compensatória do Estado, guiada pela intelligentsia munida de uma racionalidade superior, é capaz de assegurar o interesse coletivo e, nessa medida, a dimensão democrática que na sua teoria passa pelo desenvolvimento econômico e pela nação soberana, finalmente construída.

A esta altura, há que se perguntar por aquilo que, a partir da formação histórica brasileira, sustenta, em bases genéticas, esses processos no campo teórico-ideológico. Há que se indagar pelos interesses de classe a que Furtado dá voz em seu projeto de Brasil desenvolvido. As respostas passam, necessariamente, pela recuperação de algumas questões há algum tempo discutidas pelas ciências sociais no Brasil: o caráter de sua burguesia industrial, a forma particular assumida pelo seu capitalismo (distinta dos países hegemônicos), as possibilidades do seu desenvolvimento econômico viabilizar-se de modo autônomo e as virtualidades

de uma experiência democrático-burguesa no país. Há já quase cinco décadas, intelectuais brasileiros de extração teórica e matizes ideológicos diversos – que vão de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes a José Chasin, passando por Carlos Nelson Coutinho, João Manuel Cardoso de Mello, Francisco de Oliveira e, é claro, por Celso Furtado –, debruçaram-se sobre a realidade brasileira, tentando apreender sua conformação específica. E em que pesem as variações de abordagens, de concepções teóricas e até de projetos políticos, existem alguns pontos de confluência essenciais. Um deles, sem dúvida, é o de que o Brasil, na sua trajetória tardia, rumo à acumulação capitalista em bases industriais, não conheceu as rupturas políticas radicais de um processo revolucionário burguês nos moldes clássicos.

A marca nacional, por excelência, seria a das transformações pelo "alto", pautadas pela conciliação entre antigas e novas elites dominantes, jamais seguida por movimentos de inclusão popular, por modificações democráticas da estrutura fundiária ou por tentativas de superação da condição subalterna de sua inserção internacional.

"Revoluções sem revolução" acompanharam a trajetória histórica do país, que, a cada momento em que uma ruptura era esperada, viveu uma reacomodação dos antigos e novos grupos dominantes, que, com isso, sempre garantiram reformas lentas e transformações pactuadas, em conformidade com seus interesses de classe. Se assim ocorreu na formação do Estado nacional independente e na transição republicana, não foi diferente no movimento conhecido como Revolução de 30, que abriu caminho à interiorização dos processos capitalistas de acumulação. Este também trilhou a rota dos acordos "pelo alto" que, no caso, previram a sobrevivência das velhas formas de dominação e de apropriação dos setores agrários tradicionais, à sombra da moderna indústria.

Daí afirmar-se que, no Brasil, a questão da nacionalidade, desde as suas origens, foi posta, no plano histórico, em uma dimensão antiliberal, antipopular, marcada pela exclusão de amplos setores das camadas trabalhadoras e pela forte presença dos antigos extratos dominantes, que, aliados às classes capitalistas emergentes, controlavam um Estado hipertrofiado e que, ao longo da história republicana, assumiu feições antidemocráticas e até mesmo, em tempos mais recentes, explicitamente ditatoriais.

Sabe-se que a indústria foi implantada tardiamente no Brasil, numa estreita dependência com a intervenção demiúrgica do Estado, que ten-

deu a se aprofundar durante o desenrolar do processo de acumulação. Sem condições efetivas de construir uma hegemonia que possibilitasse a remoção dos entraves à constituição de um forte mercado capitalista, tendo que assegurar aos segmentos agrários parcelas de poder e de controle da produção, e, ainda, sem o amparo de um acúmulo significativo de capitais, a burguesia industrial brasileira não pôde dispensar iniciativas, infraestrutura, indústrias de base e financiamentos patrocinados pelo Estado. Assim como também, do mesmo modo, não pôde prescindir do recurso aos capitais estrangeiros quando se tratou de criar a indústria de bens de capital e de consumo duráveis no país. Mas, se, além disso, levar-se em conta que essa forma singular de industrialização tardia nasceu sintonizada com os movimentos da realidade internacional inclusiva e que, passadas a Grande Depressão e as duas guerras mundiais, pôs em andamento uma ordem capitalista regulada, pode-se compreender o significado relevante que o Estado adquiriu como parceiro da burguesia brasileira.

Foi sob as injunções dessa realidade histórico-social que, nos anos 50 e 60, Celso Furtado se rendeu ao "fascínio da questão nacional", assumindo o desafio de um projeto para o Brasil, em termos do "desenvolvimento para dentro". E, a exemplo dos ideólogos da nacionalidade que o antecederam, preocupou-se em identificar analiticamente as particularidades do país. E, entre estas, não por acaso, mereceram destaque a ausência de uma burguesia forte e empreendedora, vocacionada para as transformações econômicas; a vida política, que, nos marcos do jogo democrático-formal, era manobrada pelas velhas oligarquias; a inexistência das lutas de classe nos moldes dos países centrais (burguesia industrial com dificuldades de se diferenciar no plano da consciência, desarticulação das massas trabalhadoras, impedidas de impulsionar o desenvolvimento social pela via da pressão organizada), que inviabilizava o pleno funcionamento das clássicas formas políticas de organização.

A burguesia industrial brasileira, retratada por Furtado, é uma classe gerada em íntima conexão com a velha economia colonial e que não consegue desempenhar (ao contrário de suas congêneres nos países hegemônicos) as tarefas econômicas ou políticas nacionais que o capitalismo impunha. Trata-se de uma elite cuja peculiaridade somente as condições do atraso brasileiro podem explicar: um extrato industrial com dificuldade em se diferenciar ideologicamente dos grupos agrários, incapaz de

se contrapor decididamente aos seus interesses e, por isso, disposto à conciliação com os setores latifundiários, especialmente quando estiver em jogo a defesa da propriedade privada. Finalmente, um agrupamento aberto a concessões aos capitais externos, na medida de sua escassa acumulação e, por isso, incapaz de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo.

São evidentes as conclusões a que estas análises conduzem. Para Furtado, uma vez que as instituições políticas clássicas (o Legislativo, por exemplo) mostravam-se inoperantes no que dizia respeito às iniciativas de desenvolvimento capitalista e se faltavam, além de capitais, espírito empresarial e liderança aos industriais, cujas limitações de consciência e de expressão política os inabilitavam para um projeto de capitalismo nacional, algo deveria tomar o lugar dessas instituições e dessa classe na condução das reformas. Como bem se pode perceber, ficará a cargo do Estado (poder Executivo) conduzir o desenvolvimento, engendrando uma política industrial consistente. Este será um órgão de larga atuação intervencionista, manejado por uma intelligentsia que, em razão das funções e do lugar que ocupa na sociedade, estará em condições de traduzir e viabilizar as aspirações nacionais em um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo.

Celso Furtado pôde agir como reformador e teórico do desenvolvimento brasileiro quando as circunstâncias históricas o colocaram à frente da Sudene para que viabilizasse um projeto de planejamento regional: modernizar o Nordeste eliminando os entraves à sua transformação em espaço para o grande capital, que, do Centro-Sul, cobrava uma nova unidade econômica nacional, tendo em vista suas necessidades de reprodução ampliada. Nesse momento, o sentido da racionalidade, obsessivamente aspirada como forma ideal de estruturação da sociedade, revelou-se plenamente. Vista como um processo, capaz de deter os movimentos de ruptura da ordem social, a racionalização gerada pelo planejamento surgia nas formulações de Celso Furtado como uma possibilidade de controle dos conflitos de classe, de sujeição dos imponderáveis movimentos da política à administração técnica e, também, de eliminação dos arcaísmos sociais que entravavam as formas capitalistas mais avançadas no Nordeste.

Com perspectiva e projeto marcados por contradições, provenientes, em larga medida, das concepções teóricas e políticas que norteavam

sua análise da realidade e sua ação para o desenvolvimento econômico, Celso Furtado aprisionou sua leitura (inovadora) da questão regional no viés dualista da dinâmica centro-periferia, ao transportar para o espaço inter-regional brasileiro as relações que, no âmbito mundial, eram estabelecidas entre as áreas subdesenvolvidas e as nações centrais hegemônicas. Por isso, as marcas inegáveis de um movimento de unificação do espaço econômico nacional, manifestado no Brasil, no correr dos anos 50, que subordinava as divisões regionais à lógica integradora do capital industrial monopolista e associado, sediado no Centro-Sul, foram tomadas por manifestações de um "colonialismo interno", que somente um processo de industrialização regional poderia eliminar. Daí Furtado capitular ante a ideia de um projeto de desenvolvimento industrial no Nordeste que, àquela altura, não tinha condições de se viabilizar sequer no âmbito nacional.

Como ideólogo do desenvolvimento capitalista no Brasil dos anos 50 e 60, Celso Furtado deu voz à burguesia industrial traduzindo, no âmbito de suas análises e de seu projeto de desenvolvimento, as limitações e contradições históricas dessa classe. A derrota e o banimento de Furtado, em 1964, no momento em que o capital monopolista internacional elegia o país como mais um de seus espaços de acumulação e reprodução ampliada, exigindo para isso o aprofundamento dos aspectos antidemocráticos do Estado brasileiro, era a evidência de que a burguesia industrial brasileira, sem nenhuma "ilusão heroica", tinha feito sua escolha: ser o sócio menor do grande capital externo. A impossibilidade dessa camada de levar à frente sua "revolução burguesa", tão largamente apontada por ele ao propor ao Estado e à intelligentsia o papel de demiurgos da nação desenvolvida, revelava-se em toda sua plenitude, conferindo, inclusive, às pretensões nacionalistas de Furtado um inequívoco "caráter utópico", que alguns comentadores de sua obra já apontaram.

Referências bibliográficas

Referências DE CELSO FURTADO

FURTADO, C. Características da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, março, 1950.

______. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, setembro, 1952.

______. Economia Brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento. *A Noite*. Rio de Janeiro, 1954.

______. O desenvolvimento econômico. *Revista Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 1, 1955.

______. Uma economia dependente. *A Noite*. Rio de Janeiro, 1956.

______. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura e Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1959.

______. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Dasp, Serviço de Documentação, 1960.

______.*Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

______. *Formação econômica do Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

______. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

______. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

______. "La Hegemonia de Estados Unidos y el Futuro de América Latina". In: MAR, J. M. (org.). *La Dominación de América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

______. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

______. Auto-retrato intelectual. *International Social Sciences Journal*. Paris, Unesco, v. XXV, n. 1-2, 1973.

______. *Mito do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

______. *A economia latino-americana.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

______. O Nordeste está exigindo novo diagnóstico. *O Estado de S. Paulo.* Caderno 8. São Paulo, 20/1, 1980.

______. *A fantasia organizada.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

______. *A fantasia desfeita.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

______. Celso Furtado: o passageiro da utopia. *Leia - Uma Revista de Livros, Autores e Ideias, agosto.* São Paulo: Joruês, 1991.

______. *Play Boy* entrevista Celso Furtado. *Play Boy,* abril, 1991a.

______. Celso Furtado. *Folha de S. Paulo.* Caderno 6. São Paulo, 19/7, 1992.

______. *Ares do mundo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

______. O pensamento econômico latino-americano - Entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín. *Novos Estudos Cebrap,* n. 41, março. São Paulo, Cebrap, 1995.

______. *Celso Monteiro Furtado. Conversas com economistas brasileiros.* Entrevistadores: Ciro Biderman; Luís Felipe L. Cozac e José Márcio Rego. São Paulo: Editora 34, 1996.

______. Entrevista: Celso Furtado - A constatação do GTDN e as exigências da atualidade. *Revista Econômica do Nordeste,* v. 28, n. 4. Fortaleza, out./nov. 1997.

______. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste (REN),* v. 28, n. 4. Fortaleza, out./dez. 1997a.

______. *Obra autobiográfia de Celso Furtado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

______. *Seca e poder* - Entrevista com Celso Furtado. Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares; Manuel Correia de Andrade e Raimundo Pereira. São Paulo: Perseu Abramo, *1998*.

______. *O longo amanhecer.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

______. Celso Furtado. *Universidade Pública.* Fortaleza, UFC, Ano I, n. 3, out./nov. 2000.

______. *Entrevista com Celso Furtado.* Entrevistadora: Rosa Maria Vieira. Rio de Janeiro, 6/8 (Anexo), 2001.

______. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII.* São Paulo: Hucitec, 2001a.

Referências

ABDALA JR., B. Sílvio Romero - História da literatura brasileira. In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico* (2). São Paulo: Editora Senac, 2001.

ABREU, M. de P. (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana – 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Forense, 1969.

AGLIETTA, M. *Regulaciony Crisis del Capitalismo: la Experiencia de los Estados Unidos.* Madri: Siglo XXI, 1979.

ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes.* São Paulo/Recife: Cortez/FJN/Massangana, 2001.

ARNDT, H. W. *Economic Development: The History of an Idea.* Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, J. L. *Épocas de Portugal econômico. Esboços de História.* Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978.

BACELAR, T. A 'questão regional' e a 'questão nordestina'. In: TAVARES, M. da C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BASTOS, E. R. A sociologia nos anos 30. In: D'INCAO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior.* São Paulo: Editora da Unesp, 1989.

______. Gilberto Freyre - Casa Grande & Senzala. In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

______. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira.* Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

______. *Ligas Camponesas: estudo sobre a luta dos camponeses em Pernambuco.* Dissertação de mestrado em Ciência Política. São Paulo, FFLCH-USP, 1980.

BASTOS, E. R.; MORAES, J. Q. de (org.) *O pensamento de Oliveira Vianna.* Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BATISTA JR., P. N. Prefácio. In: HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalização em questão.* Petrópolis: Vozes, 1998.

BENJAMIN, W. Teses sobre Filosofia da História. In: KOTHE, F. R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.

BENEVIDES, M. V. de M. *O governo Kubitschek - Desenvolvimento econômico e estabilidade política.* 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BETTELHEIM, C. A problemática do subdesenvolvimento. In: PEREIRA, L. (org.). *Subdesenvolvimento e desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BEZERRA, G. *Memórias - Segunda Parte: 1946-1969.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros.* São Paulo: Editora 34, 1996.

BIELCHOWSKY, R. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *Revista de Economia Política,* v. 9, n. 4. São Paulo: Brasiliense, out./dez. 1989.

______. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica.* São Paulo, Nobel, 1990.

BRESCIANI, M. S. M. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana, cientista social. In: SILVA, S. e SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História econômica da Primeira República.* 2.ed. São Paulo: Edusp/ Hucitec, 2002.

BRITO, L. *Pontos de partida para a História Econômica do Brasil.* 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

BURKE, P. (org.) *A escrita da História.* São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CALLADO, A. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco (Aspectos da luta pela Reforma Agrária no Brasil).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

______. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência.* 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CALÓGERAS, P. *La politique monetaire du Brésil.* Rio de Janeiro: Imprimerie Nationale 1910.

CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil.* 26.ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

______. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária.* São Paulo: Edusp, 1978.

______. *O método crítico de Sílvio Romero.* São Paulo: Edusp, 1988.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995).* 2.ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

______. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: *Celso Furtado e o Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARDOSO, F. H. *As ideias e seu lugar, ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

______. La Originalidad de la Copia: la CEPAL y la Idea de Desarrollo. *Revista de la CEPAL,* 1977.

CARDOSO de MELLO, J. M. *O capitalismo tardio.* 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARREIRA, C. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CASTRO, J. *Homens e caranguejos.* São Paulo: Brasiliense, 1967.

CATELLI, N. *El espacio autobiográfico.* Barcelona: Editorial Lúmen, 1986.

CAVALCANTI, A. *O meio circulante nacional.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

CAVALCANTI, P. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CEPÊDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático.* Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

CERTEAU, M. de *A escrita da História.* Rio de Janeiro; Forense Universitária, 1982.

CHAUI, M.; FRANCO, M. S. *Ideologia e mobilização popular.* Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hipertardio.* 2.ed. Belo Horizonte/São Paulo: UNA Editoria/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

CASTRO, J. *Homens e caranguejos (romance).* São Paulo, Brasiliense, 1967.

CHIAPPINI, L.; BRESCIANI, M. S. (org.) *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras.* São Paulo: Cortez, 2001.

COHN, A. *Crise regional e planejamento.* São Paulo: Perspectiva, 1976.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados,* v. 15, n. 41. São Paulo: USP, jan./abr. 2001.

COUTINHO, C. N. *Literatura e humanismo. Ensaios de crítica marxista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

CUNHA, E. da *Os sertões.* Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Francisco Alves/ Publifolha, 2000.

CRUZ COSTA, J. *Contribuição à história das ideias no Brasil.* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

D'ANDREA, M. S. *A tradição redescoberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista.* Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

DANTAS, J. A. M. *A problemática desenvolvimento-subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado: os fundamentos de um pensamento original (?).* Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960.* Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.

FARO, C. de; SILVA, S. L. Q. da A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, A. de C. (org.). *O Brasil de JK.* Rio de Janeiro: Editora FGV/Cepdoc, 1991.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FEBVRE, L. *Combates pela história.* 2.ed. Lisboa: Presença, 1985.

FIGUEIREDO, A. M.; COSTA, C. S. *Do subdesenvolvimento: vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito.* Lisboa: Afrontamento, 1986.

FONSECA, G. *Assim falou Julião.* São Paulo: Fulgor, 1962.

FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

FORACCHI, M. M.(org.) *Mannheim.* São Paulo: Ática, 1982.

FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala.* Rio de Janeiro, Record, 2001.

FREYRE, G. *Sobrados & Mocambos.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin.* São Paulo: Perspectiva, 1994.

GALVÃO, W. N. Euclides da Cunha: *Os Sertões!* In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos.* São Paulo: Editora Senac, 1999.

GRYNSZPAN, M. *Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia histórica da teoria das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUIMARÃES, J. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, M. da C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

GUIMARÃES, M. E. *Celso Furtado: a utopia da razão. Um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964).* Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

GONÇALVES, J. S. R. de C. Prefácio. In: FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GURRIERI, A. (org.) *La Obra de Prebisch en la Cepal.* México, Fondo de Cultura Económica, 1982.

GUZMÁN, G. *El desarrollo latinoamericano y la CEPAL.* Barcelona: Planeta, 1976.

GDN. GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Um plano em marcha*, n. 6, Serviço de Documentação do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1957.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1998.

HIRSCHMAN, A. O. *Política econômica para a América Latina.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

______. Desenvolvimento por efeitos em cadeia. Uma abordagem generalizada. *Estudos Cebrap,* São Paulo, n. 18, out./ dez. 1976.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, O. A dialética da História. In: D'INCAO, M. A. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior.* São Paulo: Editora da Unesp, 1989.

______. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, *1971*.

______. *A ideia de Brasil Moderno.* São Paulo, Brasiliense, 1992.

IGLÉSIAS, F. *História e ideologia.* São Paulo: Perspectiva, 1981.

JANOTTI, M. de L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo, Contexto, 1998.

JULIÃO, F. *O que são as Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

KALVAN, F. R. *O lugar da Nação.* Dissertação de mestrado em Sociologia. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro.* São Paulo: Atlas, 1982.

LACOSTE, Y. *Os países subdesenvolvidos.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C. de e COSTA, W. P. da (org.). *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno.* São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

LAMBERT, J. *Os 2 Brasis.* São Paulo, Editora Nacional, 1967.

LE GOFF, J. *História: novos problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro.* São Paulo: Pioneira, 1969.

LEOPOLDI, M. A. P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, A. de C. *O Brasil de JK.* Rio de Janeiro: Editora FGV/ CPDOC, 1991.

LIMA, N. T. A sociologia desconcertante de *Os Sertões*. In: NASCIMENTO, J. L. (org.). *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos.* São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

LIPIETZ, A. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.* São Paulo: Nobel, 1988.

LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da (org.) *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno.* São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

LOUREIRO, M. R. (org.) *50 anos de ciência econômica no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1997.

______. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997a.

LOVE, J. L. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MALLORQUIN, C. *La idea del subdesarrollo: el pensamiento de Celso Furtado.* Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Políticas e Sociais: Universidade Autônoma do México, 1993.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

______. *Diagnóstico de nosso tempo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

______. *Sociologia da cultura.* São Paulo: Edusp, 1974.

MANTEGA, G. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política,* v. 9, n. 4, out./dez. 1989.

______. *A economia política brasileira.* Petrópolis: Vozes, *1984*.

MARANHÃO, S. Estado e planejamento regional: a experiência do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, S. (org.) *A questão Nordeste.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MEDEIROS, J. *Ideologia autoritária no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.

MENEZES, D. *O outro Nordeste.* 2.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

MYRDAL, G. *Aspectos políticos da teoria econômica.* São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MORAES FILHO, E. de. *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MORAES, R. C. C. *Planejamento: democracia ou ditadura? Intelectuais e reformas.* Tese de doutorado em Filosofia. São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

______. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal.* São Paulo: Ática, 1995.

MOTTA, C. G. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974).* 4.ed. São Paulo: Ática, 1980.

NAPOLEONI, C. *O pensamento econômico do século XX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NOGUEIRA, M. A. *As possibilidades da política - Ideias para a reforma democrática do Estado.* São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial - 1777-1808.* São Paulo, Hucitec, 1979.

NURKSE, R. Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Economia,* n. 4 (dez.). Rio de Janeiro, 1951.

ODÁLIA, N. *As formas do mesmo.* São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, F. de. *Celso Furtado.* São Paulo: Ática, 1983.

OLIVEIRA, F. de. *Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. Inteligência Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

______. Crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap 2* (out.). São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1972.

______. A emergência do modo de produção de mercadoria: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil". In: *O Brasil Republicano I.* São Paulo: Difel, 1975.

______. *A economia da dependência imperfeita.* Rio de Janeiro: Graal, 1977.

______. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe.* São Paulo: Paz e Terra, 1981.

______.Viagem ao olho do furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro". *Novos Estudos Cebrap,* n. 48, jul. 1997.

OLIVEIRA, F.; REICHSTUL, H. P. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. *Estudos Cebrap 4* (jun.). São Paulo: Edições Cebrap, 1973.

PAGE, J. A. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil: 1955-1964.* Rio de Janeiro: Record, 1972.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o Povo e a Nação.* São Paulo: Ática, 1990.

PELÁEZ, C. M. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia,* v. 22 (mar.), n. 1, 1968.

PENEFF, J. *La Méthode Biographique.* Paris; Armand Colin, 1990.

PERROUX, F. *A economia do século XX.* Lisboa: Herder, 1967.

______. *A economia das jovens nações.* Lisboa: Livraria Morais, 1964.

PERRUCI, G. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, S. (org.) *A questão Nordeste.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PIVA, L. G. *Ladrilhadores e semeadores*. São Paulo: Editora 34, 2000.

PRADO JR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

______. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

______. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

______. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1950.

______. *Estudio Económico de América Latina*. Nova York: Cepal, Nações Unidas, 1951.

______. Cinco Etapas de mi Pensamiento Sobre el Desarrollo. In: *Raul Prebisch, un Aporte de su Pensamiento*. Santiago de Chile: Cepal, 1987.

______. *Keynes, uma introdução*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

RANGEL, I. História da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 4, 1991.

______. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, Ministério da Educação e Cultura, 1957.

RAGO FILHO, A. Posfácio. In: CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. 2.ed. Belo Horizonte/ São Paulo: UNA Editoria/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

RAGO, M. A. de P. *O demiurgo da construção nacional: a ideologia industrialista de Azevedo Amaral*. Dissertação de mestrado em História Social. São Paulo, PUC, 1993.

REGO, J. M. (org.) *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

______. A 'angústia da influência' em Smith, Hirschman e Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

ROBOCK, S. H. *Desenvolvimento econômico regional - O Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

RODRIGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SAMPAIO JR., P. de A. *Entre a Nação e a barbárie. Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SCHWARZER, H. *A Cepal: a teoria clássica e a proposta de transformação produtiva com equidade social*. Universidade Federal do Paraná, 1993.

SCHWARTZMAN, S. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

SCHUMPETER, J . *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, R. V. da *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (org.) *História econômica da Primeira República.* 2.ed. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.

SOARES, J. A. *A frente do Recife e o Governo Arraes.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOLA, L. *Ideias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo.* São Paulo, Edusp, 1998.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira - origem e desenvolvimento.* São Paulo, Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, T. Sobre a formação da *Formação Econômica do Brasil. Estudos Avançados* 37, v. 13, São Paulo, USP, set./dez. 1999.

______. (org.) *Keynes.* São Paulo, Ática, 1984.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. R. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias.* São Paulo: Ática, 1978.

VAISMAN, E. *A ideologia e sua determinação ontológica.* São Paulo: Ensaio, 1989.

VENTURA, R. *Escritores, escravos e mestiços (raça e natureza na cultura brasileira).* Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1988.

VIANA, V. *O Banco do Brasil, sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

VIEIRA, E. *Oliveira Vianna e o Estado corporativo (um estudo sobre corporativismo e autoritarismo).* São Paulo: Grijalbo, 1976.

______. Oliveira Vianna e o Estado brasileiro no final do século XX. In: BASTOS, É. R.; MORAES, J. Q. de (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna.* Campina: Editora da Unicamp, 1993.

VIEIRA, R. M. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen.* Dissertação de mestrado em História Econômica. São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

VIEIRA, R. M. Celso Furtado: auto-retrato e retórica In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado.* São Paulo: Editora 34, 2001.

VILLA, M. A. *Vida e morte no sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.* São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, L. E. *Educar para transformar. Igreja católica e política no movimento de educação de base.* Petrópolis: Vozes, 1984.

ZAIDAN FILHO, M. *O fim do Nordeste & outros mitos.* São Paulo: Cortez, 2001.

ZAMORA, F. Subdesenvolvimento e política global de desenvolvimento. In: PEREIRA, L. (org.). *Subdesenvolvimento e desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Anexo

Entrevista com Celso Furtado realizada em 6 de agosto de 2001 e revista pelo entrevistado em julho de 2002

RM - Professor, entre os intelectuais brasileiros, o senhor é um dos pensadores que mais expôs sua biografia intelectual à cultura internacional. Fez doutorado na França, viveu a experiência da Cepal (Chile), passou por Cambridge etc. Porém, eu gostaria de começar nossa entrevista perguntando sobre as influências nacionais, sobre os pensadores brasileiros que considera relevantes para sua formação, que o influenciaram, pelo menos, inicialmente.

CF - Não é fácil responder a esta questão, porque não me recordo de ter sido influenciado por um pensador brasileiro. Não houve um autor brasileiro que eu admirasse propriamente, com a força com que admirei *Facundo,* de Sarmiento. Na verdade, fui influenciado profundamente por certos homens de ação, como o economista argentino Raúl Prebisch. Conheci-o quando saí do Brasil e fui trabalhar na Cepal. Eu já estava querendo interpretar o subdesenvolvimento, o porquê do desenvolvimento atrasado na América Latina. No Brasil, tenho uma dívida com alguns estudiosos do país, a começar pelo Simonsen.

RM - Roberto Simonsen?

CF - Sem a obra de Roberto Simonsen eu nunca teria escrito o *Formação econômica do Brasil.* É interessante lembrar que Simonsen reuniu um material riquíssimo sobre o período colonial brasileiro. Ele não passou do período colonial, mas foi tão abundante o material que recolheu, que quem quiser pensar o Brasil dessa época deve partir dele. No Nordeste, o autor que provavelmente mais me impressionou, de forma diferente de Simonsen, foi Gilberto Freyre. Gilberto pensava o Nordeste, li com interesse seu clássico *Casa-grande & Senzala*.

Mas não aceitei a visão do Brasil de Gilberto. Era uma visão conservadora e que, de alguma maneira, legitimava o escravismo, marca definitiva do Brasil. Sua obra era uma legitimação sutil desse estado de coisas, mas, ainda assim, ajudou-me a pensar a sociedade brasileira, libertando-nos do enfoque racista que até então dominava o pensamento brasileiro. Nina Rodrigues, grandes escritores, como Euclides da Cunha e muitos outros, eram racistas, influenciados por um pensamento de cunho racista vindo da Europa e que aqui se implantou. Mas também desde cedo houve uma reflexão contrária a essas ideias. Gilberto Freyre é o seu vetor: teve a oportunidade de estudar nos Estados Unidos no momento em que a antropologia social avançava com Franz Boas. Gilberto herdou de Boas uma visão muito moderna do problema racial. Foi a que trouxe para o Brasil. Guardei dele algumas influências, como guardei de Roberto Simonsen o conhecimento factual da economia brasileira na época colonial.

RM - O senhor, em uma entrevista de 1997, a Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Pereira, sobre o Nordeste, refere-se a Guimarães Duque como seu mestre. Eu gostaria que o senhor falasse a respeito...

CF - Ele me influenciou pelo lado da ecologia. Era um agrônomo, com grande formação científica, um pesquisador.

RM - Ele é contemporâneo da Sudene?

CF - Sim, foi contemporâneo da Sudene. Mas era mais ou menos da geração de Gilberto Freyre. Guimarães Duque foi um estudioso do problema do clima do Nordeste. Foi ele quem primeiro expôs com clareza a realidade desse clima, das chamadas "secas", mostrando que a sua periodicidade era um dado da natureza perfeitamente superável pelo homem. Foi ele que me orientou no estudo dos problemas ecológicos do Nordeste. Eu só entendi o Nordeste a partir do conhecimento da obra dele.

RM - Voltando a Gilberto Freyre... No seu "Auto-retrato intelectual", em dado momento, o senhor cita Gilberto Freyre como o pensador que teria lhe revelado a sociologia americana. Isso procede? E em que medida?

CF - É exatamente o que eu disse acima. A influência que Boas teve sobre Gilberto refletiu em nós. Era mais antropologia do que sociologia. Tratava-se de compreender que a dimensão cultural era independente da etnia, da raça: liberar os pensadores brasileiros do preconceito de raça, que era uma sujeição mental. O próprio Euclides da Cunha sofreu essa tirania doutrinária do racismo. Entretanto, ele a superou – fugindo um pouco à tirania da ciência da época, quase como num passe de mágica –, porque *Os Sertões* foram resultado de contato direto com o povo brasileiro. Foi quando ele percebeu que esse povo em nada era inferior e,

impressionado, começou a acreditar no Brasil. Estudar o Brasil, nessa época, era algo complicado, pois ainda havia quem acreditasse em "raça degenerada", um típico entulho intelectual.

RM - Esse entulho, o senhor está se referindo às teorias raciais?

CF - Elas eram aceitas como a ciência mais sofisticada. Entretanto, era, na verdade, uma forma de submeter-se ao imperialismo europeu, em época que Europa dominava o mundo...

RM - O senhor cursou Direito na Universidade do Brasil, formando-se em 1944. Eu tenho muita curiosidade, como historiadora, de saber o que se lia, em termos do pensamento social no Brasil, na Faculdade de Direito. De quais autores, que o tenham marcado naquele momento de formação, o senhor se lembra?

CF - Quando estudei Direito, minha orientação já era para Economia. Mas não havia, no Brasil, curso superior de Economia. Comecei a ler história econômica e diversos livros de economia, em espanhol, pois foi quando surgiu a Fondo de Cultura Económica, do México, que publicava muitas obras, como, por exemplo, de Max Weber, a que tive acesso. Li Max Weber durante os anos da faculdade: a sua obra *Economia e sociedade*. Mas não li somente sociologia, li muita economia também, que a Fondo de Cultura publicava abundantemente. Essa editora foi uma revolução cultural na minha geração. Nós, que estávamos limitados a uma bibliografia francesa, tivemos acesso a uma profusão de obras de autores de outras línguas.

RM - De que obras o senhor se lembra?

CF - Lembro-me, por exemplo, da obra de Alfred Weber, *História da cultura,* que me impressionou muito, embora fosse de alcance limitado. Ainda assim, abriu-me horizontes. Havia obras específicas de economia, de autores de língua inglesa, que nessa época já chegavam ao Brasil. Eu já lia um pouco de espanhol desde rapazinho, porque em minha casa havia uma enciclopédia em espanhol em vinte volumes, que meu pai havia comprado. Mas meu pai, lá no Nordeste, me advertia de que se eu quisesse conhecer o mundo, tinha de saber inglês. Ele contratou um professor – um inglês, Mr. Vance – para me dar aulas práticas de inglês. Mas as obras de economia mais facilmente chegavam ao Brasil em versão espanhola, graças ao fantástico esforço feito no México para traduzi-las. Esse trabalho de divulgação da Fondo de Cultura deve-se ao sociólogo José Medina Echavarría, que anos depois eu convidei para integrar os quadros da Cepal.

RM - Ah, o senhor é que...

CF - Fui a Porto Rico conversar com ele, pois andava entusiasmado com sua obra *Sociologia da cultura.*

RM - Que outros interesses o Sr. tinha nos anos universitários?

CF - Nessa época, comecei a estudar os problemas do planejamento, por influência de autores norte-americanos. Fordismo, taylorismo, organização racional do trabalho: tudo ia me levando ao planejamento. Nessa época, escrevi um trabalho intitulado "Trajetória da democracia na América", que mostrava como as instituições políticas tinham evoluído nos Estados Unidos. Inscrevi-o num concurso do Instituto Brasil-Estados Unidos, e só algum tempo depois, quando eu já estava na França fazendo meu doutorado, em 1948, soube que o ensaio havia sido premiado pelo Ibeu. Ganhei uma boa quantia e o Instituto publicou o trabalho. Conto isso para mostrar o variado horizonte das minhas leituras nos anos de estudos universitários. Há, porém, uma tônica: a ideia de Estado, de organização do trabalho e, fundamentalmente, de administração pública.

Paralelamente aos estudos de direito, fui jornalista da *Revista da Semana,* uma precursora das *newsweeks*. Meus pais me mandavam algum dinheiro, mas eu precisava trabalhar. Um dia, Cleanto de Paiva Leite, que era meu primo, indagou por que eu não fazia um concurso para o serviço público. Era algo que nunca tinha me passado pela cabeça. Mas aceitei fazê-lo, passei em primeiro lugar, fui nomeado para o Dasp, como assistente de organização, e, mais tarde, como técnico de administração. Assim, comecei no serviço público, onde me dediquei a estudar organização e administração. Foi então que compreendi que me faltava um conhecimento mais sistemático de economia.

RM - Professor, quando o senhor era aluno de Direito, uma série de autores trabalhavam com a problemática da construção nacional, com a ideia de viabilização do Brasil como nação, numa vertente conservadora: Sílvio Romero, Alberto Torres, um pouco antes, e, depois, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, que, aliás, tinha um projeto de industrialização, numa proposta de modernização conservadora. Eu gostaria de saber se o senhor teve contato, em termos de leitura, com esses pensadores.

CF - No caso de Sílvio Romero, havia um ranço racista que eu rejeitava. Azevedo Amaral não me impressionou. Oliveira Viana foi diferente...

RM - Por quê? O que chamou sua atenção?

CF - A visão de conjunto que ele tinha do Brasil. Oliveira Viana, que, aliás, conheci pessoalmente – visitei-o em sua casa, para conversar com ele –, me impressionou bastante. Mas a verdade é que o pensamento brasileiro estava marcado por esse fundo de racismo.

RM - Essa era a grande questão que os separava...

CF - Daí eu ter me inclinado para a vertente da modernidade, que levava à ideia de planejamento.

RM - O senhor referiu-se ao seu interesse pela questão da organização, do planejamento. Pois bem, na obra de Oliveira Viana, o Estado tem um papel muito importante dentro do arranjo social, e eu lhe pergunto se isso, em algum momento, o sensibilizou, ou melhor, se aquela visão de Estado, que organiza a realidade social, o tocou?

CF - Tocou, mas não chegou a ter um efeito permanente. A verdade é que cheguei à visão do Estado pela via do planejamento. Percebi a importância da ação organizada do Estado e a necessidade de uma política. Tudo isso me vinha do estudo da teoria da organização. Escrevi um trabalho, na época, que teve uma certa repercussão. Chamava-se "Sobre planejamento" e nele eu estudava a organização de um time de futebol em campo. Suas regras são fluidas, cada jogador as interpreta como quer, mas elas são essenciais para a vitória. Esse trabalho foi traduzido para o espanhol e publicado na Argentina. Foi quando comecei a ter uma certa presença...

RM - Isso foi antes do ingresso na Cepal?

CF - Ah, bem antes!

RM - E antes mesmo de o senhor fazer o doutorado na França?

CF - ...Muito antes.

RM - Existem alguns clássicos da modernidade brasileira, Gilberto Freyre, a que o senhor já se referiu, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Francisco de Oliveira, inclusive, coloca-o ao lado desse terceto. Com relação a Caio Prado, eu acho que tanto o senhor como ele, por vertentes diversas, têm algumas preocupações comuns, como, por exemplo, a questão da particularidade do capitalismo no Brasil. Uma outra coisa é a ideia de economia colonial, que aparece como uma preocupação, uma categoria de análise imperante em seu pensamento e no do próprio Caio Prado. Eu queria perguntar precisamente o seguinte: o senhor tem, em algum momento na sua trajetória, algum contato, aproximação, leitura ou diálogo com a obra do Caio Prado?

CF - Não. A obra *Formação do Brasil contemporâneo,* só fui lê-la já na França, preparando minha tese de doutorado. Acho-a muito interessante, tendo-a citado extensamente em minha tese. Essa tese vai sair agora, publicada em português, cinquenta anos depois. Um historiador da Unicamp a descobriu em Paris e me pediu licença para publicá-la.

RM - Tamás Szmrecsányi...

CF - Ele conseguiu uma cópia da tese. Eu tinha perdido o único exemplar que trouxe da França em 1948. Recentemente, mexendo em meus papéis, descobri os originais da tese, escritos à mão em português. Meu orientador de tese, o professor

Maurice Byé, conhecia perfeitamente a nossa língua e, para apressar a sua redação, permitiu-me escrevê-la inicialmente em português. É esse original que está sendo publicado.

RM - Maurice Byé esteve aqui no Brasil, não?

CF - Esteve durante vários anos, como professor. Ele era muito simpático, ajudou-me muito. A tese se chama *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*.

RM - É nela que o senhor fez aquele estudo comparativo entre a produção do açúcar no Nordeste e na região das Antilhas... Eu gostaria de saber quais autores brasileiros o senhor utilizou no *Economia colonial?* O senhor se referiu, há pouco, a Caio Prado. E o Capistrano?

CF - Capistrano de Abreu, um pouco. Mas nessa altura eu já estava muito voltado para a leitura econômica. Guardei de Capistrano apenas algumas ideias gerais, porque sempre fui contra a sua ideia fixa do São Francisco como o "rio da unidade nacional". A unidade nacional não se fez com o São Francisco.

RM - Eu queria lhe perguntar, ainda, sobre algumas outras leituras. Por exemplo, João Lúcio de Azevedo. O senhor passou pelo *Épocas de Portugal Econômico?*

CF - Passei e citei na minha tese...

RM - O João Normando?

CF - Ah sim, citei, também, na tese, o Normando, que é dos Estados Unidos, não?

RM - E o senhor usou o Leroy-Beaulieu, que tem toda aquela teorização sobre colônia de povoamento.

CF - Também.

RM - E, já que estamos falando de leituras, eu quero perguntar, também, sobre Manoilesco e List.

CF - Tomei conhecimento de Manoilesco um pouco mais tarde, quando ele teve muita repercussão no Brasil.

RM - ...inclusive a Fiesp financiou a tradução de seu livro sobre o protecionismo para a indústria.

CF - Sim, a tradução a partir do francês, não é? Li esse livro com curiosidade. Aliás, Prebisch fora influenciado por ele. A obra de Manoilesco tem coisas muito positivas. Mas o que ficou foi o corporativismo, que tem aspectos muito negativos. Como as duas vertentes do pensamento dele não foram separadas, sua influência tendeu a diminuir.

RM - Isso, provavelmente, deve ter partido de críticas do pensamento liberal, digamos assim.

CF - Exato... Mas os dirigentes da Fiesp perceberam a importância da teoria do protecionismo, do moderno protecionismo.

RM - Se me lembro bem, o Roberto Simonsen cita, frequentemente, o Manoilesco em seus trabalhos.

CF - É... Ele foi traduzido e difundido por influência de Simonsen.

RM - E List, o teórico alemão?

CF - Eu fiz só uma resenha sobre o livro dele, que trata da Alemanha. Aliás, tudo que permitia entender o atraso do Brasil me interessava. Manoilesco, por exemplo, me permitia mostrar que o Brasil não podia seguir pelo caminho em que estava. Ele propunha um sistema de proteção do setor moderno de produção e List foi o grande teórico que influenciou Manoilesco. List é de 1840, 1850... E sua obra foi definitiva, porque criou o conceito de indústria infantil. Ele procurava mostrar que toda indústria é frágil no começo e que, portanto, precisa de proteção. Todas essas ideias foram se estruturando em minha cabeça, como uma forma nova de pensar. Mas a influência maior que tive foi de Keynes.

RM - Nessa entrevista, dada a Maria da Conceição Tavares e a Manuel Corrêa de Andrade, lá pelas tantas, o senhor disse algo que me chamou muito a atenção: que a Cepal tinha sido sua escola de trabalho como economista. Eu queria, então, lhe perguntar se sua aproximação mais intensa com o pensamento de Keynes ocorreu quando passou a fazer parte da Cepal. Gostaria que me falasse um pouco, também, sobre suas relações intelectuais com Raul Prebisch.

CF - A verdade é que o pensamento de Prebisch foi fundamental para mim. A experiência da Cepal me permitiu constatar que o Brasil era um país atrasado, e para isso não havia explicação. Isso eu descobri assim que cheguei a Santiago, comparando as estatísticas do Brasil, da Argentina, do México, do Chile.

RM - No *Fantasia organizada* o senhor fala sobre isso...

CF - Trato disso, sim. Fui encarregado de fazer um mapeamento do desenvolvimento dos países mais importantes da América Latina durante dez anos. Ao fazer esse trabalho, constatei o quanto o Brasil era atrasado. Como explicar? O Brasil tinha mais território, mais população, mais recursos e potencial. Onde estava a sua inferioridade? Superada a teoria da inferioridade racial, a resposta só podia estar na história, e lá fui buscá-la. Tudo isso me obrigou a repensar, a abrir um caminho. E comecei a ver o fim do túnel quando li Keynes.

RM - E onde se deu essa aproximação com Keynes, professor?

CF - Na Cepal.

RM - Na Cepal? O senhor começou por aquele livro do Prebisch, sobre Keynes ?

CF - Não.

RM - É que ele tem um livro...

CF - ...Um pequeno livro feito nessa época.

RM - Isso!

CF - Não posso dizer que descobri Keynes na Cepal porque já o havia estudado antes. Mas, até então, eu via o Keynes da "teoria do ciclo econômico", que era a sua grande contribuição e levava à política de estabilização. Na Cepal, comecei a perceber a importância da visão macroeconômica da História. Tratava-se, agora, de olhar a História vendo o macroeconômico, para entender a lógica do atraso e descobrir os fatores que impediam o crescimento de um país como o Brasil. Aí, comecei a ler teoria econômica mais sofisticada.

RM - Em suas análises, a questão do Estado tem um papel central. O senhor tem uma leitura sobre a intervenção do Estado no Brasil que é paradigmática. Nesse sentido, queria lhe perguntar sobre a importância do François Perroux. Ele tem algum papel no momento em que o senhor começa a definir a questão da importância do Estado?

CF - O pensamento de François Perroux foi seguramente o que mais me influenciou, pela importância de sua teoria do "polo de crescimento", que permite compreender que o crescimento econômico resulta de uma vontade política. Perroux me orientou para pensar o papel do Estado. É a partir da criação do Estado Nacional que se pode falar de desenvolvimento.

RM - O senhor se lembra o que leu de Perroux, em especial?

CF - *A economia do século XX,* aqueles grandes volumes... Mas eu também fui aluno de Perroux, em Paris, segui suas conferências. Ele lecionava na mesma faculdade onde fiz o doutorado. Assistir a uma aula de Perroux era um espetáculo, porque ele fazia uma gesticulação muito curiosa. Aliás, lembro-me de que ele foi acusado de ter sido *collabo*... Sem fundamento. Seus próprios pares da Universidade o absolveram.

RM - Professor, o seu caminho para descoberta do papel do Estado é um caminho que foi sedimentado por Keynes ou por Perroux ?

CF - Por Perroux. Keynes, em relação à questão do Estado, dá, digamos assim, a sinalização do ponto de vista econômico. É o teórico da dinâmica macroeconômica. Na realidade, ele criou a necessidade de uma dinâmica. O modelo keynesiano é um modelo estático, mas é claro que na sua época representou um tremendo avanço. Keynes valorizou o papel do Estado. A partir dele cabia pensar em política econômica e não mais, simplesmente, no mercado para regular a economia. Foi um salto enorme. Isso nos deixou fascinados: o Brasil era atrasado porque não havia uma política econômica e o mercado não iria resolver os problemas do país. Ia deixar o Brasil onde estava, acumulando cada vez mais atraso. A ruptura qualitativa na minha visão do mundo deu-se aí: compreender

o papel do Estado, perceber que o desenvolvimento, no fundo, é obra de uma ação política, e que essa ação política poderia ter sido facilitada por uma certa estrutura social, uma classe burguesa dinâmica, como houve na Europa...

RM - O que não era o caso do Brasil

CF - De fato. Aqui a classe dirigente era passiva, dominada intelectualmente de fora. Havia que se formar uma vontade política. Passei, então, a ver o mundo como um desafio. Fazer política é enfrentar desafios. Não cabe esperar por soluções espontâneas. Não pode haver infraestrutura sem política, sem planejamento. O mercado é maravilhoso, mas não transforma a infraestrutura a médio e longo prazos.

RM - Numa de suas entrevistas recentes o senhor disse uma frase muito significativa: "Não há mercado sem Estado".

CF - Exato. Penso, por exemplo, nas cidades italianas do passado. Uma cidade como Veneza foi um verdadeiro Estado nacional, regida por uma vontade política que defendia os seus interesses para valer.

RM - Professor, ainda dentro dessa linha, eu encontrei, no seu "Auto-retrato intelectual", algumas referências a Mannheim, quanto à questão do planejamento democrático. Pelo que estou percebendo, o senhor pensou, originalmente, a questão do planejamento na Faculdade de Direito, quando entrou em contato com a preocupação americana com a administração. Mas há um dado momento em que Mannheim aparece em seu pensamento. Gostaria de saber até onde o senhor reconhece a influência de Mannheim nessa questão do planejamento democrático. E, também, uma outra coisa: até onde a noção de *intelligentsia* de Mannheim influenciou suas concepções a propósito dos intelectuais?

CF - Para mim, Mannheim foi fundamental. Ele me iluminou, me tirou do tecnicismo. Pude perceber que há valores, que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia. Há que estar iluminado por valores para ser democrático. Mannheim me ensinou a ver a sociedade como um sistema de valores, antes de tudo.

RM - Quando se dá este contato com o pensamento de Mannheim?

CF - Muito cedo, na época em que chegavam aqui as traduções de suas obras, feitas pela Fondo de Cultura. Eu estava na Faculdade de Direito. O livro de Mannheim publicado por essa época, início da Segunda Guerra, foi *Ideologia e utopia.* Havia outro livro dele, sobre planificação social, mas eu me concentrei no *Utopia*...

RM - Essa ideia, essa concepção de intelectual que o senhor tem, como alguém capaz de intervir...

CF - É inspirada em Mannheim... No conceito de *intelligentsia*...

RM - Isso, exatamente... Gostaria de saber, agora, se o senhor teve contato com a obra do Parsons?

CF - Muito superficialmente, nada que me influenciasse. Quem me iluminou mesmo foi Mannheim, foi *Ideologia e utopia.*

RM - Em 1958, o senhor se afasta da Cepal e vai passar uma temporada em Cambridge. Gostaria de saber, inicialmente, quais as razões de seu afastamento da Cepal. Num dos livros autobiográficos, o senhor faz referências a isso, mas não ficou muito claro. E uma outra coisa... Há, em determinado momento, uma sugestão de que a elaboração de *A economia brasileira,* de algum modo, acirrou alguns problemas dentro da Cepal. Queria saber se o seu afastamento tem alguma coisa a ver com mudanças nos rumos da instituição ou com a elaboração do *A economia brasileira*?

CF - É algo de que prefiro não tratar. Quando escrevi esse livro, Prebisch não gostou, não aprovou.

RM - Por quê?

CF - Porque ele achava — mandou dizer-me indiretamente — que os técnicos da Cepal deviam todos pensar pela instituição. O que escrevessem era para a instituição, o que me pareceu um absurdo. Mas era o temperamento dele.

RM - Ele era muito centralizador?

CF - Muito centralizador. Então, em 1954, quando publiquei esse livro, comecei a cogitar em encerrar minha carreira na Cepal. Pensei: "eu não posso ficar, porque eu quero escrever, ter liberdade de pensar; não vou ficar preso a uma administração". Por isso, em 1957, tirei uma licença por um ano e fui pra Cambridge.

RM - Não houve rompimento?

CF - Não houve um rompimento formal. Passei um ano em Cambridge, onde aproveitei para escrever o *Formação econômica do Brasil,* que já estava todo elaborado no meu espírito. Mas já pensava em voltar para o Brasil... Quando voltei, disse a Prebisch que só me interessaria uma missão no Brasil. Ele queria que eu fosse para Santiago. Renunciei, então, à Cepal, deixando o cargo após ter passado nove anos na instituição.

RM - Para entender e me aproximar do seu pensamento, eu li, obviamente, muitas coisas elaboradas pela Cepal, no momento em que Prebisch estava na direção. Pude perceber uma diferença marcante entre as colocações de Prebisch e as suas. Não vi a presença da história no pensamento de Prebisch. No meu entender, essa seria uma grande diferença...

CF - Havia mesmo uma diferença muito grande. Você observou bem. Prebisch não captava o fenômeno histórico. Ele era mais um técnico. Via a economia como economista. Em segundo lugar, ele não via a dimensão social com a mesma urgência

que eu. Ele vinha de um país, a Argentina, onde havia muito crescimento social. O povo vivia bem. Os operários comiam churrasco, na rua, em Buenos Aires... E eu vinha do Brasil, do Nordeste. Tinha uma percepção da pobreza, tinha urgência! Havia diferenças, mas isso não impedia que colaborássemos. Eu era um grande admirador de Prebisch, devo muito a ele. A Cepal foi um momento importante. Mas, de qualquer maneira, eu queria atuar no Brasil. E, de fato, ao me desligar da Cepal, de volta ao Brasil, fui trabalhar pelo Nordeste.

RM - É o momento em que aparece a Sudene...

CF - O Nordeste estava, como sempre, enfrentando problemas. Foi uma fase da vida em que me orientei para repensar o Brasil. Passei quase dez anos nas Nações Unidas, estudei muito os outros países latino-americanos, dirigi grupos de trabalho na Cepal, fiz, por exemplo, um trabalho de quase 200 páginas sobre a economia mexicana, a sua crise de pagamentos. Todos esses estudos me ajudaram a melhor entender o Brasil, pois, ao estudar países parecidos, eu enxergava melhor a nossa realidade. Daí querer me dedicar diretamente ao Brasil.

RM - Professor, será que eu poderia dizer que esse seu vínculo com a história, que o Raul Prebisch não tem, que essa sua aproximação com a cultura humanística, que vai representada, por exemplo, pelo pensamento de Mannheim, que isso pode ser explicado pelo fato de o senhor ter um projeto para o Brasil?

CF - Eu sempre fui apaixonado pela história. Não sei por que não fui historiador. Numa recente exposição sobre a minha obra, foi mostrado um diário meu de juventude, de quando eu era estudante no Liceu da Paraíba. Nesse diário eu escrevia: "meu propósito é escrever um livro para explicar o Brasil, é repensar a história do Brasil".

RM - Na época do Liceu?!

CF - Sim. Repensar a História do Brasil com os conhecimentos modernos daquela época, com as ciências sociais, por exemplo, para entender o Brasil.

RM - Quantos anos o senhor tinha?

CF - No máximo 17 anos. O documento está datado. Portanto, vem de longe essa mania... Eu lia tudo sobre história e me beneficiei do fato de meu pai ter arrematado uma biblioteca com notáveis livros de história. Por exemplo, eu tinha em casa os 20 volumes de Cesare Cantü. Eu li muita história, era meu prazer.

RM - A história veio antes da economia...

CF - A história chegou primeiro. A economia veio como que para explicar e entender melhor a história. Eu já disse isso num livro de memórias. Compreendi que só entenderia bem a história se soubesse economia. Portanto, fui para a economia para entender a história. Isso foi influência do grande historiador belga Henri Pirenne. Citei tanta gente, que me esqueci dele...

RM - O senhor faz referência a Pirenne, muito claramente...

CF - Pirenne foi fundamental para mim. Pensar, buscar uma lógica na história, que não fosse a do acaso, apenas. Entender a história... Esse era meu grande desafio. Mannheim, Pirenne eram teóricos que me ajudaram a entender a história.

RM - Alguém, inclusive, já afirmou que a dúvida é saber se o senhor é um historiador que se vale da economia ou um economista que não prescinde da História...

CF - É verdade. Tanto assim que meu livro *Formação econômica do Brasil* é um "esqueleto" de história. Minha paixão era a história, era entender a vida dos homens, dos homens vivendo, criando, inventando. Quanto à economia, há uma frase clássica que diz que ela é "a anatomia da sociedade". Compreendi que a única forma de entender bem a história era me armar de conhecimentos econômicos. Vem daí a atração pela teoria do ciclo econômico, por Schumpeter, que eu conheci bastante...

RM - E o Myrdal, professor?

CF - Também li bastante Gunnar Myrdal.

RM - Como o senhor situa o peso do pensamento de Myrdal em sua formação?

CF - Eu diria que Schumpeter e Myrdal foram os dois pensadores econômicos com visão ampla que mais me influenciaram. Houve outros também, como Pirenne, historiador que estudou a história da Europa para compreender o feudalismo e entender a decadência do Império Romano. Isso me apaixonava, e sobre isso escrevi em *Economia brasileira,* e também em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento.* Faço aí uma análise do desenvolvimento econômico do capitalismo, e mostro como a decadência de Roma e o atrofiamento das cidades do Império Romano levaram ao declínio da atividade econômica. A paixão por entender a história é seguramente o elemento mais importante da minha vida intelectual.

RM - Professor, qual o significado de Cambridge para a sua formação intelectual?

CF - Cheguei a Cambridge após muitos anos de trabalho na Cepal, trazendo muitas ideias e também muitas dúvidas na cabeça; agora, poderia esclarecê-las, discutir com o mundo acadêmico tão sofisticado dessa universidade. O professor Nicholas Kaldor foi quem me levou para Cambridge. Certa vez, conversando comigo no México, disse-me: "Você tem de ir para lá". Instigou-me assim a entender a economia moderna, globalmente. Tenho a impressão de que Cambridge me permitiu conferir certas coisas, dar maior precisão à minha linguagem, ser mais rigoroso na análise econômica.

RM - E Joan Robinson ?

CF - Joan Robinson teve muita influência sobre mim, li muito seus livros. Joan era uma grande amiga pessoal.

RM - O senhor estava como professor visitante?

CF - Bem, dessa vez não... Em 1957 e 1958, eu fiquei em Cambridge como *fellow.* Era um pesquisador com liberdade para seguir os cursos que quisesse, sem nenhuma obrigação sistemática. Era um estágio para pensar e escrever alguma coisa. Foi aí que escrevi o *Formação econômica,* justifiquei o desatino (risos)...

RM - Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento,* há um texto escrito tendo em vista um concurso na Universidade do Brasil. Eu queria saber o que ocorreu, quais foram as dificuldades desse processo de inserção acadêmica.

CF - Enquanto eu fui candidato, não fizeram o concurso (risos). A cátedra era ocupada por uma pessoa que tinha força suficiente para barrar o concurso. E assim, durante vários anos, fui candidato sem conseguir fazer o concurso. Quando, em 1964, fui cassado, então fizeram o concurso...

RM - E quem ocupava essa cátedra?

CF - Quem ocupou a cátedra depois de 64 não foi a mesma pessoa que me criou as dificuldades. Foi o João Paulo Almeida Magalhães. Quem criou dificuldades foi outra pessoa, um professor interino, que bloqueou o concurso por muito tempo. Quando fui para o exílio, essa pessoa também se afastou, ou seja, não tirou tanto proveito assim. Mas o concurso foi aberto e o João Paulo, que tinha competência, ganhou.

RM - Nos anos 60, quais eram as suas relações com os intelectuais do PCB? Havia algum contato, alguma forma de aproximação?

CF - Bem, eu tinha vários amigos dentro do PC. Mas nem sempre se declaravam comunistas quando falavam comigo. Por exemplo, o Acioli Borges, um engenheiro muito amigo, lá da Paraíba. Talvez o Américo Barbosa de Oliveira fosse ligado indiretamente. Esse pessoal não era do PC abertamente; eles eram influenciados pelo PC... me procuravam, me consultavam, etc. Oficialmente, nunca tive contato com o PC.

RM - E o Iseb? O senhor fez algumas palestras...

CF - Fiz algumas palestras no Iseb, mas nunca fui propriamente daquele grupo... Eu era da Cepal, nessa época. Dei uns cursos no Iseb. É curioso... Fiquei muito amigo de algumas pessoas de lá, como o Hélio Jaguaribe, além de muitos outros...

RM - Álvaro Vieira Pinto?

CF - O Álvaro Vieira Pinto nunca foi muito próximo de mim. Ele era um filósofo muito fechado, voltado para si mesmo...

RM - Werneck Sodré?

CF - Conheci rápida e superficialmente. Nunca tive trato com ele. Na verdade, o fato é que eu não tive oportunidade de me meter com o PC. Quando poderia

ter entrado, estava fora do Brasil. A sedução que o PC exercia, durante a guerra, era muito grande. Sedução de pensar o Brasil de outra maneira, agir de outra forma, criar uma história nova, etc. Tudo isso seduzia muita gente. Mas, nesse período, fui convocado para o Exército e fui para a guerra. Ou seja, estava fora do Brasil quando ocorreu o grande crescimento do PC. Portanto, não me procuraram... Depois, voltei para o Brasil, por muito pouco tempo, retornando para estudar na Europa.

RM - Por suas características de pensador independente, dificilmente o senhor sobreviveria ou se manteria lá dentro, de camisa de força...

CF - Exato. Eu, provavelmente, teria brigado. Mas nunca fui contra o PC, sempre tive simpatia pelos comunistas. Eram pessoas idealistas, dispostas a sacrifícios, a lutar. Embora me parecessem iludidos, achando que tinham soluções prontas para todos os problemas, tudo lhes parecia muito fácil. Na teoria econômica, nunca aceitei a influência do PC. Mas, com meu viés historicista, tinha afinidades com eles.

RM - E as questões do Estado e da economia de mercado interno?

CF - Fui leitor atento de Marx. Fui dos poucos brasileiros a estudar Marx, sistematicamente, em Paris. Estudei lá os quatro volumes de *O capital,* em francês. Queria anotar tudo. Fiz esse curso de marxismo no Instituto de Ciências Políticas, com o professor Cornu. Vez por outra ele dizia (e achava graça): "tem um brasileiro muito afeito ao estudo do marxismo"...

RM - Mas eu me lembro de ter lido, em *A fantasia organizada,* que sua visão desse professor de marxismo o deixava...

CF - ...Assustado pelo primarismo. Eu até o apresentei de uma forma um pouco caricatural. Os alunos brincavam com ele, que não percebia... Mas é importante dizer que na época em que eu estudei em Paris, o curso de marxismo era aberto, todos podiam segui-lo. Entretanto, o marxismo nunca me seduziu, propriamente, como uma doutrina. A grande sedução do marxismo estava na sua macroeconomia, que era pioneira: poder olhar a sociedade como um todo. Mas, quando eu cheguei a ela, já tinha passado por Keynes, cuja macroeconomia era mais sofisticada. Portanto, não fui influenciado. Mas rendi minhas homenagens. Você leu sobre as minhas influências e Marx estava entre elas. Creio que todo mundo que pensou a sociedade moderna foi influenciado por Marx, pois sua visão ampla é extraordinária.

RM - Professor, estou encerrando a entrevista e gostaria de fazer uma última pergunta, bem ampla. O que o Brasil deve a Celso Furtado e o que Celso Furtado deve ao Brasil?

CF - Bem, a primeira parte da pergunta eu creio que não cabe a mim responder. Você e os estudiosos do Brasil devem saber. A única coisa que eu percebo é que o interesse pelo que escrevi mantém-se firme. Meus livros circulam, prossegue o debate das ideias e dos problemas que lancei. Eu, na verdade, devo enormemente ao Brasil. Poucas pessoas contam com a oportunidade de ter à vista um laboratório tão fantástico como é o Brasil. Possuímos a mescla racial, cultural, a vastidão do território; estudar a evolução de tudo isso é apaixonante. Por isso me preocupa o futuro deste país. Que ele consiga sobreviver às transformações que o mundo hoje sofre! Os Estados nacionais estão mudando muito. Até onde iremos nessa mudança, não sei! Minha confiança (minha intuição) é de que o país já é bem consistente para sobreviver.

RM - ...Para resistir?

CF - ... Para resistir. Já tem consistência. Aspectos que, às vezes, parecem de menor relevância, como os esportes, "salvam" os brasileiros, a consciência nacional. Um jogador de tênis ou de futebol pode virar um herói nacional. É uma prova de que o Brasil existe. Isso me conforta...

RM - Li outro dia um artigo de um professor chamado Juarez Guimarães, da Universidade Federal de Minas Gerais. E ele recorre a Hegel para falar a seu respeito. Ele diz o seguinte: "Está em Hegel o pensamento de que a palavra amor dita por um jovem não tem o mesmo valor expressivo do que quando formulada por um homem entrado da derradeira fase da vida". A sua maior declaração de amor é uma declaração de amor ao Brasil – isso se percebe claramente. Essa coerência que o senhor teve ao longo de sua vida... Coerência e obstinação...

CF - Isto eu digo, é o meu destino. Nasci no Sertão...

RM - Professor, eu quero lhe agradecer muito, acho que foi um privilégio poder entrevistá-lo. Eu queria, inclusive, lhe contar uma coisa: o primeiro livro "sério", acadêmico, que li na minha vida, quando eu tinha 17 ou 18 anos, foi o *Formação econômica do Brasil*. Foi aí, com certeza, que descobri a vocação para historiadora...

CF - É um livro difícil...

RM - De fato, eu me lembro de que, nas primeiras leituras, pouco entendia, mas havia alguma coisa de fascinante lá dentro, que era a ideia de ver um Brasil diferente. Nas minhas aulas de história, a visão de Brasil que eu passei para os meus alunos foi a visão de Celso Furtado.

CF - Muito obrigado...

Para a mais recente geração de economistas, Furtado é o intelectual com uma das contribuições mais férteis no plano das formulações teóricas ancoradas na problemática das economias periféricas - a industrialização por substituição de importações como forma de os subdesenvolvidos transitarem ao capitalismo. Muitos acentuam o caráter utópico de suas proposições, por ousarem o projeto de um Brasil de capitalismo autônomo. Há, ainda, os que veem em seu pensamento a matriz de nova epistemologia econômica. Mas inegável é o consenso de que se trata de um intelectual ímpar, construtor de ideias originais, um humanista e homem de ação, devotado aos problemas da América Latina.

Este livro traz uma reflexão que inova na abordagem da produção furtadiana. Rosa Maria Vieira, com um texto elegante, optando pela análise dialética da teoria de Furtado e buscando sua imanência histórica, revela um economista que ultrapassou a condição de *cepalino keynesiano ao transformar a preocupação com o subdesenvolvimento na procura da particularidade do capitalismo no Brasil*, vinculando-se a uma tradição intelectual brasileira comprometida com a modernização do país. Segundo a autora, o clássico *Formação Econômica do Brasil*, além de darlhe estatuto de intérprete do Brasil, revelou a centralidade da história em seu pensamento, de modo que, para ele, *a economia veio como que para explicar e entender melhor a história.*

Diferenciado, também, é o tratamento da questão do Estado. Ultrapassando a concepção keynesiana, o foco vai para a ênfase dada pelo economista à incompletude das categorias sociais no Brasil, incapazes de perspectivarem a soberania nacional. A construção do capitalismo autônomo, para Furtado, só poderia se dar mediante o planejamento racional, levado à frente por uma *intelligentsia* incrustada no aparelho estatal e acima das fragilidades das classes do país. Para a autora, aí residiriam os pressupostos do inequívoco *caráter utópico* assumido por sua proposta nacionalista.

O Furtado que Vieira desvela na análise é o humanista, para quem, no Brasil, a questão democrática transcende o jogo político liberal, passando pela equação econômica que erradicasse a miséria estrutural e transformasse a estrutura agrária.

Trata-se de um livro indispensável para aqueles que ainda hoje estão empenhados na reflexão e no debate sobre os impasses e desafios da formação social brasileira.

Maria Aparecida de Paula Rago (Economia/FEA. PUC-SP)

ISBN 9788568576984